



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**MARIANA FERREIRA CISOTTO**

**CIDADE E NATUREZA: O PAPEL DAS ÁREAS VERDES NA URBANIZAÇÃO  
RECENTE DA PROVÍNCIA DE SANTIAGO DO CHILE**

**CAMPINAS**

**2014**





**NÚMERO: 223/2014**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**MARIANA FERREIRA CISOTTO**

**CIDADE E NATUREZA: O PAPEL DAS ÁREAS VERDES NA URBANIZAÇÃO  
RECENTE DA PROVÍNCIA DE SANTIAGO DO CHILE**

**ORIENTADOR: PROF. DR. ANTONIO CARLOS VITTE**

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO INSTITUTO  
DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP PARA OBTENÇÃO DO  
TÍTULO DE DOUTORA EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE  
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

**ESSE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL  
DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA MARIANA FERREIRA  
CISOTTO, ORIENTADA PELO PROF. DR. ANTONIO CARLOS  
VITTE.**

---

**CAMPINAS**

**2014**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Geociências  
Cássia Raquel da Silva - CRB 8/5752

C497c Cisotto, Mariana Ferreira, 1983-  
Cidade e natureza : o papel das áreas verdes na urbanização recente da  
província de Santiago do Chile / Mariana Ferreira Cisotto. – Campinas, SP : [s.n.],  
2014.

Orientador: Antonio Carlos Vitte.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Geociências.

1. Urbanização - Santiago (Chile). 2. Natureza (Estética). 3. Segregação  
urbana. I. Vitte, Antonio Carlos, 1962-. II. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** City and Nature : the role of green areas in recent urbanization in  
Santiago-Chile

**Palavras-chave em inglês:**

Urbanization - Santiago (Chile)

Nature (Aesthetics)

Urban segregation

**Área de concentração:** Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

**Titulação:** Doutora em Geografia

**Banca examinadora:**

Antonio Carlos Vitte [Orientador]

Eustogio Wanderley Correia Dantas

Lindon Fonseca Matias

Nilson Cesar Fraga

Paulo Roberto Teixeira de Godoy

**Data de defesa:** 28-03-2014

**Programa de Pós-Graduação:** Geografia



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

**AUTORA:** Mariana Ferreira Cisotto

“Cidade e Natureza: o papel das áreas verdes na urbanização recente da Província de Santiago do Chile”

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte

Aprovada em: 28 / 03 / 2014

**EXAMINADORES:**

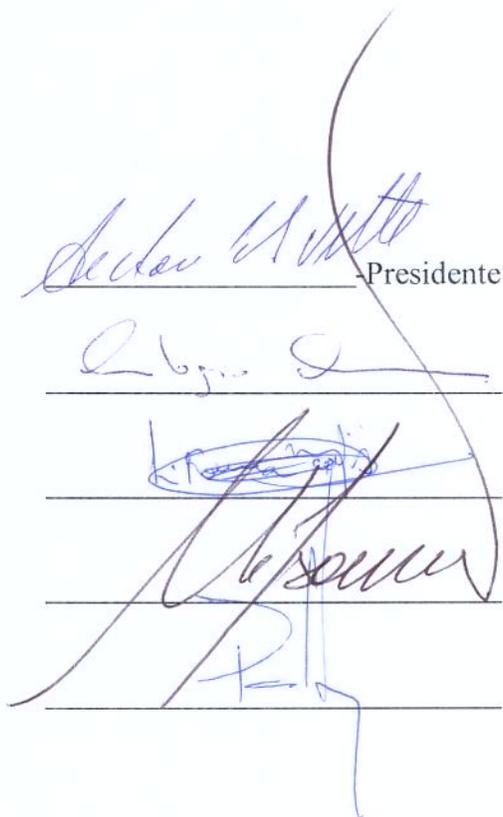
Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas

Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

A vertical column of handwritten signatures in blue ink, each written over a horizontal line. The top signature is clearly legible as "Antonio Carlos Vitte" and is followed by the word "Presidente". Below it are four more signatures, which are less legible but appear to correspond to the examiners listed on the left.

Campinas, 28 de março de 2014.



El árbol que mueve algunos a lágrimas de felicidad,  
en la mirada de otros no es más que un objeto verde  
que se interpone en el camino.

William Blake



Bernardo Franca

<http://delaburns.blogspot.com.br>



## Agradecimentos

- Ao Professor Antonio Carlos Vitte, pelos exemplos, ensinamentos e partilha de aprendizados de muitas instâncias da vida. Agradeço a paciência e o carinho.
- Agradeço à banca pela cuidadosa leitura e auxílio.
- Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICAMP, seus funcionários amáveis e prestativos seu corpo docente inspirado e incentivador, ao corpo discente diversificado e acolhedor.
- CAPES e ao Cnpq, pela Bolsa de Doutorado; sem esse apoio financeiro essa pesquisa seria impossível.
- Gonçalo Arias Suazo, da SEPLAN de Santiago e os diversos solícitos santiaguinos que me instruíam, direcionavam e divagavam sobre sua necessidade de natureza
- Maico Diego Machado e Camila Fávero e Ângela Guirao pelo auxílio nos campos.
- Agradeço minha família fio de ouro.





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**CIDADE E NATUREZA: O PAPEL DAS ÁREAS VERDES NA URBANIZAÇÃO  
RECENTE DA PROVÍNCIA DE SANTIAGO DO CHILE**

Resumo

**Tese de Doutorado**

**Mariana Ferreira Cisotto**

A presente tese consiste em uma pesquisa sobre os a urbanização da província de Santiago do Chile, que segue atualmente o padrão de ocupação de grandes centros urbanos caracterizado como difuso, disperso e denso. Buscamos a compreensão de como a natureza é apropriada no espaço urbano, assumindo a natureza nas cidades como elemento raro no urbano adensado e representado pelos parques públicos urbanos e os bolsões de vegetação em loteamentos residenciais recentes, compreendendo como esses espaços atuam como representativos de natureza. Da disseminação da questão ambiental decorre uma valorização da natureza pelos indivíduos que é utilizada como discurso pelo mercado imobiliário na escala da coletividade, e assim garante valoração por particularidades ambientais, como uma adequada qualidade do ar, um dos elementos raros em Santiago.

**Palavras-chave:** Urbanização Dispersa; Natureza; Mercantilização; Segregação espacial; Chile.





UNIVERSITY OF CAMPINAS  
INSTITUTE OF GEOSCIENCE

**CITY AND NATURE: THE ROLE OF GREEN AREAS IN RECENT  
URBANIZATION IN SANTIAGO-CHILE**

**ABSTRACT**

Doctorate Thesis

Mariana Ferreira Cisotto

This thesis consists in a research on urbanization of the province of Santiago de Chile, which currently follows the pattern of occupation of large urban centers characterized as diffuse, dense and sprawl city. We are aiming to understand how nature is suitable for urban areas. Natural environment in dense and sprawl cities can be assumed as a rare element. The urban public parks and green areas in housing allotments are the representatives of it, acting as representative of natural environment. The appreciation of green in landscape by individuals is linked with the dissemination of environmental issues. And nowadays the interest in green spaces has been used as a discourse by the real estate market. This process can be visualized in the scale of the comunas of metropolitan Area of Santiago de Chile. Ensuring an assessment by environmental characteristics such as adequate air quality, another rare elements in Santiago.

**Key-words:** Urban Sprawl; Environment; Spacial segregation; Commodification; Chile.



## Sumário

Introdução.....	1
<b>Capítulo 1: Santiago do Chile.....</b>	<b>5</b>
1.1 A natureza original no Chile.....	5
1.2 A ocupação e colonização espanhola no Chile.....	10
1.3 Questão indígena e as <i>mercedes de tierras</i> .....	11
1.4 O Direito de Propriedade.....	17
1.5 A reforma agrária chilena.....	20
<b>Capítulo 2- Urbanização e Problemática Ambiental.....</b>	<b>25</b>
2.1 Urbanização e metropolização da América Latina.....	25
2.2 Desenvolvimento urbano chileno.....	29
2.3 O novo padrão de ocupação urbana.....	35
2.4 A questão ambiental.....	46
2.4.1 Os movimentos ambientalistas.....	47
2.4.2 Cidades sustentáveis.....	49
2.5 Políticas ambientais.....	54
2.5.1 Apropriação da questão ambiental no âmbito da política nacional chilena.....	56
2.5.2 Ambientalismo na escala urbana.....	63
<b>Capítulo 3- Área Metropolitana e a Província de Santiago.....</b>	<b>67</b>
3.1 Urbanização da AMS.....	78
3.2 A província de Santiago.....	85
3.2.1 Padrão de ocupação urbana nas comunas da Província de Santiago.....	93
3.2.2 Padrão de renda e desenvolvimento urbano por comunas.....	97

Capítulo 4: O Verde urbano em Santiago.....	117
4.1 Índice de áreas verdes por comuna de Santiago.....	117
4.2 A acessibilidade às áreas verdes.....	123
4.3 Espaços de natureza nas cidades.....	136
4.4 A necessidade de natureza.....	150
Capítulo 5: Dinâmica imobiliária e incorporação do verde nas cidades.....	155
5.1 A natureza na comuna de Lo Barnechea.....	163
5.2 A produção capitalista da natureza.....	175
Considerações finais.....	183
Bibliografia.....	185

## Índice de Figuras

Figura 1.1 - Mapa Físico do Chile.....	6
Figura 1.2 - Cobertura vegetal do Chile entre a VII Região e X Região.....	7
Figura 2.1: Mudanças no tamanho populacional por comunas (1992-2002) na AMS.....	44
Figura 3.1: A Área Metropolitana de Santiago do Chile.....	68
Figura 3.2: Perfil topográfico esquemático da bacia de Santiago.....	69
Figura 3.3: Perfil topográfico da região central do Chile. ....	69
Figura 3.4: <i>Fog</i> de poluição formado no inverno em Santiago.....	71
Figura 3.5: Benefícios elementares de plantar uma árvore na cidade.....	75
Figura 3.6: Colinas como potenciais áreas verdes em Santiago.....	77
Figura 3.7: Evolução das comunas pertencentes à AMS.....	83
Figura 3.8: Expansão Urbana da AMS.....	85
Figura 3.9: Província de Santiago.....	86
Figura 3.10: Atualização do Plano Regulador Metropolitano de Santiago.....	91
Figura 3.11: Proposta dos novos anéis radiais em Santiago.....	91
Figura 3.12: Crescimento espacial de Santiago (1600-2000).....	97
Figura 3.13: Adensamento na área central da província de Santiago.....	99
Figura 3.14: Concentração de oferta imobiliária nas comunas da AMS.....	100
Figura 3.15: Índice de desenvolvimento socioeconômico na Província de Santiago (2002).....	103
Figura 3.16: Índice de desenvolvimento humano por comuna em Santiago.....	103
Figura 3.17: Distribuição de agrupamento de famílias por renda.....	106
Figura 3.18: Distribuição dos grupos socioeconômicos predominantes na AMS.....	114
Figura 4.1: Densidade populacional e áreas verdes em Santiago.....	121
Figura 4.2 Densidade de Áreas Verdes em Santiago.....	122
Figura 4.3: Distribuição do Índice de PLAND na AMS.....	125
Figura 4.4: Espacialização do Índice Áreas Verdes por habitante nas comunas da Província de Santiago.....	128
Figura 4.5: Conectividade e Acessibilidade de espaços abertos na AMS.....	130

Figura 4.6: Áreas verdes da AMS com superfície maior a 2 ha e área de influência de 5, 10 e 15 minutos caminhando.....	134
Figura 4.7: Distribuição dos Parques Públicos Urbanos sob gestão do Parque Metropolitano de Santiago.....	139
Figura 4.8: Parque Metropolitano de Santiago.....	140
Figura 4.9: Parque La Castrina, comuna de San Joaquin.....	141
Figura 4.10: Parque Peñalolen, comuna de Peñalolen.....	142
Figura 4.11: Parque Bernardo Leighton, comuna Estação Central.....	142
Figura 4.12: Fotos do Cerro Santa Lucía, comuna de Santiago.....	143
Figura 4.13: Parque Bicentenário, comuna de Vitacura.....	144
Figura 4.14: Fotos do Parque da Bandeira, comuna de San Ramón.....	145
Figura 4.15: Imagem aérea em 360° do Parque O'Higgins.....	146
Figura 4.16: Fotos do Parque O'Higgins.....	146
Figura 4.17: Fotos do Parque Brasil, na comuna de Santiago.....	149
Figura 4.18: Imagens do Parking Day em Santiago do Chile.....	153
Figura 5.1: Concentração de preços e oferta imobiliária na Grande Santiago (2007/ 2008/ 2009/2010).....	157
Figura 5.2: Densidade de preços máximos na AMS, janeiro à março de 2012.....	158
Figura 5.3: Densidade de preços máximos na AMS (2007-2011).....	159
Figura 5.4: Projetos de reestruturação urbana nas comunas centrais de Santiago.....	160
Figura 5.5: Distribuição da oferta imobiliária de apartamentos.....	161
Figura 5.6: Distribuição da oferta imobiliária de casas.....	161
Figura 5.7: Mercado imobiliário privado na Grande Santiago: Preço máximo por projeto (2008).....	162
Figura 5.8: Vegetação em Lo Barnechea. ....	164
Figura 5.9: Manutenção dos jardins em Lo Barnechea.....	164
Figura 5.10: Via La Dehesa, na Comuna de Lo Barnachea.....	165
Figura 5.11: Comuna de Lo Barnachea, evidenciando modo de vida.....	167
Figura 5.12: Montagem Caminho Berna.....	168
Figura 5.13: Praça enlaçada pela Rua Berna.....	168
Figura 5.14: Praça enlaçada pelo Camino El Queltehue.....	169

Figura 5.15: Praça enlaçada pela rua El Queltehue.....	169
Figura 5.16: Anúncios imobiliários em site.....	171
Figura 5.17: Urbanização do piemonte andino.....	171
Figura 5.18: Anúncios imobiliários.....	172



## Índice de Tabelas

Tabela 2.1: Índice de crescimento populacional chileno (1960-2002).....	30
Tabela 2.2: População total chilena por zona de residência (1960-2002).....	33
Tabela 3.1: Superfície, População e habitações, urbana e rural, regiões Chile (2002).....	79
Tabela 3.2: População da AMS por décadas (1960-2002).....	83
Tabela 3.3: População real para as Províncias e para a AMS.....	84
Tabela 3.4: Dados de porcentagem de crescimento populacional das províncias da AMS .....	84
Tabela 3.5: População e habitação, por área urbana e rural (2002).....	87
Tabela 3.6: Variações intercensos (1992-2002) nas comunas da AMS.....	106
Tabela 3.7: Matriz de classificação socioeconômica das habitações.....	110
Tabela 3.8: Localização dos tipos de habitação por comunas.....	111
Tabela 4.1: Distribuição das áreas verdes por IAV nas comunas da AMS.....	123
Tabela 4.2: Classificação das áreas verdes de boa qualidade.....	131
Tabela 4.3: Classificação das áreas verdes de má qualidade.....	132



## Índice de Gráficos

Gráfico 2.1: Participação dos setores no PIB de 2009.....	30
Gráfico 2.2: Crescimento da população do Chile (1835 – 2002).....	32
Gráfico 3.1: População para as Províncias da AMS (censos 1992, 2002 e 2012).....	79
Gráfico 3.2: Crescimento da população por territórios (em milhões de habitantes).....	81
Gráfico 3.3: Distribuição do crescimento (2008 -2030) por territórios.....	81
Gráfico 3.4: Crescimento Urbano por comunas (1991-2000), em hectares.....	95
Gráfico 3.5: Distribuição dos usos da terra por comuna (1991-2000).....	95
Gráfico 3.6: Distribuição de tipo de residência de tipo de renda alta.....	110
Gráfico 3.7: Distribuição da quantidade de habitação por grupo socioeconômico.....	111
Gráfico 3.8: Porcentagem por tipos de habitação por comunas.....	112
Gráfico 4.1: Densidade de áreas verdes por comuna.....	120
Gráfico 4.2: Distribuição das superfícies de áreas verdes por comunas.....	127
Gráfico 4.3: Quais os problemas mais importantes de sua comuna.....	152



## Introdução

A presente tese tem por objetivo o estudo da relação entre a urbanização, a valorização do espaço e apropriação da natureza na cidade de Santiago do Chile.

A valorização da natureza é avaliada no contexto da atual tendência de crescimento das cidades, a partir de lógicas de expansão territorial da mancha urbana marcadas pela descontinuidade em relação às áreas implantadas e ocupadas anteriormente, conformando cidades dispersas, no novo padrão característico de grandes cidades na América Latina, como, no caso, Santiago do Chile.

Neste novo padrão de urbanização em que as cidades crescem de maneira descontínua atende à lógica especulativa do capital na atual fase contemporânea, a natureza, o verde urbano, passa a fazer parte da acumulação do capital. Nos entremeios da expansão urbana, os espaços verdes são organizados e apresentados de maneira solúvel à ideologia da produção capitalista do espaço.

A apropriação da natureza significa a transformação material para a (re)produção humana, ou seja, sua dominação para a satisfação das necessidades dos indivíduos. Sendo assim, a destruição da natureza é resultado da incompatibilidade da sua apropriação por intermédio da propriedade privada da terra e da natureza. A natureza destruída é reconstruída em outro nível, como segunda natureza (GODOY, 2008), que é o urbano, a cidade e o campo, onde são criados espaços idealizados em um mundo de generalização do urbano.

A natureza endêmica é substituída por uma natureza recriada, adaptada aos novos ideais de salubridade ambiental, que rementem a paisagens mais frondosas e adaptadas por grande racionalidade. A natureza nas cidades é construída como fragmentos, como blocos de vegetação que rompem a paisagem da selva de concreto do urbano adensado. A natureza é fragmentada em partículas exteriores no espaço produzido, substituída por espaços cheios de intencionalidades. Assim, a primeira natureza morre no urbano, onde se realiza uma segunda natureza tecnificada que substitui e destrói a natureza original, em uma reificação e fetichização da natureza.

A produção do espaço urbano, nas cidades capitalistas, objetiva a produção e a reprodução do capital, e nelas, a natureza é produzida para criar essas condições.

A cidade é vista como materialização das relações e práticas sociais, e construída para se tornar eficiente à circulação, à produção e ao consumo de fluxos e mercadorias, e, da mesma forma, a natureza nas cidades é produzida com essa intencionalidade.

A nossa hipótese fundamenta-se na assertiva de que no processo de reorganização espacial, social e cultural do capitalismo, marca um novo padrão de acumulação, que pode ser referenciado em uma nova lógica de produção e/ou transformação urbana (SPÓSITO, 2001, DE MATTOS, 2002). Esta fase é marcada por novas centralidades e um padrão de cidade difusa e dispersa, onde a natureza passa a ser, qualitativamente, incorporada nesse novo padrão de acumulação.

Nessa nova expansão urbana, a natureza é muito valorizada, a relativa maior acessibilidade ao verde aufere ao espaço qualidade ambiental, tornando a natureza um elemento simbólico importante, utilizado como bem-estar pelo mercado imobiliário, atuando como um elemento da produção do espaço, construído como um objeto de consumo consolidado pelo *marketing* verde divulgado pelo mercado imobiliário. O *marketing* urbano apresenta o loteamento arborizado como elemento de consumo residencial de acesso à natureza.

Para compreensão dessa lógica, inicialmente apresentamos a área de estudo, Santiago do Chile, e suas particularidades ambientais, com a histórica degradação de suas florestas originais, mais intensamente na área central do país. Descrevemos a formação socioespacial espacial, que define a geografia histórica de ocupação do espaço territorial em um resgate sobre a ocupação e a colonização espanhola no Chile, e a terra usurpada dos indígenas, explicada no item sobre a questão indígena e as *mercedes de tierras* definindo a propriedade privada da terra que marcam os níveis de desigualdade de acesso à terra, e repercutindo na reforma agrária chilena e a definição de propriedade privada da terra que isolam áreas e permitem especulação e renda de monopólio.

No capítulo sobre a urbanização e metropolização da América Latina, apresenta-se a descrição do desenvolvimento urbano e as principais transformações dados os avanços econômicos e o urbanismo de Karl Brunner, definido como um higienismo focado na construção de parques públicos, que estruturaram as condições particulares de grandes áreas de natureza na área mais central da província de Santiago, que definem a desigualdade de distribuição desses espaços verdes.

O processo de urbanização chilena vinculada às transformações econômicas e políticas e à dinâmica populacional indica o rápido avanço do crescimento da população urbana e a centralidade da Área Metropolitana de Santiago, culminando em um novo padrão de ocupação urbana, possibilitado pela presença de novas vias que garantem fluidez e acesso a novas áreas não contíguas ao centro urbano consolidado.

Ainda no capítulo 2, para estreitar a temática do consumo da natureza, estabelecemos a discussão sobre a questão ambiental contextualizando o ideário ambiental atual. Para isso, trabalhamos o filtro das políticas internacionais, a construção do discurso ecológico e seus impactos no urbano, fazendo uma relação entre os vários níveis escalares da geografia, desde o nível global, com os acordos e conferências internacionais; o nível regional, com a incorporação de metas estabelecidas pela Cepal e o Mercosul; até o nível local, pelas iniciativas locais de preservação ambiental; e projetos de proteção de áreas verdes urbanas em alguns países da América Latina. Por fim, ressaltando o filtro das políticas ambientais na escala intra-urbana e as particularidades da relação com o meio natural da população da província de Santiago do Chile, área de estudo da presente tese.

No capítulo 3, intitulado “Área Metropolitana e a Província de Santiago”, apresenta-se os condicionantes econômicos, sociais e demográficos da área de estudo desta tese, resgatando o padrão de ocupação e migração intraurbana na Área Metropolitana de Santiago e particularmente em sua província central apresentando as diversas escalas geográficas, nacional, regional, provincial e uma caracterização por comunas, apresentando dados sobre o índice de desenvolvimento humano e os tipos de habitações, que nos possibilitaram compreender alguns padrões e fatores da segregação socioespacial.

A particularidade da província de Santiago, que concentra a maior população do Chile, é que esta apresenta aguda segregação socioespacial e intensa fragmentação territorial. Sua morfologia urbana evidencia que está em vigência o processo de urbanização difusa e espraiada (SPÓSITO, 2001), associado à acessibilidade e a globalização e também a um intenso movimento de migração intra-urbana de população, com um processo simultâneo de decréscimo da população central e suburbana (HIDALGO, BORSODORF e SÁNCHEZ, 2007).

O padrão de expansão urbana de Santiago é de condomínios horizontais de alto padrão, condomínios verticais de até três pavimentos, como habitação popular, e

apartamentos, na área mais central, voltados à população de renda média e alta. Focaremos o tipo de expansão urbana promovido pelo suburbanização dos loteamentos horizontais de alto padrão e a forma de apropriação da natureza urbana.

Estabelecido o padrão das ocupações urbanas e distribuição dos grupos socioeconômicos na província de Santiago, no capítulo 4, quantificamos e localizamos o verde urbano, apresentando sua distribuição e acessibilidade na escala das comunas.

Por meio da observação, descrição, análise das condições de apropriação da natureza urbana, objetivou-se um conhecimento mais profundo da complexidade do objeto de análise. Consideramos a natureza presente no urbano adensado utilizando de dados secundários de índice de áreas verdes para julgar a acessibilidade a esses espaços, que são predominantemente os grandes parques públicos, com muitos dos parques implementados ainda na década de 1930, com o urbanismo de Karl Brunner.

Atualmente dado, o intenso adensamento urbano, de uma grande metrópole latino-americana, a natureza na cidade pode ser compreendida como um elemento raro na paisagem urbana, o que faz com que os cidadãos se relacionem com essa forma urbana por sua dimensão materialista, no sentido de produção capitalista do espaço, como objeto de consumo escasso e por tanto valorizado, atuando, segundo SANTANA (1999), como nova raridade. Entendidos assim, os espaços de natureza nas cidades, como parques públicos, foram caracterizados e as relações dos cidadãos com esses espaços, explicitadas.

No último capítulo, apresentamos um estudo de caso sobre a comuna de Lo Barnechea, que apresenta uma forma muito particular de incorporação do verde nas cidades. Em bolsões de exclusividade, é caracterizada por uma natureza construída que aufere ao espaço uma nova qualificação de bem-estar ambiental.

A tese explicita que no atual contexto de urbanização dispersa e preocupação com a qualidade ambiental a natureza passa a ser um elemento diferencial, como nova forma urbana rara, escassa na paisagem urbana, agora apropriada por uma nova visão economicista sobre a natureza que a transforma em um elemento para promoção de valorização do espaço e segregação espacial.

## Capítulo 1: Chile

### 1.1 A natureza original no Chile

O território do Chile se estende pelo oeste e sudoeste da América do Sul; limita-se ao norte com Peru, ao leste, com Bolívia e Argentina, e ao sul e ao oeste, com o Oceano Pacífico. De norte a sul, tem um comprimento aproximado de 4.300 km e uma largura média de 177 km. Em sua costa meridional, encontra-se uma série de arquipélagos (IGM, 2011). A superfície total é de 756.626 km<sup>2</sup>, excluindo a superfície do território chileno antártico (1.250.000 km<sup>2</sup>) e as águas marinhas interiores.

A característica física dominante do Chile é a Cordilheira dos Andes, que nasce na divisa Colômbia-Venezuela e percorre o país de norte a sul, até a Terra do Fogo, um arquipélago na extremidade sul da América do Sul (LARA *et al.* 1999).

As florestas nativas se expandiram em abrigos na Cordilheira da Costa do Oceano Pacífico e na Cordilheira dos Andes. As florestas temperadas do sul do Chile respondem por quase um terço dos remanescentes de florestas temperadas pouco alterada no mundo. Estima-se que a influência humana nessa cobertura vegetação tenha sido mínima até a chegada dos espanhóis, em 1520, quando a situação mudou dramaticamente (NEIRA *et al.*, 2002).

As florestas temperadas do Chile são consideradas como uma das mais importantes áreas de biodiversidade do mundo, principalmente devido aos altos níveis de endemismo, como verdadeiras ilhas pelo isolamento biogeográfico, tendo sido submetidos a períodos glaciais, entre obstáculos naturais, como desertos, montanhas e oceanos. A degradação dessa cobertura vegetal é uma grande ameaça. Essas florestas estão sendo colhidas para atender à crescente demanda internacional por madeira e papel, bem como permitindo que áreas de culturas agrícolas e pastos (ECHEVERRIA *et al.*, 2006).

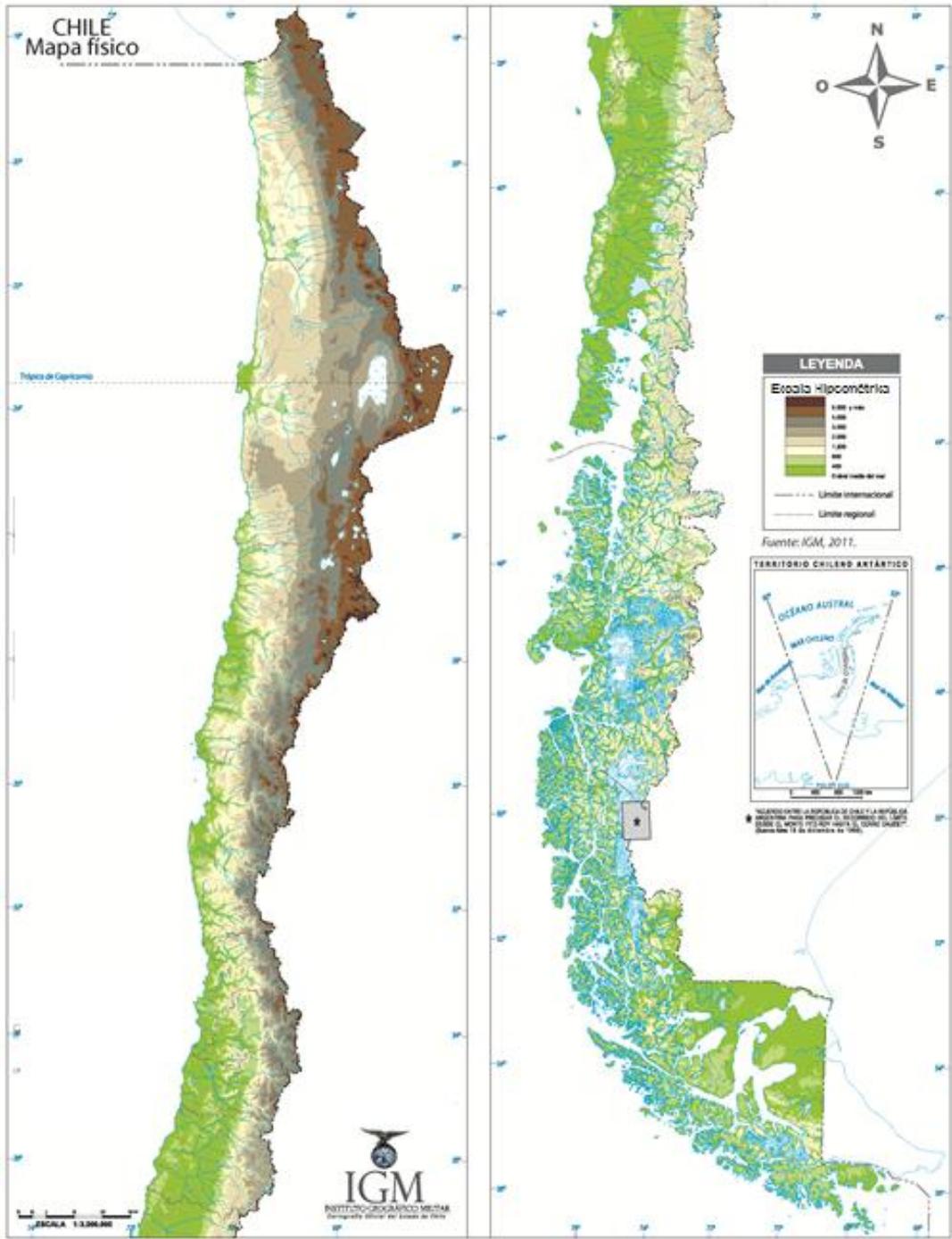


Figura 1.1 - Mapa Físico do Chile  
Fonte: IGM, 2011.

A riqueza natural do Chile é protegida no âmbito do Sistema Nacional de Áreas Protegidas do Estado, criado e administrado pela Corporação Nacional Florestal (Conaf). O sistema conta atualmente com cem unidades, distribuídas em 35 parques nacionais, 49 reservas nacionais e 16 monumentos naturais. Juntos, cobrindo uma área de aproximadamente 14,5 milhões de hectares, quase 20% do País. As florestas cobrem uma área de 16 milhões de hectares, representando 21,5% do território nacional, desse total, aproximadamente 13,7 milhões de hectares (18,4% do país) são florestas nativas e 3,1%, ou 2,7 milhões de hectares, são de plantações florestais.

Aunque las 5.105 especies nativas de Chile (Marticorena 1990) son relativamente pocas comparadas con la riqueza de algunos países vecinos, por ejemplo Argentina y Perú, tienen una flora de 8.409 y 18.143 especies respectivamente, Chile presenta el más alto porcentaje de especies endémicas. Este porcentaje de un poco más de 51% (2.630 especies) se compara con el 21,3% de Argentina y 30,8% de Perú. En Chile, más del 60% de la flora total y de las especies endémicas se concentra en Chile Central, el cual abarca desde Coquimbo, en la IV Región (aprox. 30°S) al sur de la Isla de Chiloé y la región continental vecina en la X Región (aprox. 43°30' S). Al norte y sur de esta área hay una disminución en el número de especies de plantas en la medida en que el clima se vuelve más seco, húmedo o frío. En la parte norte de esta área (29°S a aprox. 35°S) los arbustos, hierbas y bulbos son particularmente diversos, mientras que las especies arbóreas alcanzan su máxima diversidad en los bosques esclerófilo y templado que se encuentran entre el río Maule (35°S) y la Isla de Chiloé (aprox. 40°30' S). La Cordillera de la Costa, especialmente el área al sur de Concepción, también destaca por su diversidad y endemismos (Smith-Ramírez 2004).

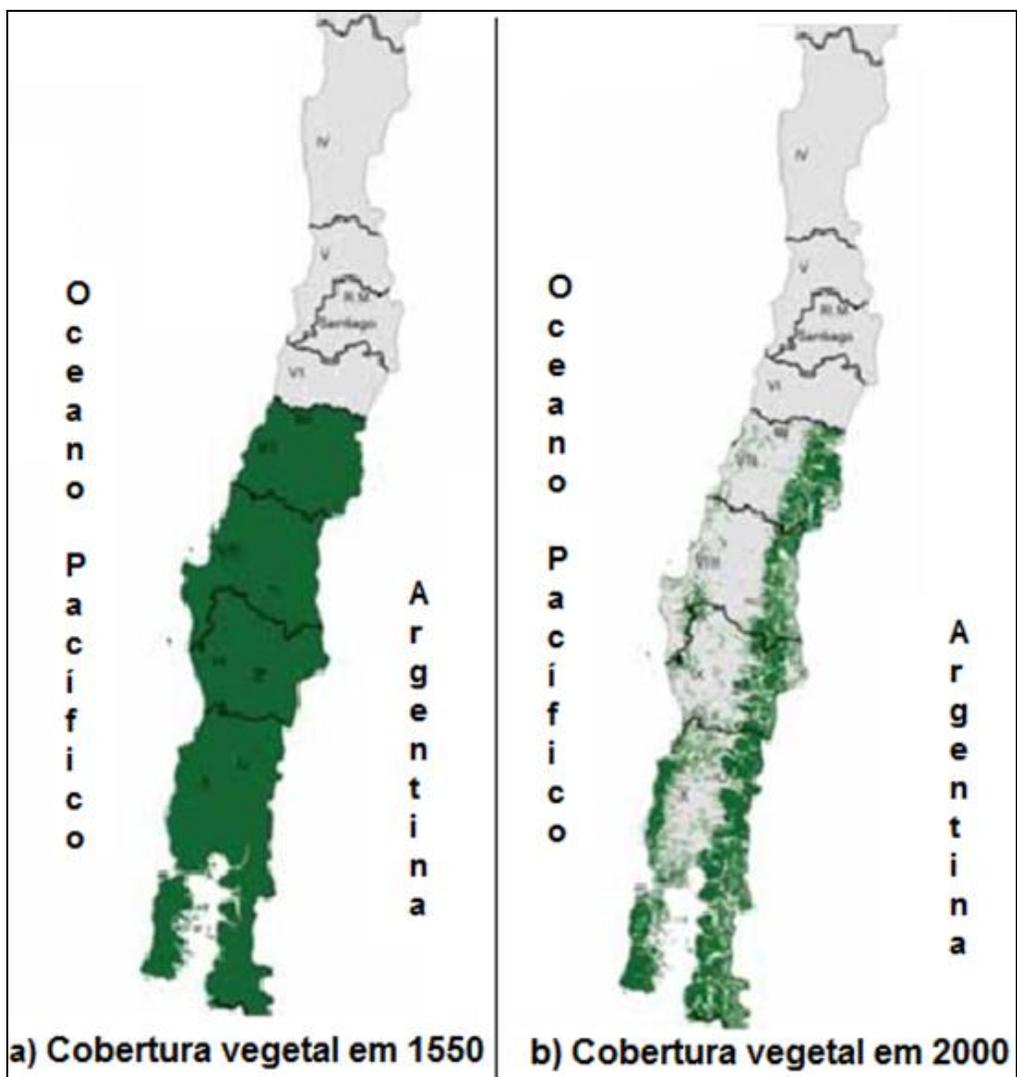


Figura 1.2 - Cobertura vegetal do Chile entre a VII Região e X Região.

Fonte: SUAZO, 2011<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Material cedido por Gonzalo Arias Suazo, Geógrafo da Secretaria de Planificación de Transportes (MTT-SECTRA), Santiago-CH, em novembro de 2011.

A estrutura político-administrativa subnacional chilena está composta por 15 entidades territoriais, as chamadas regiões administrativas (do Norte para o Sul), identificadas por números romanos<sup>2</sup>.

A cobertura vegetal nativa nas regiões VII a XI correspondem a 18,4 milhões de hectares (LARA *et al.* 1999) e no centro-sul do Chile (Região IV-XII) está estimada em 13,4 milhões de hectares, o que significa uma redução de mais de 40%. Também foi estimado que mais de 84% dos bosques remanescentes estão concentrados na XII Região (CONAF *et al.* 1999). Nas regiões VII e VIII, a diminuição da diversidade florística tem sido particularmente grave na Cordilheira da Costa (NEIRA *et al.*, 2002).

As principais causas para devastação florestal foram a expansão da silvicultura, na VII Região<sup>3</sup> na década 1970, e crescimento agrícola. As florestas nativas do sul da Região VII também sofreram a crescente demanda por lenha. Em 2000 essa demanda por lenha atingiu um volume de 8,1 milhão de m<sup>3</sup>, experimentando um aumento de 40% desde 1985. Estima-se que apenas 10% destes recursos provêm de fontes sustentáveis (REYES e ALDUNCE, 2005).

Estima-se que as florestas da IV Região, ao norte, da área de prioridade de biodiversidade, diminuíram mais de 80% entre 1976 e 1977, talvez por serem consideradas menos densas e menos importantes que as florestas do sul, seu declínio provavelmente se relaciona aos efeitos do excesso de pastagem, agricultura e incêndios.

Esse último fator é um dos mais devastadores, sendo que nas últimas duas décadas, uma média de 13.660 hectares, por ano, de florestas nativas foram destruídas por incêndios. Outro fator da degradação das florestas nativas no Chile é a substituição, entre 1974 e 1992, em que mais de 200.000 hectares de florestas nativas no país foram derrubadas para abrir terras para agricultura e pecuária principalmente (GAYAN, 2004).

---

<sup>2</sup> As regiões do Chile são: XV - Região de Arica e Parinacota - Capital: Arica; I - Região de Tarapacá - Capital: Iquique; II - Região de Antofagasta - Capital: Antofagasta; III - Região de Atacama - Capital: Copiapó; IV - Região de Coquimbo - Capital: La Serena; V - Região de Valparaíso - Capital: Valparaíso; RM - Região Metropolitana de Santiago - Capital: Santiago; VI - Região do O'Higgins - Capital: Rancagua; VII - Região do Maule - Capital: Talca; VIII - Região do Biobío - Capital: Concepción; IX - Região da Araucanía - Capital: Temuco; XIV - Região de Los Rios - Capital: Valdivia; X - Região de Los Lagos - Capital: Puerto Montt; XI - Região de Aisén - Capital: Coihaique; XII - Região de Magalhães e Antártica - Capital: Punta Arenas.

É bastante comum os chilenos culparem a mineração pela degradação da vegetação original, afirmando que o desmatamento aconteceu no século XIX em razão da outorga aos mineiros do direito de reivindicar as matas para uso, porém, como afirma Gayan (2004), por meio da comparação de descrições da região feitas no início do século XVIII, já no século XVIII houve intenso desmatamento. Existe no imaginário chileno uma imagem equivocada, resultado do conflito entre mineradores e agricultores para definir a propriedade de bosques que se encontravam mais ao sul (GAYAN, 2004).

Na Região VII, onde havia a maior concentração dos remanescentes florestais, 31% da floresta nativa foi substituída por pinus (Bosquenativo, 2012). Possivelmente por essa alarmante escassez, FILP *et al* (1983) afirmam que as unidades de paisagem são diferencialmente valorizadas por chilenos. No sul do Chile, florestas nativas são mais valorizadas que qualquer outro componente da paisagem.

A região central do Chile, onde se situa a Área Metropolitana de Santiago<sup>4</sup>, enfocada na tese, por ter sido a primeira ocupada pelos espanhóis. Esta região foi se urbanizando rapidamente, e a substituição de florestas nativas foi mais intensa e sua vegetação nativa foi completamente degradada (FILP *et al*, 1983). Nessa região central, as pessoas preferem paisagens com vegetação lenhosa alta, embora não façam distinção entre espécies arbóreas nativas e espécies exóticas (DE LA FUENTE-DE VAL *et al*, 2004). Identificamos os impactos dessa “preferência” paisagística no planejamento ambiental, principalmente no padrão da arborização urbana, bastante diferente da cobertura original da Área Metropolitana do Chile, conformando uma natureza retrabalhada como uma paisagem mais frondosa que a original.

A mata nativa foi considerada como um obstáculo para o desenvolvimento nacional dificultando o progresso dos conquistadores espanhóis ao exército chileno. Na conquista espanhola, foi ateado fogo à vegetação para que não houvesse esconderijo para os índios mapuches, e a mata também foi obstáculo para os colonos abrirem terra para a agricultura e a pecuária (GAYAN, 2004).

---

<sup>4</sup> Área Metropolitana de Santiago é a nomenclatura chilena para a Região metropolitana.

## 1.2 A ocupação e colonização espanhola no Chile

A colonização pode ser compreendida como uma relação sociedade-espço, em que a produção do espaço inclui a apropriação de meios naturais, a transformação de tais meios numa segunda natureza, a apropriação destes meios naturais transformados, a produção de formas espaciais e a apropriação do espaço anteriormente produzido (MORAES, 2000).

O tipo de colonização interfere na forma como estrutura a sociedade, suas crenças e valores em relação ao ambiente, assim define uma forma como a sociedade se apropria do espaço e como as riquezas naturais são apropriadas. Os modos de interagir com o meio ambiente, quer do ponto de vista simbólico, quer do ponto de vista material – a interação que se dá no cotidiano da produção e da reprodução social no tempo e espaço – vinculam-se com os valores que se tem a respeito da natureza e aos modos históricos de sua apropriação (MORAES, 2000).

O território do Império Inca já possuía uma densidade demográfica comparável às áreas ocupadas da Europa devido à alta solidariedade orgânica<sup>5</sup> que estruturara a especialização econômico-social, redes de estradas e estruturas produtivas preestabelecidas de produção e escoamento de riquezas, facilitando assim o conteúdo exploratório da colonização e o seu próprio financiamento. Já a colonização portuguesa, contava com uma baixíssima densidade populacional em tribos descentralizadas, marcadas ainda pela solidariedade mecânica<sup>6</sup>, forçando que houvesse a estruturação de bases para a colonização, como a organização de cultivos agrícolas. Na ausência de uma estrutura produtiva, houve um povoamento forçado por meio da transferência de populações indígenas e pela aquisição de escravos africanos (CARVALHO e SENHORAS, 2008).

Nos territórios conquistados pela Espanha, além da presença de uma alta concentração populacional nativa para inserção na dinâmica de exploração do sistema

---

<sup>5</sup> Solidariedade Orgânica refere-se a uma sociedade com diversos papéis sociais, que mesmo com uma grande divisão e variedade de atividades, todas elas deveriam cooperar entre si, funcionando como um organismo.

<sup>6</sup> Solidariedade Mecânica refere-se a uma sociedade com poucos papéis sociais. Segundo Durkheim, nessas sociedades, os membros viveriam de maneira semelhante e, geralmente, ligados por crenças e sentimentos comuns, o que ele chama de consciência coletiva. Neste tipo de sociedade existiria pouco espaço para individualidades, pois qualquer tentativa de atitude “individualista” seria percebida e corrigida pelos demais membros. Nesse tipo de sociedades os indivíduos compartilham crenças e valores sociais, conformando certa unidade que garante a coesão social (Durkheim, 1999).

colonizador, havia também recursos naturais valiosos, principalmente ouro e prata, de fácil exploração, que estimularam a colonização devido aos altos retornos trazidos ao empreendimento do Estado espanhol. Por outro lado, a ausência de riquezas de fácil exploração nos territórios conquistados por Portugal acabou por desestimular muitos dos colonizadores privados que receberam capitânicas hereditárias devido à necessidade de investimentos e o alto risco de retornos, o que acabou por postergar a exploração da colonização (HOLANDA,1963).

Nos tempos coloniais, a economia chilena teve como eixo a produção agrícola e pecuária. O território foi dividido em pequenas propriedades que deixaram apenas terras disponíveis para cultivo pelos mestiços e pelos índios. Nesse período, a pecuária foi importante fonte de renda e o trigo, o principal produto de exportação do Chile (BAGGIO, 2001).

O governo espanhol desempenhou um papel significativo na economia colonial, concedendo áreas de exploração mineral, repartindo terras para cultivos agrícolas, definindo preços e taxas. Como os metais preciosos eram escassos, apesar de valiosos e de fácil acesso, se concentravam na mão do colonizador, e a maioria dos chilenos trabalhava na agricultura (CUADRA, 2001).

### **1.3 Questão indígena e as *mercedes de tierras***

Desde os primórdios da história da colonização chilena, com o avanço dos espanhóis sobre territórios indígenas, houve drástica redução dos assentamentos indígenas, porém, desde o final do século XVII e ao longo do século XVIII, as autoridades tomaram uma série de medidas para manter a existência das aldeias indígenas.

Os conquistadores espanhóis usurparam as terras indígenas e as dividiram juridicamente em “*Mercedes de Tierra*”, em concessões de terra que podemos comparar às sesmarias no Brasil. O governo chileno rapidamente impôs o registro para todas as terras agrícolas estabelecendo registros de propriedade (VITALE, 1998).

Os lotes de terra passaram a ser estruturados sob ordenação hispânica vinculados à entrega das doações de terras aos colonizadores e da instituição das parcelas. Este parcelamento, nas conhecidas reduções, promoveram a disseminação dos agrupamentos

indígenas para diversos lugares onde poderiam trabalhar nas novas atividades econômicas estabelecidas pela coroa espanhola (VITALE, 1998). Paralelamente ao início da ocupação, o Estado começou a legislar sobre as terras.

Com esta medida, o governo chileno buscou, em primeiro lugar, garantir a propriedade real e definir rapidamente a individualização das terras, permitindo a cobrança de impostos (VITALE, 1998).

No século XVIII, como parte das políticas reformistas dirigidas por Carlos III, (rei de Espanha entre 1759-1788), houve nova tentativa de implementar uma política para reduzir a população indígena. Em 1703, foi ordenada novamente o agrupamento dos povos indígenas em áreas restritas. As terras das aldeias indígenas, agora despovoadas, foram utilizadas para levar a cabo a fundação das cidades espanholas e estendendo as propriedades adjacentes pertencentes aos agricultores e pecuaristas espanhóis (CASTRO e BAHAMONDES, 1986).

A redução da população indígena objetivava absorver os indígenas no sistema colonial social, político, econômico e religioso espanhol. Como resultado, foram fundadas aldeias indígenas reduzidas, a quantidade de terra e acesso à água foi definida de acordo com o tamanho das comunidades, e sobre essas terras deviam cultivar e criar animais para o consumo e para a comunidade (VITALE, 1998). No entanto, este sistema em que os índios tentaram manter sua produção separada da espanhola, não prosperou devido às formas de trabalho e um tributo sobre os índios com base no serviço de pessoal.

Em 1791, o sistema de reduções do agrupamento dos indígenas falhou e foi definitivamente abolido porque havia muitos índios trabalhando em fazendas espanholas, como índios livres, e que eram extremamente necessários como mão-de-obra. Finalmente, em 1821, foi declarada a propriedade individual aos povos indígenas permitindo o parcelamento das suas terras localizadas nas aldeias indígenas, permitindo, no curto prazo, a alienação individual (Biografiadechile, 2013).

Entre 1912 e 1922, são entregues por volta de 40 títulos de *mercedes* sobre terrenos de propriedade indígena. Com os títulos, o território indígena adquire caráter legal, o que rapidamente permitiu a implementação de políticas concretas de ocupação. Somado ao fato de que em 1819 os indígenas foram reconhecidos como cidadãos chilenos, com plena capacidade jurídica, o que lhes permitia celebrar toda classe de atos e contratos, isso

impulsionou o assentamento da primeira leva de agricultores, militares e aventureiros ao interior da linha de fronteira, estes se valeram da compra e do arrendamento irregular de terras como principal mecanismo de apropriação (Biografiadechile, 2013).

A distribuição de definição do direito à propriedade por parte dos espanhóis trouxe consigo a desarticulação da estrutura social e econômica das culturas indígenas. O conquistador impõe novas formas de organização: o uso-fruto comunitário da terra foi substituído por um de caráter individual, mediante a entrega de *mercedes de terra*, doações diretas em parcelas, se introduz tecnologias agrícolas, se abandonam sistemas tradicionais de produção estabelecendo uma nova estrutura produtiva latifundiária (CASTRO e BAHAMONDES, 1986).

Entre 1912 e 1922, a economia do Chile seguia um modelo exportador baseado principalmente na exportação de farinha de trigo e de matérias primas de mineração (prata e cobre), entretanto, o desgaste das antigas fazendas coloniais nos vales centrais não permitiu projetar o aumento da atividade exportadora: precisava-se de mais e melhores terras e, principalmente, de condições políticas de exercer soberania sobre terras consideradas baldias (AYLWIN, 2000).

Nas décadas de 1840 e 1850, houve um movimento de regionalização político-administrativo destinado a organizar o território chileno em províncias. Apesar das incógnitas sobre o estatuto dos territórios indígenas, o momento foi aproveitado para criar, no mês de julho de 1852, a Província de Arauco, que compreendia “*los territorios indígenas situados al sur del rio Bío-Bío i al norte de la provincia de Valdivia, i a los departamentos o subdelegaciones de las provincias limítrofes que, a juicio del Presidente de la República, conviene al servicio público agregar por ahora*” (Ley de 2 de Julio de 1852, apud AYLWIN, 2000).

Nos primeiros anos da década de 1860, o Chile experimentou, por motivos diversos, uma primeira contração do modelo exportador. Passou-se a considerar a integração das terras da Araucânia, de domínio indígena Mapuche. As terras mapuche deviam servir à soberania nacional, argumentavam os favoráveis à ocupação, porque havia necessidade de ampliar o território cultivável com a finalidade de competir nos mercados internacionais (CONTRERAS, 2008).

A partir de vários períodos no desenvolvimento da legislação relacionada aos povos indígenas houve um primeiro período da radicação, assim chamado porque procurava precisamente de sedentarização dos povos indígenas, especialmente o povo Mapuche. Em 1857, teve início uma intervenção militar, com duração de 21 anos, que ficou conhecida eufemisticamente como a “Pacificação da Araucanía” e incorporou a totalidade do território Mapuche. Esta intervenção ocasionou a morte de milhares de indígenas e a pilhagem de grande parte dos bens dos que sobreviveram.

Pequena fração dos sobreviventes, por volta de 77 mil Mapuches, foi transferida às chamadas “reduções” (as propriedades cedidas pelo Estado por títulos de *mercedes*), e o território Mapuche foi diminuído em 13% (BENGOA, 1983). Os indígenas foram assentados nas terras mais pobres, desconsiderando todo o vínculo cosmogônico com seus lugares de nascimentos. “*De um vasto espaço, sem cercas, os Mapuche se reduziram a pequenas propriedades, numa média de 6,5 hectares por indivíduo, no que concerne a região administrativa da Araucanía*” (BENGOA, 1983).

Desde meados do século XIX, houve crescentes irregularidades no crescimento da compra de terras indígenas, por isso, a partir de 1852, a venda dessas terras foi restrita e elas ficaram sob a supervisão de autoridade. No entanto, estas disposições foram violadas rapidamente por meio dos tribunais.

A lei de 4 de dezembro de 1866 permitiu o estabelecimento de populações em territórios indígenas, com o fundamento de que o Estado os possuía, pois tinha adquirido esses territórios. Mesmo assim, o Estado venderia essas terras públicas em lotes de 500 hectares, definindo a estrutura agrária chilena. A mesma lei impedia a alienação de terra entre indivíduos em território indígena, com exceção daqueles que foram registrados. Além disso, foi ordenado que uma comissão fizesse a demarcação das terras pertencentes aos indígenas dando a estes um título de *mercedes* por essas aquelas terras em nome da república<sup>7</sup> (CONTRERAS, 2008).

---

<sup>7</sup> A lei de 1866 estabelecia a forma de definir as terras indígenas. Os títulos eram entregues aos que demonstrassem ocupação efetiva e continuada; se vários indígenas pretendiam a posse de uma terra, a posse seria em favor do que ocupou a terra nos últimos cinco anos; se vários índios ocupassem a mesma terra, essa seria considerada comunitária e seria dividida em partes iguais, todos os direitos da propriedade seriam reconhecidos ao chefe da família. Se os índios possuísem um terreno como a redução dependente de um cacique, lhes seria dada a posse comum, se um oitavo dos chefes de família de uma redução quisessem ter sua propriedade separada, seria feita a divisão, dando ao cacique um terreno triplo que ele atribuiriam aos chefes de família, utilizando os limites naturais para delimitar as propriedades (CONTRERAS, 2008).

Essa delimitação das propriedades tinha por trás o interesse em "reduzir" as terras mapuches no menor possível e liberar o resto do país para o estabelecimento de chilenos e estrangeiros. As terras não demarcadas por essa comissão foram consideradas terras devolutas, portanto estatais, todas aquelas em que os índios não podiam provar a posse real e contínua de pelo menos um ano, passaram ao Estado (CUADRA, 2001).

Houve vários decretos de 1813 até 1927 que determinavam a constituição de moradias para os indígenas. Em 1823, uma lei estabelece o procedimento para vender terras indígenas. Em junho de 1830, um decreto ordena a venda de todos os terrenos que sobraram da distribuição aos indígenas, para o Estado. As terras indígenas são declaradas "*en perpetua y segura propiedad*", pertencentes de forma vitalícia aos indígenas e seus descendentes, e todo o resto é declarado propriedade estatal e é leiloado (BENGOA, 1983).

Em 1866, se dita a lei mais importante para a redução e pacificação dos povos Mapuche, que estabelece a fundação das populações em território indígena e dita as normas para a venda das propriedades. Essas determinações são vitais no processo de expropriação e desapropriação, no qual se definem contratos para os domínios de terras indígenas. Neste processo, apenas era válido se o título de terra fosse registrado, e obviamente a garantia de posse era auferida por títulos que os indígenas não possuíam (BENGOA, 1983).

Um dos temas mais evidentes no conjunto de leis, decretos e decisões reais promulgadas pelos Estados da Espanha é o da propriedade<sup>8</sup>, seja a privada, seja a pública. Tal constatação a princípio em nada surpreende, uma vez que o fundamento do Estado Nação é a riqueza mobiliária (dinheiro e capital), a terra e a renda da terra, portanto, a propriedade privada (MAIA, 2012). Na Espanha, já nas primeiras décadas do século XIX, a instauração do regime constitucional produziu uma inversão dos princípios que estabelecem a propriedade privada, pois enquanto o Antigo Regime concebia a propriedade privada subordinada aos sacrifícios patrimoniais, o Regime Constitucional ou Novo Regime considera a propriedade privada ante "*a los ataques del poder publico*" (MAIA, 2012). Dessa forma, os novos princípios defendidos pelo Novo Regime, prescreviam a extinção dos sistemas tradicionais agrários, pois a terra teria que se converter em uma mercadoria,

---

<sup>8</sup> Em 1812, a Espanha promulgou sua constituição, com o modelo liberal de Estado impulsionando as mudanças necessárias à consolidação do capitalismo. Assumindo a "Declaração dos direitos do homem e do cidadão" que define um "direito" que se tornará universal: a propriedade privada, enquanto direito natural sagrado, inalienável e inviolável.

devendo ser possuída por proprietários (MAIA, 2012). A exigência do modo de produção capitalista em transformar a terra em mercadoria, livre para ser comercializada, estabelece a constituição do direito à propriedade privada absoluta da terra, propriedade de limites precisos, devidamente registrada e que possa servir como garantia de empréstimos (MAIA, 2012).

No início do século XIX, o Chile se constituía de estados unidos que faziam parte das colônias do Reino de Espanha e, nesse período colonial, se origina a propriedade privada dos meios de produção e o fenômeno da concentração de terras.

A parcela dos indígenas que não foram transferidos às reduções (mais de 30 mil) ficou simplesmente sem direito algum a terra, sendo obrigados a se trasladarem às já restritas propriedades daqueles que conseguiram o título de *merced* ou então migrarem às cidades. Os 87% do território, o qual o Estado chileno se apropriou tiveram diversos fins: tornaram-se terrenos públicos, foram transpassados aos militares da campanha, foram cedidos a colonos nacionais e europeus ou ainda foram tornados privados por meio de leilões públicos, conformando os tradicionais latifúndios do centro sul do Chile, legalmente institucionalizados desde sua gênese (CONTRERAS, 2008).

A Divisão de terras se inicia com a Lei 4.169, de 29 de agosto de 1927, que afetou as comunidades com título de *mercedes*, portanto, não envolve muitas comunidades. Nos termos desta lei, era suficiente que apenas um morador pedisse a divisão da comunidade para empreender, mas essa situação mudou com a Lei 4.802, de 1930, que prevê que a divisão pode ser realizada automaticamente pelo juiz. Essa lei também estabelecia que para as comunidades indígenas só poderiam ser concedidos títulos comunitários (MUÑOZ, 1999).

A Lei nº 4.169 permitia e incentivava a divisão das comunidades, em vigor por diferentes estratégias políticas significando a legalização jurídica da fragmentação das propriedades comunais em propriedades privadas, passível de livre compra e venda e assim regulamentada pelas leis de mercado. Até o ano de 1949, por volta de 25% dos terrenos comunais Mapuche já tinham sido divididos em propriedades particulares, passada a posse de proprietários não indígenas (CUADRA, 2001).

Inumeráveis famílias Mapuche perderam suas terras por dívidas contraídas em bancos e agiotas, na tentativa de fazer produzir a terra, ou ainda por tributos territoriais a que se viram obrigados a pagar ao Estado, após serem confinados nas reduções (CUADRA, 2001).

Para compreender a gênese da propriedade privada, a formação territorial e como finalmente se estrutura a rede urbana, pensando a apropriação do território chileno, avaliamos a questão indígena e fundiária.

#### **1.4 O Direito de Propriedade**

Em 18 de setembro de 1810, se forma a Primeira Junta Nacional de Governo, ficando Mateo de Toro y Zambrano como presidente e dando início ao período denominado *Pátria Velha*. Uma das primeiras normas editadas por esse conselho é o regulamento para a liquidação da autoridade executiva provisória, considerada uma das primeiras tentativas de ordem constitucional, que estabelecia um governo executivo de três poderes e um Congresso unicameral (VITALE, 1969).

O governo transitório estabelecido se manteve sem intenções de obter independência. Em 4 de julho de 1811, o conselho é dissolvido, de modo que o Congresso exercesse funções executivas e legislativas conservadoras, com uma forte lealdade ao rei da Espanha conservadora. Com a ascensão ao poder de José Miguel Carrera, são editados os primeiros textos constitucionais e leis próprias (VITALE, 1969). Depois de um longo conflito entre patriotas e monarquistas, se consolida o sentimento de independência. Em 12 de fevereiro de 1818, a independência é proclamada por Bernardo O'Higgins. Naquele mesmo ano, foi redigida a constituição chilena.

Rompidos os laços coloniais com a Espanha, a classe dominante criolla aumentou sua renda com a tomada de terras que permaneceram nas mãos de comunidades indígenas, por meio da chamada expansão da fronteira interna ou "as campanhas do deserto", que consumaram a desapropriação (CONTRERAS, 2008).

As fazendas eram parcelamentos de lotes que não constituíam direitos de propriedade sobre a terra, a garantia da propriedade privada do solo era as *Mercedes de tierra*. Esses títulos eram concedidos pelo governador, o conselho ou o próprio rei, que entregava a um espanhol uma parcela de terra para seu domínio e de seus descendentes.

A maioria dos latifúndios se formou por meio de reiteradas compras de terras dos agricultores médios, que revenderam suas propriedades obtidas das antigas *mercedes* de terras. As grandes propriedades foram formadas pela compra das propriedades de seu entorno. A dinâmica dessa colonização direcionou à elite criolla a posse das melhores terras. No começo não as utilizaram para a agricultura, mas para o gado. As concessões de terras foram aumentadas especificamente no século XVII, com a ascensão da produção de gado (CONTRERAS, 2008).

No século XVIII, as grandes propriedades, unindo a agricultura, a exploração de trigo em larga escala e a produção pecuária, passaram a ser chamadas de fazenda. A economia pecuária no Chile é desde o princípio concentrada em latifúndios, e o principal fator de acumulação de terra foi, obviamente, o interesse comercial para produtos pecuários e agrícolas. A frequência de latifúndios indicava que essa concentração não se constituía de acidentes isolados na história de algumas fortunas familiares (Memória Chilena, 2013).

Os proprietários reforçaram o processo de concentração de terras por meio da criação da instituição chamada primogenitura (*mayorazgo*), onde a posse da terra passava ao primogênito, impedindo a divisão da propriedade após a morte do pai (CONTRERAS, 2008).

O período 1680-1880 pode ser caracterizado como a era de grandes propriedades na história rural chilena, com máxima concentração de terra em poucas famílias. O geógrafo e botânico alemão Thaddaeus Haenke, que visitou o Chile em 1790, observou que as léguas quadradas que compunham o partido de Santiago estavam repartidas por 172 famílias. O vale de Copiapó, desde o mar até a cordilheira, era de posse dos descendentes de uma mesma família, a de Aguirre (Memória Chilena, 2013).

A distribuição estabelecida pelos colonizadores, nas *mercedes*, a compra de terras formando grandes latifúndios, associada à lei da primogenitura, promoveu grande concentração de terras no Chile.

A constituição da estrutura agrária após o processo de independência em 1818 obedeceu, de forma geral, às mesmas condições que propiciaram a intensa concentração de terras nos países vizinhos recém-independentes, isto é, a mudança de diretriz em relação à política do período colonial, quando a concessão de terras era destinada a quem possuísse condições de explorá-las gerando excedentes para a coroa espanhola, continuava a

perpetuar desigualdades no campo, consolidando uma elite rural formada basicamente por criollos e imigrantes europeus, prevalência do latifúndio como propriedade da terra diante do minifúndio e da comunidade indígena.

O regime latifundiário tem sua origem no fato de que as terras foram inicialmente doadas a um número limitado de pessoas, que passaram a controlar, limitar e penalizar o acesso às mesmas. Esse controle se exercia tanto mais facilmente na medida em que as melhores terras eram aquelas que se beneficiavam de economias externas proporcionadas por investimentos infra-estruturais proporcionados pelo governo (Memória Chilena, 2013).

Com respeito ao direito de propriedade, a constituição de 1925 define, em seu artigo 10º, que a constituição assegura a todos os habitantes da república a inviolabilidade de todas as propriedades, sem distinção nenhuma.

A constituição, introduzindo a regulação e a legitimação da propriedade em sua função objetiva, possibilita legislativamente a delimitação de propriedades fundadas em interesses coletivos, dada a influência do constitucionalismo social, antes de haver esse direito. A legislação referia-se somente ao aspecto subjetivo, conforme a tradição liberal expressa tipicamente na quinta emenda da constituição norte-americana e na Declaração Universal de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 (Artigo 2º e 7º), em que o ponto central era a intangibilidade da propriedade e o pagamento de toda indenização ante a privatização dela. Isto é, o central era a garantia subjetiva do proprietário (Memória Chilena, 2013).

Nessa evolução, a reforma constitucional mais importante no Chile foi a da Lei 16.640, de 1967, que modificou profundamente o estatuto de direito à propriedade. A lei permitiu estabelecer limitações e obrigações para garantir o cumprimento da função social e fazê-la acessível a todos, portanto, o Chile seguiu a fórmula alemã “*la propiedad obliga*” (às forças da propriedade), que é bem aceita até hoje (artigo 19 nº 24 inc.2). A propriedade fica consagrada como instituto, sua explicação histórica é a necessidade de estabelecer garantias de que a propriedade não se converta em uma fórmula vazia, impotente ante o legislador e suas leis sociais, a qual no caso chileno é ainda mais evidente (Memória Chilena, 2013).

## 1.5 A reforma agrária chilena

O processo de industrialização acelerada para substituição de importações, a partir da década de 1930, contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo agrário, que favoreceu a implementação de reforma agrária. Nos primeiros anos da década de 1960, o latifúndio predominava como forma de posse da terra no Chile, sendo alvo de constante insatisfação de movimentos sociais camponeses que reivindicavam uma distribuição mais justa, além de maior acesso à posse da terra.

A inviabilidade de tal modelo de distribuição fica demonstrada não somente por fatores sociais, mas também econômicos, já que, a época, a superfície média dos latifúndios era cerca de 1.500 vezes maior que a de minifúndios, enquanto a produção de renda era pouco mais de 70 vezes maior (CUADRA, 2001).

Mudanças políticas na década de 1960 e inícios dos anos 1970. Os governos de Jorge Alessandri (1958-1964), Eduardo Frei Montalva (1964-1970) e de Salvador Allende (1970-1973) abriram o debate da Reforma Agrária no Chile e, por meio de mobilizações dos setores indígenas, estas tenderam a abrir a discussão da questão agrária, buscando incorporar não só os “camponeses sem terra”, como também os “índios usurpados”.

A reforma agrária começou em 1962, com a promulgação da Lei 15.020. Seu objetivo era melhorar os níveis de produção agrícola através da modificação lenta do sistema de posse da terra. Esta política operou por meio do reagrupamento de pequenas fazendas e comprar propriedades pouco desenvolvidas, com base numa melhoria paralela das condições sociais e culturais dos pequenos agricultores e trabalhadores (BORGES, 2012).

Durante o governo de Salvador Allende, o processo de expropriação aumentou de forma acentuada, devido à pressão de organizações de agricultores. Entre 1965 e 1970, foram expropriadas 1.319 fazendas em todo o país, com um total de 788,3 hectares. Na terra desapropriada, Allende promoveu os assentamentos de Reforma Agrária e organizou a fase de preparação dos camponeses para a compra do imóvel, que durava entre três e cinco anos. A Unidade Popular, do governo de Salvador Allende (1970-1973), expropriou 4.400 terras agrícolas totalizando mais de 6,4 milhões de hectares, acabando com a velha ordem de fazendeiros que tinha prevalecido por mais de 400 anos (BORGES, 2012). Com o fim

do governo de Salvador Allende, com o golpe 11 de setembro de 1973, foi estabelecida uma junta militar chefiada pelo general Augusto Pinochet (1973-1990), que suspendeu as garantias individuais contidas na Constituição de 1925 e ainda dissolveu o Congresso.

O golpe de Pinochet iniciou um processo de contra reforma-agrária. Os líderes dos agrupamentos foram perseguidos, a maquinaria agrícola destinada aos Mapuche foi confiscada, as redes produtivas foram desarticuladas<sup>9</sup>, no entanto, o modelo neoliberal estabelecido no governo militar partiu para o mundo rural, transferindo terras para novos proprietários, que modernizou a produção agrícola os tornando proletariado camponês.

Após a reforma agrária, no Chile não podia haver lotes de terra maior do que 80 hectares de irrigação, conhecido como hectares básicos. Sendo assim, foi desapropriada qualquer propriedade agrícola de empresas ou parcerias; qualquer propriedade agrícola, independentemente do tamanho, que estivesse sendo mal-explorada; qualquer propriedade agrícola beneficiada por obras de irrigação desenvolvidas pelo Estado (Biografiadechile, 2013).

A formação das cidades chilenas carrega em sua constituição essa herança colonial, em menor grau as consequências das políticas para que a riqueza fosse mais bem distribuída, como a reforma agrária e subdivisão do território em comunas, com autonomia financeira e administrativa, que se prestava a estabelecer maior equidade<sup>10</sup>. Apesar das intenções para construir uma nação que distribuísse de forma mais equitativa suas riquezas, mais recentemente o movimento neoliberal se sobrepôs a essa matriz arcaica uma nova roupagem de modernidade “global” que só fez exacerbar as injustiças. As dinâmicas próprias ao mercado se sobrepuseram a essas novas práticas, e a concentração de terras não foi superada. Assim, o Chile ainda é considerado um país de grandes desigualdades sociais, onde os 10% mais ricos concentram 27 vezes a renda dos 10% mais pobres. Os 5% mais ricos da população ganham mais de 830 vezes a renda dos 5% mais pobres (EMOL, 2011).

---

<sup>9</sup> De acordo com dados da “Comissão Verdade e Reconciliação”, de 1991 (MORALES URRA, 1994, p. 104) só na região da Araucanía, 113 Mapuche foram mortos pela repressão estatal, durante a ditadura. De maneira geral, para propiciar o retorno de terras ao mercado, o regime ditatorial devolveu 1/3 da terra apropriada aos antigos donos, vendeu outro 1/3 às corporações internacionais e repartiu o outro 1/3 em parcelas individuais. (Ibidem, p. 62). Deste último terço, estima-se que somente metade foi entregue à assentados de origem Mapuche, sendo o restante entregue a camponeses chilenos. As terras vendidas destinaram-se predominantemente às grandes corporações florestais estrangeiras, que tiveram todo o apoio técnico e político para se instalarem nestas terras.

<sup>10</sup> A autonomia das comunas implicou mais tardiamente em desigualdades dado o status de comunas mais ou menos desenvolvidas, com parques mais ou menos, preservados.

A monopolização do acesso à terra é condição indispensável para que haja a valorização do capital. As cidades nas sociedades capitalistas apoiadas na privatização do espaço – na existência da propriedade privada da terra e na apropriação da renda imobiliária – são condição de produção de valor em um processo constante de (re)produção do espaço urbano (FERNANDES, 2012).

Após a derrubada de Allende, além da transformação na estrutura agrária, as transformações econômicas foram cruciais para o desenvolvimento urbano do Chile. Augusto Pinochet assumiu o neoliberalismo como sistema econômico, tendo sido país pioneiro na liberalização econômica e impulsor do neoliberalismo. No ramo dos mercados livres, é uma das economias mais globalizadas e competitivas do planeta. Esse período foi apelidado, pelos defensores do neoliberalismo, de milagre chileno.

A militarização do Estado do Chile significou o estabelecimento de políticas liberais em matéria de áreas de desenvolvimento urbano, tais como o mercado de terras, a oferta de habitação social, transportes e infra-estrutura (SABATINI E ARENAS, 2001), bem como abertura à entrada de capital estrangeiro e de produtos importados. Estas medidas de liberalização fazem parte de um processo global de reformas estruturais no Chile a partir de 1970 e cujas implicações são tão profundas, que também envolvem uma série de mudanças na capital do Chile, tanto estruturais como morfológicas em função e posição dentro do nó de rede conjunta do capitalismo global (FUENTES e SIERRALTA, 2004).

Temos para o Chile essa histórica segregação espacial nas radicações para os indígenas, com a definição do direito à propriedade sem garantias aos povos tradicionais. A proposta de reforma agrária iniciada por Salvador Allende e corrompida no governo militar de Pinochet também auxiliou no processo de garantir a propriedade da terra para a elite criolla, definindo o acesso à terra no Chile. Com essa atuação, temos uma segunda etapa promotora de segregação socioespacial que é intensificada pelo capital, exemplificada nessa tese, pelos custos imobiliários. O alto custo dos lotes, em alguns setores onde é auferida qualidade ambiental, restringe o acesso, como será explicitado no capítulo 5, com a dinâmica imobiliária como produtora de segregação espacial. O isolamento e a restrição de acesso à terra dificultaram o desenvolvimento de qualquer atividade e supõe uma base territorial, seja em lotes urbanos ou rurais.

O acesso à terra é realizado exclusivamente mediante o pagamento da renda da terra aos indivíduos que têm a sua posse. E sendo assim, com o desenvolvimento urbano, os proprietários fundiários desfrutam de uma condição de enriquecimento singular, proporcionada pelo status de mercadoria que a terra possui, denominada renda absoluta da terra. Em face do preceito da propriedade privada, combinado com a dinâmica socioeconômica da sociedade, há uma valorização progressiva das terras, sem que para isso ocorra qualquer intervenção desses proprietários sobre seu patrimônio fundiário (FERNANDES, 2012).

## Capítulo 2: Urbanização e Problemática Ambiental

### 2.1. Urbanização e metropolização da América Latina

O estudo da formação de qualquer sociedade a partir de seu território tem uma centralidade reveladora de especificidades e complexidades nos processos e nos fenômenos presentes na história territorial.

Os padrões históricos de acumulação condicionaram a organização urbana na América Latina. As políticas liberais nos moldes do conhecido Consenso de Washington, para salvar a crise econômica dos anos 1980, promoveram certa dinamização econômica ligada ao setor econômico terciário avançado e às indústrias de ponta (no bojo dos novos paradigmas econômicos da globalização) e reestruturaram, promovendo grande dinamização da urbanização e alteração do padrão de ocupação urbana. Esse desenvolvimento urbano será analisado na presente tese.

A reestruturação do espaço urbano pode ser verificada a partir de uma série de dinâmicas, por sua vez vinculadas ao processo de urbanização. Deve-se destacar que a globalização, ao promover mudanças na divisão internacional do trabalho, implica mudanças na divisão territorial do trabalho, repercutindo no processo de (re)produção do espaço em nível nacional, regional e local. Com a globalização, houve grandes transformações nas estruturas urbanas da América Latina. As transformações econômicas reduziram a polarização entre a cidade rica e os pobres da cidade, enquanto a segregação aumentou. Deve-se notar que desde os anos 1990, algumas formas urbanas típicas da cidade norte-americana se difundiram no sul do continente (JANOSCHKA, 2002).

Na América Latina, as experiências relacionadas às tradições acadêmicas e às lições do Instituto de Urbanismo de Paris são renovadas pelas intervenções urbanísticas marcadas pelas ideias do Movimento Moderno inspirado no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933, os princípios da Carta de Atenas foram largamente aplicados.

Desencadeado desde o início a década de 1920, a América Latina passou por um acelerado ritmo de crescimento; a urbanização se intensificou promovendo grandes concentrações, com grandes contrastes e desigualdades socioespaciais. A Argentina e o Chile, já em 1914, tinham mais de 50% de sua população urbanizada, enquanto os países andinos e o Brasil eram predominantemente rurais até 1950 (CEPAL, 2011).

A segunda Revolução Industrial (1850 – 1870), da acessibilidade gerada pela ferrovia e o automóvel, o estabelecimento do telégrafo e do telefone possibilitaram a instalação de indústrias na periferia conectadas a sua sede urbana (SILVA, 2010). O crescimento industrial, o crescimento demográfico e a expansão urbana evidenciam a necessidade das grandes cidades em aprovar planos urbanos que foram primeiramente realizados por governos locais, com responsabilidade de estrangeiros e posteriormente passaram às novas gerações de profissionais nativos (GUTIÉRREZ, 2007).

Após a Segunda Guerra Mundial, houve grande modernização e desenvolvimento econômico e a expansão das capitais, em parte devido a um incipiente processo de industrialização que promoveu a urbanização acelerada na Argentina, no Uruguai, no Chile e no Brasil, configurando entre os países mais urbanizados do mundo na década de 1930. Já em 1950, mais da metade da população do Uruguai (78%), da Argentina (65,3%), do Chile (58,4%) vivia em centros urbanos, enquanto a porcentagem média da América Latina era de 41,6% (BAGGIO, 2001).

Por volta dos anos 1950 e 1960, esse processo foi reforçado devido a uma descentralização das atividades produtivas da cidade, a construção de estradas e acesso a empréstimos hipotecários por várias classes sociais, que são a suburbanização em grande velocidade, gerando a chamada "cidade difusa" (CAPEL, 1994, p.139).

Atualmente, as metrópoles da América do sul caracterizam-se por forte urbanização e pobreza (CEPAL, 2011) e estão inseridos na globalização neoliberal (período de integração da economia-mundo), que promoveu uma nova configuração cultural, social e econômica. Nesse modelo econômico, há imposição da lógica do mercado global como um modo de vida social e cultural (SENHORAS E CARVALHO, 2008), que reestruturam o padrão de ocupação urbana nas grandes cidades.

A metropolização confere ao espaço características cuja função é permitir a reprodução do capital condicionando e produzindo a história urbana atual, que consiste numa determinação do momento histórico contemporâneo, comumente referido como globalização, que tem na reestruturação do capital produtivo seu fundamento (LENCIONI, 2003).

Pode-se identificar no processo de globalização as dinâmicas de concentração atreladas ao próprio fenômeno da metropolização, especialmente ligado à produção das chamadas "economias de aglomeração" e desconcentração, em que o capital produtivo, do setor industrial como exemplo, é beneficiado com a concentração espacial (por conta da centralização da mão-de-obra, de um mercado diversificado, de empresas diversas e complementares, que viabilizam, possibilitam a reprodução ampliada) para o setor comercial e de serviços (LENCIONI, 2003).

A implementação dos meios de consumo coletivos (infra-estrutura, equipamentos e serviços), beneficia também o capital imobiliário, que se apropria da produção social da cidade, neste caso tanto resultado da ação do poder público, enquanto produtor da infra-estrutura, e também do setor privado, já que este é importante agente da produção da cidade (LENCIONI, 2003).

Analisando a identidade histórica na América Latina, Romero *et al* (2004) afirmam que as cidades decorrem das primeiras fundações americanas caracterizadas como: "cidades fidalgas", construídas pelos colonizadores para a vida metropolitana na colônia. Outro tipo de cidades são as "cidades criollas", criadas pela incipiente burguesia surgida nas colônias a partir de seus próprios ideais de desenvolvimento comercial e urbano. As "cidades patricias", que surgem logo depois, são decorrência dos inúmeros processos de independência que se desencadeiam na América Latina. As "cidades burguesas" e "cidades massificadas" são uma consequência do processo de modernização, assim como as com as quais finaliza sua investigação (ROMERO *et al*, 2004).

A América Latina foi um dos centros fundamentais para o desenvolvimento da década de 1970, onde se manifestou com maior força a crise do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações e seu deslocamento na abertura generalizada dos mercados de bens e capitais, na privatização de empresas e serviços públicos, na desregulamentação dos mercados de trabalho e na reforma

dos sistemas de bem-estar social, que reconfiguraram as cidades no começo dos anos 1980 (DUHAU, 2005). E hoje são cenários nos quais se apresentam de modo mais ostensivo e em maior escala novas formas de produzir, organizar e gerir os espaços metropolitanos (DUHAU, 2005).

O Chile, seguindo a prática habitual da colonização espanhola, tem suas cidades planejadas com uma praça central, rodeada por uma grade de ruas que formam blocos quadrados. As praças eram, invariavelmente, onde se localizavam os prédios do governo municipal ou regional e igrejas. As primeiras propostas para modificar a estrutura interna de cidade foram realizadas durante a gestão do intendente Benjamin Vicuña Mackenna, no período de 1872 a 1875. O plano previa a construção de uma via de contorno da cidade, abertura de vias, criação e arborização de praças e parques, entre outros (GOMES, 2009),

Em 1929, o austríaco Karl Brunner Von Lehenstein (1887-1960) é convidado pelo governo para ir ao Chile e trabalhar como consultor técnico, vinculado à seção de urbanismo do Departamento de Arquitetura do Ministério de Obras Públicas, e organiza, com a Universidade do Chile, o primeiro seminário de urbanismo da América Latina, inaugurando as bases para o urbanismo científico do Chile.

Brunner usa as ferramentas tradicionais, como eixos, fachadas contínuas e espaços públicos como praças e parques, no mesmo padrão latino-americano do século XIX. Propõe a abertura parcial de diagonais, apesar de os quarteirões de 120 por 120 metros, que são a unidade básica, dificultarem tal abertura (ALMANDOZ, 2006).

Para montar sua proposta, Brunner se utiliza de uma metodologia inédita com vasto levantamento aéreo e palestras, e assim, oferece novas formas de entendimento sobre a concentração urbana. A densidade populacional era um ponto básico na referida proposta para definir diferentes bairros de acordo com sua função e determinar linhas de transporte de massa para que fossem fluidos. Apesar do uso destas técnicas modernas, a proposta de Brunner ia na contramão do sugerido por Le Corbusier, definidos na Carta de Atenas (ARIAS, 2005).

Brunner preocupa-se com o adensamento, enfatizando e otimizando a área construída antes de recorrer à expansão, defendendo as especificidades de cada espaço dentro da cidade e respeitando os valores urbanos e não ignorando as propostas discutidas nos círculos nacionais (ARIAS, 2005).

No urbanismo de Santiago, as ruas deveriam fornecer a transparência, a fluidez, estabelecer relações e permitir o movimento dentro da estrutura urbana. Assim, foi desenhado um sistema de avenidas diagonais, geralmente interrompidas por praças, jardins ou monumentos públicos, que forneciam perspectivas dentro da cidade.

O desenho urbano de Santiago ressaltava a necessidade de se pensar em uma futura expansão, não só em termos de números, mas principalmente de distribuição e acesso equitativo, ressaltando também a necessidade de construir parques no noroeste e sudeste da cidade. Preocupado também com a igualdade de acesso ao espaço público, Brunner utiliza seu estudo sobre o problema do congestionamento no centro e recomenda a implementação de um sistema interno de ferroviário urbano para comunicar as áreas com os bairros periféricos.

Nesse urbanismo, as praças, as ruas e os parques adquiriram grande importância. A praça pública foi considerada o espaço urbano primitivo da cidade, a expressão física da sociabilidade, era o ponto essencial na construção de relacionamentos urbanos. Permanece o fato de que a noção de espaço público como espaço aberto, ou mesmo como "verde", foi crucial para seu trabalho em Santiago. Parques, avenidas e redes arborizadas além de seu valor estético da preservação da natureza deveriam atuar como espaços de descanso e de recreação para todos os cidadãos, especialmente para os de baixa renda (ARIAS, 2005). Esse planejamento urbano garantiu à região central de Santiago grandes parques públicos que atuam efetivamente como espaço de convívio até os dias atuais, como pode ser visto no capítulo sobre o verde urbano em Santiago.

## **2.2 Desenvolvimento urbano do Chile**

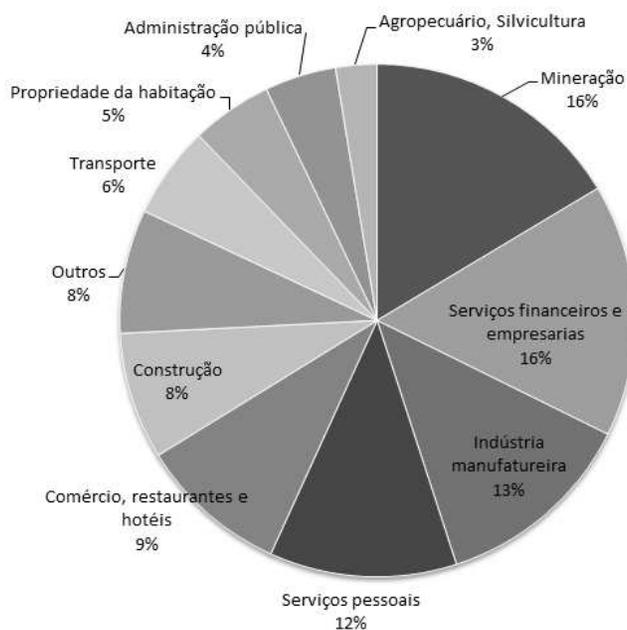
Um breve histórico sobre o desenvolvimento econômico do Chile se faz importante, pois define o ritmo das alterações no ambiente. No caso chileno, desde o início do século XX, a economia esteve dominada pela produção de cobre. A partir da década de 1940, o setor industrial se expandiu rapidamente, em grande parte por iniciativas governamentais.

A consolidação do modelo de desenvolvimento no Chile, baseada principalmente na indústria extrativa dos recursos naturais para exportação, significou grandes impactos nas comunidades e ecossistemas. Os eixos do setor de exportação (mineração, pesca,

agricultura e silvicultura) causaram problemas de poluição e degradação dos recursos em cada país, região, afetando ecossistemas, saúde e qualidade de vida das pessoas, violando seus direitos de acesso a recursos básicos com agravamento dos problemas pelo mau controle das atividades industriais (SADER, 2001).

Na atualidade, o Chile é um dos principais países industrializados da América Latina, a atividade econômica mais representativas do país ainda é a exploração de recursos naturais básicos, como o cobre, as explorações florestais de madeira, pesca e agricultura (MIDEPLAN, 2001). Acordos de integração econômica no contexto da globalização econômica neoliberal têm incentivado a expansão das indústrias extrativas e de uso intensivo de recursos naturais, com a concentração dos benefícios desta exploração para uma população reduzida gerando problemas persistentes de injustiça, desigualdade ambiental e conflitos entre os setores produtivos.

A política de governo prioriza a exploração e a comercialização de recursos naturais para satisfazer metas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). A estrutura exportadora chilena está composta por 45% de produtos industriais, 45% de produção mineral e 10% de produtos agrícolas. Dentro dos produtos industriais, destaca-se a exportação de celulose, metanol, produtos químicos e insumos agrícolas. A indústria pesqueira do salmão e do vinho (BCCH, 2012). A mineração, os serviços financeiros e a indústria manufatureira são responsáveis por 45% do PIB. (Gráfico 2.1)



### Gráfico 2.1: Participação dos setores no PIB de 2009.

Fonte: BCCH, 2009, organizado pela autora

Na década de 1970, foram impressos esforços para impulsionar o setor agrícola e reduzir a dependência do país das importações de alimentos (Gobiernodechile, 2012). Para isso, o governo reformista de Salvador Allende (1970-1973) nacionalizou as minas de cobre, as telecomunicações, as siderúrgicas e a extração de carvão e salitre. Bancos, ferrovias e extração petrolífera foram estatizados. Também foram iniciados o programa de reforma agrária, descrito anteriormente, e o de benefícios sociais, reduzindo o analfabetismo e concedendo aumentos salariais aos trabalhadores. Essas iniciativas promoveram grandes transformações sociais, dando impulso a uma cultura progressista, que foram base para o nível de desenvolvimento humano do país (SADER, 2001).

O processo de urbanização chilena vincula-se a essas transformações econômicas e por isso o crescimento de sua população foi mais significativo nos últimos 150 anos. De acordo com os censos da república, em 1835, a população era de 1.010.336 habitantes. Em 1895; foi de 2.695.625. Em 1907, alcançou 3.220.531; em 1940, subiu para 5.023.539; em 1960, cresceu para 7.374.115; em 1970, somava 8.884.769; em 1982, foi de 11.329.736 habitantes; em 1992, alcançou 13.348.401 e em 2002, chegou a 15.116.435 habitantes (INE, 2001) (Gráfico 2.2).

O aumento populacional pode ser atribuído principalmente à manutenção, até 1962, de taxas de natalidade moderadamente altas (37,5 por mil habitantes, média do período 1955-1962) e a diminuição da mortalidade, que tem se traduzido em uma esperança de vida do chileno ao nascer de 76,28 anos medida em 2002 (INE, 2001).

Na informação por décadas mais recentes, percebemos que esse intenso aumento populacional também se caracteriza por um processo de urbanização, para a década de 1960, o período de 1970-1982 e as décadas de 1982-1992 e 1992-2002, temos o índice de crescimento da população urbana maior que de população vivendo em áreas rurais (Tabela 2.1).

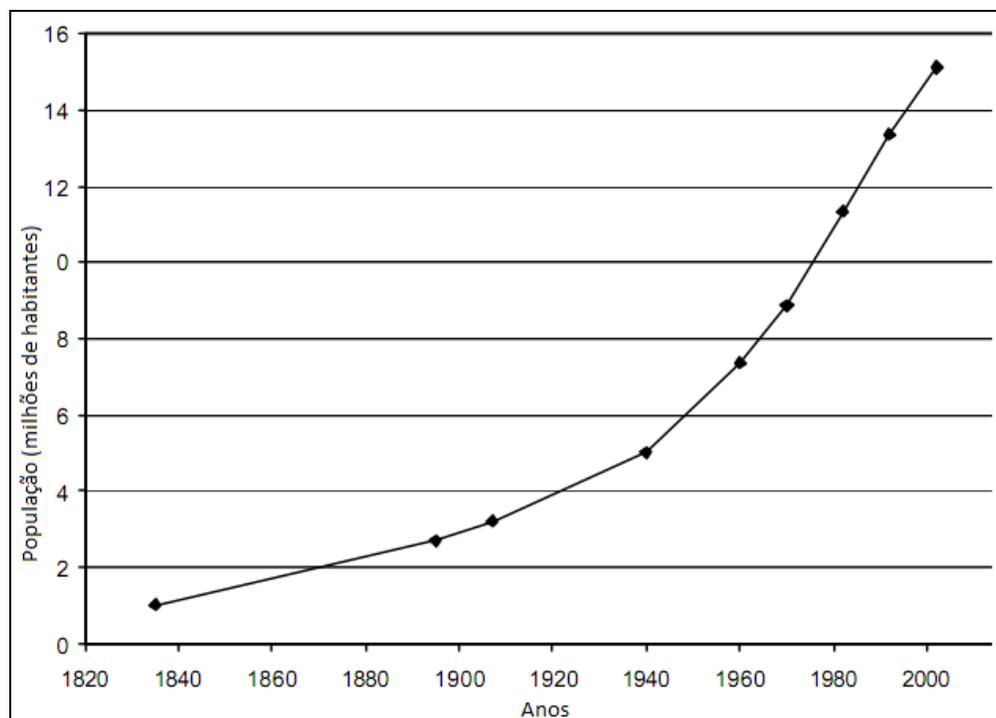


Gráfico 2.2: Crescimento da população do Chile (1835 – 2002)

Fonte: INE, 2001.

<b>Índice de crescimento da população</b>			
<b>ANO</b>	<b>URBANA</b>	<b>RURAL</b>	<b>TOTAL</b>
1960	100	100	100
1970	133	94	120
1882	185	86	154
1992	222	94	181
2002	260	86	205

Tabela 2.1: Índice de crescimento populacional chileno (1960-2002)

Fonte: INE, 2001.

Desde 1930, a maioria dos chilenos tem vivido em áreas urbanas (definidas como aglomerações de mais de 2.000 habitantes). Isso reflete uma tendência demográfica da migração das áreas rurais que começou cedo, de acordo com países em desenvolvimento e latino-americanos. Em 1991, a população urbana foi estimada em 86% (INE, 1991).

A população do Chile, segundo o censo de 2002, era de 15.116.435 habitantes, com uma densidade de cerca de 20 hab/km<sup>2</sup>. A AMS concentra 40% dessa população residindo na Área Metropolitana de Santiago. Aproximadamente 86,6% dos chilenos residem em

áreas urbanas, e todas as regiões apresentam um índice de urbanização superior a 65%, sendo que seis das 13 regiões apresentam um índice superior a 90% (INE, 2002).

A partir dessa acelerada urbanização, a expansão da habitação teve sua regulação definida em 1965 com a Lei 16.391, de criação do Ministério da Habitação e Urbanismo (Ministerio de la Vivienda y Urbanismo - MINVU). Desde então, a produção habitacional do setor público tem sido cada vez maior, apesar da diminuição da sua participação na última década, quando atingiu 64,5% da produção de novas moradias, enquanto no período anterior esta participação atingiu 86,6% do total (MINVU, 2012).

Apesar do alto grau de urbanização, as cidades chilenas apresentam ainda pequena população, a maioria das regiões não alcança 1 milhão de habitantes. As comunidades do sul e do deserto setentrional estão bastante afastadas e separadas por largos trechos praticamente desabitados (INE, 2002), porém, há alta concentração da população na zona central do país, principalmente na Área Metropolitana de Santiago. Esta apresenta uma densidade de 393,5 habitantes/km, em contraste com regiões quase desabitadas como a do Atacama com uma densidade cem vezes menor (3,38 hab/km<sup>2</sup>). Apesar das discrepâncias, ressalta-se a velocidade do processo de urbanização, tendo um crescimento de mais de 86% de residências em área urbana, com mais de 13 milhões de chilenos vivendo em área urbana (INE, 2002). (Tabela 2.2)

Ano	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1960	5.028.060	68,2	2.346.055	31,8	7.374.115
1970	6.675.072	75,1	2.209.696	24,9	8.884.768
1982	9.312.100	82,2	2.017.636	17,8	11.329.736
1992	11.140.405	83,5	2.207.996	16,5	13.348.401
2002	13.090.113	86,6	2.026.322	13,4	15.116.435

Tabela 2.2: População total chilena por zona de residência (1960-2002).

Fonte: INE, 2002.

Outra medida do grau de urbanização é a quantidade de pessoas que vivem em aglomerações com mais de 20.000 habitantes. Em 1982, havia 51 cidades e vilas no Chile, com mais de 20.000 habitantes, e sua população combinada representou 65,6% do total. Ainda significativa migração interna da população, embora na maior parte de um centro urbano para outro. Para expressar essa mobilidade, entre 1998 e 2002, 8,6% da

população havia se mudado para a província de residência atual durante os últimos cinco anos (INE, 2002).

Na segunda metade do século XIX, devido à crescente diversificação da atividade agrícola e mineral, a mão de obra se deslocou para os centros urbanos. Santiago, entre 1813 e 1875, teve sua população mais que duplicada, passando de 60 mil para 130 mil habitantes. Esta tendência modificou o padrão nacional de desenvolvimento urbano, que era relativamente equilibrado e concentrado em regiões estratégicas. As cidades de Valparaíso (centro comercial), Antofagasta e Iquique (portos de saída do salitre e minérios) e Concepción (porto de saída de cereais) apresentaram intenso incremento populacional (INE, 2002).

O acelerado processo de urbanização chilena foi similar ao experimentado em toda América Latina (CEPAL, 2009) tendo decorrido de transformações socioeconômicas estruturais “como o processo de industrialização substitutiva, que implicou uma concentração crescente das atividades produtivas nas cidades e na modernização das relações capitalistas no campo, com implicações decisivas no êxodo rural” (PINTO DA CUNHA, 2002, p.5). O incremento populacional, com rápido crescimento econômico associado ao êxodo rural, alocou a população de maneira desigual pelo território chileno.

Ao longo dos anos 1960-2002, algumas regiões evoluíram a partir de uma população principalmente rural, como é o caso da Região de O'Higgins VI (54,5%), VII Del Maule (59,6%), IX de Araucânia (59,4%) e X dos Lagos (59, 3%), principalmente de caráter urbano. No censo de 2002, havia 3.739.148 habitações urbanas do Chile, representando 85% do total. Nesses 40 anos, a rápida urbanização associada à falta de oportunidades de terra, emprego e/ou educação especialmente nas áreas rurais, conduziram ao êxodo rural. As regiões predominantemente urbanas, como é o caso de Aysén, Coquimbo e BioBío, receberam grande parte dessa população rural e experimentaram um aumento na urbanização (PINTO DA CUNHA, 2002).

A região chilena que mais cresceu em população foi a de Santiago, comparada a outras áreas como o extremo sul e extremo norte do país tem aumentado bastante sua população nos últimos anos, Este crescimento é resultado da migração interna impulsionada pela expansão econômica associada à pesca e à mineração (INE, 2002).

Concomitante à intensa urbanização, o Chile, desde meados de 1980 aos dias atuais, quadruplicou sua renda, que não foi distribuída. Essa forte desigualdade de renda é um fenômeno amplamente estudado, pesquisadores sugerem que um dos principais fatores por trás da desigualdade dentro do país é a qualidade da educação. Apesar do aumento considerável nos gastos sociais, a desigualdade persiste, havendo barreiras à mobilidade (MONGE e PAREDES, 2011). Um assunto relacionado com as consequências negativas de uma distribuição desigual é o estudo da distribuição geográfica da renda. Monge e Paredes (2011) identificam a existência de guetos urbanos de famílias pobres, que vivem em condomínios horizontais de baixo padrão por todas as cidades (MONGE e PAREDES, 2011).

Existe algum consenso sobre a desigualdade no Chile, já que é fundamentalmente um problema de concentração de renda no percentual mais rico da população<sup>11</sup>. A segregação dentro das cidades chilenas por nível de renda fez áreas residenciais muito diferentes umas das outras. Há um alto grau de dispersão da desigualdade no Chile a nível comunal, no entanto, a distribuição espacial da renda não é necessariamente condicionada à divisão geopolítica da cidade. E existem guetos, ou seja, as concentrações de grupos de baixa renda com fraca mobilidade geográfica (MONGE e PAREDES, 2011).

As cidades chilenas geralmente contêm urbanizações relativamente grandes, incluindo unidades multifamiliares, unifamiliares, ou uma combinação dos dois. Nesse desenvolvimento urbano, a maioria das habitações foram construídas com empréstimos disponibilizados às empresas, fundos de pensão, ou associações de poupança e empréstimo pelo Estado para seus empregados ou afiliadas, geralmente a taxas subsidiadas (especialmente antes do governo militar) (FUENTES E SIERRALTA, 2004). Uma das consequências não intencionais desse padrão de urbanização foi que este contribuiu para a segregação total da habitação no Chile por nível de renda ou ocupação, e em parte devido a este padrão, cerca de 60% das unidades habitacionais são de propriedade de seus ocupantes (MINVU, 2001).

---

<sup>11</sup> O Chile é o país latino-americano com o melhor índice de desenvolvimento humano (IDH), (PNUD, <pnud.org>, acesso em junho de 2013), portanto, apesar da intensa desigualdade social, a preocupação com a educação permite que haja altos níveis de mobilidade social.

### 2.3 O novo padrão de ocupação urbana

Hoje, o atual patamar de acumulação capitalista, a densidade de redes viárias e de fluxos de mercadorias e pessoas configura um novo padrão de ocupação urbana caracterizada como difuso e espraiado (SPÓSITO, 2001). Nesse cenário, se apresenta, de modo mais ostensivo e em maior escala, novas formas de produzir, organizar e gerir os espaços metropolitanos (DUHAU, 2005), onde se nota a grande difusão de condomínios habitacionais fechados para as classes média e alta no espaço metropolitano, os quais estão aumentando de escala. Essa tendência pode ser observada por exemplo no Rio de Janeiro e São Paulo (Brasil), Santiago (Chile) e Buenos Aires (Argentina) e implica em certo grau de ruptura com respeito ao padrão geral preexistente de concentração espacial de classes, que era denominado padrão centro-periferia (JANOSCHKA, 2002 e ROMERO *et al.*, 2004).

A construção de condomínios fechados, visto como um “novo fenômeno urbano”, denuncia o aumento das desigualdades socioeconômicas e espaciais em áreas metropolitanas, e provoca uma descontinuidade urbana, pela periferização das áreas centrais e tornando centrais as tradicionais áreas periféricas, provocando uma expansão urbana que ultrapassa os limites físicos propostos pelos órgãos de planejamento, provocando mudança das relações entre sociedade, economia e território (HIDALGO, 2001).

O processo de segregação social não é um fenômeno contemporâneo no espaço urbano, dado que está associado, historicamente, à existência de classes e grupos sociais que se diferenciam e se opõem. Mas é especialmente a partir do início da industrialização que ele se intensifica e, desde os anos 1980, as cidades e as regiões metropolitanas vêm sofrendo consideráveis mudanças com a proliferação dos condomínios fechados.

A transformação do modelo centro-periferia, reconfigurado no atual modelo de urbanização direcionado pelas novas tecnologias da informação e comunicação, deu origem a um novo padrão e a metrópole hoje tem sido caracterizada pela dispersão e fragmentação do tecido urbano da cidade. A morfologia atual das grandes cidades caracteriza-se por uma expansão horizontalizada e não compacta do tecido urbano gerando uma cidade denominada difusa, dispersa ou espraiada.

A urbanização dispersa é um fenômeno que ainda começa a ser estudado. Nesse tipo de urbanização, os novos bairros surgem longe do centro da cidade e se espalham em diferentes formas, que vão desde condomínios de luxo até favelas no entorno de estradas. O movimento de dispersão urbana não se limita a classe social, nem a metrópoles, nem se restringe por formas, podendo ser uma dispersão verticalizada (REIS FILHO, 2006). A forma espacial da mancha urbana algumas vezes é circular e em outras é linear, acompanhando uma rodovia ou uma faixa litorânea. A dimensão da centralidade mede, por meio dos movimentos pendulares, o grau de centralização da aglomeração urbana. O padrão atual de urbanização dispersa, em que bairros tipicamente industriais mudam suas configurações à medida que as indústrias migram para outras localidades, originando nesses bairros antigos as chamadas “novas centralidades” (MARICATO, 2003).

A expansão urbana tem ocorrido por meio da incorporação de novas áreas afastadas do núcleo urbano para moradias destinadas a famílias de média e alta renda, além de áreas para comércio e serviços de abrangência regional, com o surgimento de uma nova periferia. Ao invés de aglomerações urbanas que designam contiguidade e adensamento populacional, de infraestruturas e equipamentos, produzem-se largas tramas urbanas que são definidas por uma estruturação em vários núcleos extremamente articulados por sistemas de transportes e comunicação (SPÓSITO, 2001).

Sabattini e Arenas (2001) explicitam essa transformação do padrão de ocupação urbana, nomeando fases de urbanização para Santiago: Em um primeiro momento caracterizava-se como uma cidade colonial/ central, por seu baixo índice de taxas de “automobilização” e pelos limites impostos à escala espacial da mobilidade cotidiana pela estrutura viária e pelos meios de transporte público.

Em um segundo momento, a clássica diferenciação entre centro-periferia, com clara divisão social do espaço em grande escala, que implicava o contraste entre um setor de aglomeração, onde residiam os grupos de maior renda, e outra parte, onde se concentravam os pobres. Em geral, os ricos e as classes médias concentravam-se no centro, ou a porção interior da aglomeração, e a expansão periférica estava associada à habitação para as classes populares (SABATTINI e ARENAS, 2000).

A terceira fase se inicia por volta da década de 1950, quando a cidade passa a ser fisicamente definida pela abertura de grandes avenidas estruturadoras, em uma proposta voltada para a constituição do “centro”, que resultou em uma grande renovação deste, permitindo também condições de acessibilidade para áreas mais periféricas, por meio do sistema radioconcêntrico de vias de transporte. A essa fase se associa um processo geral de integração à sociedade urbana via mecanismos coletivos de habitação popular e de mobilidade social (SABATTINI e ARENAS, 2000).

Os novos desenvolvimentos periféricos para as classes privilegiadas são produzidos pelo desenvolvimento urbano. Nota-se que desde a década de 1990, algumas formas urbanas típicas da cidade norte-americana se difundiram no sul do continente americano (JANOSCHKA, 2002). Seguindo o padrão, produtores imobiliários investem em terras periurbanas e depois de atualizar a infra-estrutura urbana e características ambientais, promovem novos loteamentos. À medida que crescem as novas ofertas, os assentamentos urbanos se expandem nas periferias das grandes e médias cidades, com o bem-estar, satisfação, necessidades, qualidade ambiental e a degradação ambiental como elementos considerados na produção desses espaços.

O desenvolvimento capitalista marcou a colonização sul-americana e definiu também a formatação da urbanização, caracterizada pela intensidade da reprodução desse modo de produção, que mobiliza um crescimento urbano rápido e desordenado que condiciona os persistentes problemas de desorganização espacial e inadequação de infraestrutura.

A reavaliação em curso do papel das áreas metropolitanas do funcionamento da economia capitalista, após a reestruturação do modelo de industrialização por substituição de importações, principalmente com base na demanda doméstica e de um papel ativo do estado, tem transformado substancialmente a estrutura e a função da cidade (DE MATTOS, 2002).

Na maioria das grandes cidades, como no caso específico de Santiago do Chile, observa-se o crescimento espontâneo, orientado por fatores econômicos e físicos, e a falta de um planejamento territorial. O mercado e o Estado atuam na decisão sobre a implementação das vias, direcionando os novos vetores de urbanização. O mercado imobiliário define padrões de loteamentos desconexos entre si, ligados prioritariamente aos

principais eixos viários de ligação. As tendências de localização de elementos funcionais no espaço urbano, onde se observa presença de grandes comércios varejistas, *shoppings* e serviços de alto nível, voltados a bairros do estrato superior, se espalham pelo perímetro urbano das metrópoles.

Observa-se que em algumas cidades, o centro foi capaz de ganhar importância por meio de melhorias promovidas pelo Estado, como refuncionalizações, remodelação do comércio, de estações de metrô, etc, mas, mesmo com tais medidas, o padrão de consumo no centro deixou de ser predominante. Nesse padrão de metropolização latino-americana, há o projeto de desenvolvimento hegemônico, concebido como uma ideologia, que produz o espaço metropolitano e este intervém nas relações sociais que também o reproduz. Assim, a metrópole é produto de um projeto de desenvolvimento cuja finalidade é reproduzir a lógica do sistema capitalista (LENCIONI, 2003).

As grandes cidades atualmente caracterizam-se por um território em consolidação bastante instável em termos de redes sociais, uma grande heterogeneidade no uso da terra, recebendo vários nomes: periferia urbana, o rururbano, a "cidade difusa", a cidade de fronteira e do país, a cidade "dispersa", áreas de borda urbana, suburbanos, a linha do horizonte, subúrbios, exurbia, etc. É um espaço definido pela incerteza: não é campo, nem é a cidade (BARSKY, 2005).

Os novos desenvolvimentos periféricos para as classes privilegiadas são produzidos pelo "desenvolvimento urbano", ator social que investe em terras periurbanas estereis atribui infraestrutura urbana conferindo ao espaço características ditas de salubridade ambiental (BARSKY, 2005).

A atual fase de transição de cidades latino-americanas, sob o impulso de uma nova fase da modernização capitalista (DE MATTOS, 2004), nos permite identificar claramente certos processos de transformações urbanas, principalmente observada na estrutura, nas relações institucionais e sociais dada hoje na metrópole. Há uma mudança na "condição urbana", entendida como a proliferação de espaços de fluxo sobre os locais tradicionais de experiência em construção, dividindo a cidade da "hipermobilidade" e da "estagnação" (DE MATTOS, 2002). Onde o espaço do cidadão perde terreno em favor da metropolização, um fator de dispersão, multipolarização e fragmentação (MONGIN, 2006: 19 *apud* LINK, 2008). Enquanto o crescimento urbano, experimentado sob a influência da globalização na

América Latina, tem sido principalmente a tendência crescente para metropolização expandida e policêntrica, há intensa suburbanização das periferias e perda de importância histórica dos centros.

De acordo com Link (2008), a configuração territorial atual está associada com a estrutura de produção de um novo contexto da globalização, que tem mais a ver com a nova forma tomada por essa dispersão. Essa nova forma urbana está associada a uma superespecialização funcional e a interligação entre as cidades, o que se traduz em centros múltiplos, seja serviços comerciais, industriais ou residenciais, obedecendo a processos muito diferentes em si, mas que se referem à configuração de centros de função especial, complementar, interdependentes, interligados e fortemente discriminador (LINK, 2008).

Disso decorre o fato de a estrutura da cidade poder ser considerada policêntrica, determinada, entre outras razões, pelas novas funções assumidas pelas áreas metropolitana na nova economia, com novas formas de comunicação e inovações tecnológicas e de transportes, bem como novos padrões culturais de consumo e lazer da população (DE MATTOS, 2002).

Deve-se notar também que há efeito colateral indesejável da forma do crescimento atual das cidades. O processo de transformação urbana contemporânea gera um mercado desregulamentado na alocação de recursos, sobre a localização do investimento e da infraestrutura urbana, resultando em um desenvolvimento muito irregular dentro da cidade (LINK, 2008). Esse é o funcionamento da cidade dual, com a consequente reestruturação social, com a segregação e a fragmentação da cidade, que promove a exclusão (DE MATTOS, 2002).

Esse processo de fragmentação social e urbana mina com a possibilidade de vida urbana, como espaço de encontro com o outro, de troca de vivências. A característica fundamental das relações sociais na cidade, relacionadas com a modernização das sociedades globais, é que a cidade produtiva cresceu predominante sobre o da cidade como um lugar de reunião, mediação e integração social. As administrações e os atores têm pouca ou nenhuma chance contrabalançar tais mecanismos (LINK, 2008).

Essa transformação para uma cidade produtiva, de acordo com De Mattos (2006), são transformações: no mercado de trabalho; novos critérios urbanos a partir da explosão de

imóveis; formação de uma nova morfologia urbana graças a novas formas de conectividade e mobilidade e, finalmente, o surgimento de novos artefatos urbanos (DE MATTOS, 2006).

A nova morfologia contém esses novos artefatos urbanos definindo uma nova arquitetura que define uma paisagem dupla entre os setores bem-sucedidos da cidade global e marginalizados dos benefícios da modernização (DE MATTOS, 2006), são as tendências que constituem as transformações metropolitanas na América Latina.

Diversos problemas estão associados com a dispersão urbana na Província de Santiago, o tamanho e o surgimento de novas formas de viver, assim como as "cidades fortificadas" (HIDALGO e BORSDORF, 2011). Nesta nova morfologia da área metropolitana, existem outros marcos que começam a acompanhar sua formação, tais como o surgimento de novas centralidades (ORTIZ e ESCOLANO, 2005).

Em Santiago, a expansão urbana das últimas décadas tem sido de cerca de 1mil ha/ano, em média, ocupando milhares de hectares de uso agrícola, muitos deles em solos de alta qualidade e poucos, ainda cobertos por vegetação remanescente nativa, leitos de rios, áreas brejosas, essas áreas vem sendo substituída por alta densidade residencial, especialmente nos setores leste, norte, oeste e sul. Há uma substituição da vegetação escassa e em baixa densidade por uma por vegetação mais densa, especialmente no setor leste, em bordas do piemonte andino (ROMERO, 2004; ROMERO *et al*, 2007; ESCOBEDO *et al*, 2006). *“Paradoxalmente, a vegetação agrícola e natural é destruída e depois buscam a restaurar a urbanização de alto custo, como parte dos espaços públicos e privados da cidade”* (Platt, 2006 apud ROMERO *et al*, 2005).

As alterações no padrão de ocupação urbanas em Santiago através da difusão generalizada do padrão de condomínios e loteamentos fechados, distantes da malha urbana consolidada, têm sido justificadas pela busca por maior qualidade de vida; traduzida pela maior proximidade das áreas verdes, em áreas pouco urbanizadas e pouco densas. Para essa expansão, é indispensável presença de infraestrutura urbana e vias de acesso e também relativa condição mais positiva de qualidade do ar, entretanto, essa fuga para áreas distantes da cidade pode gerar em pequena escala uma nova área de expansão dos agentes poluentes, seja pela criação de estradas, pela ocupação dos cinturões verdes e áreas de proteção ou através da ocupação fragmentada, dispersa e estendida nas cidades (NASCIMENTO, 2012).

Na América Latina, especialmente no Chile, a tendência de urbanização muitas vezes toma a forma dos chamados megaprojetos, que não só representam um novo tipo de desenvolvimento urbano, mas também contribuem para novas formas de morfologia urbana e suburbanização (HIDALGO, BORSODORF e SÁNCHEZ, 2006).

Em cidades como Lima (Peru), Bogotá (Colômbia) ou Rio de Janeiro (Brasil), essa tendência de dispersão é acompanhada por um aumento da população. Já em Santiago do Chile, Buenos Aires (Argentina) e Campinas (São Paulo-Brasil) há processos simultâneos do declínio da população central e suburbanização (JASANOFF, 2004).

Em Campinas (São Paulo - Brasil), a ocupação de áreas periféricas dá-se por esse novo padrão de desconcentração territorial, que não nega a aglomeração, mas é a expressão de novas lógicas de localização onde a população utiliza as rodovias e as estradas vicinais e vai morar em conjuntos habitacionais fora da cidade. A partir de meados dos anos 1980, teve início genericamente um padrão de constituição da trama urbana, em que há uma intensa urbanização com a explosão de loteamentos fechados e condomínios residenciais em busca de segurança e melhor qualidade de vida, numa busca pelo contato com a natureza (CISOTTO, 2009).

Em Buenos Aires (Argentina), a partir dos anos 1990, a cidade criaria continuamente bolsões de exclusivismo, com o fenômeno de suburbanização, ou seja, com a fuga da cidade pelas classes média e média-alta para condomínios horizontais periféricos iniciou-se o surgimento das torres (torres residenciais elevadas, fechadas em uma espécie de condomínio). O fenômeno dos bolsões de exclusivismo são efeitos dos bairros mais valorizados de Buenos Aires (SÁNCHEZ, 2009) como Palermo, Puerto Madero, e mais recentemente Belgrano e Nuñez.

O processo de urbanização chilena tem suas bases na forma da colonização espanhola, nas diretrizes jurídicas sobre a posse da terra, com as leis de propriedade privada bem-estabelecidas e terrenos assegurados em latifúndios, como visto anteriormente. E o desenvolvimento urbano foi e vem sendo bastante destacado. Em uma periodização entre censos, temos que entre os anos de 1865 e 1895, a população chilena tendia a concentrar-se em cidades pequenas, chegando a concentrar, em 1895, 6,72% da população total do país.

Entre os censos de 1895-1907, os centros urbanos crescem consideravelmente, e a população concentra-se em cidades grandes (Memoriachilena, 2013).

Entre 1907 e 1940, ocorreram importantes transformações políticas, econômicas e sociais. Articula o espaço geográfico nacional e as linhas férreas conectam o país, se articulam uma série de centros vinculados e complementares a Santiago e a Valparaíso, consolidando a rede urbana na região da fronteira. Em 1940 a população urbana supera a rural, passando a 52,5% de população urbana. Entre 1970 e 1982, a urbanização se intensifica, com intensa migração do campo para a cidade, e o estabelecimento das ligações viárias e de comunicação (Memoriachilena, 2013). As novas vias permitiram o acesso a novos espaços, promovendo uma alteração no padrão de ocupação, com intenso espraiamento urbano, como veremos a seguir.

A malha urbana de Santiago passou por importante alteração após 1960, quando a periferia ganhou novas fronteiras e foi incorporada ao espaço urbano. Estas manchas evoluem em virtude da implementação de vias de acesso e também da evolução das tecnologias de transporte, seja em caráter coletivo ou particular. A mancha urbana apresenta-se difusa e dispersa, já não existe a cidade compacta colonial (LENCIONI *et al.*, 2011) e sim uma nova dinâmica de expansão, em que a população de renda média-alta sai do centro em direção à periferia pelas vias mais importantes.

A figura 2.1 evidencia esse movimento de dispersão urbana, entre a década de 1992 a 2002<sup>12</sup>, na Área Metropolitana de Santiago, evidenciando rápido crescimento territorial. Nesse período, quase todos os bairros centrais e pericentrais perderam população a um ritmo significativo.

Em comunas periféricas como Puente Alto, Maipú, Quilicura e Lampa, houve um aumento repentino nas taxas de população de até 200%. A última década viu o surgimento de projetos residenciais de grande porte, especialmente na periferia (HIDALGO, BORSODORF e SÁNCHEZ, 2007). Estimativas indicam que estes megaprojetos representam mais de

---

<sup>12</sup> O dado oficial mais recente para o Chile é de 2002, apesar do último censo realizado no Chile foi no ano de 2012, os dados ainda não foram devidamente trabalhados, há apenas quadros sínteses da situação nacional, sem informações para cada região ou comunas. Os dados desse censo não foram devidamente trabalhados pois, de houve falha no processo de entrevistas e esse censo demorou a ser validado. A comissão de especialistas do INE indicou repetir todo o processo. O então presidente Sebastián Piñera propôs que o censo fosse refeito, mas com algumas correções acabou sendo considerado válido. Esse assunto inclusive foi uma das críticas bastante utilizadas contra Piñera, na campanha de reeleição da atual presidente Michele Bachelet (EMOL, 2013).

70% da produção de habitação nos últimos anos e são principalmente concebidos como condomínios fechados para, em alguns casos, mais de 50.000 pessoas (HIDALGO, BORSDORF e SÁNCHEZ, 2007).

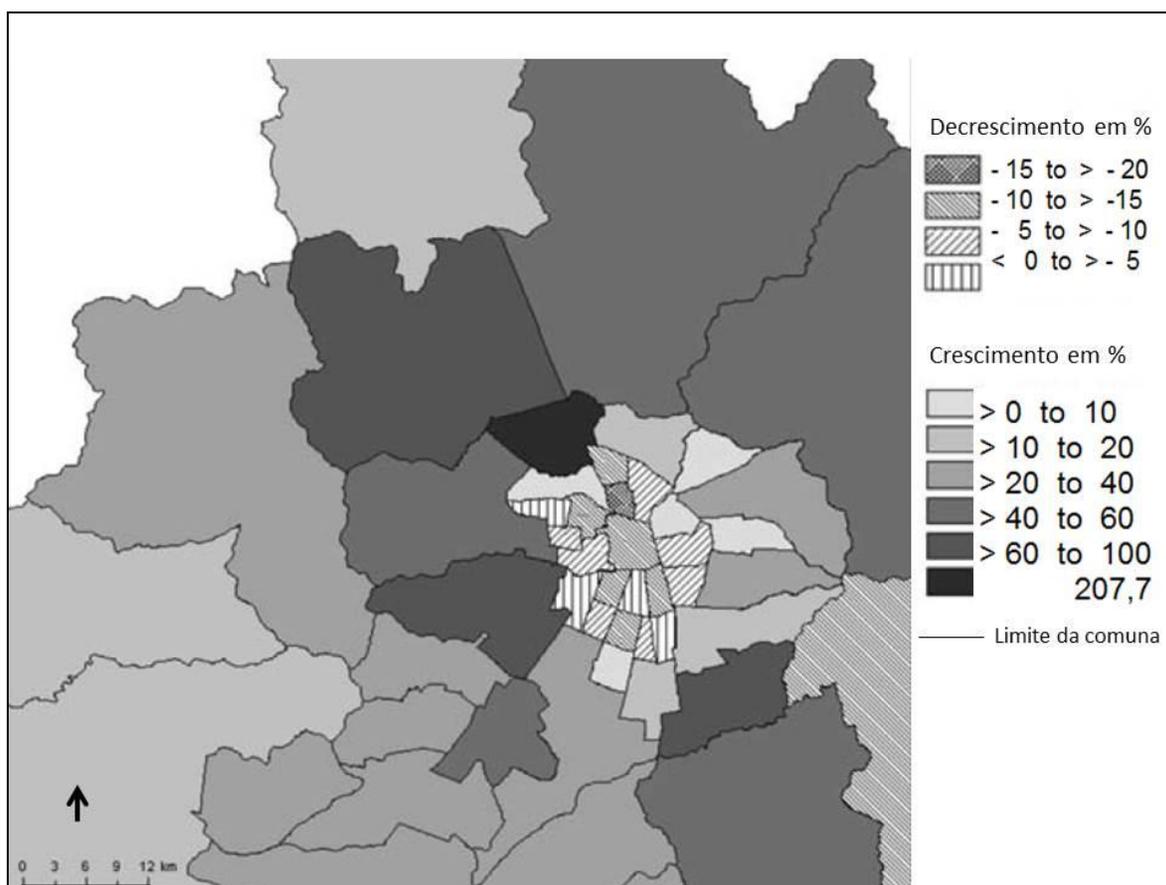


Figura 2.1: Mudanças no tamanho populacional por comunas (1992-2002) na AMS.

Fonte: HEINDRICH, 2009.

A situação em Santiago se espacializa de uma forma bem definida, a maior concentração de classe média alta está a Nordeste, em relação à comuna de Santiago, sobretudo nas comunas de Vitacura, Los Condes e Lo Barnechea, em condomínios residenciais, em um movimento de suburbanização no modelo clássico norte-americano

Esses movimentos que se encontram em curso desde a década de 1990 configuram, em diversos graus e intensidades, o esboço das tendências de redistribuição da população e de urbanização, em diversas partes do mundo, que de certa forma tem acompanhado a realocação espacial das atividades produtivas (LIMONAD, 2007).

Expressando novas formas de urbanização, de novas morfologias urbanas, ou se ao contrário se tratariam de variações de formas de expansão das áreas urbanas, notoriamente conhecidas como *urban sprawl*. O *urban sprawl* se caracterizaria por três tipos de expansão do tecido urbano, que corresponderiam (1) a uma expansão contínua acompanhada de uma densificação e verticalização da malha urbana, (2) a uma multiplicação de anéis concêntricos periféricos e (3) a um crescimento tentacular. A esses padrões somam-se a expansão descontínua da malha e esse processo que se estende pelo território como um novo modo de vida urbano (LIMONAD, 2007).

Alguns custos ambientais decorrem dessa nova forma de expansão urbana dispersa, que cresce em adensamento da área central e periférica, consome cada vez mais terra, e ainda gera forte demanda por serviços urbanos e infraestrutura, bem como estradas e serviços de transporte público, dessa forma, aumentando o tempo de viagem, a intensidade do uso de transportes privados, o congestionamento do tráfego nas áreas centrais, o aumento das viagens com efeitos diretos sobre a poluição do ar. Os impactos ambientais associados a substituição de terras agrícolas para áreas urbanizadas implica mais contaminação do ar, da água, menos área para recarga hídrica, dada a impermeabilização promovida pela urbanização e para as taxas alteradas de infiltração da água da chuva, a contribuem para o aumento da poluição.

Os custos ambientais da dispersão urbana estão relacionados às externalidades ambientais negativas, advinda, por exemplo, da poluição do ar, adicional devido às rotas mais longas entre casas e locais de trabalho, estudo e lazer, portanto, a população de mais alta renda que vai habitar a periferia consome mais combustível, aumenta a frota de carros e, também, produz maior quantidade de resíduos sólidos.

Outro custo ambiental é que o sistema de saneamento básico em áreas mais distantes tem alto custo de distribuição, o consumo de grandes quantidades de água, a necessidade de novos sistemas de distribuição e coleta de água e esgoto longe dos reservatórios de bombas já prontos. A ocupação de novas áreas também cria a demanda por equipamentos urbanos e infraestrutura, como supermercados, escolas, postos de saúde e, como esses custos socioambientais ainda não são internalizados de forma alguma, esse movimento acarreta em externalidades negativas, como aumentos dos custos de vida e

deteriorização do estilo de vida, para toda a cidade e seus habitantes (ROMERO *et al*, 2005 e OJIMA, 2008).

A urbanização dispersa tem vantagens para os moradores, mas pode aumentar o custo social do investimento público, já que para diluir os serviços e a infraestrutura em áreas pouco densas é preciso gastar mais. Nos locais mais afastados, é preciso investir em obras viárias. O impacto ambiental também aumenta com o crescimento da demanda por transporte automotivo (OJIMA, 2008).

A reprodução capitalista nas cidades da América Latina se associa a um desenvolvimento urbano no qual há queda da qualidade de vida, que se manifesta pela degradação do ecossistema urbano, a saturação da infraestrutura das redes de transporte, a crescente insegurança, entre outros.

À medida que crescem as novas ofertas de espaços, com a emergência de assentamentos urbanos nas periferias de grandes e médias cidades, as áreas periféricas, distantes da infraestrutura urbana, que em outro momento eram entendidas como áreas de "pobreza urbana", passam a ser entendidas como áreas de "riqueza urbana" por suas características de ambiente salubre e afastado do caos urbano.

Essa produção social e manifestação de interesses sociais e econômicos nos leva a pensar a cidade como uma manifestação de contextos territoriais e temporais, que parecem contraditórios, processos dialéticos em áreas adjacentes (DE MATTOS, 2002).

Sobre o impacto ambiental dessa nova forma de ocupação urbana, há uma questão que é motivo de polêmica internacional sobre planejamento urbano/ ambiental. A discussão em pauta é se o adensamento da população em espaços já dotados da devida infraestrutura urbana, preservando áreas verdes remanescentes, mantendo áreas de vegetação e minimizando custos ambientais como da emissão de carbono pelo uso massivo de transportes, não seria menos impactante que o espraiamento para condomínios em áreas mais distantes.

Daniel Joseph Hogan acreditava que o adensamento da população contribui para uma política mais verde. Se supõe que haja ganho em qualidade de vida morando longe do centro urbano, porém o adensamento é um meio de facilitar a oferta e de baratear serviços essenciais como de água, esgoto, eletricidade e asfalto, e de atender a demandas como de escolas, saúde e comércio (SUGIMOTO, 2008).

## **2.4 A questão ambiental**

Atualmente a preocupação com a preservação da natureza é uma das pautas das políticas nacionais, principalmente nos países latino-americanos, que assinaram o protocolo de Kyoto, tomaremos como exemplo as particularidades da política ambiental de alguns países.

No momento atual, de grande difusão das preocupações com salubridade ambiental e ideário de sustentabilidade, a natureza<sup>13</sup> passa a ser cada vez mais entendida como algo diferente do ser humano (RIBEIRO, 2003 E SCIFONE, 2006). Como elemento externo e, portanto, passível de ser definido por ilhas de vegetação em meio às áreas urbanas densas, sem a preocupação de integração que prezava o “Ecodesenvolvimento” (SACKS, 1986).

A busca por ambientes preservados, por maior desejo de qualidade de vida e ambiental, decorre de uma construção de ideário ambiental. Para compreensão dessa ideologia, consideramos a multiplicidade dos olhares sobre as escalas de análises, trabalhando o filtro das políticas internacionais, a construção do discurso ecológico e seus impactos no urbano, fazendo uma relação entre os vários níveis escalares da geografia, desde o nível global, com os acordos e conferências internacionais, até o nível local, pelas iniciativas locais de preservação ambiental em alguns países da América Latina.

### **2.4.1 Os movimentos ambientalistas**

Os movimentos ambientalistas tornaram-se mais dinâmicos no início do século XX e pós Segunda Guerra Mundial. Tivemos a Revolução Ambiental em nível mundial marcada por acordos e conferências internacionais. Tais conferências forneceram as diretrizes no que se refere às políticas globais de proteção ambiental. Para compreender a dinâmica das políticas ambientais atuais na América Latina, apresentamos alguns dos principais acordos e conferências realizados no mundo pós-Segunda Guerra, para contextualizar as ações estatais para proteção ambiental no século XXI, assim como a evolução e a apropriação do discurso ambientalista.

---

<sup>13</sup> Sobre a discussão do desenvolvimento da ideia de natureza, consultar dissertação de mestrado da autora. *Natureza e Cidade: relações entre os fragmentos florestais e a urbanização em Campinas (SP)*, UNICAMP, Campinas-SP, 2009.

Na década de 1950, as preocupações ambientais estavam restritas aos meios científicos. Em 1960, surgem os movimentos sociais. A partir de 1970, entra em cena o ecologismo dos políticos preocupados com os interesses econômicos e as relações internacionais. A partir dos movimentos ambientalistas, houve grandes mudanças refletidas em várias áreas do pensamento. O movimento *hippie*, com a divulgação de estandartes, a valorização e o encontro com a natureza, fez com que a defesa ambiental começasse a perder um pouco do seu caráter utópico, passando a fazer frente às demais questões ligadas à política. Surge a partir de então uma série de vertentes do chamado movimento verde, que influenciam na forma de urbanização, como veremos.

Na década de 1980, inicia-se o ecologismo dos setores econômicos. É criada, em 1983, a Comissão das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMA), com o intuito de criar comissões para percorrer inúmeros países e desvendar os principais problemas ambientais para produzir um relatório à Organização das Nações Unidas (ONU) e subsidiar futuras iniciativas em prol da natureza. Essa comissão trabalhou até 1987, quando foi divulgado o relatório “Nosso Futuro Comum”, que apontava um acelerado processo de degradação ambiental em todos os países pobres visitados, indicando a necessidade de reversão do impacto ambiental iminente (AFONSO, 2006).

Esse relatório também foi decisivo ao relacionar a economia aos problemas ambientais (ecologismo dos setores econômicos), já que mencionava a condição de subdesenvolvimento como fator principal para o não uso racional e sustentável dos recursos naturais, sendo essa questão uma das peças-chave para a discussão futura na Conferência das Nações Unidas ocorrida em 1992, a ECO 92.

Nas décadas seguintes, a problemática ambiental no âmbito internacional e nacional passou a abordar a formação de políticas relacionadas à globalização, com uma tendência a forçar ações na esfera particular de cada nação, geralmente dentro de uma perspectiva em que prevalecem os interesses específicos dos governos de cada país, mas não necessariamente de suas populações.

A ECO 92 teve um papel catalisador na disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável, aprovando uma série de documentos<sup>14</sup>, que guiarão a atuação governamental diante dos problemas ambientais. As intencionalidades e as diretrizes postas nesses documentos foram incorporadas nas políticas ambientais nacionais.

As diretrizes da Agenda 21 estabeleceram um protocolo de intenções e ações a ser implementadas pelos governos nacionais e por agências de desenvolvimento (AFONSO, 2006). A Agenda 21 define a pauta dos planos urbanos de Santiago assim, como da grande maioria das políticas nacionais pelo mundo. Com base nas diretrizes propostas nos documentos decorrentes das conferências sobre o meio ambiente, a problemática ambiental passou a ser muito mais aceita pelas instituições políticas e econômicas da segunda metade do século XX (SERRÃO, 2002). Com a crescente legitimação da temática ambiental em diferentes segmentos da sociedade, foi incorporado, reelaborado, em diferentes ritmos e graus, o ideário ambientalista, havendo, como coloca Eduardo Viola (1992), uma "ecologização da sociedade", como uma tendência histórica da sociedade ocidental, que atingiu os países latino-americanos.

Com a disseminação da preocupação ambiental, em 2002, ocorreu a Rio+10, em Johannesburgo, África do Sul, onde foram aprovados a Declaração Política e o Plano de implementação, que reiteraram as posições tomadas na ECO92.

Na Rio+10, houve grande dificuldade para se estabelecer leis e diretrizes para os países no que se refere aos planos de implementação, que seriam as bases para se modificar algo no que se refere aos impactos ambientais (AFONSO, 2006). As diretrizes ambientais tinham forte ligação à economia dos países presentes na reunião, que deram grande importância à questão da erradicação da pobreza, e deixaram de lado a questão crucial da mudança no padrão de produção e consumo.

Embora a temática ambiental venha ocorrendo num nível institucionalizado desde o de 1960, a política internacional encontra-se em um forte impasse para tratar a crise ecológica global, que se associa à anarquia do sistema internacional e a complementar

---

<sup>14</sup> Declaração do Rio, a Declaração de Florestas, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, Convenção sobre a Biodiversidade e a Agenda 21.

inexistência de autoridades com poderes reais para assumir a responsabilidade da gestão dos bens naturais comuns da humanidade (LEIS, 2004).

#### **2.4.2 Cidades sustentáveis**

O final dos anos 1960 trouxe consigo uma série de mudanças que se refletirá em todas as áreas do pensamento. A defesa das minorias, o feminismo, a luta pela igualdade racial são bandeiras levantadas em todo o mundo. Cada movimento repercutiu de maneira diferente, mas todos deixaram marcas que ainda hoje se fazem presentes.

Assim também a fetichização da “natureza” começa a tomar espaço na mídia desde os primeiros movimentos ambientalistas, ainda nos anos 1960. O sonho das comunidades alternativas dissemina-se como utopia e começa a se integrar ao discurso do *marketing* verde no setor imobiliário. A crescente legitimação do discurso ambientalista acompanha o desenvolvimento histórico dos movimentos em todo o mundo. Mas é a partir dos anos 1990 que o movimento ambientalista aumenta sua atuação voltada para as questões emergentes.

O “desenvolvimento sustentável”, as “sustentabilidades” e os discursos ecologistas às vezes deslocam as discussões mais importantes para o espaço urbano e centram-se na preservação da “natureza” como única possibilidade para a vida da humanidade, apresentando algumas inconsistências e contradições. O desenvolvimento urbano sustentável pode ser entendido como um *marketing* na competição entre lugares e, ainda, como uma utopia (VITTE, 2002). Esse *marketing* verde, que se utiliza do discurso das sustentabilidades, fica evidenciado nas propagandas de loteamentos na comuna de Lo Barnechea, como pode ser visto no capítulo 6.

Para falar do problema ambiental como algo que atinge a humanidade, o discurso ambiental começa a ter suas mudanças e variações. A institucionalização do discurso do desenvolvimento sustentável legitima as práticas e define o que é ambientalmente correto. Desse modo, os discursos com o acréscimo de sustentável serão adequados posteriormente à compreensão da lógica instrumental da sociedade moderna-capitalista, urbana e financeira numa proposta de caráter reformista, na qual se procura pela salvaguarda da humanidade toda (VITTE, 2002).

Desde que a crise ecológica tornou-se manifesta no ocidente (com reuniões das grandes conferências internacionais sobre o tema, descritas anteriormente), ela suscitou

uma sensibilidade que tem sido fértil para um multiforme ambientalismo estatal e intergovernamental, civil e mercantil (GONÇALVES, 2000). É nesse contexto, marcado em catastróficos relatórios e espetaculares conferências internacionais, que emerge a paradigma ecológico certo, ainda que os interesses do mercado revelem-se cada vez mais antagônicos aos interesses sociais (GONÇALVES, 2000).

Com a ECO92, os estados-nação recriaram o aparato técnico-burocrático, que sempre teve a função de enfrentar e prevenir situações de deterioração ambiental. Mas passam a ter de fazer planejamento ambiental e regular, antever e propor medidas por meio das normas criadas para a proteção ambiental e, para isso, o termo “desenvolvimento sustentável” passa a ser introduzido nos planos de desenvolvimento nas escalas nacional, estadual e municipal. Os programas de desenvolvimento devem agora ser “sustentáveis” ou “amigáveis” com o ambiente, contribuindo tanto para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes como ao progresso ambiental e econômico.

As sustentabilidades (RODRIGUES, 2009) apontam as alternativas de solução para os problemas modernos relacionados com a destruição da natureza. É por isso que se procura por alternativas de solução que façam das políticas públicas uma ferramenta para a gestão e o uso sustentável dos recursos naturais.

Topalov (1997) fala da transição de um paradigma que ele chama de planejamento racional a outro paradigma que ele chama de ecologia. Ele contrapõe duas visões e mostra como estas justificam cada tendência, mas vai encontrar um ponto onde ambos se encontram, e é possuir autoridade da ciência para sua avaliação.

Nos anos 1990, o discurso planejador vai incorporar o discurso da salvaguarda do meio ambiente. E, segundo Topalov (1997, p.20), parece que “algumas das questões que deram origem ao paradigma do meio ambiente já estavam formuladas no próprio âmago do paradigma do planejamento racional”, mas o deslocamento das preocupações no espaço urbano geradas pelo “desenvolvimento sustentável” gera novos conflitos.

Para Topalov (1997), a escala do discurso do planejador racional é a cidade ou a região metropolitana. O discurso é dirigido às autoridades administrativas correspondentes, enquanto a escala do discurso ambientalista é o planeta e se dirige à humanidade inteira. Rodrigues (2009), por outro lado, diz que para analisar as escalas nos estudos sobre “meio ambiente”, segundo os discursos oficiais, é necessário também falar, ao mesmo tempo, de

indicadores e parâmetros usados em várias escalas para viabilizar o “desenvolvimento sustentável”.

O desenvolvimento sustentável no âmbito urbano “pode ser visto como um *marketing* na competição entre lugares, e ainda como uma utopia e que passa a ser muito utilizado de forma muito imprecisa como conceito” (Costa, 2000 apud VITTE, 2002). O discurso ambientalista está deixando de lado discussões que devem ser feitas no âmbito urbano em sua totalidade e no que concerne à cidade sustentável, porque o ambientalismo não questiona as implicações desse discurso na produção capitalista do espaço.

É desde os níveis administrativos, na criação de políticas públicas, onde se “planeja” o desenvolvimento com o acréscimo de sustentável, introduzindo metas numéricas e indicadores de sustentabilidade, no qual o espaço onde se concretizarão estas metas, segundo a maioria das vezes, é desconhecido, ou pelo menos não é mencionado (RODRIGUES, 1998). Para atender aos preceitos do “desenvolvimento sustentável”, são feitas intervenções urbanísticas justificadas pela possibilidade de criar uma sociedade “justa, saudável, democrática, consciente, responsável e sustentável”, e as contradições aparecem no momento de aplicação das políticas e nas decisões vindas dessas políticas, onde é utilizado o discurso das sustentabilidades ambientais, envolvendo salubridade e ecologia que não resolvem os verdadeiros problemas do urbano em sua totalidade (OCHOA, 2013).

Os problemas reais ficam ocultos e nem são resolvidos pela incorporação de ditos conceitos aos exercícios de planejamento estratégico, portanto, nesse novo paradigma ecológico, a questão social deixa de ser a base da legitimidade de discursos e ações, sendo substituída pelo discurso do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade urbana (VITTE, 2002; RIBEIRO e CARDOSO, 1994). Apesar das boas intenções, os conceitos ambientais não são efetivados. O modelo de sustentabilidade urbana não difere de modelos de planejamento do passado ao se basear na prevenção e na previsão, enfatizando o poder racionalizador da ciência (Topalov, 1997 apud VITTE, 2002).

A partir da década de 1970, passou-se a observar em países de economia avançada reivindicações sobre a qualidade ambiental e a qualidade de vida entrando na agenda urbana. Essa preocupação ambiental se torna importante devido ao modelo de desenvolvimento hegemônico de capitalismo no pós-guerra.

O ambientalismo de resultados incorporou a negociação como palavra de ordem (ACSELRAD, 2004). A década de 1990 consagrou o termo "desenvolvimento sustentável" como um campo de reconhecimento da chamada "crise ambiental" em escala planetária. E a crise é entendida como realidade objetivamente dada (ACSELRAD, 2004). Neste processo, a "natureza" é entendida meramente como uma variável a ser manejada, administrada, gerida, na velha tradição racionalista burocrática e iluminista, de tal forma a não obstaculizar a concepção hegemônica de "desenvolvimento". A natureza, como realidade externa à sociedade e às relações sociais, é então assimilada e equacionada apenas como recurso para a produção. No sentido de legitimar esse discurso oficial, muitas ONGs e movimentos ambientalistas, antes portadores de um contradiscurso ao desenvolvimentismo, foram convidados à participação e à parceria (OCHOA, 2013).

O movimento social e a incorporação da preocupação com a salubridade do ambiente foram incorporados na vida cotidiana. A questão ecológica invadiu o cotidiano produzindo uma nova necessidade: a divulgação e a formação de consciência ecológica têm um apelo mercadológico, induzindo gostos e preferências de consumo (SANTANA, 1999).

O discurso da natureza representa, de acordo com Arrais (2001), “[...] *a ideologia do antiurbano, própria do nosso tempo, onde a cidade aparece como um ambiente inóspito [...]. Por isso, baseados neste ideal de cidade, incorpora-se o ‘verde’, por meio de discursos, de técnicas de paisagismo, a fim de efetivar um local agradável do ponto de vista estético*” (ARRAIS, 2001, p.187).

Com o debate da questão ambiental em nível global e também local, aumentou a difusão de um ideário de “preservação”, de “conservação” e de “desenvolvimento sustentável” que ganhou dimensão muito rapidamente no urbano, servindo, ideologicamente, às estratégias do setor imobiliário e incorporando-se à agenda do Estado em todas as esferas: federal, estadual e municipal. Garantir áreas arborizadas nas cidades passou a ser sinônimo de preservação ambiental, de melhor qualidade de vida, de atitudes ecologicamente corretas, com mediação e atuação do poder público.

A natureza foi incorporada à vida na urbe, com diferentes intenções para cada momento. Após o século XVIII, com a Revolução Industrial, o decorrente abandono das zonas rurais e a expansão das cidades, a população demandava infraestrutura urbana. Com isso, aumentavam-se as queixas sobre alguns aspectos urbanos como trânsito, poluição

atmosférica, mau cheiro, barulho, espaços de miséria, etc. Houve drástica diminuição de espaços com fragmentos de natureza disponíveis para a população, substituídos por casas, ruas, comércios, dentre outros. Por tudo, tem início a preocupação com reformas sanitárias, por meio de leis de saúde pública, para a consecução de higiene/limpeza urbana e a construção de melhores infraestruturas. As queixas, portanto, se devem também ao fato de a industrialização ter promovido o crescimento das cidades em detrimento dos espaços de natureza (SPIRN, 1995).

## **2.5 Políticas ambientais**

Para exemplificar a questão da apropriação do discurso ambientalista e das diretrizes elaboradas, apresentamos alguns casos na América Latina, como forma de analisar as diversas formas de apropriação do ideário ambiental, não somente relacionado aos acordos internacionais, mas também com produção de legislação específica de cada país e a atuação dos poderes locais.

A maioria dos países latino-americanos viveu durante grande parte do século XX sob ditaduras que restringiram as liberdades individuais. Grandes projetos, implementados por governos ou grandes companhias nacionais ou multinacionais, não tiveram seus impactos ambientais avaliados e discutidos com os grupos sociais atingidos pelos projetos.

A questão ambiental começou a ser discutida com mais profundidade somente a partir de meados da década de 1980. Neste período, houve o aumento dos problemas ambientais ocasionados pela concentração populacional nas grandes metrópoles e a degradação causada pelas diversas atividades econômicas, como agricultura, mineração e atividade industrial (AHK, 2004 *apud* ROCHA *et al.*, 2005). Entre os problemas ambientais mais comuns, encontram-se a hiperurbanização, a poluição industrial e agrícola, a degradação do solo, o desmatamento e a perda de biodiversidade.

As diretrizes ambientais para toda a América Latina vieram das discussões propostas para formulação das Agendas 21 e o debate pautado nas discussões da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e do Mercosul.

A Cepal é um centro de pensamento sobre a inserção da economia latino-americana no contexto internacional e é o órgão das Nações Unidas encarregado de discutir os problemas ambientais na América Latina e no Caribe. Desde o começo dos anos 1970, a

Cepal exerce duas funções no que se refere às relações entre economia e meio ambiente. Em primeiro lugar, apoia a articulação entre os governos da região em processos políticos internacionais desde os anos 1980 e a promoção do desenvolvimento sustentável, realizando trabalhos institucionais ou de autores vinculados à Cepal que abordaram especificamente as relações entre meio ambiente e economia (TAVARES, 2011).

Entre 1978 e 1980, a Cepal e Pnuma desenvolveram um projeto intitulado “Estilos de Desenvolvimento e Meio Ambiente”, que estabeleceu as bases para o pensamento ambiental “cepalino” nos últimos 40 anos. A prática e a crença estabelecidas nesse documento são da economia verde, considerando o desenvolvimento como condição para assegurar “condições ambientais desejáveis”, com proposições de desenvolvimento de novos setores “verdes” como forma de dar impulso às economias, como novo paradigma tecnológico (TAVARES, 2011). Essa proposição mais teórica é absorvida nas diretrizes estabelecidas nas reuniões do Mercosul.

Os países do Mercosul criaram a Reunião Especializada em Meio Ambiente (Rema), que tinha como diretriz principal a “elaboração de normativa ambiental para assegurar condições de adequada competitividade entre os países membros, traduzindo, portanto, o reconhecimento da necessidade de tratar conjuntamente as questões comerciais e ambientais” (GUTIERREZ, 1998, *apud* ROCHA *et al.*, 2005). Essa reunião, apesar de não atingir seus objetivos de forma decisiva, definiu um conjunto de iniciativas e diretrizes, que não necessariamente foram seguidas pelos países, mas foram apropriadas nos planos de gestão. Ainda que o Chile não faça parte do Mercosul, as discussões no plano econômico e as diretrizes ambientais foram definidas nesse plano. A discussão conceitual, definida pela Cepal e as diretrizes estabelecidas na escala do Mercosul foram assumidas pelo Chile, em seu propositivo Plano Ambiental.

Em 1994, foi aprovado o documento “Diretrizes Básicas de Política Ambiental” do Mercosul, harmonizando as legislações ambientais, redução da poluição e implementação de avaliação de impactos ambientais em atividades potencialmente degradantes do meio ambiente. Em 2001, foi aprovado o “Acordo sobre meio ambiente do Mercosul”, como forma de se obter um instrumento jurídico regulador das ações estatais regionais. O acordo, que reconhece a importância da cooperação entre os Estados, parte com o objetivo de apoiar e promover a implementação de seus compromissos internacionais em matéria

ambiental, bem como reafirma os preceitos de desenvolvimento sustentável preconizados na Agenda 21, adotada durante a Rio-92 (SOUZA, 2004 *apud* ROCHA *et al.*, 2005).

As questões ambientais são tratadas mais na teoria que na prática. Estabeleceu-se um conjunto de normas e diretrizes, com cada país membro do Mercosul se inspirando nessa proposição (SCHMIDT e ZANOTELLI, 2004). As diretrizes ditadas pelas reuniões do bloco não foram colocadas em prática pelos países membros, mas a discussão, as proposições pontuadas formataram a linguagem ambiental em documentos oficiais, inspirando assim as novas políticas ambientais de países de dentro e fora do Mercosul.

No aspecto legal, a maioria dos países da América Latina estabeleceu legislações ambientais específicas, tratando de assuntos como: recursos hídricos, recursos minerais, áreas marinhas, pesca e caça, recursos florestais, turismo, produtos químicos e poluição atmosférica. Criaram-se leis específicas regulamentando temas como a obrigatoriedade de execução dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), o correto gerenciamento e disposição final de resíduos perigosos, as leis de crimes ambientais e normas estabelecendo padrões para emissões atmosféricas e níveis de tratamento de efluentes.

Esse acordo ambiental influenciou as novas diretrizes e passou a pautar os discursos de uma nova política, compromissada com as causas ambientais. Estabelecidos os termos e as proposições, essa preocupação foi apropriada no plano das políticas ambientais também no Chile. Assim, a maior parte dos países latino-americanos também desenvolveu estratégias nacionais e planos de proteção ambiental, geralmente contando com financiamento e assistência técnica de organismos internacionais.

Dada a condição de crise ambiental, massificada após as grandes conferências internacionais, as diretrizes propostas no Acordo ambiental do Mercosul apropriadas e na política ambiental chilena. Veremos no próximo item as diretrizes da política ambiental, que se torna a resposta para reverter ou mitigar a situação de crise ambiental.

### **2.5.1 Apropriação da questão ambiental no âmbito da política nacional chilena**

Em 1973, no contexto do estabelecimento de um governo militar, a economia chilena dependia fortemente da demanda externa, que resultou em uma explosão de exportações de produtos primários e extrativistas, implicando uma forte pressão sobre o meio ambiente. As

exportações da pesca, da silvicultura, da agricultura (incluindo frutas) e de mineração cresceu de cerca de 1.000 milhões de dólares, no início dos anos 1970, para 10.213 milhões dólares em 1998 (CONAMA, 1998).

Até 1974, o planejamento urbano foi fortemente centralizado pelo Estado, e a principal preocupação era moradia e terra para os pobres. Nesse momento, houve muitas invasões de terra ("tomas de terreno"), para fins de moradia. De 1974 até 1980, o planejamento urbano continua a ser restritivo com o quadro regulamentar, mas ele começa um processo de descentralização por meio de "regionalizações". A preocupação principal era infraestrutura, especialmente de transportes, e habitação, não só para os pobres, mas para toda a população.

A política de meio ambiente do Estado chileno está baseada na conferência de Estocolmo e nas Diretrizes estabelecidas na reunião do Rema, se inspirando no conceito de desenvolvimento sustentável, que busca conjugar o crescimento econômico com a proteção do ambiente. Na legislação chilena, este conceito se define como "*el proceso de mejoramiento sostenido y equitativo de la calidad de vida de las personas, fundado en medidas apropiadas de conservación y protección del medio ambiente, de manera de no comprometer las expectativas de las generaciones futuras*" (CONAMA, 1998, p-).

A luta contra a deterioração progressiva do meio ambiente passou a fazer parte das preocupações governamentais. A exploração indiscriminada dos recursos naturais e a poluição como resultado inevitável dos processos de produção foram postas em questão de lugares e perspectivas diferentes. Além disso, o Estado, por meio de várias agências, lançou iniciativas importantes destinadas a limitar os efeitos nocivos da expansão econômica sobre a qualidade do ambiente. Em 1980, foi incorporada a questão ambiental na Constituição, onde se postulava que "todo cidadão tem o direito de viver em um ambiente livre de poluição, e o Estado deve garantir sua proteção" (CONAMA, 1998, p-).

Na década de 1990, como para muitas cidades da América Latina, o planejamento passa a ser menos centralizado, mais flexível, e o Estado procura parceria com o setor privado e a participação da comunidade. O planejamento tende a se concentrar em questões ambientais e de capacitação do nível local (FIGUEROA SALAS, 2008).

É importante assinalar que os problemas atualmente chamados de ambientais eram denominados urbanos nas décadas anteriores. Em planejamento urbano, os diagnósticos

eram mais descritivos-explicativos sobre a poluição, congestionamento, falta de serviços, áreas de inundação, entre outros, que não eram considerados na definição de propostas de políticas e instrumentos de controle ambiental.

A partir dos princípios divulgados nos movimentos ambientalistas da década de 1970, como descrito anteriormente, é somente na década de 1990 que essa preocupação ambiental passa a ser incorporada na política nacional. Porém, esse movimento de incorporação de novas diretrizes ambientais não se vinculou às diretrizes urbanas, ambos permaneceram em compartimentos separados.

Ainda hoje, o que notamos ao analisar os planos urbanos-ambientais é que essa compartimentação ainda é clara, havendo sempre uma secretaria para causas ambientais pouco integradas com as demais secretarias, esta subdivisão é evidente nas instituições políticas. A dimensão urbano-ambiental é um campo mais de controvérsias que de integração.

Essa situação se repete, é replicada em nível internacional, havendo ainda poucos estudos que interrelacionam os problemas tradicionalmente chamados de problemas urbanos com problemas ambientais. Dado que os problemas são tratados como temas desintegrados, as decisões encontradas são sempre parciais e setoriais, que tem tido como consequência graves problemas ambientais nas cidades, esses problemas são tratados pelo planejamento urbano e em alguns casos, também são causados por falhas no planejamento.

O que se observa, em geral, na leitura das propostas para tratar das questões ambientais nas cidades latino-americanas, é que a intenção é tratar de forma coordenada e cooperada, porém, o que se observa é que as propostas têm se mantido, na maioria das vezes, apenas no discurso. Para compreensão das estratégias e dos mecanismos da lei ambiental em escala nacional, detalharemos a situação chilena.

As últimas três políticas de desenvolvimento urbano do Chile são bastante diferentes umas das outras em termos de princípios e grande preocupação, como segue:

Em 1979, a "Política Nacional de Desenvolvimento Urbano" afirmou que a terra é um recurso esgotável, portanto, há necessidade de controlar o uso da terra e estabelecer limites para o crescimento físico. Em 1984, também na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, consta que a terra é um recurso escasso e, portanto, seu uso deve ser planejado para controlar o crescimento urbano para o bem público.

Em 1990, a "Política Nacional de Assentamentos Humanos" afirma que a pobreza e a degradação ambiental são as principais questões a ser enfrentadas pelo Estado e pela sociedade, daí o uso da terra ser controlado de acordo com o patrimônio e contra a poluição (CONAMA, 1998), seguindo uma série de documentos que mantêm a linguagem e as diretrizes de controle de uso da terra, sem estabelecer propostas ou metas rígidas.

No Chile, como em outras nações em desenvolvimento, a política ambiental emergiu pós-ditadura, a gestão ambiental se institucionalizou com a redemocratização em 1990, havendo originalmente um grande otimismo para uma economia verde. Com o advento dos governos democráticos, a preocupação ambiental foi expressa mais claramente em certas iniciativas para regular os processos econômicos em relação ao impacto ambiental, principalmente para a regulamentação das atividades pesqueiras e extrativistas.

A iniciativa da regulamentação mais importante surgiu durante o governo de Patricio Aylwin (1990-1994), quando foi aprovada a lei do Meio Ambiente (Lei nº 19.300), em 9 de março de 1994, no entanto, a formulação da legislação ambiental foi um conflito de interesses entre empresas e ambientalistas. Os primeiros reivindicavam sobre a regulação dizendo que a nova lei contribuiria para o aumento dos custos, enquanto os ambientalistas argumentavam sobre a influência indevida de negócios e empresários na formulação da legislação ambiental.

Entre as contribuições da política ambiental de 1994 está a criação de um Sistema de Avaliação de Impacto Ambiental (Seia), que entrou em vigor em 1997. O Seia é operado por uma rede de autoridades regionais coordenadas pela Comissão Nacional de Meio Ambiente (Conama), um serviço público e descentralizado, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, atuando como um órgão consultivo, analítico, de comunicação e coordenação em matérias ambientais. Em nível regional, as diferentes entidades públicas com competência ambiental formam os Conselhos Regionais de Meio Ambiente (Corema). Os Coremas formaram a base para a regulamentação do ambiente no Chile (CONAMA, 1998).

De acordo com o Conama, ao longo dos anos foram criadas as mais rigorosas leis ambientais, porque o governo estava seriamente comprometido com a capacidade de renovação e preservação dos recursos naturais por meio do desenvolvimento de uma

política ambiental. O objetivo final, segundo o Plano ambiental, é a qualidade de vida para todos os chilenos e para as futuras gerações (CONAMA, 1998).

As instituições ambientais existentes no Chile são essencialmente um sistema de coordenação da Conama que une diversos órgãos públicos com competência ambiental. O corpo diretivo da Conama é o Comitê de ministros, atendido pelos ministérios, presidido pelo ministro da secretaria-geral da presidência (Segpres), que também tem uma série de poderes específicos, agora substituído em todas as suas funções pelo ministro do meio ambiente. Isto é repetido em nível regional, por meio dos Coremas, mas com as secretarias regionais ministeriais (CONAMA, 1998).

A Conama e a Seia rapidamente se tornaram alvos de críticas, pois lhes faltava *status* ministerial e foi atribuído um orçamento desproporcionalmente pequeno, mas tendo desempenhado um papel em grande parte de coordenação entre outros órgãos públicos, sem o poder de estabelecer e fazer cumprir suas próprias normas ambientais.

A lei ambiental, de 1994, estabeleceu os critérios institucionais e regulatórios para orientar as ações do Estado, do setor privado e da cidadania, justificada na noção de desenvolvimento sustentável, como sustentação da lucratividade. Nesse sentido, a proteção ambiental pode surgir como um dilema ante o desenvolvimento, e também como um de seus elementos, portanto, para o país, o desafio ambiental permanente é aperfeiçoar a legislação, prevenir e recuperar os danos de poluição do ar, água ou solo; incentivar a proteção do patrimônio e uso sustentável dos recursos naturais; introduzir práticas ambientais no setor produtivo, estimulando a participação cidadã, desenvolver novos instrumentos de gestão ambiental, entre outros (CONAMA, 1998).

Com o estabelecimento do marco normativo, a gestão ambiental tem levado a um progresso substancial nos últimos anos. Graças aos resultados obtidos, o Chile tornou-se uma referência para outros países da região em áreas como controle de poluição do ar e gestão de resíduos sólidos. A experiência na redução da poluição do ar em Santiago tem sido fundamental para a “Iniciativa do Ar Limpo” para as Cidades da América Latina, promovido pelo Banco Mundial, que se tornou um exemplo de novas estratégias para promover a redução da poluição do ar nas cidades (CONAMA, 1998).

Em 1998 é aprovada a “Política ambiental para o desenvolvimento sustentável”, na busca de promover a sustentabilidade, indicando os seus fundamentos, seus princípios e

objetivos. Com essa política, foram definidos seus compromissos e as tarefas prioritárias para a melhoria ambiental do sistema. O documento afirma que as questões ambientais são as grandes questões que o país deve enfrentar no futuro, expondo o consenso de que o ambiente é agora duramente pressionado pelas demandas de desenvolvimento econômico e social e que com esse desenvolvimento foi severamente comprometida a capacidade de renovação e preservação dos recursos naturais e da qualidade do ar, água e solo. A preocupação com a salubridade do ecossistema pauta o discurso do documento (CONAMA, 1998).

Observamos que o ponto que pauta as discussões para a questão ambiental nos planos de governo é sempre o discurso do desenvolvimento sustentável, que no Plano ambiental chileno é um conceito representado por um triângulo com vértices: crescimento econômico, equidade social e sustentabilidade ambiental, em equilíbrio dinâmico. O documento também afirma que a “gestão ambiental é um papel eminentemente público de responsabilidade individual e coletivo que requer empenho e participação da sociedade civil como um todo” (CONAMA, 1998, p.-), sendo que a participação dos cidadãos é uma das pedras angulares da política ambiental, pois o ambiente é um desafio nacional (CONAMA, 1998), eximindo em certo nível seu papel de ação política.

Assim, o conjunto da sociedade, incluindo o setor produtivo privado, deve estar disposto a assumir os custos de implementação desta política, bem como colaborar na melhoria contínua da capacidade de gestão no país.

No primeiro mandato de Veronica Michelle Bachelet Jeria (2006-2010) foram revistas significativamente as normas ambientais do Chile com legislação aprovada no início de 2010 para: substituir o Conama com um Ministério do meio ambiente; reformar o Seia; criar mais poderes de execução; criar um tribunal dedicado ao ambiente; e reformar a estrutura institucional para a gestão de parques e florestas (PIZARRO, 2007).

Esse processo resultou na passagem de uma política ambiental que incide sobre a coordenação de serviços e, conseqüentemente, em que a política e a gestão ambiental foi realizada nos Ministérios setoriais, para uma política em que uma única e mais antiga instituição (Ministério do Meio Ambiente), assumiu a responsabilidade direta para a concepção, gestão e controle da política ambiental no Chile (PIZARRO, 2007).

No que diz respeito ao sucesso macroeconômico do Chile, apesar de sua lenta recuperação em curso, tem havido um progresso notável no produto interno bruto (PIB) nos últimos anos. No entanto, esse perfil com base em custos mais baixos, que a curto prazo promove a competitividade, pode levar a deterioração ambiental.

Embora seja verdade que foram feitos progressos no nível de processamento de produtos de exportação, a estrutura da cesta de exportação é dominada por recursos naturais, representando 61% da cesta total. Os principais recursos exportados são peixe, cobre e uvas. Assim, embora tenha havido diminuição dos setores da economia como mineração, silvicultura e pesca, a participação na venda externa e de exportação com base em processos industriais aumentaram, porém, essas variações são muito leves e não são suficientes para falar de crescimento e desenvolvimento sustentável a longo prazo (MONTERO e SANCHEZ, 2002).

A economia convencionalmente considera a natureza como uma espécie de fator limitante que impede a progressão do crescimento econômico existindo uma clara falta de harmonia na interface dos sistemas econômicos com os sistemas ecológicos.

A visão economicista da natureza sugere que cabe à tecnologia o papel de ultrapassar os limites impostos pela natureza, para que assim o ser humano possa adquirir ganhos de produtividade na atividade econômica, maior eficiência de produção, determinando o ritmo de trabalho da máquina sobre o ritmo de funcionamento da natureza.

O discurso de proteção ambiental nos planos urbanos ambientais chilenos se pauta nesse viés economicista, de inspiração “cepalina”. Observa-se na política ambiental chilena um movimento de incorporação do ideário ambiental, por alguns economistas mais sensibilizados com a questão ambiental, que inauguraram a economia ecológica, entendida como um novo campo interdisciplinar que examina as relações existentes entre os sistemas ecológicos e econômicos, na tentativa de harmonizar os dois entre si.

A economia ecológica reconhece que os sistemas ecológicos desempenham um papel fundamental na sustentação da vida na Terra e são essenciais para a existência do ciclo do carbono e da água, para o fornecimento de matéria prima, alimento, água e de uma infinidade de fatores que, em última análise, são extremamente úteis para o ser humano.

Atualmente, a economia incorpora esse ideário ambiental. Existem diferentes visões da economia (como a proposta de crescimento estacionário e economia ecológica, por

exemplo) postas como ideais nos documentos oficiais de planejamento urbano para a maioria dos países latino-americanos, que absorvem o conceito de economia verde. Economia verde vem a ser um conjunto de iniciativas, políticas e projetos concretos que contribuem para a transformação das economias, de forma a integrar desenvolvimento econômico, social e proteção ambiental. O ideal de uma forte integração das instâncias focando sempre o desenvolvimento econômico associado à preservação da natureza.

### **2.5.2 Ambientalismo na escala urbana**

O século XIX marca a racionalização sobre a natureza nas cidades, com urbanistas, paisagistas e planejadores inserindo a natureza nos espaços urbanos. A partir desse momento, a natureza pode ser planejada, desenhada, organizada no contexto de crescimento intenso nas cidades. Essa intenção surgiu entre os ingleses no século XVIII, representados pela incorporação da natureza nas reformas urbanas sanitárias, que se manifestou como formas de ações de proteção e respeito à natureza (SPIRN, 1995). Atualmente, a partir da década de 1980, esse urbanismo tem um novo formato sobretudo influenciado pelos movimentos ambientalistas.

Apesar das preocupações de Karl Brunner, no urbanismo chileno, ainda na década de 1920, é moderno o interesse pela preservação das espécies vegetais, na forma da criação de parques e áreas verdes nas cidades, o que pode ser considerado fruto de novas sensibilidades que nos levaram a valorizar as paisagens naturais quando estas já estavam praticamente ausentes na configuração territorial (RIBEIRO, 2003).

Atualmente, há uma nova forma de se pensar a cidade. Com os movimentos ambientalistas, emergiu uma agenda voltada para a conservação dos ambientes selvagens e a preservação dos recursos naturais (TORRES, 1998). Os anos 1960 marcaram o aparecimento de um novo ecologismo em contraposição à antiga “proteção da natureza”. Nos anos 1970, houve uma tendência mais romântica, de parques mais exuberantes com equipamento esportivos, estádios, edifícios, espelhos d'água e passeios (SCALISE, 2002). Nos anos 1980, surge a exigência de melhorar a qualidade dos bairros.

O momento de crise estrutural das cidades, em decorrência dos problemas de ordem econômica, política, social e cultural, tem conduzido o fenômeno urbano em seu ritmo acelerado a um destino incerto e, cada vez mais, transformando as ciências em força

produtiva, e o espaço urbano em mercadoria. Nessa relação desigual e/ou combinada da contraposição entre questões socioambientais e econômicas, em que, de modo geral, esta última se sobressai, geralmente ficando aquilo que é público em segundo plano ou ainda considerado como problema (RODRIGUES, 2001).

No meio urbano, há diversos inconvenientes para a salubridade humana e ambiental decorrentes do elevado grau de adensamento nas grandes cidades. No urbano, admitem-se seus aspectos poluídos, desgastantes, violentos, estressantes, socialmente isolantes e de difícil solução. Sendo o ecossistema antrópico, onde o grau de artificialidade atinge seu nível mais elevado, chegando a praticamente desvincular o ser humano de seu relacionamento com a natureza. Esse contato com um ambiente não artificial passa a ser permitido, possível apenas em áreas relativamente restritas (SCALISE, 2002), como as áreas verdes urbanas.

A aceleração da urbanização, com a concentração cada vez maior da população humana, além de deteriorar a qualidade de vida, tende a exaurir, em ritmo nunca visto, os recursos da biosfera. Diante dessa crise, há uma reação com o desenvolvimento da ecologia urbana, como área de estudo e de planejamento.

O crescimento das cidades, somado à falta de planejamento urbano-ambiental e à nova percepção de que a vegetação é um componente necessário no espaço urbano, fez com que a arborização urbana, as áreas verdes e grandes parques públicos passassem a ser vistos como importantes elementos naturais, atuando como reestruturadores do espaço urbano, pois áreas arborizadas representam condições ambientais mais salubres, amenas, promovendo maior qualidade de vida (GOMES e SOARES, 2003).

Atualmente, fala-se muito dos benefícios para saúde, dos benefícios psicológicos, que aliviam as doenças da modernidade, pelo contato com a natureza. Essa proximidade da natureza se torna rara na metrópole, pois passa a significar uma condição de vida única, de acesso restrito, limitado (GOMES E SOARES, 2003). Em decorrência dos problemas advindos da expansão urbana e as necessidades ambientais, conquista espaço no urbano.

A importância estética do mundo natural possibilitou que o ser humano começasse a apreciar as florestas devido à sua capacidade de embelezar e dar dignidade às paisagens, considerando-as um prazer visual na medida em que foram sendo suprimidas da paisagem (SERRÃO, 2007). Assim, as áreas que não sucumbiram à exploração econômica foram

sendo gradativamente mais e mais valorizadas pelo aspecto ornamental de seus ambientes belos e agradáveis.

Os parques como paisagens possuem função estética, por conter o elemento vegetação, justificada, pois as pessoas apreciam a natureza e gostam de ver animais e plantas. Esses benefícios são evidenciados por grande quantidade de estudos de paisagismos, que tem por preocupação a composição harmoniosa da utilização de vegetação integrada aos elementos da natureza e aos elementos introduzidos pelo próprio homem compondo os espaços.

HAUSER (1965) justifica a importância estética do parque urbano para apreciação da sociedade em geral, da seguinte forma:

“a vida em um quadro sem beleza tem uma influência nefasta no equilíbrio psíquico do homem; árvores verdes e gramados têm um efeito repousante para o espírito e desenvolvem no homem o gosto pelo belo. As emoções sentidas ante uma bela paisagem, de linhas bonitas, áreas verdes e água, estão entre as experiências mais fortes e mais enriquecedoras da personalidade” (HAUSER, 1965 *apud* GOMES e SOARES, 2003, p. 22).

No século XX, muitas foram as funções representadas pelas áreas verdes urbanas. Por exemplo, temos a revolução industrial como indutora da adoção de novas formas de produção de moradia, por meio da exaltação do “natural” e do “bucólico” na paisagem das cidades. A utilização desse modelo foi uma forma de compensar o rápido crescimento industrial e espacial das capitais europeias cujo meio urbano começava a experimentar as primeiras consequências negativas da urbanização: o adensamento populacional, a falta de infraestrutura e saneamentos básicos, insalubridade e epidemias (TÂNGARI, 2005).

O uso do verde urbano, especialmente no que diz respeito aos jardins, constitui-se em um dos espelhos do modo de viver dos povos que o criaram nas diferentes épocas e culturas. A princípio, tinham função de dar prazer à vista e ao olfato, e no século XIX assumem uma função utilitarista, sobretudo para as zonas urbanas densamente povoadas (LOBODA e DE ANGELIS, 2005).

Atualmente, é consenso que os parques públicos contribuem para a qualidade de vida urbana e oferecem aos habitantes espaços de lazer e de convívio e também de embelezamento, conferindo novos elementos à estética urbana. Para compreensão dessa nova mentalidade, pode-se compreender os parques públicos urbanos como ícones, por seu

papel simbólico como espaço de natureza e por sua materialidade, como forma urbana passível de ser valorada.

A valorização da natureza atualmente tem grande salto, dada sua escassez na paisagem, do visual opressor da selva de pedras que se associa à divulgação dos ideais ambientalistas e às funções ecológicas, sociais, econômicas, e com o reconhecimento psicológico, os benefícios que trazem o contato com o meio físico menos alterado.

Essa nova necessidade de salubridade ambiental, decorrente da construção da crise ambiental, faz com que surja uma nova necessidade, a da construção de espaços de lazer e recreação, como espaços de natureza, capazes de romper com o universo do cotidiano, tornando-se fonte de equilíbrio para a qualidade de vida dos cidadãos.

Espaços verdes, como representativos de natureza nas cidades, fazem com que a natureza adquira valores totalmente diferentes, por meio de novos modelos de sociedade. Na sociedade atual, observa-se que há uma reaproximação ou um 'reencanto' do mundo urbano ocidental pela natureza, uma natureza retrabalhada sob a forma de uma segunda natureza, incorporada, mercantilizada, produzida e vendida (HENRIQUE, 2006).

### Capítulo 3: Área Metropolitana de Santiago

No capítulo a seguir, caracterizaremos os aspectos econômicos, demográficos, físicos e sociais do Chile, enfocando a Área Metropolitana de Santiago (AMS) para compreensão da dinâmica de expansão urbana e a forma político-administrativa. Posteriormente, filtramos para área de estudo da tese, a Província de Santiago, por seu intenso adensamento urbano e pela expansão urbana característica da pré-cordilheira.

A política urbana e ambiental chilena tem suas particularidades dada a forma como são divididas suas entidades administrativas. O Chile é uma República Democrática (constituição aprovada por plebiscito em 1980), com um governo de estados independentes, constituído de 15 regiões. Cada região é dirigida por um intendente, nomeado pelo presidente da República, e são subdivididas em províncias.

As 15 regiões se dividem em 54 províncias, cada uma dirigida por um governador provincial designado pelo Governo Central e subordinado ao Intendente Regional. Cada intendente é apoiado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede), que representa os interesses da região.

As províncias são subdivididas em comunas. Ao todo são 346 comunas, administradas por prefeitos, eleitos por votação popular e que, por sua vez, é assessorado pelo Conselho de Desenvolvimento Comunal (Codeco).

A região central do Chile abriga os mais antigos centros urbanos, muitos dos quais foram fundados pelos espanhóis em meados do século XVI, em sua maioria situada próxima aos rios. A AMS ocupa uma superfície de 15.403,2 km<sup>2</sup>, o que representa 2,04% do território chileno americano e insular, sendo a menor de todas as regiões do Chile.

A Área Metropolitana de Santiago (AMS), conhecida como Grande Santiago, é a unidade político-administrativa que define a Região XIII e se divide em seis províncias: Santiago, Maipo, Cordillera, Chacabuco, Talagante e Melipilla (Figura 3.1).

A AMS possui 74,09% de terreno montanhoso, 17,15% de terras agrícolas, 6,45% de áreas urbanizadas, e 2,31% para outras atividades (CONAF, 1997).

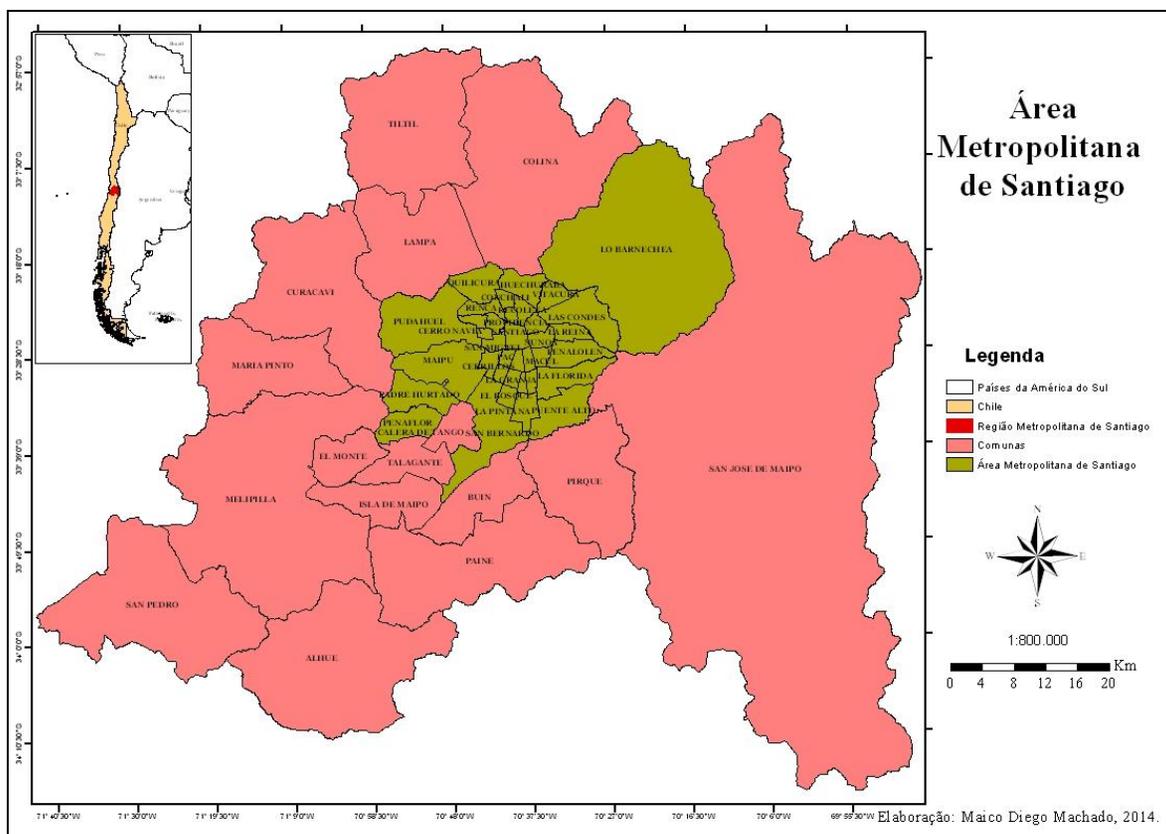


Figura 3.1: A Área Metropolitana e Província de Santiago do Chile

Fonte: elaborado por Maico Diego Machado, 2014

A capital nacional é a municipalidade de Santiago, com 200.792 habitantes e cuja província possuía uma população em 2002 de 4.668.473 habitantes (MIDEPLAN, 2013). Santiago é a sede da região metropolitana mais importante do Chile<sup>15</sup>.

O primeiro Plano Regulador Metropolitano de Santiago (PRMS), promulgado em 1994, dividiu a AMS em 37 comunas, sendo que 32 comunas se localizam na província de Santiago, três na província de Cordillera (Puente Alto, Pirque y San José de Maipo) e outras duas na província de Maipo (San Bernardo e Calera de Tango) (MINVU, 2008).

O território da AMS situa-se a uma altitude entre 700 e 1.000 metros e tem um clima mediterrâneo semiárido e engloba três distintas zonas de relevo: a Cordilheira dos Andes, a Cordilheira da Costa e a Depressão Intermediária. A província de Santiago está

<sup>15</sup> As outras regiões metropolitanas são a de Concepción, cuja cidade sede abriga 216.061 habitantes e é um centro agrícola e industrial; A região metropolitana de Valparaíso, cujo a cidade sede abriga 275.982 habitantes e possui o principal porto marítimo e polo universitário (MIDEPLAN, 2013).

inserida na depressão intermediária entre as cordilheiras (figuras 3.2 e 3.3), dando nome a Bacia de Santiago, que se estende até o cordão de Chacabulco. Os perfis nas figuras abaixo evidenciam essa localização e as altimetrias localizando, a AMS situa-se aproximadamente entre os quilômetros 90 e 150.

A cordilheira da Costa é o limite natural entre a região metropolitana de Santiago e a região metropolitana de Valparaíso. Ao sul, em Paine, as colinas de Angostura e Chada, constituem a fronteira com a Região de O'Higgins (CONAMA, 2009).



Figura 3.2: Perfil topográfico esquemático da bacia de Santiago.

Fonte: Educar Chile, 2013.

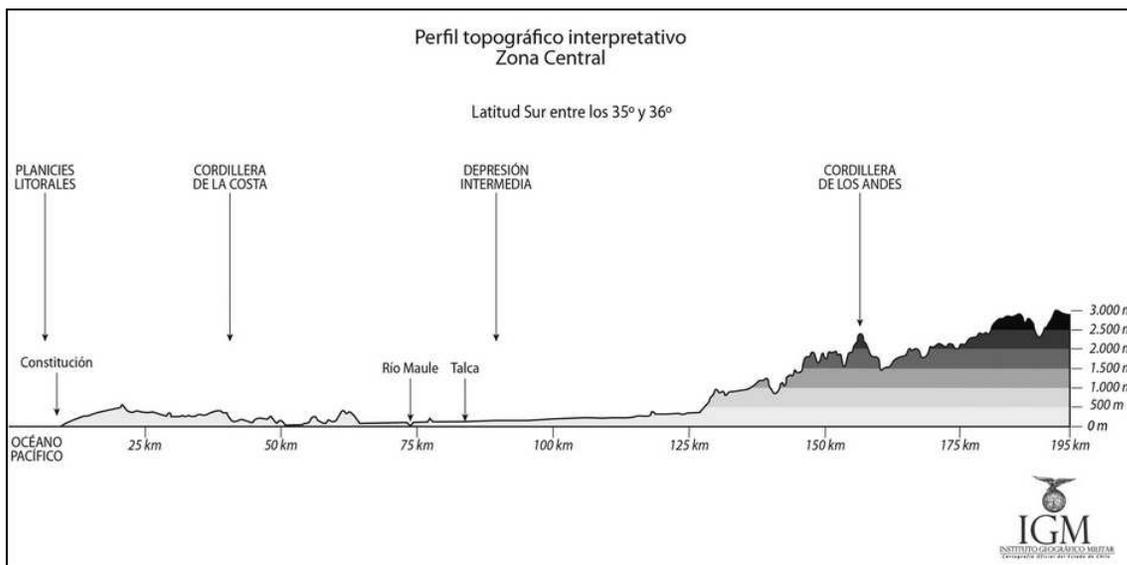


Figura 3.3: Perfil topográfico da região central do Chile.

Fonte: IGM, 2011.

Por sua geomorfologia, as características climáticas da região central do Chile são bastante particulares. O clima apresenta um verão quente combinado com um inverno frio. A sensação de calor é bastante intensa, pois as temperaturas máximas e a radiação solar são muito altas devido ao clima seco. No inverno, os gases se condensam com a baixa temperatura provocando altos níveis de poluição, pois justamente as condições geomorfológicas impedem a circulação desses gases que ficam retidos na Bacia de Santiago.

A província de Santiago do Chile está localizada dentro do vale entre a cordilheira central e a Cordilheira dos Andes, que atuam como sistemas semiorográficas que impedem a circulação de ar e ventilação (ROMERO e VÁSQUEZ, 2005). As montanhas circunvizinhas impedem a circulação de partículas sólidas e contaminantes no ar gerando níveis de poluição atmosférica, especialmente graves no inverno.

A paisagem de Santiago é coberta por uma fumaça marrom-preta grossa, bastante visível na figura 3.4 abaixo, que cobre a atmosfera, fazendo do ar de Santiago um dos mais poluídos do mundo. A ação antrópica contribui com esse problema, dada a intensa emissão de contaminantes pela industrialização e pelo grande e crescente número de veículos (ROMERO e VÁSQUEZ, 2005).

O ar contaminado provém das áreas industriais e as áreas urbanas mais adensadas do fundo da bacia, esse ar contaminado é regularmente transportado por ventos e brisas ascendentes até a cordilheira, durante a tarde e descendentes até o centro da cidade durante a noite e madrugada. A falta de ventilação é uma das principais limitações ambientais da cidade de Santiago e essa é a razão pela qual a atmosfera se encontra saturada por contaminantes na maior parte do ano (ROMERO e VÁSQUEZ, 2005).

Esse conhecido problema geográfico de isolamento da poluição e condições climáticas, pelo elevado índice de contaminação do ar, interfere no bem estar da população. Essa insalubridade do ar é uma das causas da grande preocupação ambiental em Santiago e também da busca por habitar cotas mais elevadas, longe da camada de poluição.



Figura 3.4: *Smog* de poluição formado no inverno em Santiago.

Fonte: Ciclovivo, 2013.

Desde o início dos anos 1960, os habitantes da cidade têm sido cada vez mais expostos à ação de diversos agentes nocivos, o que é percebido principalmente pelos impactos nas vias aéreas e olhos (SINCA, 2012). Em momentos críticos de contaminação, se declara estado de emergência quando algumas indústrias são desligadas e se define uma cota de veículos que podem transitar, em um sistema de rodízio.

Em 1996, Santiago foi declarado como zona saturada, pois havia excedentes atmosféricos de quatro poluentes do ar: ozônio (O<sub>3</sub>), partículas inaláveis (PM<sub>10</sub>), partículas em suspensão (TSP) e monóxido de carbono (CO). A partir daí, as medidas para controle de fontes de poluentes, como, por exemplo, a obrigatoriedade de catalisadores em carros novos, a redução da poluição por nitrogênio e enxofre, novas rotas de transportes públicos e eliminação do chumbo da gasolina foram se intensificando (CONDEMA). Em 1997, a Comissão Especial de Descontaminação da AMS produziu o Plano de prevenção e descontaminação atmosférica (PPDA) e, em 2000, o Plano de Transporte Urbano de Santiago (PTUS). Essas novas práticas reduziram a poluição, mas esta continua crítica, especialmente devido ao uso de lenha para aquecimento doméstico (SINCA, 2012).

No entanto, a população continua a crescer, e progressivamente também cresce o número de carros, os transportes públicos. O parque industrial e a cidade tem se expandido significativamente e, de acordo com a população, as medidas do PPDA e PTUS não foram eficientes, sendo necessária uma revisão desse plano com mais medidas que mitiguem a poluição do ar (SINCA, 2012).

Existe um rígido controle sobre as condições do ar em cada comuna de Santiago<sup>16</sup>, os índices de contaminantes no ar são anunciados nas páginas institucionais de cada comuna e isso faz com que se definam as comunas de condição de ar limpo, que geralmente são as comunas no piemonte andino. O piemonte se localiza a uma altura geralmente superior aos limites da camada de inversão térmica que aprisionam a contaminação atmosférica, o que significa que as concentrações de material particulado e gases contaminantes são menores que em outras áreas, ainda que a contaminação fotoquímica<sup>17</sup> tenda a ser maior por receber uma taxa de insolação mais elevada (ROMERO E VÁSQUEZ, 2005). Sendo assim, as cotas mais elevadas são consideradas fonte de ar limpo e de biodiversidade.

Dado o controle das condições do ar, surge o interesse por habitar locais com melhores condições do ar, no sopé dos Andes e esse se torna um novo fato para o incremento de valor nos empreendimentos imobiliários nesses setores de anunciada qualidade ambiental (ARROYAVE, 2011). As benesses ambientais, de imóveis na pré-cordilheira em cotas altimétricas, que sobre-passam o *smog* de poluição evidenciado na imagem 3.4 são de grande valor no mercado imobiliário, principalmente como observado nas comunas de La Florida, Las Condes e Lo Barnechea como veremos.

Outra particularidade é que o Chile, devido a sua localização sobre o Anel de Fogo do Pacífico, é considerado um dos países mais sismicamente ativos, sendo o tipo de desastre natural mais prejudicial que ocorre no Chile. Ao longo da história, vários terremotos atingiram o país, o maior abalo sísmico sofrido pelo país foi o sismo de Valdivia de 1960,

---

<sup>16</sup> A monitoração *on line* das condições do ar em cada comuna pode ser observada no site: <http://www.seremisaludrm.cl/sitio/pag/aire/indexjs3aireindices-prueba.asp>.

<sup>17</sup> A contaminação fotoquímica de fóton solares que encontram na atmosfera óxidos de nitrogênio e hidrocarbonetos, provenientes da evaporação da gasolina e da queima incompleta dos combustíveis, e provoca reações que formam compostos tóxicos e irritantes. Os principais responsáveis pela poluição fotoquímica são o ozônio e o nitrato de peroxiacetila (PAN). Pequenas quantidades de ozônio ou de PAN causam problemas respiratórios e irritação nos olhos, deteriora materiais de borracha e danifica plantações (ROMERO *et al*, 2007).

com magnitude  $9,5M_w$ . Em 2007, o sismo de Tocopilla atingiu  $7.7 M_w$  e afetou a região de Antofagasta. Em 2010, houve um grande terremoto na Região de Maule no Chile, atingindo uma magnitude de  $8,8M_w$ . (SISMOS, 2013).

Os problemas ambientais, portanto, como a má qualidade de ar e a intensa incidência de sismos de grande magnitude são considerados no planejamento urbano, havendo uma prática histórica de se planejar amplos espaços livres, como zonas de controle e espaços de fuga e casos de sismos e que conformam grande densidade de áreas verdes, bastante arborizadas para amenizar as condições do ar (ARROYAVE, 2011), por isso, também há relativa maior densidade de praças e áreas verdes em Santiago do Chile que no Brasil, por exemplo.

Por essas condições morfoclimáticas, é histórica a preocupação com a preservação da natureza em Santiago. As principais disposições legais relacionadas com a definição de bosques e as atividades de florestamento e reflorestamento no Chile estão contidos no Decreto de lei 701, de 1974. Nesse decreto, se inclui incentivos para a arborização, que foram modificados pela Lei nº 19.561, de 16 de maio de 1998. Essa lei regula a silvicultura, o manejo de solos degradados e incentiva o reflorestamento, por parte, especialmente, dos pequenos produtores (CONAMA, 1998).

O governo do Chile assumiu o compromisso de desenvolver ações voltadas para aumentar a capacidade de redução de gases do efeito estufa nas florestas e, para isto, está trabalhando em uma plataforma de geração e comércio de créditos de carbono do setor florestal do Chile, seguindo a proposição de economia ecológica já explicitada anteriormente. Esse controle de crédito de carbono é função do Conama, que, por meio do Comitê Operativo Nacional de Biodiversidade, elaborou uma série de políticas. São elas: Política Nacional de Áreas Protegidas, Política Nacional para a Proteção de Espécies Ameaçadas, Políticas de Subsídios e Isenções Tributárias e o Projeto de lei sobre a recuperação de bosques nativos e fomento florestal (CONAF, 1999).

No Chile atualmente não há deflorestamento, ou este é marginal. As intervenções sobre os bosques são reguladas pelo Estado. O reflorestamento é obrigatório, e a taxa anual de plantios excede amplamente a taxa de corte. Também não é aceita a substituição de bosques nativos e existe um forte programa de prevenção e controle de incêndios florestais (CONAF, 1999). A superfície de solos potencialmente disponíveis para o reflorestamento é

muito ampla ao considerar que junto das áreas tradicionalmente empregadas para a atividade florestal, podem ser utilizadas aquelas áreas na pré-cordillera andina sobre os 700-800 metros, nas zonas semiáridas e nas regiões austrais, empregando espécies adequadas para cada região.

Especificamente no caso da Área metropolitana de Santiago, a discussão sobre a preservação da natureza se incorpora às metas dos planos ambientais, urbanos, econômicos e sociais. A Intendência da Região Metropolitana de Santiago tem proposto como medidas ambientais práticas, principalmente preocupados com a qualidade do ar, como projetos de educação ambiental, rodízio de carros, plantios subsidiados pelas comunas. A resposta política para os problemas ambientais são os projetos, com mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL- Mecanismo de *Desarrollo Limpio*<sup>18</sup>), compensação de carbono, motivado pela assinatura do Protocolo de Kyoto em 2008. (Intendencia Metropolitana, 2013).

As práticas ambientais atuam no reflorestamento de áreas verdes em parceria público-privada, como o exemplo do projeto “Peñalolén crece verde”, que pretende plantar mil novas árvores nativas, que sejam catalogadas e cuidadas pelo cidadão que a plantou. A iniciativa é impulsionada pela Municipalidade de Peñalolén com apoio da empresa Dimacofi S.A.<sup>19</sup>. Um interessante diagrama desse mesmo projeto “Peñalolén cresce verde” (figura 3.5) ressalta que a presença de árvores, além das funções ecológicas, como controle de umidade e chuvas, ruídos, controle da temperatura. A arborização garante também, segurança, melhora a saúde, aumenta a atividade econômica, também é indicador de riqueza e aumenta o valor das propriedades. O quadro abaixo ainda enuncia que o paisagismo melhora o valor de venda de um imóvel em 20% (Creceverde, 2013), indicando como o verde é incorporado pelo mercado imobiliário e como é disseminado o ideal ambiental.

---

<sup>18</sup> Os MDL são um dos principais componentes do Protocolo de Kyoto, concebidos praticamente para que as nações desenvolvidas pudessem continuar com seus projetos de desenvolvimento. Os MDL permitem a comercialização dos direitos de emissões (ONU, 1998).

<sup>19</sup> A Dimacofi S.A. trabalha com impressões e tem interesse em selos verdes de uso de madeira sustentável <creceverde.cl>, 2013). Esse tipo de projeto são as intervenções mais comuns nos parques públicos de Santiago, onde as empresas parceiras para revitalização de áreas são empreiteiras e/ou construtoras com empreendimentos nas proximidades da área em revitalização.



Figura 3.5: Benefícios elementares de plantar uma árvore na cidade.

Fonte: Crece Verde, 2013.

É evidente a preocupação com a recuperação do ambiente, pelo intenso aumento de investimentos em obras de melhorias no espaço público. A Corporação do Patrimônio Cultural do Chile, em 2009, investiu 2.242.803,00 milhões de pesos (equivalente em 2009 a 4.125, dólares), e em 2012 passou a 9.989.247 milhões de pesos (equivalente a 20.830.476,88 dólares)<sup>20</sup>. Alguns dos projetos foram: melhorias e revitalização do Parque O'Higgins; construção de faixas para caminhadas da comuna de El Bosque; melhorias e construção de áreas verdes na comuna de La Granja; conservação e remodelação do Parque Florestal; Construção do parque recreativo de San Miguel na comuna de Colina (Intendencia metropolitana, 2013). A proposição futura é aproveitar alguns espaços livres para ser transformados em parques públicos.

Santiago possui um grupo de colinas localizadas no meio da cidade, que, se recuperadas, poderiam ser transformadas em uma grande rede de parques urbanos. Há um grande potencial na comuna de La Renca, onde a colina se encontra completamente

<sup>20</sup> Em 2009, um dólar valia 527 pesos; em 2012 o dólar valia 501 pesos chilenos.

degradada e o verde desaparece sob o lixo. Esse tipo de restauração é comum em Santiago como veremos no próximo capítulo sobre o verde urbano da cidade.

Nas comunas de Las Condes e Lo Barnechea, algumas colinas foram úteis ao progresso da construção e hoje muitas dessas áreas verdes foram ocupadas com grandes residenciais. Atualmente, a maioria dessas áreas verdes nas colinas está em risco dado o avanço imobiliário. Essas áreas têm o potencial de tornarem-se grandes parques, especialmente nos bairros vulneráveis, onde sua contribuição para a qualidade de vida do povo de Santiago seria incalculável. A ideia é que, da mesma forma como fez Vicuña Mackenna para o cerro Santa Lucia (como veremos no item 4.3), muitos outros parques podem ser constituídos.

Muitas comunas não concretizaram suas áreas de colinas como áreas verdes porque não tinham os recursos para mantê-los. Segundo o artigo 59º da Lei Geral de Planejamento Urbano, de abril de 2005, se em cinco anos a colina não se estabelecesse como um parque público, o uso da terra poderia mudar, abrindo porta para o setor imobiliário privado ou se manteria simplesmente negligenciada e sem uso. Muitas das áreas no piemonte andino foram privatizadas, mas ainda existem muitas áreas livres, que potencialmente podem se tornar áreas verdes públicas. A figura 3.6 revela esse potencial e as condições dos cerros de Renca, Recoleta e Barnechea que são paisagens bastante diversas e com potencial para intensa arborização.

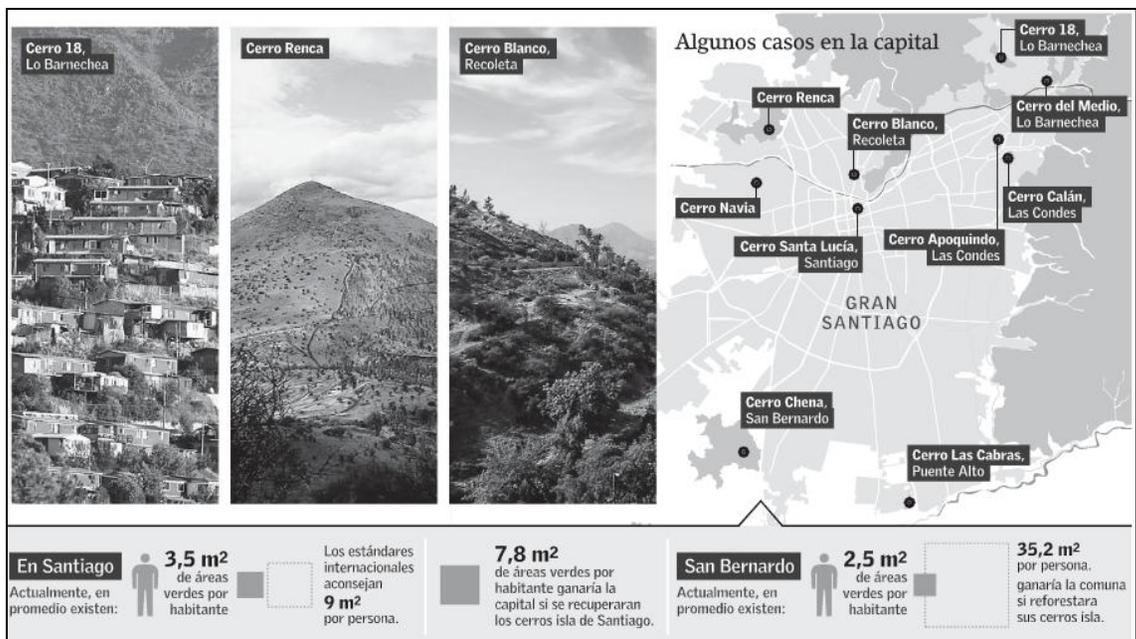


Figura 3.6: Colinas como potenciais áreas verdes em Santiago.

Fonte: Plataforma Urbana, 2011.

Cercado por terras agrícolas, instalações militares, indústrias e residências, o Cerro San Bernardo<sup>21</sup> é um bom exemplo da diversidade no uso da terra, que representa a "ilha de colinas" da capital. Na base desses topos de colinas, existem campos vagos, casas, depósitos de lixo clandestinos, áreas com acúmulo de entulhos nas proximidades das estradas (PORUNCHILEVERDE, 2013).

As colinas no setor oriental da Grande Santiago são caracterizadas por seu alto nível de urbanização, sendo que a grande maioria corresponde a terras particulares que aos poucos cederam lugar ao setor imobiliário. É o que acontece principalmente nos cerros Calan e Apoquindo, nas comunas de Las Condes e Lo Barnechea respectivamente, onde se situam setores residenciais grandes e luxuosos, geralmente com vedação de perímetro para obstruir a passagem para as áreas subdesenvolvidas.

Na comuna de Lo Barnechea, a poucos quilômetros da área com os luxuosos condomínios, há uma habitação social no Cerro 18. Em conversa com jardineiros e

<sup>21</sup> No Cerro de San Bernardo, há os últimos vestígios de uma Santiago rural, com amplas terras sem uso. Há por parte de Antonia Bessa, arquiteta e professora da Universidade do Chile, a proposta de criar nessa área o Parque Metropolitano Sul (Porunchileverde, 2013).

varredores nas ruas da comuna, próximos aos bolsões urbanos, sabemos que os funcionários, que trabalham nas casas e na manutenção das áreas públicas em sua grande maioria vivem nessa habitação social.

Algo muito diferente acontece ao sul da capital, especificamente na colina Las Cabras na comuna de Puente Alto. Além de devastada, a colina é cercada por terras agrícolas. Já o Cerro Navia, que dá nome à comuna, também é parte importante da identidade da área oeste de Santiago, transformado em um parque infantil e zona verde, porém, o Cerro Navia possui alguns pontos negativos como falta de infraestrutura e bastante lixo em seu entorno, no entanto, o espaço é extremamente valorizado por seus vizinhos e usuários.

O potencial dessas áreas é ressaltado por um grupo de estudantes da PUC e UC que elaboraram o site <santiagocerrosisla.cl>, onde afirmam que se Pudahuel, por exemplo, recupera-se suas ilhas verdes nas colinas ganharia 47,5 m<sup>2</sup> de espaço verde por habitante. Hoje, a taxa desta comuna é de apenas 0,7 m<sup>2</sup>/hab. Em Recoleta, esse ganho seria de 25,2 m<sup>2</sup>, Quilicura 19,9 m<sup>2</sup> e Renca 18,8 m<sup>2</sup> (Porunchileverde, 2013).

Muitas das áreas de vegetação chilenas estão representadas por grandes parques públicos urbanos já consolidados, estes parques em cerros são uma possibilidade aumentar a quantidade dessas áreas, em áreas de maior demanda, porém, o que vem acontecendo nos cerros é sua incorporação como novo loteamento. O projeto “Por um Chile verde” busca alertar sobre essa potencialidade, evidenciando a preocupação com a preservação e a revitalização desses cerros em parques públicos, inibindo a acelerada urbanização, com os grandes loteamentos residenciais de alto padrão. Esses pontos mais altos da cidade seriam um refúgio do *smog*, que se possibilitado o acesso como parque público teria uma distribuição mais adequada que o isolamento de áreas verdes em altitude, cercado pelos condomínios.

### **3.1 Urbanização da AMS**

A Área Metropolitana de Santiago teve uma rápida urbanização. Em 1982, a população era de 4.316.113 habitantes (concentrando 38,12% da população chilena), já em 1992 este total chega a 5.220.732, cerca de 39,3% da população chilena. Em 2002, o total populacional chegou a 6.045.532, representando 40,1% da população total do país. Já o

último censo, de 2012, aponta para uma população metropolitana de 6.683.852 habitantes, numa percentagem de 40,3% da população nacional (INE, 2012).

Em 2002, as outras regiões chilenas tiveram um incremento populacional marginal passando de 11% para 12%, representando um crescimento líquido de 138.003 habitantes. Como expresso na tabela 3.1 abaixo.

**SUPERFICIES, POBLACIÓN Y VIVIENDAS, URBANA Y RURAL POR REGIÓN, CENSO 2002**

REGIONES	Superficie	Población			Viviendas		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
<b>Total País</b>	<b>2.006.096,3</b>	<b>15.116.435</b>	<b>13.090.113</b>	<b>2.026.322</b>	<b>4.399.952</b>	<b>3.739.148</b>	<b>660.804</b>
I de Tarapacá	42.225,8	238.950	226.462	12.488	71.326	64.395	6.931
II de Antofagasta	126.049,1	493.984	482.546	11.438	126.882	122.086	4.796
III de Atacama	75.176,2	254.336	232.619	21.717	79.012	70.190	8.822
IV de Coquimbo	40.579,9	603.210	470.922	132.288	192.587	143.885	48.702
V de Valparaíso	16.396,1	1.539.852	1.409.902	129.950	532.641	489.120	43.521
VI de O'Higgins	16.387,0	780.627	548.584	232.043	232.930	162.545	70.385
VII del Maule	30.296,1	908.097	603.020	305.077	278.192	181.067	97.125
VIII del Bío-Bío	37.068,7	1.861.562	1.528.306	333.256	531.385	424.615	106.770
IX de La Araucanía	31.842,3	869.535	588.408	281.127	259.939	170.577	89.362
X de Los Lagos	48.583,6	716.739	491.040	225.699	212.550	138.566	73.984
XI Aysen	108.494,4	91.492	73.607	17.885	30.012	21.594	8.418
XII de Magallanes y Antártica	1.382.291,1	150.826	139.669	11.157	48.335	43.090	5.245
Región Metropolitana de Santiago	15.403,2	6.061.185	5.875.013	186.172	1.643.892	1.589.636	54.256
XIV de Los Ríos	18.429,5	356.396	243.339	113.057	107.873	70.443	37.430
XV de Arica y Parinacota	16.873,3	189.644	176.676	12.968	52.396	47.339	5.057

Tabela 3.1: Superfície, População e habitações, urbana e rural, nas regiões do Chile (2002).

Fonte: INE, 2002.

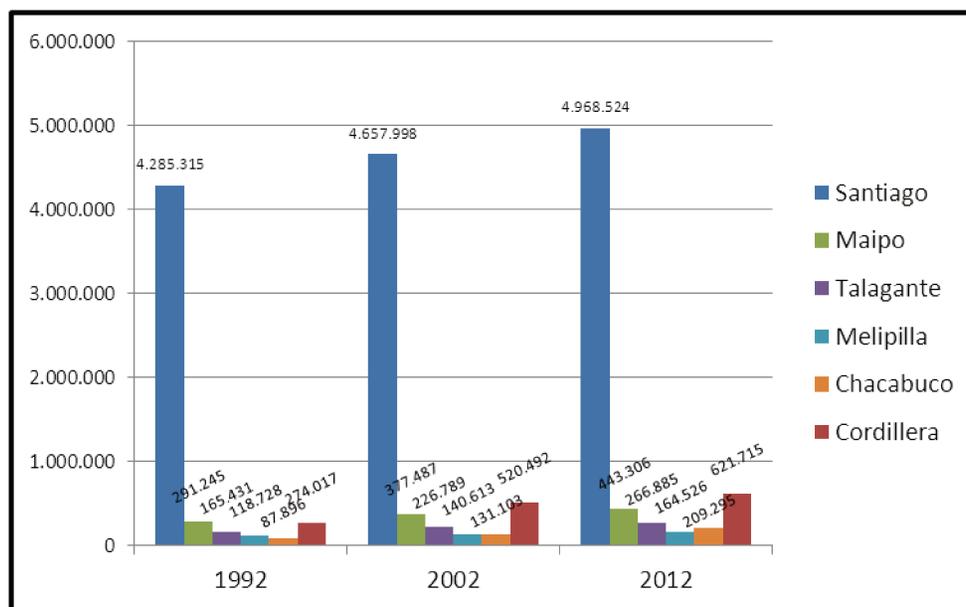


Gráfico 3.1: População para as Províncias da AMS (censos 1992, 2002 e 2012).

Fonte: INE, 2012, organizado por MACHADO (2013).

Enquanto a população chilena cresceu 31,6%, entre 1982 e 2012, a AMS teve crescimento populacional de 35,4% (INE, 2012). Essa elevada concentração populacional em relação ao país ainda é espacialmente concentrada especificamente na província de Santiago.

O maior volume de habitações urbanas do país corresponde à mas, que possui o maior volume de habitações urbanas. São 1.589.636 habitações que representam 96,7% da Região Central (MINVU, 2012). O gráfico 3.1 evidencia a intensa concentração populacional na província de Santiago, seguida pela de Maipo, Talagante, Melipilla, Chacabuco e Cordillera.

Entre 2002 e 2008, a AMS cresceu de 6.061.185 para 6.745.651 de habitantes, representando um aumento líquido de 684.466 habitantes. Seguindo a tendência do período acima, as comunas do interior da AMS perderam 192.550 habitantes, enquanto as comunas periféricas receberam um incremento de 53% (2002) a 59 % (2008).

Na projeção de 2008-2020, esta tendência seria ainda maior. E acordo com o MINVU (2002), a participação das zonas periféricas no incremento populacional será de até 67%, concentrando 4.962.006 habitantes, quase 1 milhão a mais que em 2008. Como contrapartida, as comunas centrais, no interior do anel viário Américo Vespúcio terão uma queda de 22%, representando a perda de 426.385 habitantes. (INE, 2002), o que indica a tendência desse espraiamento urbano, com grande concentração na periferia urbana, indicando migração intraurbana para áreas mais afastadas do centro, que efetivamente antecipa o movimentos observado recentemente.

A tendência identificada por INE (2002) é de que a Santiago periférica aumenta sua participação da população total, na região de 59% (2008) a 70% (2030), o que implica um aumento de 1.676.482 habitantes. Grande parte desse crescimento é explicada pelo deslocamento de famílias das comunas centrais, que reduzirão sua participação de 30% para 18% (INE, 2002).

O gráfico 3.2 indica esse crescimento populacional para as comunas mais periféricas da província de Santiago e também uma dispersão para a AMS. O gráfico também evidencia as projeções da distribuição do crescimento populacional, para a AMS (*Región*, em amarelo como), a Área interior de Santiago (Gran Stgo Interior, em azul claro),

referindo-se às comunas mais centrais, internas ao anel viário Américo Vespúcio e a periferia da província de Santiago (Gran Stgo, Periferia em azul escuro).

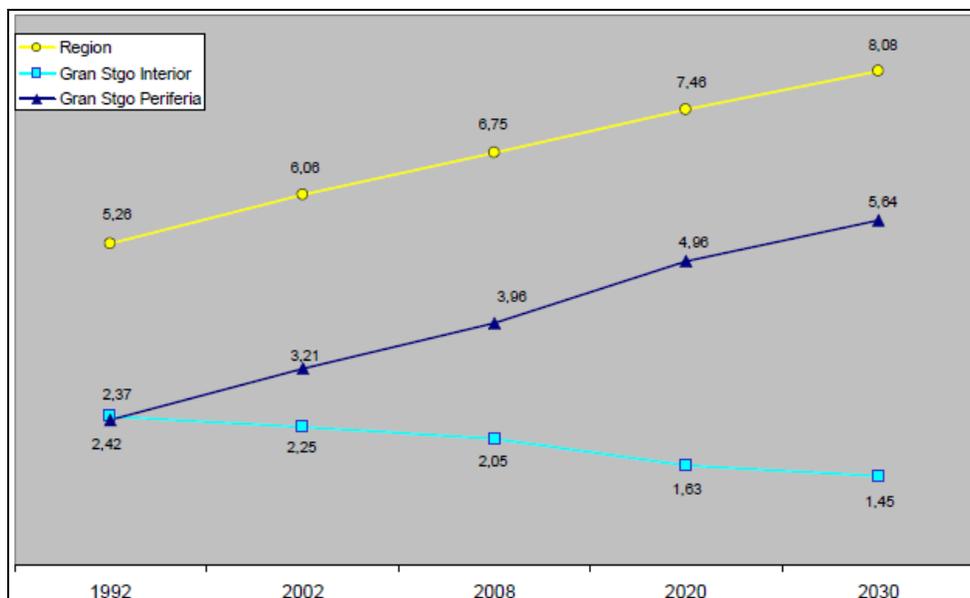


Gráfico 3.2: Crescimento da população por territórios (em milhões de habitantes).

Fonte: Sectra, com base em INE, 2001.

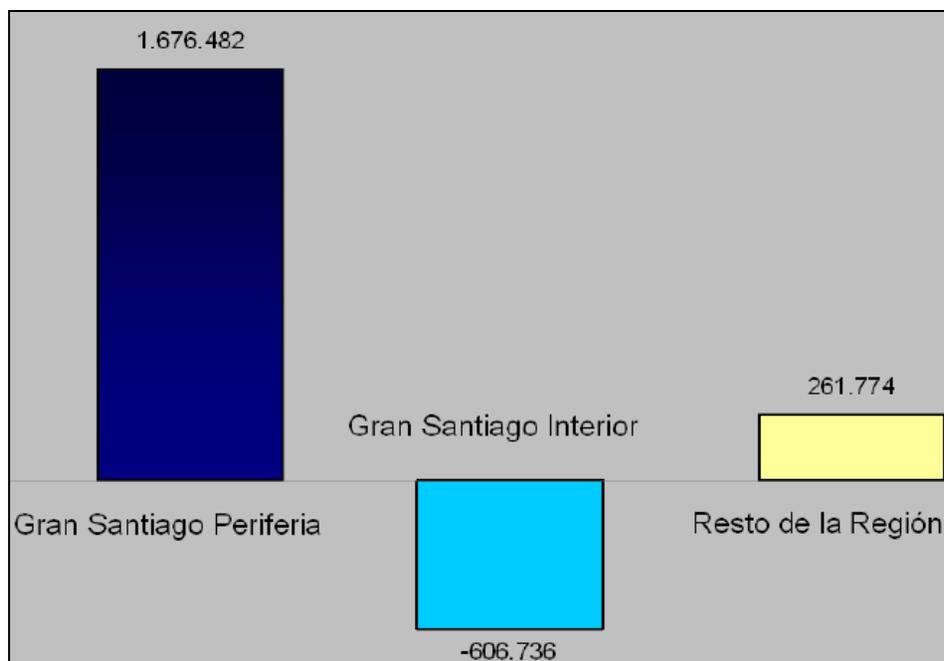


Gráfico 3.3: Distribuição do crescimento 2008 – 2030 por territórios.

Fonte: Sectra, com base em INE, 2001.

O gráfico 3.2 acima, sobre a tendência de crescimento urbano projetado entre 2008 e 2030, indica esse espraiamento urbano, com grande concentração na periferia urbana, indicando migração intraurbana para áreas mais afastadas do centro, que efetivamente antecipa o movimento observado recentemente.

Entre 1952 e 1960, a Área Metropolitana de Santiago constituía-se pelas comunas de Santiago, Providencia, Quinta Normal, San Miguel, Conchalí, Ñuñoa, Maipú, Renca, Quilicura, Barrancas, La Cisterna, Puente Alto, Las Condes, La Florida, La Granja e San Bernardo. Em 1970, se acrescenta a este conjunto a comuna de La Reina, criada como parte do território da antiga comuna de Ñuñoa. Em 1982, em virtude da nova divisão político-administrativa, integram ao conglomerado urbano da região as comunas de Santiago, Independência, Recoleta, Estación Central, Conchalí, Quinta Normal, Cerro Navia, Lo Prado, Cerrillos, La Cisterna, Lo Espejo, El Bosque, La Granja, San Ramón, San Miguel, Pedro Aguirre Cerda, San Joaquín, Ñuñoa, Macul, La Reina, Providencia, Las Condes, Vitacura, Huechuraba, Quilicura, Renca, Pudahuel, Maipú, La Pintana, La Florida, Peñalolén, Lo Barnechea, Puente Alto e San Bernardo.

Essas divisões políticas e administrativas não permitem operacionalizar uma medição rigorosa e detalhada do crescimento urbano experimentado pela área construída (DUCCI, DE MATTOS e GONZALEZ, 2002), pois essa expansão urbana intensa na Área Metropolitana deu-se também pela incorporação de novas comunas (figura 3.7).

Sobrepondo a expansão urbana de 1991, com os limites da divisão político-administrativa da AMS, vê-se que a unidade urbana é delimitada pelas 34 comunas que a compõem. Em 1991, a área total da unidade urbana, equivalia a 12 comunas, ressalta-se que as comunas de Lo Barnechea e Pudahuel não tinham mais do que 5% da área associada com a unidade de Santiago urbano. Em 1991, a área urbana de Santiago ocupou 21,7% do total da área atual da AMS (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 1999).

Observa-se que tem sido rápida a expansão horizontal, particularmente nas últimas décadas, quando o urbano construído dobrou, passando de cerca de 330 km<sup>2</sup> em 1980 para mais de 600 km<sup>2</sup> em 2004 (Petermann, 2006 apud HEINRICH, 2009). Por outro lado, o crescimento urbano durante o mesmo período de tempo reduziu de 2% à 1,5% (HEINRICH, 2009), indicando também um decréscimo da densidade populacional de 93 à

85 habitantes/ha. Desde a década de 1960, a AMS já possuía 90% de população urbana, tendo apresentado incremento urbano. (Tabela 3.2)

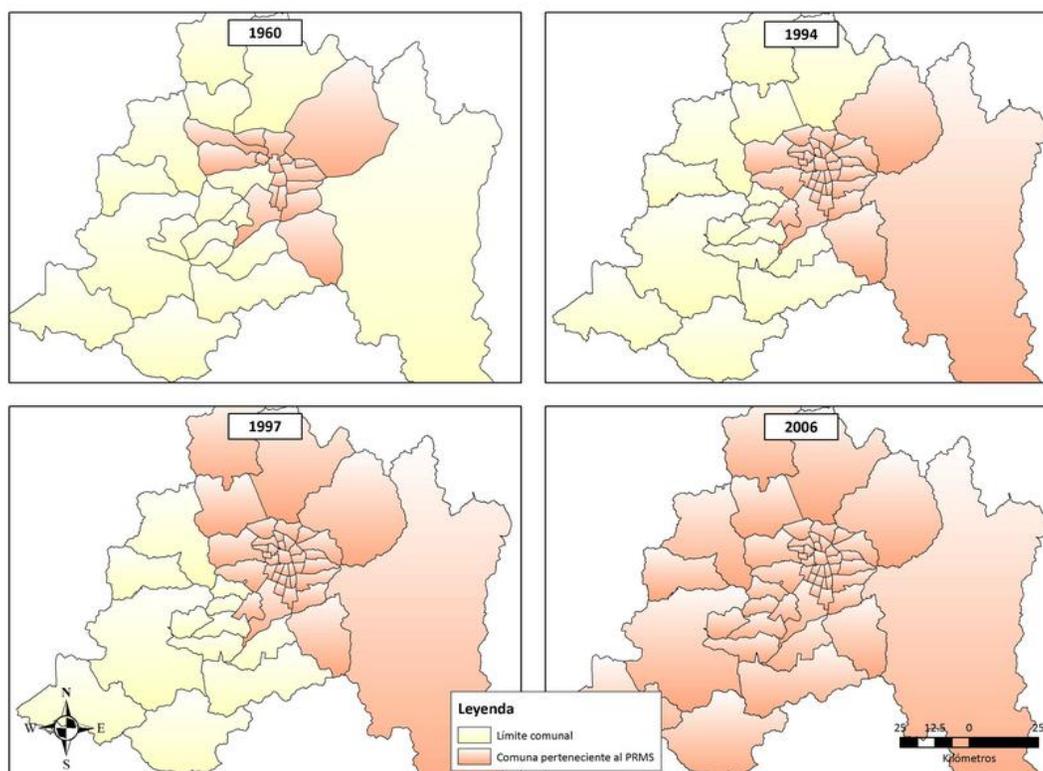


Figura 3.7: Evolução das comunas pertencentes à AMS.

Fonte: SALLENT e VEJA, 2008.

Región Metropolitana de Santiago	Total	Urbana	Rural	% Urbana	% Rural
1960	2.437.425	2.193.966	243.459	90,0	10,0
1970	3.153.775	2.958.527	195.248	93,8	6,2
1982	4.318.097	4.152.230	165.867	96,2	3,8
1992	5.257.937	5.074.681	183.256	96,5	3,5
2002	6.061.185	5.875.013	186.172	96,9	3,1

FUENTE: Elaboración propia a partir de Censos 1907-2002

Ta

abela 3.2: População da AMS por décadas (1960-2002)

Fonte: INE, 2002.

Entre os censos de 1992 e 2012, a AMS teve um aumento de 28% em sua população. Em nível provincial, a maior variação ocorreu na província de Chacabuco com um aumento de 138,1%, seguida pela província Cordillera com 126,9%, Talagante, com 61,3%, Maipo com 52,2%, Melipilla com 38,6%. A província de Santiago atingiu apenas 15,9% (INE, 2012), evidenciando um processo de desconcentração e dispersão urbana, mas mantendo seu elevado contingente populacional. (Tabelas 3.3 e 3.4)

<b>Censo</b>	<b>Santiago</b>	<b>Cordillera</b>	<b>Maipo</b>	<b>Talagante</b>	<b>Melipilla</b>	<b>Chacabuco</b>	<b>AMS</b>
1992	4.285.315	274.017	291.245	165.431	118.728	87.896	5.220.732
2002	4.657.998	520.492	377.487	226.789	140.613	131.103	6.045.532
2012	4.968.524	621.715	443.306	266.885	164.526	209.295	6.683.852

Tabela 3.3: População real para as Províncias e para a AMS.  
Fonte dos dados: INE Chile, 2012.

<b>Censos</b>	<b>Santiago</b>	<b>Cordillera</b>	<b>Maipo</b>	<b>Talagante</b>	<b>Melipilla</b>	<b>Chacabuco</b>	<b>AMS</b>
1992/2002	8,7	89,9	29,6	37,1	18,4	49,2	15,8
2002/2012	6,7	19,4	17,4	17,7	17,0	59,6	10,6
1992/2012	15,9	126,9	52,2	61,3	38,6	138,1	28,0

Tabela 3.4: Dados de porcentagem de crescimento populacional as províncias e para a AMS.

Fonte dos dados: INE Chile, 2012.

Para acomodar esse incremento populacional, a AMS cresce atualmente a uma taxa de mais de 1.000 hectares por ano, com uma urbanização que ocupa áreas cada vez mais distantes dos limites da cidade. Há a ocupação em locais cada vez mais distantes dos centros de emprego e serviços, que são fatores importante para a manutenção de taxas elevadas de poluentes atmosféricos em Santiago, tanto pelo aumento no consumo de combustível devido ao aumento da distância percorrida, e aumentando o número de viagens feitas diariamente (DUCCI, DE MATTOS e GONZALEZ, 2002).

A dispersão urbana parece ser uma das principais características do novo modelo territorial socioeconômico, no entanto, esta dispersão em Santiago ocorreu muito antes de a reestruturação da produção e do trabalho, mesmo no meio do modelo de industrialização, principalmente devido à forte migração do campo para a cidade (DE MATTOS, 2004).

A área urbana da AMS, em cinza na figura 3.8, indica a dimensão das ocupações urbanas e a concentração nas comunas mais centrais, daí focarmos a província de Santiago.

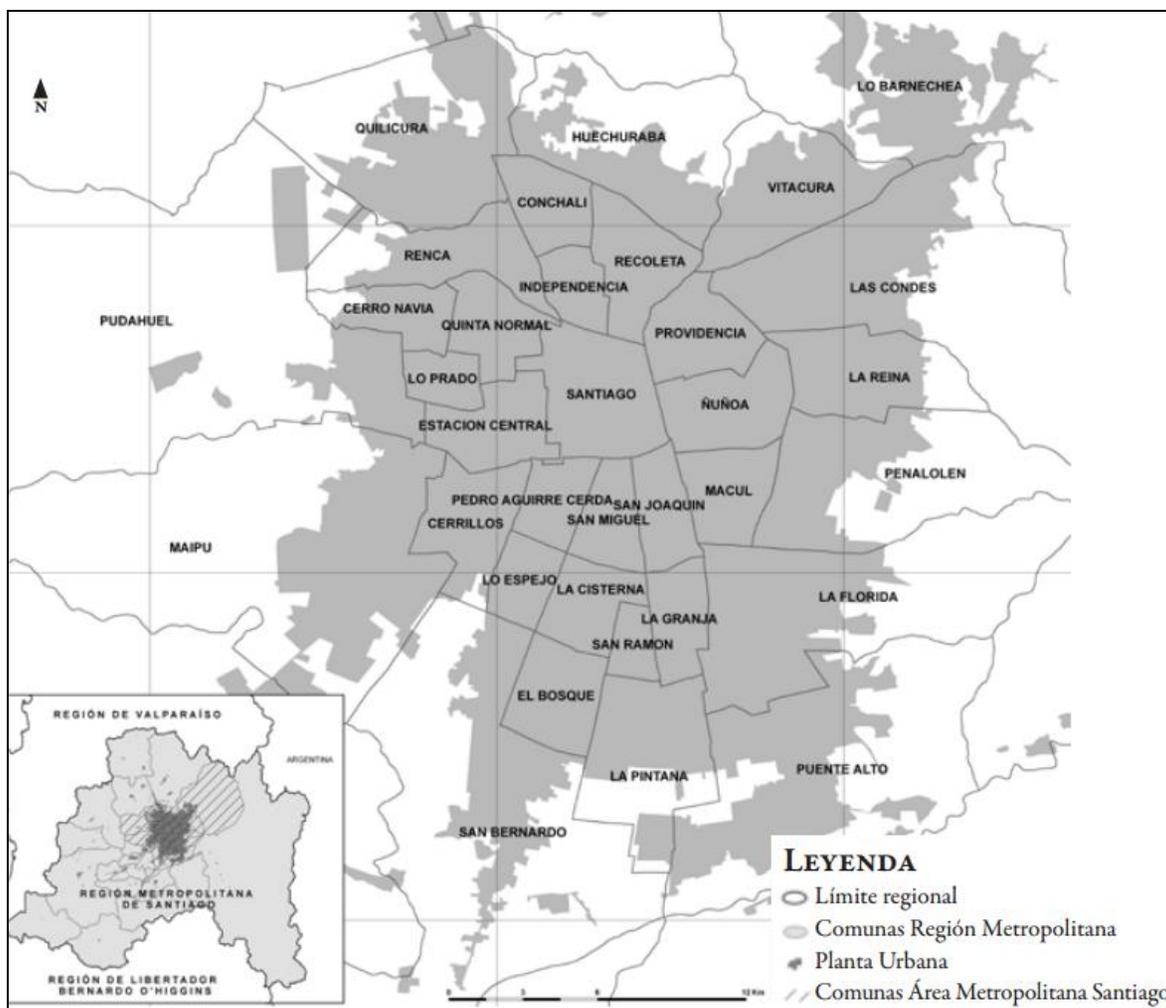


Figura 3.8: Expansão Urbana da AMS

Fonte: REYES e ALDUNCE, 2010. Modificado pela autora.

### 3.2 A província de Santiago

A província de Santiago é o filtro escalar em análise na presente tese e corresponde à parte mais urbanizada da área metropolitana de Santiago (figura 3.8 e 3.9). A província foi fundada por Don Pedro de Valdivia, em 12 de fevereiro de 1541, com o nome de "Santiago de Nueva Extremadura" (em honra ao Apóstolo Santiago, santo patrono da Espanha). A cerimônia de fundação ocorreu no Cerro Santa Lucía, principal monumento

histórico de Santiago. A região foi escolhida por seu clima moderado, na região entre os dois braços do Rio Mapocho, e foi construída em quadras no estilo tabuleiro de xadrez, seguindo o modelo espanhol (SADER, 2001).

A província de Santiago conta com 32 comunas. São elas: Cerrillos, Cerro Navia, Conchalí, El Bosque, Estación Central, Huechuraba, Independencia, La Cisterna, La Florida, La Granja, La Pintana, La Reina, Las Condes, Lo Barnechea, Lo Espejo, Lo Prado, Macul, Maipú, Ñuñoa, Pedro Aguirre Cerda, Peñalolén, Providencia, Pudahuel, Quilicura, Quinta Normal, Recoleta, Renca, San Joaquín, San Miguel, San Ramón, Santiago e Vitacura. (Figura 3.9)

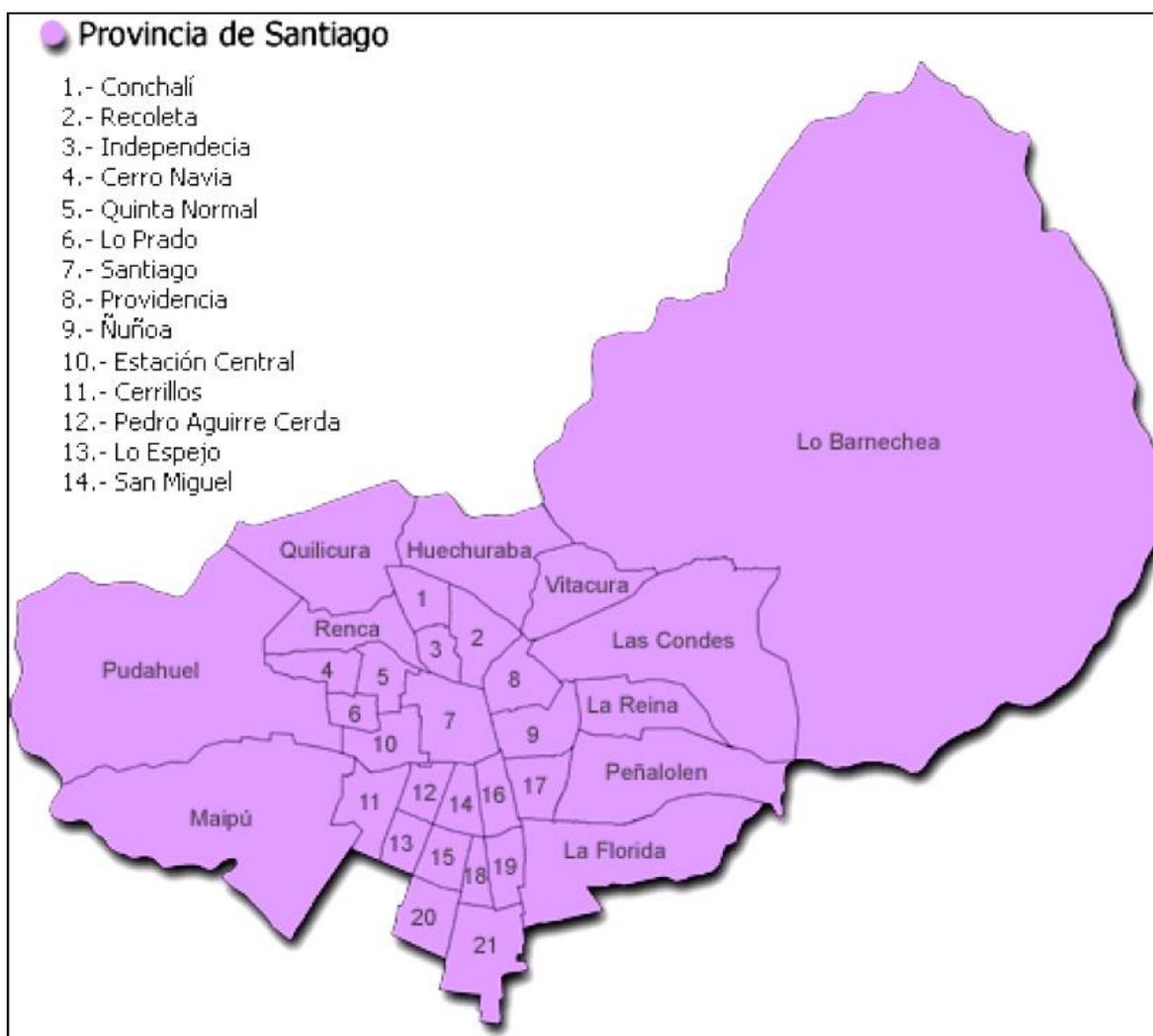


Figura 3.9: Província de Santiago

Fonte: Intendencia metropolitana, 2013.

A província de Santiago se estende por 2.030,3 km<sup>2</sup> e possui cerca de 99% de habitações urbanas, contando, em 2002, com uma população total de 1.643.992 habitantes. (tabela 3.5) A comuna central da província, também denominada Santiago<sup>22</sup>, ocupa uma superfície de 22,4 km<sup>2</sup> completamente urbana.

SANTIAGO	Superfície km <sup>2</sup>	População			Habitação		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Área Metrop.	15.403,20	6.061.185	5.875.013	186.172	1.643.892	1.589.636	54.256
Província	2.030,30	4.668.473	4.658.687	9.786	1.264.856	1.262.575	2.281
Comuna	22,4	200.792	200.792	0	77.514	77.514	0

Tabela 3.5: População e habitação, por área urbana e rural (2002).

Fonte: INE, 2012.

Historicamente, a província de Santiago – e como parte dela a comuna de Santiago – tem sido a principal área de residência para os cidadãos mais ricos da nação, mesmo para aqueles com propriedade no resto do país. Ao contrário de outras cidades do Chile, Santiago sempre teve uma extensa área onde habita uma população de renda média-alta residencial. Essa população de mais alta renda originalmente situava-se perto da praça principal no centro da cidade, até o início do século XIX (SADER, 2001).

Em 1865, com uma população de cerca de 115.400 habitantes, Santiago foi residência de apenas 6,3% dos habitantes da nação. De 1885 em diante, a capital cresceu a uma taxa entre cerca de 30% e 50% a cada 10-12 anos (INE, 2001).

No início na década de 1930, a população de alta renda passou a viver na região leste, nas áreas de elevada altitude de Santiago em direção à Cordilheira dos Andes. Esta transição foi acompanhada por um aumento do uso comercial do centro da cidade, como edifícios cada vez maiores, e nesse período houve melhorias no sistema de transporte público.

Na província de Santiago, até a década de 1960 predominou o modelo tradicional de um centro que serve toda a cidade. Posteriormente com a intensa expansão urbana, há a formação de policentros, nas periferias da ocupação urbana consolidada e a população de

<sup>22</sup> É importante destacar que “Santiago” nomeia uma comuna, uma província e uma região metropolitana. Na presente tese quando escrevemos Santiago, entende-se toda a província de Santiago.

mais alta renda que vivia nos centros passa a habitar regiões ao sul e oeste (DE MATTOS, 2004 e MINVU, 2008).

A característica mais significativa do desenvolvimento dos centros urbanos no Chile tem sido o desequilíbrio representado pelo crescimento de Santiago, que excedeu em muito o de outras províncias. A expansão territorial da área metropolitana de Santiago é um fenômeno observado a partir de 1960, em um processo de metropolização que se dá por uma dilatação das principais áreas urbanas e integração das funções metropolitanas (migrações alternando as relações diárias e econômicas dentro da mesma área metropolitana). Assim, é possível demonstrar este fenômeno de intenso crescimento experimentado pelas províncias periféricas da região metropolitana e o aparecimento de áreas intersticiais configuradas como um espaço híbrido, não estritamente urbano ou rural (DE MATTOS, 2002).

O crescimento da população de Santiago ocorreu principalmente como resultado da migração de áreas rurais e centros urbanos. Em 1970, 30% da população da capital não havia nascido em Santiago (HIDALGO, BORSDORF e SÁNCHEZ, 2007), esse grande número de pessoas migrando para Santiago e, em menor escala, para outras grandes cidades, levou a uma severa escassez de habitação, especialmente de habitação acessível para pessoas de baixa renda. Desde 1960, extensas porções da área de Santiago, especialmente para o sul, leste e norte do centro, havia sido ocupada por pessoas que construíram moradias precárias em lotes que foram muitas vezes utilizados de forma ilegal.

As estimativas, em 1990, eram de que a nação como um todo precisava de um milhão de unidades habitacionais a mais para acomodar todos os que vivem em condições de cortiços, em habitações lotadas, aqueles com habitação em mau estado, ou aqueles que vivem em habitações de emergência (MINVU, 2012).

Diversos projetos de habitação popular foram implementados em Santiago. Entre 1979 e 1984, cerca de 28 mil pessoas foram removidas dos assentamentos ilegais pelas autoridades e alocadas em habitações populares, para população de baixa renda. O resultado foi uma expansão da urbanização e o aumento das distâncias que as pessoas tiveram que viajar para chegar de casa, ao trabalho, escola, hospital, por exemplo. No entanto, por volta de 1990, praticamente todas as áreas mais pobres de Santiago possuíam acesso adequado a todos os serviços da cidade. Mas já em 1987, a população foi abastecida de

serviços básicos, 98% da população nas cidades possuíam água encanada e coleta de lixo, e 79% tinham ligações de esgoto (HIDALGO, BORSDORF e SÁNCHEZ, 2007).

A província de Santiago é, portanto, uma região concentrada populacionalmente e também por infraestruturas urbanas, muitas vezes tomada como um exemplo para explicar o modelo ideal de crescimento desde a cidade compacta colonial para o que é hoje conhecido como uma cidade fragmentada, difusa, pós-moderna, dispersa, espraiada (SPÓSITO, 2001, HEINRICH, 2009; DE MATTOS, 2002). Essa mudança no caráter da reestruturação territorial tem como marco temporal o atual contexto da globalização e modernização avançada.

A cidade espraiada pode ser caracterizada como expandida horizontalmente, apresentando certo descompasso entre o crescimento populacional e a expansão física do espaço urbano, conduzindo a baixas densidades urbanas (OJIMA, 2007), com aumento das distâncias entre os núcleos de desenvolvimento urbano de uma mesma região e ocupações urbanas não adjacentes à malha urbana central. Essa forma de ocupação demanda mais fluidez, maior uso de transportes para os movimentos populacionais para trabalho, estudo, lazer (OJIMA, 2007).

O Ministério da Habitação e Urbanismo (MINVU),<sup>23</sup> por meio da Corporação de Melhoramentos Urbanos (Cormu) promoveram a renovação urbana das áreas históricas e centrais da cidade. Durante a década 1960, foram incorporados novos procedimentos de trabalho de avaliação dos espaços urbanos, considerando o valor histórico, cultural e ambiental da arquitetura e do urbanismo santiaguino. Nesse período, foi construída em Santiago uma imagem de ordenação do território para harmonizar o crescimento urbano previsto para a aglomeração metropolitana em um horizonte de 30 anos (MINVU, 2012).

Com seu entorno agrícola ameaçado pelas tendências de expansão urbana e com seu entorno natural montanhoso, considerado inabitável, estabeleceu-se mecanismos de regulação do sistema metropolitano, com uma proposta de densificação da área urbanizada,

---

<sup>23</sup> O Ministério da Habitação e Urbanismo (MINVU) é subdividido através da Secretaria Ministerial Metropolitana, em Secretarias Regionais Ministeriais (Seremi) e os Departamentos de Desenvolvimento Urbano em todas as regiões do país. Esses departamentos se fundem em quatro corporações: Corporación de Vivienda (Corvi) y la Corporación de Servicios Habitacionales (Corhabit), a Corporación de Mejoramiento Urbano (Cormu) e a Corporación de Obras Urbanas (COU), responsáveis pelo estabelecimento dos Serviço Regional de habitação e Urbanismo (Serviu), na Área Metropolitana de Santiago e em todo Chile. (MINVU, 2012).

como alternativas de crescimento urbano satelital e uma faixa de regulação suburbana (SEREMI, 1994).

Apenas em 1994 se aprovou o novo Plano Regulador Metropolitano (PRMS), com a pauta de discutir a relação que se deve estabelecer entre o desenvolvimento urbano, as transformações e as modernizações de Santiago com a necessidade de considerar o patrimônio natural e cultural para toda região metropolitana (SEREMI, 1994).

A população de Santiago, estimada em 4,7 milhões (1992) ocupava uma área de 46 mil hectares, com uma densidade média de 101 habitantes por hectare e a projeção, com base em tendências demográficas, é de que 59 mil hectares sejam ocupados até 2020. Mesmo com tamanha intensidade, não há controle e regulação da densidade populacional, havendo áreas de densidade de 150 habitantes por hectare (SEREMI, 1994). A indicação de que a tendência à baixa densidade demográfica indica a dispersão não é verdadeira, pois como indicam (OJIMA, 2008; DE MATTOS, 2004; REIS FILHO, 2006/2001), o movimento de dispersão não nega a concentração, pois a lógica de segregação espacial é mantida. Há ocupação de novas áreas indicando dispersão, mas há também intensificação de densidades demográficas.

A expansão urbana é possibilitada pela tendência de expansão de rodovias e estradas de alta velocidade. Está atualmente em análise a proposta de quatro novos anéis viários, que estarão concluídos até 2030, com fins de melhorar a conectividade e reduzir a pressão sobre as seis radiais Américo Vespúcio e reduzindo o impacto sobre as estradas de acesso à capital (ZÚÑIGA, 2008).

Os novos anéis viários (figura 3.10 e 3.11) são o Anel intermediário (Intermedio), Vespúcio, Oeste (Poniente) e Orbital conectando áreas de expansão e zonas industriais exclusivas entre si, sem a necessidade de passar pelo centro da cidade. Segundo Carlos Estevez Seremi, que administra a proposta do governo para alterar o Plano Diretor Metropolitano de Santiago (PRMS), esse ajuste à maneira como Santiago cresce também envolve conversão de terras urbanas dentro do raio de consolidação, a expansão de áreas verdes, especialmente em direção ao oeste, e melhor conectividade pelas novas estradas (SEREMI, 1994).



Essas inovações urbanas permitiram a ocupação de novas áreas, mais distantes ao centro urbano, fazendo com que a Província se expanda e incorpore como área urbana as comunas mais afastadas e nas cotas da cordilheira andina e do vale central, em um processo de suburbanização.

Esse movimento foi possibilitado pelo aumento do número de transporte, com o aumento da fluidez, pela presença de novas vias, incrementos no transporte público. A população de alta renda expandiu sua área de ocupação principalmente até o sopé dos andes, onde encontram *shopping centers* e supermercados com grandes estacionamentos e novas estradas que conectam essa região ao centro da cidade e ao principal aeroporto. Novas linhas de ônibus também foram criadas para servir os subúrbios, esse aumento no tráfego de transportes gera graves índices de poluição. Como dito anteriormente, essa dispersão urbana tem grave consequência para qualidade ambiental, pois contribui muito com a poluição do ar explicitada anteriormente.

Com as inovações na infraestrutura de transportes associadas ao aumento do número de automóveis, temos, por um lado, uma mudança de um crescimento policêntrico metropolitano e, por outro lado, esta estrutura constitui uma causa e consequência de processos de fragmentação social, que segrega territórios urbanos promovendo a segregação espacial, isolando e separando diferentes grupos sociais com pouca chance de integração e desenvolvimento da vida urbana baseada na diversidade. Essa ocupação periférica dá-se por esse novo padrão de desconcentração territorial, que não nega a aglomeração, mas é a expressão de novas lógicas de localização onde a população utiliza as rodovias e as estradas vicinais e vai morar em conjuntos habitacionais fora da cidade (CISOTTO, 2009).

Essa transformação da "condição urbana" das grandes cidades latino-americanas tem várias dimensões, causas e consequências, sendo talvez uma nova e problemática questão social e urbana, caracterizada pelo "isolamento social" dos mais pobres, em áreas que não estão integradas e são excluídas da nova cidade dinâmica. Mongin (2006) coloca esse processo da seguinte maneira:

entendido como la proliferación de espacios de flujo por sobre los lugares tradicionales de construcción de experiencias, dividiendo a la ciudad entre la “hipermovilidad” y el “estancamiento”.[...] “el espacio ciudadano de ayer pierde terreno a favor de una metropolización, que es un factor de dispersión, de fragmentación y de multipolarización” (Mongin, 2006: 19 apud LINK, 2008).

### **3.2.1 Padrão de ocupação urbana nas comunas da Província de Santiago**

A província de Santiago é um bom exemplo dos processos de fragmentação social e urbana em andamento, do contexto da globalização descrito no capítulo 1. Apresentamos nesse item a caracterização da evolução do crescimento da expansão espacial, vinculado aos usos da terra, caracterizando o padrão de ocupação por nível de renda, com base principalmente no IDH e agrupamentos sociais. Assumimos essa escala da análise para evidenciar as distinções de uso do espaço, que revelam a segregação socioespacial, pois são nas comunas que as diferenças são mais nitidamente traçadas.

Tendo por base um vasto levantamento bibliográfico, análise de dados econômicos e censitários e trabalho de campo, caracterizamos a ocupação urbana e as características da paisagem. Para analisar o padrão de ocupação, caracterizando as condições econômicas para cada comuna, pudemos identificar os grupos socioeconômicos, com informações dos agrupamentos de ingresso por MONGE e PAREDES (2011), o Índice de Desenvolvimento Humano por HIDALGO, ZUNINO e ALVAREZ (2007), a caracterização das habitações por DUCCI (2002), pelos censos (INE, 1991, 2001) e duas visitas a campo em fevereiro de 2010 e novembro de 2011.

Ao caracterizar a expansão urbana em Santiago para o período 1991-2000, Ducci (2002) identificou que a periferia cresceu mais de 12 mil hectares, levando a aglomeração urbana a cobrir pouco mais de 62 mil hectares no total. Desse crescimento, 65% referem-se ao desenvolvimento imobiliário e 35% a instalações industriais (DUCCI, 2002). A elevada taxa de crescimento do uso do solo industrial na periferia é em grande parte devido às políticas de atividade industrial de congelamento dentro do anel viário Américo Vespúcio. A maior concentração foi no noroeste, em torno da Rota 5 e Américo Vespúcio, principalmente nas comunas de Quilicura, Lampa, Pudahuel e em menor grau em San Bernardo.

A urbanização com fins residenciais ocorreu quase totalmente na periferia da província, embora, como tem sido uma constante, com uma clara segregação socioeconômica: a oeste e sul (Maipú e Puente Alto), com habitações voltadas aos setores sociais baixos e médio-baixos, enquanto a leste (Peñalolén e Lo Barnechea) concentrou os setores de habitação social alta e média alta (DUCCI, 2002).

Exemplificando a histórica e intensa segregação residencial, Rodríguez e Arriagada (2004) afirmaram que as cinco comunas mais ricas concentravam: 13% da população economicamente ativa, 55% dos empresários com educação superior, sendo desses 10,34% em Vitacura, mostrando um padrão claro de concentração territorial, particularmente intensa em Santiago, onde as áreas ocupadas pela elite são altamente homogêneas, definindo a estruturação de padrões de segregação (RODRÍGUEZ e ARRIAGADA, 2004).

Em 2000, a área urbana ultrapassou os limites políticos e administrativos da província de Santiago, ao norte, ocupando parcialmente as comunas de Lampa e Colina e cobrindo 16 comunas, completando a superfície dos municípios de Estación Central, Lo Espejo, Lo Bosque e Recoleta. A comuna de Santiago possuía 26,5% do total de área urbana das 34 comunas, contra 21,7% ocupado em 1991.

No período entre 1991-2000, foram incorporadas algumas propriedades, que foram cercadas pela urbanização, como o Cerro Renca (no noroeste do setor da cidade), um grande setor em Lampa e ao sul de Cerrillos. Houve também diminuição significativa de áreas não desenvolvidas, consideradas vazios demográficos, dentro da área urbana em comunidades como Lo Barnechea e Cerrillos.

O gráfico 3.4 mostra que o crescimento da unidade urbana de Santiago, ainda para o período de 1991 a 2000, foi especialmente concentrado nas comunas de Quilicura, Puente Alto e Maipú, nesta última o desenvolvimento atingiu a comuna de Padre Hurtado.

A comuna de Padre Hurtado, embora com fraca conurbação, tem sido ocupada por edifícios de três níveis, como pôde ser observado ao longo da Rota 78, no entanto, o crescimento da área urbana não anexou novas áreas mais internas à comuna. As novas habitações se restringem a uma distância de 500 metros da rodovia.

Existem basicamente 18 comunas que absorveram o crescimento da década de 1990, com diferentes usos do solo de acordo com sua localização. Além dessas, há algum crescimento em extensão em outras quatro comunas: Macul, Recoleta, e Conchali e Lo

Prado, onde houve um crescimento de extensão mínima, relacionada principalmente à utilização de estrada (0,2 hectares em Macul, 2,3 em Recoleta, 3,8 em Lo Prado e 5,2 em Conchali) (DUCCI, 2002). A proporção muito baixa de terrenos destinados a espaços verdes em novas áreas urbanas é baixa, somente 0,2% das áreas recentemente ocupadas para urbanização é destinado a áreas verdes, o que é particularmente relevante quando se considera o déficit deste tipo de espaço que tradicionalmente tem afetado a AMS.

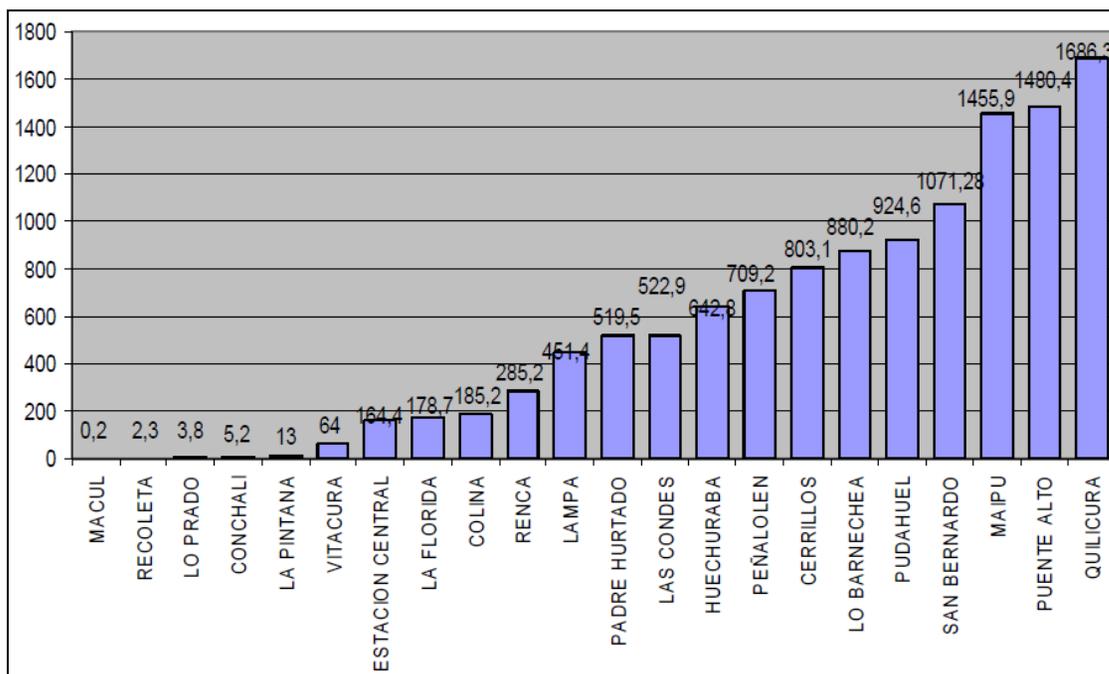
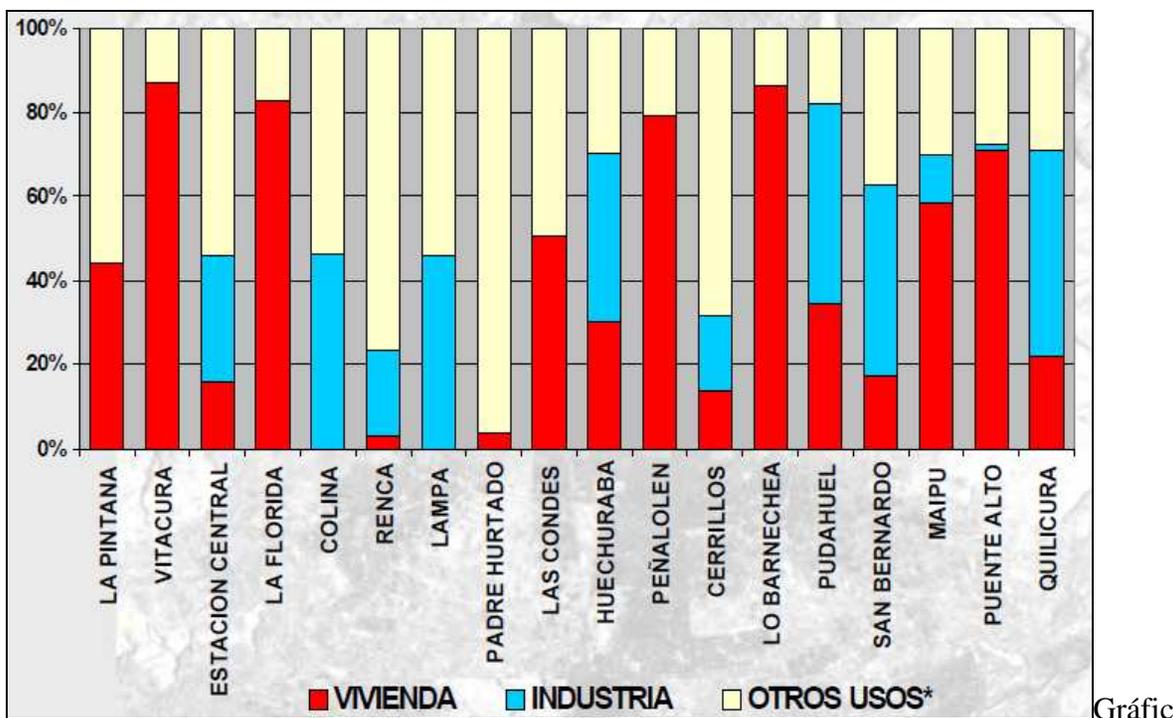


Gráfico 3.4: Crescimento Urbano por comunas (1991-2000), em hectares.

Fonte: DUCCI, 2002



o 3.5: Distribuição dos usos da terra por comuna (1991-2000)

Fonte: DUCCI, 2002

No geral, 40,8% da superfície de crescimento (4.918,6 ha) foi destinada para uso residencial, e 22,7% (2.735 ha) para instalação de plantas industriais. Essas duas categorias representam 63,5% do total. A distribuição dos usos da terra por comuna está expressa no gráfico 3.5.(DUCCI, 2002).

Em oito dessas 18 comunas que absorveram o crescimento urbano não houve desenvolvimento industrial, isso ocorreu nas comunas de nível socioeconômico mais elevado, como Vitacura, Lo Barnechea, Las Condes, Peñalolén, que são também as áreas com parques públicos mais preservados como veremos. As indústrias estão concentradas nas comunas de Colina, Lampa, Renca, San Bernardo e Quilicura, onde pelo menos 70% do crescimento experimentado ocorreu com usos industriais. A industrialização foi bastante intensa também nas comunas de La Pintana, Padre Hurtado e Puente Alto, onde houve também um crescimento para a habitação social (DUCCI, 2002).

Seguindo o padrão de crescimento urbano identificado em grandes metrópoles latino-americanas, conforme postulados por Carlos De Mattos (2002), o crescimento espacial de Santiago passou do padrão centro-periferia para uma difusão permitida pelas

vias, em uma mancha de óleo. Com base em estudos de DUCCI (2004), DE MATTOS (2004) e LENCIONI *et al* 2001), identificamos que a expansão urbana da província segue para leste, em grande ocupação residencial, nos modelos de subúrbios norte-americanos.

Na figura 3.12 (abaixo), se observa a evolução da ocupação urbana, desde o século XVII até o século XX, nos moldes de mancha de óleo ocupando áreas contíguas. A partir de 1980, a expansão urbana segue as principais vias, característico do crescimento espacial de 1980 até 2000, formando os bolsões de ocupação urbana nas áreas mais periféricas, desconectados do urbano consolidado.

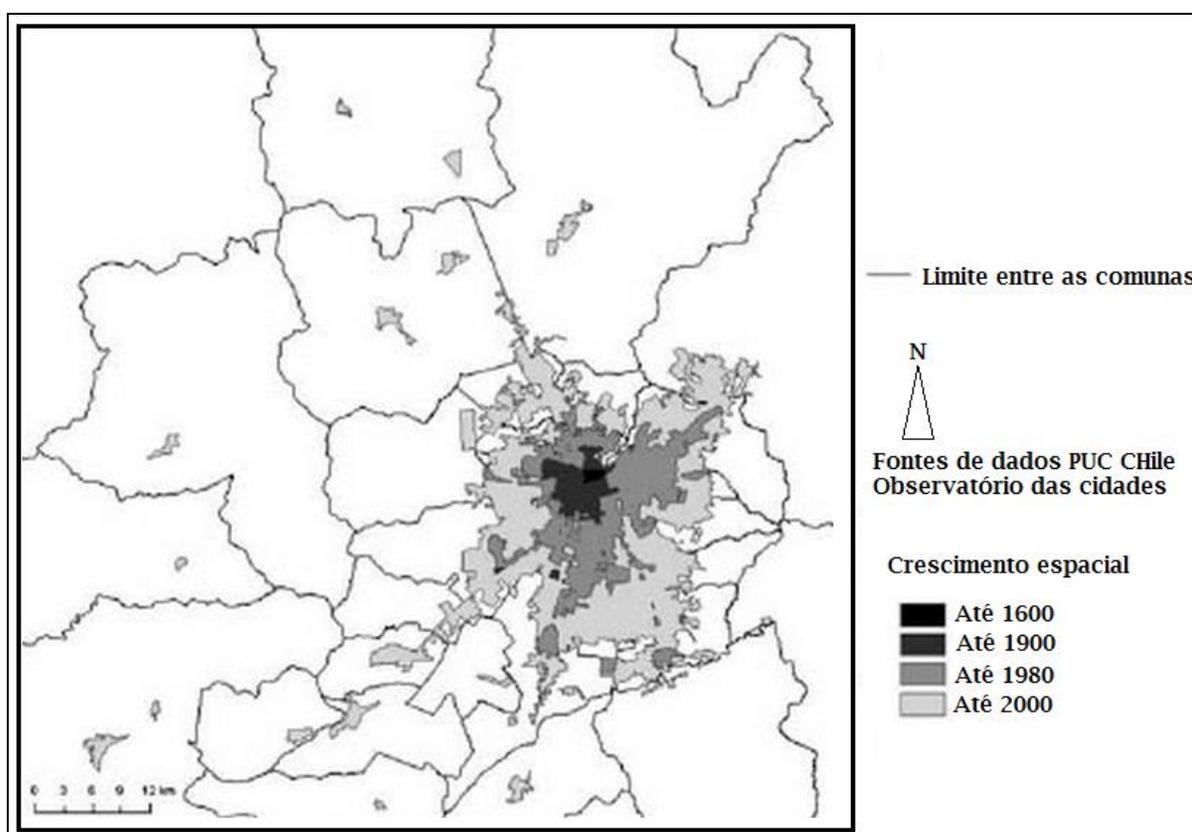


Figura 3.12: Crescimento espacial de Santiago (1600-2000)

Fonte: HEINRICHS *et al*, 2009, modificado pela autora.

### 3.2.2 Padrão de renda e desenvolvimento urbano por comunas

Santiago é uma província caracterizada por forte desigualdade social, visível espacialmente por meio da segregação residencial dos grupos econômicos. Historicamente, o começo dessa forte segregação espacial teve como marca a liberalização dos mercados de terra em 1979 que atraiu empreendimentos imobiliários para a periferia, provocando alterações na estrutura urbana. É a partir daí que surgem os pequenos bairros ricos, inseridos na periferia pobre, como uma dispersão de alto nível socioeconômico.

A população de mais alta renda passa a viver em novas áreas na periferia, em áreas de grande homogeneidade do padrão das habitações, apresentando a mesma homogeneidade social e tradicional das antigas áreas residenciais de classe alta na que ocupavam as regiões centrais (ASTABURUAGA, 2006). Havendo também uma substituição de grandes residências tradicionais, por condomínios verticais de padrão médio, como observado em campo.

A dinâmica espacial permite que novos bairros, ligados à infraestrutura de redes de transporte e, portanto, para os setores mais modernos, sejam ocupados por população de alta renda, funcionando como enclaves socioeconômicos importantes. Essa população está isolada, pois seu acesso é quase exclusivo por automóveis particulares, sendo áreas distantes das linhas do metrô e com poucas linhas de ônibus, o que faz com que essa população seja ainda mais isolada, que somente a proteção por muros e portões em torno da propriedade. De acordo com Borsdorf (2006), "um novo conceito de cidade cercada por muros, cercas, portões e sistemas de segurança para proteger seus membros de maneira estanque e excluí-los do mundo exterior" (BORSDORF *et al*, 2006: 324)<sup>24</sup>.

De acordo com ASTABURUAGA (2006), a localização em uma ou outra parte da cidade pode se relacionar com o ciclo da família. Assim, as famílias pequenas (solteiros, casais sem filhos, viúvas) estão concentradas em áreas mais centrais, enquanto as famílias na fase de crescimento tendem a periferia. Desta forma, se explica que a migração de famílias para a periferia não implica despovoamento dos lugares centrais.

---

<sup>24</sup> Na mesma maneira como coloca Mike Davis em "Ecologia do medo" (2001), e Teresa Pires Caldeira, em "Cidades de Muros" (2000).

Segundo Astaburaga (2006), é adequado falar de uma dispersão de população de mais alta renda, tendo como destino a parte alta da província em locais específicos (ambientalmente recuperados, em cotas de ar puro, com taxas mínimas de vegetação), esse movimento teve início graças à instalação de modernas redes viárias que relativizam a distância física em relação ao tempo (ASTABURUAGA, 2006).

A reestruturação urbana, com as características apontadas por DE MATTOS (2004), é presente em Santiago, onde se pode observar a redução da população nas áreas centrais, apesar da intensa verticalização no centro, o crescimento relativo das comunas no entorno da área metropolitana, a presença de policentros, a presença de espaços intersticiais, como áreas híbridas ou em proliferação, caracterizando os típicos vazios urbanos, úteis à especulação imobiliária e novos artefatos urbanos (DE MATTOS, 2004).

A compilação de imagens 3.13, abaixo, mostra o intenso adensamento urbano. As fotos foram tiradas nas comunas Estación Central, onde se observa grande quantidade de guias para construção e caminhões de concreto.



Figura 3.13: Adensamento na área central da província de Santiago.

Fonte: CISOTTO, 2011.

O mapa da concentração de oferta imobiliária (independente de valores), na figura 3.15, nos mostra que a maior concentração de imóveis disponíveis situa-se na região central, isso deve-se ao processo de verticalização, de adensamento dessa centralidade e também a fuga dos centros, pela população de mais alta renda que vai habitar os novos loteamentos.

Nos registros dos valores dos imóveis para a região central, nota-se a concentração de imóveis para uma população de mais alta renda, essa ocupação central é clássica, por ser Santiago a sede do governo Chileno, os edifícios de governos situam-se na região mais central, porém, atualmente muitos dos apartamentos para população de alta renda estão livres, pois essa população passa a habitar os novos loteamentos mais distantes do centro (ARROYAVE, 2011).

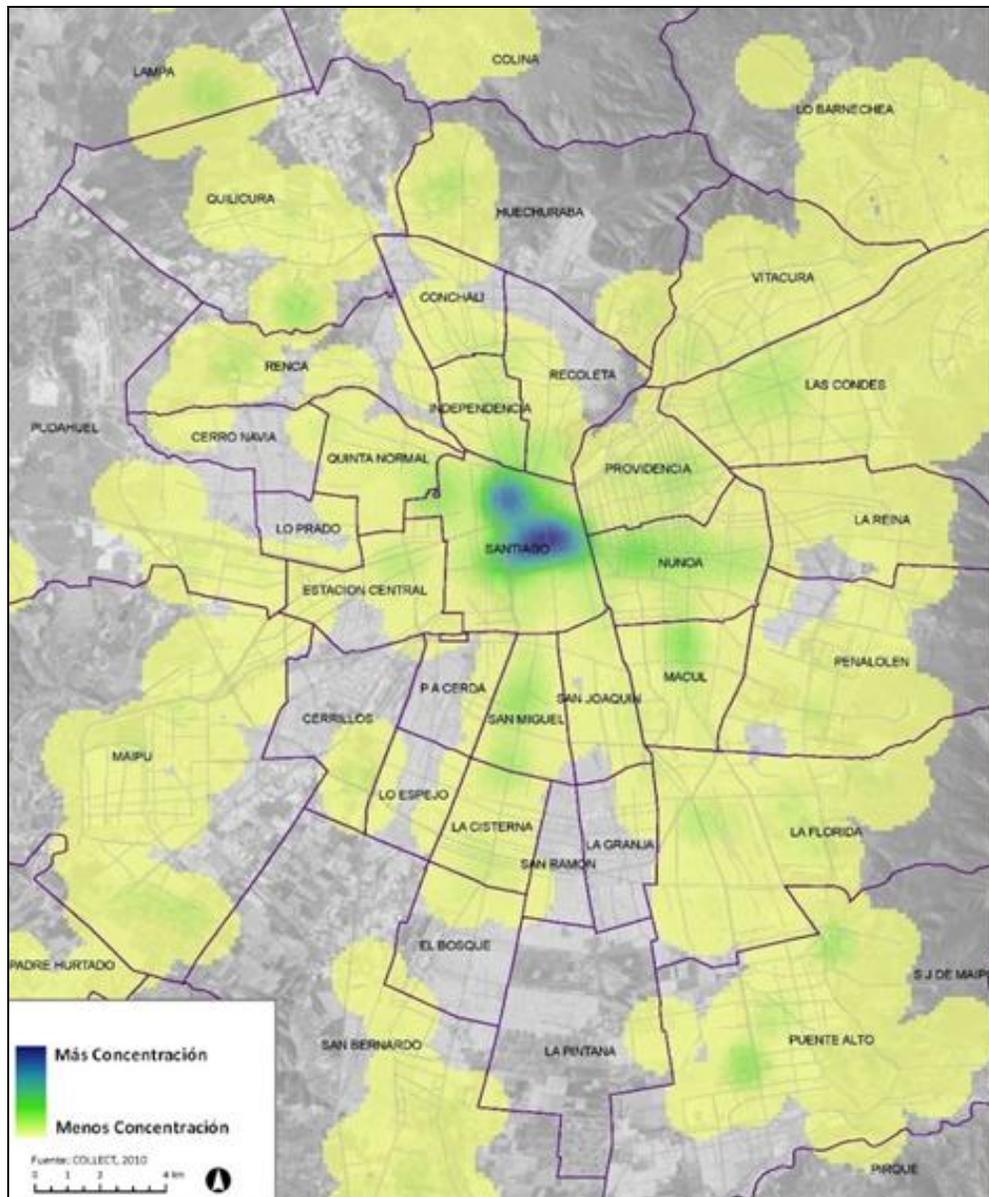


Figura 3.14: Concentração de oferta imobiliária nas comunas da AMS. 1º trim.2010.

Fonte: MINVU, 2010, acesso em 2013.

Outro motivo para oferta imobiliária na região central de Santiago ser intensa, se deve ao processo de substituição de antigas casas coloniais, por prédios inteligentes, desenvolvidos com engenharia antissismos. A concentração de imóveis livres está nas áreas centrais, mas há uma dispersão, indicada na figura 3.14 pela cor verde. O interesse imobiliário na área central dá-se obviamente pela concentração das estruturas urbanas,

sendo a proximidade da extensa malha de metrô, adensadas no centro, um elemento chave de valorização dessa região (ARROYAVE, 2011 e NILO, 2011<sup>25</sup>).

A suburbanização da periferia, a obsolescência urbana, a mutação do centro são transformações no caráter urbano. A dispersão de funções e atividades especializadas, geração de novos centros urbanos de tipo diferente, também cria um processo de obsolescência e abandono de certas áreas da cidade (LINK, 2008).

A essa ocupação na periferia se associam alguns artefatos urbanos como: centros comerciais diversificados e/ou especializados, centros de compras com grandes lojas; supermercados e hipermercados, grandes lojas especializadas em bens de consumo e/ou construção; complexos empresariais e edifícios; hotéis de superluxo e conjuntos de luxo para a realização de exposições, conferências e grandes eventos; e os bairros fechados, protegidos e segregados concebidos como os *gated communities* norte-americanos, cuja proliferação constitui uma resposta do capital imobiliário às novas demandas das famílias de alta e média renda intensificadas pelas condições estabelecidas pelo aumento das taxas de motorização e progressiva difusão das novas tecnologias da informação (DE MATTOS, 2002).

Esse fenômeno da dispersão urbana é um fenômeno mundial. A nomenclatura adveio de estudos realizados em Los Angeles, em análises sobre o cruzamento do crescimento populacional com o crescimento espacial. Esse movimento se caracteriza pelo aumento do consumo de terra per capita e o declínio da densidade populacional nas áreas urbanas em expansão. As manifestações deste fenômeno são geralmente bem-documentadas na literatura e foram mostradas em uma série de estudos de casos específicos para Santiago de Chile (DE MATTOS, 2002 e 2006; HIDALGO et al, 2007; HIDALGO et al, 2005; DUCCI, 2000; DUCCI E GONZÁLEZ, 2006), que evidenciam o extensivo consumo terra, principalmente para habitação, em locais que por vezes não são integrados na cidade (HEINRICH, 2009).

---

<sup>25</sup> Comunicação pessoal com Carlos Arroyave, funcionário da imobiliária RVC, fevereiro de 2011.  
Comunicação pessoal com Carlos Nilo, empreendedor imobiliário e funcionário do BancoEstado, fevereiro de 2011.

Tradicionalmente, o fenômeno de dispersão urbana tem sido tratado como efeitos da mudança nos padrões de demanda por nível socioeconômico, nos modelos de suburbanização norte-americana. Nas últimas décadas, está mais explícita a forma de se produzir o espaço, principalmente para habitação em empreendimentos imobiliários em grande escala, como uma mercantilização do espaço urbano (DE MATTOS, 2008).

Em Santiago, a área urbana cresceu em todas as direções na forma de "mancha de óleo", com predomínio de usos residenciais a leste e uma combinação de usos industriais e residenciais para o oeste.

A região com melhores índices de desenvolvimento econômico é a região central da mas. O entorno da área central se apresenta em amarelo claro, indicando um índice de desenvolvimento baixo, pois são áreas de maior uso agrícola e menor densidade populacional (figura 3.15).

A zona oeste de Santiago passa atualmente por uma remodelação e modernização, promovida pelo planejamento municipal e apoiado pelo "Ministerio de la Vivienda y Urbanismo" (MINVU). Verifica-se aí a construção de edifícios de até 20 andares, subsidiados pelo Estado, destinados à população de renda média. Na figura 3.16, onde se restringe a área de estudo, facilita a visualização do índice de desenvolvimento econômico por comuna.

O setor nordeste de Santiago possui maior densidade de renda *per capita*, de concentração de riqueza, e elevado índice de desenvolvimento socioeconômico<sup>26</sup>, (HIDALGO *et al*, 2002). Observa-se a concentração de população de mais alta renda, no entorno da avenida perimetral Américo Vespúcio, nos limites da área de expansão urbana da Província de Santiago, ilustrada por uma transparência acinzentada na região central da AMS.

---

<sup>26</sup> O índice de desenvolvimento socioeconômico é inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, considerando os temas: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde.

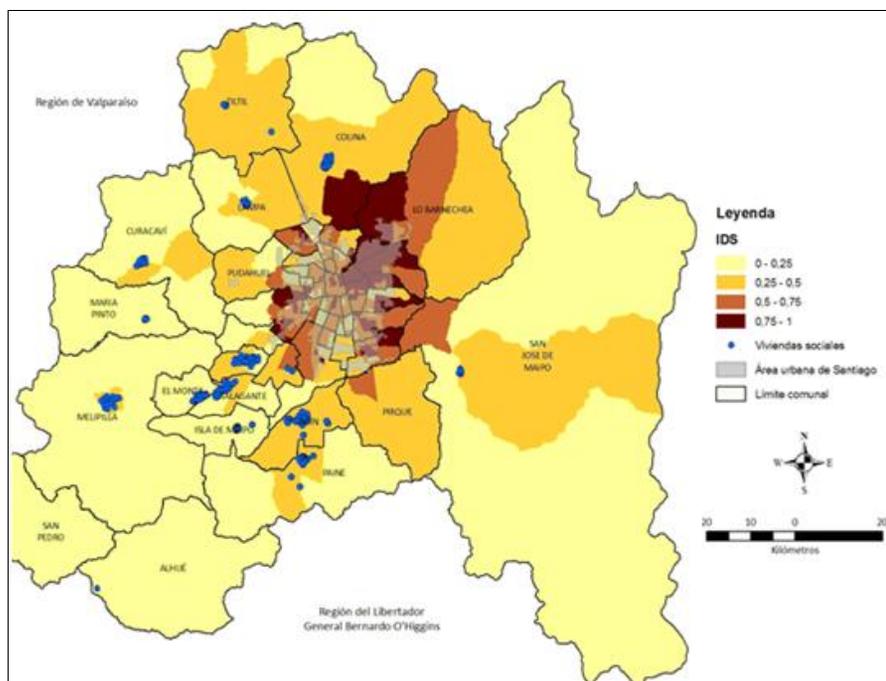


Figura 3.15: Índice de desenvolvimento socioeconômico na Província de Santiago (2002).  
 Fonte: HIDALGO, *et al.*, 2007.

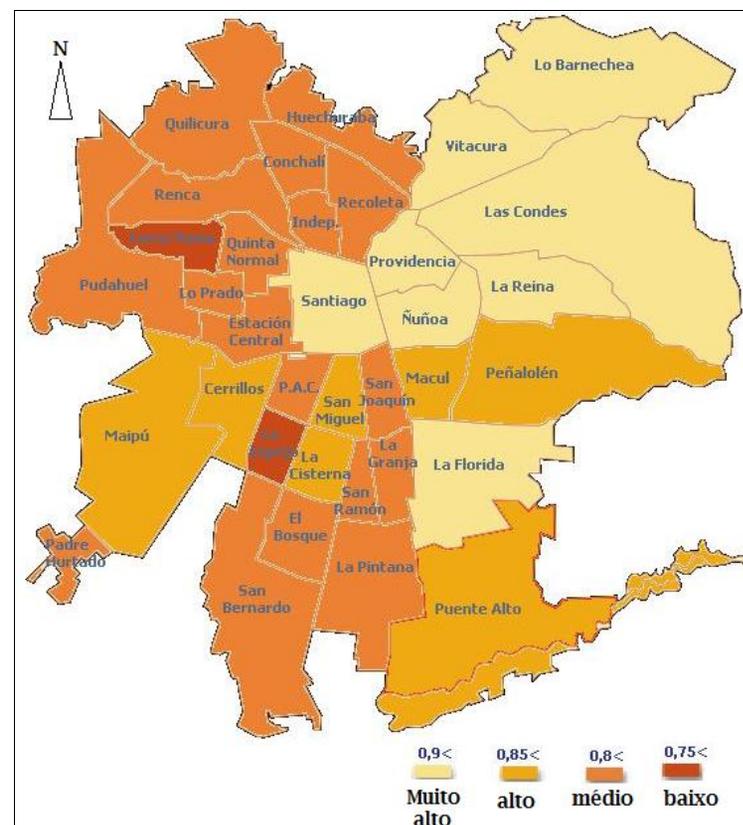


Figura 3.16: Índice de Desenvolvimento Humano por Comuna em Santiago.  
 Fonte: FUENTES E SIERRALTA, 2004.

Detalhando o IDH, considerando, expectativa de vida ao nascer, educação e PIB *per capita*, para a Província de Santiago, na figura 3.16, observa-se que as melhores condições de vida em relação à AMS. E dentro da província há a concentração da população com índices de desenvolvimento humano mais elevados nas comunas de Colina, Vitacura e Lo Barnechea. O trabalho realizado por FUENTES e SIERRALTA (2004) nos evidencia o mesmo padrão, também identificado em campo, de desconcentração das áreas centrais e adensamento populacional nas comunas da periferia.

Apesar da elevada qualidade de vida oferecida nas novas áreas periféricas, observa-se que nem todas as pessoas de renda elevada vão habitar essas novas áreas, outros nichos dessa população são as comunas mais centrais, como na comuna de Providência. Há um eixo de concentração de renda que vai desde a comuna de Santiago, a mais central, passando pelas comunas de Recoleta, Providência, Las Condes, Vitacura até chegar a Lo Barnechea, onde há sobreposição de infraestrutura, concentração de renda e os maiores índices de área verde urbana.

Dados das variações intercensos das comunas da área metropolitana de Santiago, (Tabela 3.6) indicam que as comunas mais centrais registram altos índices de emigração, enquanto as comunas periféricas são as receptoras, isto é, parte importante da expansão periférica, que se origina pela das áreas centrais (RODRÍGUEZ e ARRIAGADA, 2004).

No setor sul-leste, que abriga uma população de renda média alta, está a crescente ocupação nas comunas localizadas ao sul-leste (Flórida e Puente Alto). Tendo apresentado, respectivamente, um crescimento populacional de 11% e 96,7%, a ocupação do sopé ainda é pequena (FUENTES e SIERRALTA, 2004). Essa intensa ocupação se deu no entorno da Avenida Vicuña Mackenna. Na comuna de La Pintana, que cresceu 14,9%, a ocupação se deu entorno das avenidas Santa Rosa e Eyzaguirre. Nessa expansão, houve um deslocamento inicial no sentido da comuna de Providencia, seguido por uma maior dispersão para a área de El Golf, culminando com a criação de um centro terciário de negócio em Huechuraba, em continuidade com o tecido urbano (DE MATTOS, 2001).

No setor Noroeste, as comunas de Huechuraba e Quilicura apresentaram grande expansão, Quilicura teve um aumento de 207,7% de população principalmente com indústrias e ocupações residenciais de prédios de três a quatro pavimentos. Essa área ainda não tem acesso por metro, porém serão instaladas novas linhas previstas para 2016 e 2018,

as linhas 3 e 6, que fornecerão 28 novas estações chegando a cinco comunidades Huechuraba, Conchalí, Independência, Cerrillos e Pedro Aguirre Cerda, por demanda desse grande incremento populacional na região (Plataforma Urbana, 2011).

A região sul tem menor desenvolvimento econômico. As habitações geralmente datam da década de 1950 e 1960. Não há muita estrutura urbana, como serviços. Em muitos lugares, como em La Granja e San Ramon, muitas ruas não são pavimentadas. Observamos a presença de comércio informal e o policiamento nessa região é mais expressivo, nos dando a sensação de área que deve ser mais controlada por eventos de violência.

De acordo com Rodríguez e Arriagada (2004), Santiago Oriente, (o setor leste) concentrava uma fração muito significativa da elite, pois mais da metade dos chefes de residência com ensino superior residiam nas cinco comunas mais ricas, que, conjuntamente, concentravam apenas 13% da PEA metropolitana, indicando um padrão, já histórico, de concentração e segregação residencial. Nesse setor observa-se uma expansão, por bolsões de residenciais urbanos, que têm ocorrido predominantemente nas encostas da cordilheira. As comunas dessa região apresentaram expressivo crescimento populacional na variação entre censos 1992 e 2002. A comuna de Las Condes teve um incremento de 17,5%, La Reina (5,4%) e Peñalolén (20,4) e Lo Barnechea (44,5%), majoritariamente são habitações horizontais de padrão médio-alto, com uma ocupação incipiente de condomínios verticais, de três níveis, no extremo nordeste, e habitações de amplas em Lo Barnechea, a comuna que teve o maior crescimento da região (DE MATTOS, 2002).

De forma geral, temos que as áreas de população de mais alta renda habita o sopé oriental da Cordilheira dos Andes, onde o padrão de habitação é de residências de casas horizontais, amplas, confortáveis, sofisticadas, com salões *gourmet*, jardins assinados por paisagistas e também espaçosos apartamentos, cercados por jardins, em ruas densamente arborizadas. Nas proximidades há sempre restaurantes, supermercados, *shoppings*, lojas, livrarias, cinemas, teatros, o que aumenta a atração do que é uma vida urbana muito confortável. A área é bem servida por transportes públicos, incluindo a linha leste-oeste do metrô e as rodovias. Os melhores hospitais e clínicas são de fácil acesso, assim como as melhores escolas privadas.

Comunas área central		Comunas periurbanas	
Comunas	Variación 1992-2002 (%)	Comunas	Variación 1992-2002 (%)
Santiago	-10,8	Borde Norte	
Cerrillos	-0,8	Huechuraba	19,9
Cerro Navia	-4,2	Quilicura	207,7
Conchalí	-12,5		
El Bosque	-0,2	Borde Poniente	
Estación Central	-7,0	Pudahuel	40,9
Independencia	-16,4	Maipú	80,7
La Cisterna	-10,2	Padre Hurtado	28,0
La Granja	-0,1		
Lo Espejo	-6,5	Borde Sur	
Lo Prado	-6,6	San Bernardo	28,0
Macul	-7,6	La Pintana	14,9
Ñuñoa	-6,3	Puente Alto	96,7
Pedro Aguirre Cerda	-12,9		
Providencia	7,8	Borde Oriente	
Quinta Normal	-10,4	Lo Barnechea	44,5
Recoleta	-14,7	Las Condes	17,5
Renca	0,6	La Reina	5,4
San Joaquín	-13,9	Peñalolén	20,4
San Miguel	-5,3	La Florida	11,0
San Ramón	-5,7		
Vitacura	-2,9		

Tabela 3.6: Variações intercensos (1992-2002) nas comunas da AMS

Fonte: DE MATTOS, 2002, com base em INE, 2002.

Em recente estudo, Monge e Paredes (2011) hierarquizaram os acessos a serviços públicos por comunas, mostrando uma dispersão dos bolsões de pobreza em toda a área metropolitana. Nesse estudo sobre distribuição geográfica da renda, os valores estão expressos em dez classes, em que os autores ranquearam o acesso aos serviços públicos gerados na cidade, como uma educação de qualidade, que é maior na periferia das grandes cidades e que tem implicações graves no bem-estar e está associado a questões como criminalidade.

A desigualdade geográfica como uma restrição pode aumentar a desigualdade global, uma vez que os locais com maior renda tendem a ser mais bem sucedidos em fazer *lobby* junto ao governo central conseguindo captar mais recursos (MONGES E PAREDES, 2011).

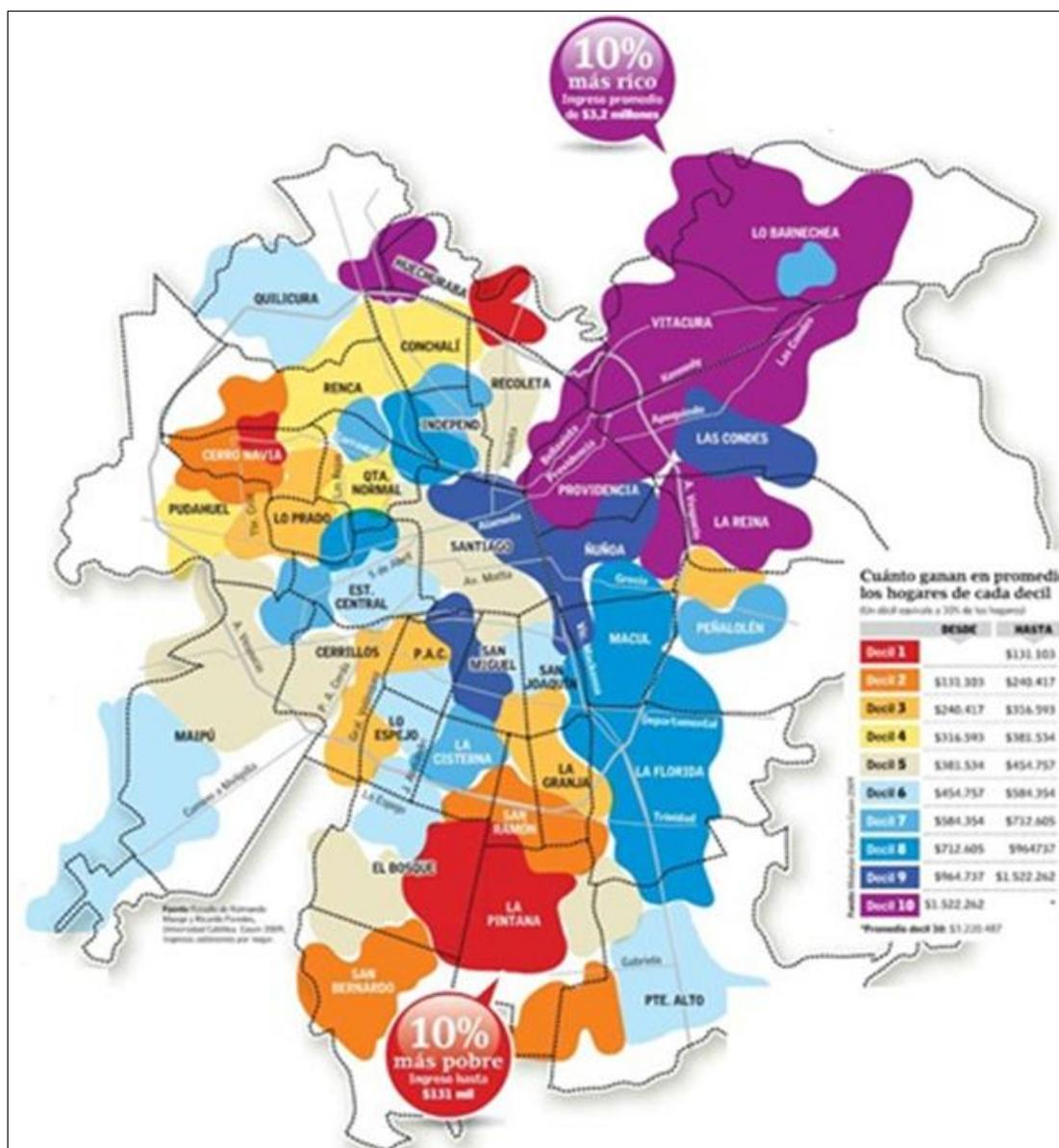


Figura 3.17: Distribuição de agrupamento de famílias por renda

Fonte: MONGE e PAREDES, 2011.

Na figura 3.17, as classes de renda expressam o salário médio do chefe de família, que varia faixa a faixa, um valor médio de 500.000 pesos (aproximadamente 914 dólares). A faixa de menor valor (decil 1, na cor vermelha), refere-se ao chefe de família que recebe de zero até 300.000 pesos chilenos ao mês (equivalente a 603 dólares)<sup>27</sup> a a faixa de mais alto valor (decil 10, na cor roxa) refere-se à população com renda superior a 1.530.000 pesos (equivalentes a 2.800 dólares por mês).

Esses estudos auxiliam na caracterização de renda da população, deixando mais clara a espacialização da segregação espacial e os focos principais de população de riqueza e pobreza da província de Santiago.

Três comunas concentram 91% dos agrupamentos do tipo 10 em roxo (Figura 3.19); 62% das residências do tipo A, foram construídas na última década, na comuna de Lo Barnechea, 15% na comuna de Las Condes e 14% na comuna de Peñalolén. O restante é distribuído nas comunas de La Florida, Huechuraba e Vitacura (MONGE e PAREDES, 2011).

O agrupamento de população de mais baixa renda, se expressa por bolsões na cor vermelha, na comuna de La Pintana e um setor de Huechuraba, nas regiões industriais.

Ressalta-se que os bolsões de classe 7, no tom azul médio, coincidem em partes com os grandes conjuntos habitacionais de três pavimentos, que permeiam diversas áreas de Santiago e se isolam como área de mais alta renda em bolsões de pobreza e áreas de pobreza em bolsões de população de alta renda, como é o caso do Cerro 18, a mancha azul, dentro do setor mais rico, na comuna de Lo Barnechea.

Com o aumento da renda, o número de agrupamentos tende a aumentar até atingir um ponto que a correlação invertida, com as comunidades de renda mais alta apresentando o menor número de agrupamentos (MONGE e PAREDES, 2011). A comuna de Vitacura em uma extremidade é a comuna mais homogênea na área metropolitana, enquanto a La Florida é o único com mais grupos, indicando maior diversidade de classe. Além disso, pode-se observar que as comunidades de baixa renda na área metropolitana são as comunas de La Pintana, com três aglomerados, um em Huechuraba e outro em Quinta Normal.

---

<sup>27</sup> Um dólar valia 547,155 pesos chilenos em 17 de fevereiro de 2014.

Monge e Paredes (2011) e Aldunce (2008) seguem a mesma proposta de dividir a população por classe de renda, aplicando uma metodologia que consideram variáveis para definir o nível socioeconômico, cruzando níveis de escolaridade com acesso a bens de consumo e seguindo o padrão explicitado na matriz de classificação (figura 3.7) e, assim, definir as classes utilizadas para classificar o padrão de ocupação na área metropolitana de Santiago.

Aldunce (2008) identificou que a maior porcentagem de habitações na Área Metropolitana de Santiago se concentra no grupo D, com 33%, seguindo do grupo C3 com 23% e o grupo C2 com 20%. Os grupos socioeconômicos extremos representados pelos grupos E e ABC1 são os menos representativos (com 14% e 10% respectivamente).

É possível distinguir a existência de quatro polos ou zonas de crescimento da unidade urbana de Santiago. O primeiro corresponde às comunas de Quilicura e Huechuraba (norte-oeste da área urbana), ao norte da Avenida Américo Vespúcio e, geralmente, a oeste da Rota 5 Norte. É caracterizado por uma mistura de habitação social com meio, localizado entre as principais zonas de desenvolvimento industrial.

O segundo corresponde ao núcleo formado pelas comunas de Cerrillos, Pudahuel Maipú a oeste da cidade, na área coberta pelas avenidas Américo Vespúcio, Pajaritos e da Autopista del Sol, as habitações são para população de renda média baixa, ao lado de grandes áreas de uso agrícola que são áreas potencialmente favoráveis para a expansão urbana, dada a presença dos artefatos urbanos. No entanto, as melhorias na infraestrutura de conectividade e equipamentos elevaram o preço das terras, impossibilitando o seu uso para projetos de habitação social (ALDUNCE, 2008).

O terceiro polo, menor em termos de área, corresponde à comuna de São Bernardo, às margens da Rota 5, e avenida Los Morros, com áreas agrícolas que são potenciais áreas de expansão urbana. O quarto é a comuna de Puente Alto, entre a Avenida Santa Rosa e Camilo Henríquez e sul da Avenida Gabriela. Esta área é caracterizada por espaços intersticiais urbanizadas até 1991 que configuram um núcleo de habitação popular (ALDUNCE, 2008).

Os projetos de habitação social, destinado aos extratos socioeconômicos mais pobres representam 28,7% da área para novas habitações, e 24,4% da área foi destinada à

população de alta renda, sendo, então, as camadas superiores, responsáveis pelo maior consumo de terra urbana, sendo direcionada pelo mercado. Nessas áreas que estão fora do Plano Regulador Metropolitano de Santiago, são consumidos os maiores lotes de terra (SEREMI, 1994).

		Cantidad de bienes del hogar (ducha + tv color + refrigerador + lavadora + calefont + microondas + tv cable o satelital +pc + internet + vehiculo)										
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
NIVEL DE ESTUDIOS	Sin estudios	E	E	E	E	E	D	D	D	D	C3	C3
	Básica incompleta	E	E	E	E	E	D	D	C3	C3	C3	C3
	Básica completa	E	E	D	D	D	D	D	C3	C3	C3	C3
	Media incompleta	D	D	D	D	D	D	D	C3	C3	C3	C2
	Media completa	D	D	D	D	C3	C3	C3	C3	C2	C2	C2
	Técnica incompleta	C3	C3	C3	C3	C3	C2	C2	C2	C2	C2	ABC1
	Técnica o universitaria incompleta (1-3 años)	C3	C3	C3	C3	C3	C2	C2	C2	C2	ABC1	ABC1
	Universitaria completa (4 años o más)	C3	C3	C3	C3	C3	C2	C2	C2	ABC1	ABC1	ABC1

Tabela 3.7: Matriz de classificação socioeconômica das habitações

Fonte: ALDUNCE, 2008.

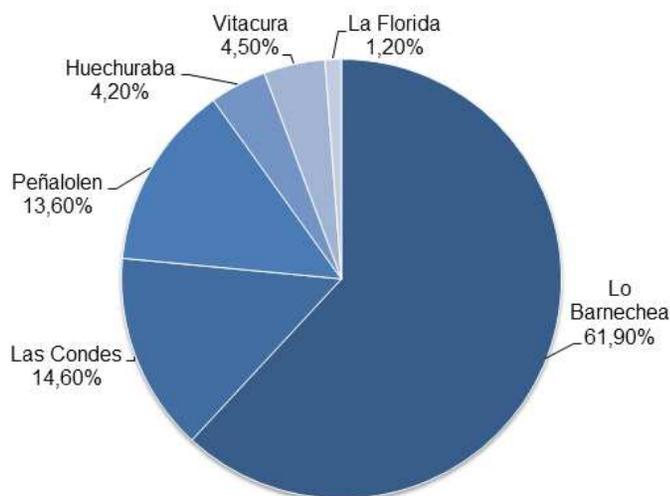


Gráfico 3.6: Distribuição de tipo de residência de tipo de renda alta.

Fonte: DUCCI, 2002, organizado pela autora.

Estão ordenadas na tabela 3.8 (abaixo) as porcentagens dos tipos de habitação com as principais comunas que as contém, e sua representação no gráfico 3.7.

Tipo de habitação	TIPO A	TIPO B	TIPO C	TIPO D
Área ocupada	24,40%	14,60%	31,60%	28,70%
Classe de renda	alta	média-alta	média-baixa	habitação social
Comunas de localização principal	Lo Barnachea Las Condes Peñalolén Vitacura Huechuraba	Peñalolén Puente Alto La Florida Las Condes Huechuraba Lo Barnachea	Maipu Puente Alto Quilicura Pudahuel Cerrillos La Florida Estación Central San Bernardo Huechuraba Peñalolén	Maipu Puente Alto Quilicura Pudahuel San Bernardo Cerrillos Huechuraba Padre Hurtado Renca

Tabela 3.8: Localização dos tipos de habitação por comunas

Fonte: DUCCI, 2002, modificado pela autora, 2013

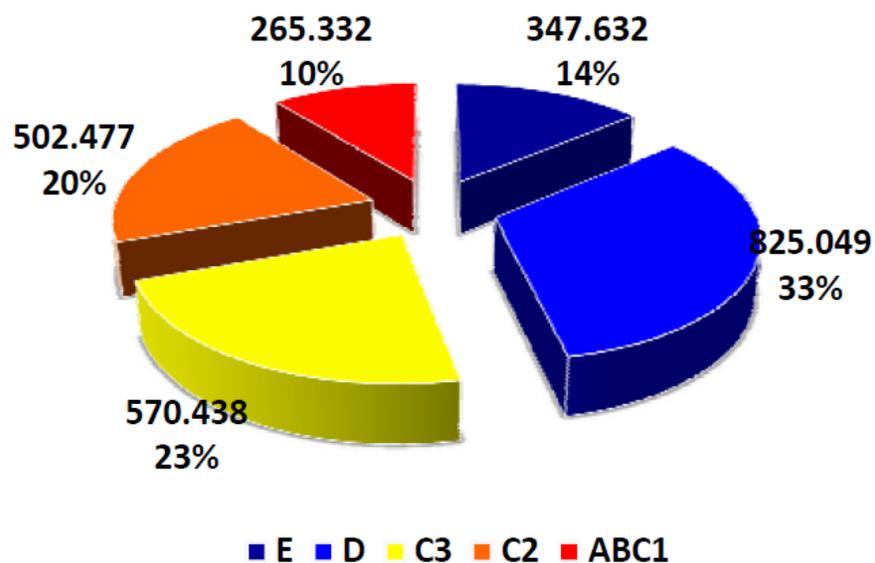


Gráfico 3.7: Distribuição da quantidade de habitação por grupo socioeconômico

Fonte: ALDUNCE, 2008

No que diz respeito à distribuição espacial desses resultados, pode-se dizer que o crescimento da cidade de Santiago para efeitos de uso residencial é principalmente

orientado em quatro direções. Tenho apresentado um desenvolvimento mais forte no sentido sul. A comuna de Puente Alto concentra 20,6% da habitação, e a oeste, a comuna de Maipú concentra 17,2% das habitações, enquanto a norte-leste se concentra em Lo Barnechea 15,4%, e para o leste, a comuna de Peñalolén consolida 11,4%. O crescimento destas quatro comunas somam 64,6% do total da área residencial desenvolvida entre 1991 e 2000 (DUCCI, 2002).

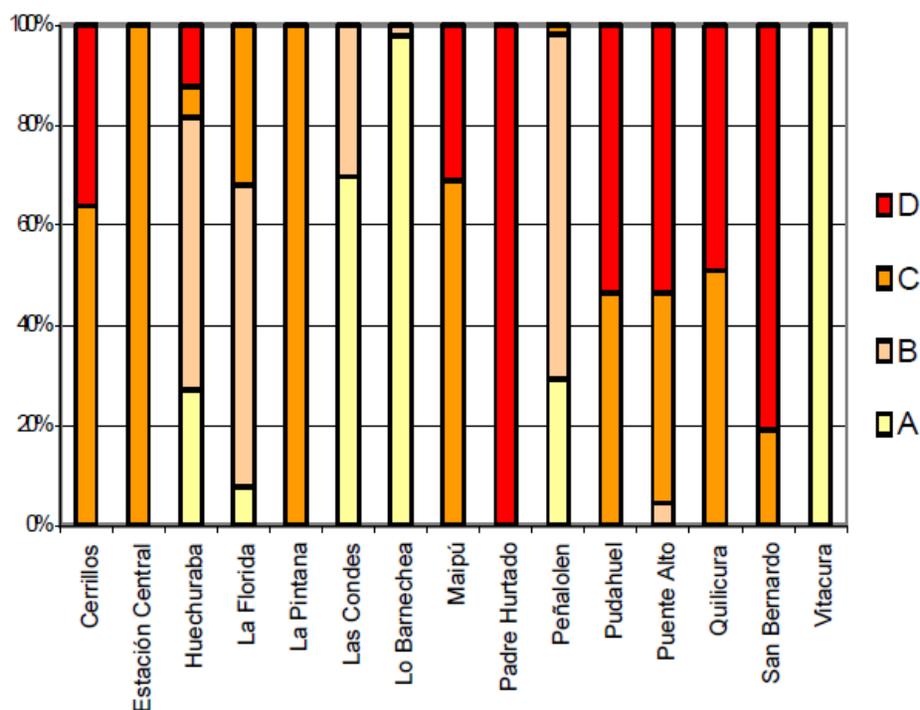


Gráfico 3.8: Porcentagem por tipos de habitação por comunas

Fonte: DUCCI, 2002

A maior porcentagem de habitações na AMS se concentra no grupo D, com 33%, seguido do grupo C3, com 23%, e o grupo C2 com 20%. Os grupos socioeconômicos extremos representados pelos grupos E e ABC1 são os menos representativos (com 14% e 10% respectivamente) (ALDUNCE, 2008). (Gráfico 3.7). A população de mais alta renda é representada por 10 % da população de Santiago.

As comunas que abrigam a população de mais baixa renda são Padre Hurtado, San Bernardo, Cerillo, Maipu, Pudahuel e as comunas de população de renda mais elevada são Vitacura e Lo Barnechea.

Para caracterização econômica, além dos tipos de habitação por comuna, utilizamos dados de ALDUNCE (2000), que especializa os grupos socioeconômicos por classe de nível de renda (figura 3.19). Aldunce (2008) analisou mais detalhadamente as comunas de La Pintana, onde predomina extratos de renda E e D e baixa renda, localizada na zona sul de Santiago. San Miguel, com extratos socioeconômicos médio C2 e C3 e a comuna de Vitacura, que concentra o grupo socioeconômico de mais alta renda.

As comunas da Estação Central e de Pintana apresentam um crescimento habitacional apenas da classe C (médio-baixo). As comunas de Padre Hurtado e Renca têm apenas o crescimento do tipo D, de habitação social.

Em Huechuraba, Peñalolén, Florida e Puente Alto nota-se a presença de três diferentes setores socioeconômicos, embora haja diferenças notáveis nas áreas ocupadas por cada nível socioeconômico, podemos dizer que essas quatro comunas tendem a ser mais heterogêneas do que as demais.

As habitações dos tipos C e D tendem a ocupar as mesmas regiões principalmente no oeste e sul da província, por outro lado, os tipos de habitação A e B ambos tendem a dividir o espaço no leste e nordeste do urbano.

A fim de configurar uma cidade sob racionalidade do mercado, as reformas liberando solo urbano eliminaram os limites urbanos. Essa expansão urbana veio associada à concepção ideológica do desenvolvimento nacional e da retirada do Estado do planejamento social. A crise econômica chilena do início da década de 1980 provocou um aumento considerável de desemprego e, sobretudo, da pobreza. Embora o Chile tenha reduzido seus níveis de pobreza e indigência, desde 1980 ainda tem altos níveis de segregação urbana (PEREZ, 2011).

Em contraste com as áreas centrais e o nordeste, as comunas do sul e do oeste surgiram historicamente como o local "natural" para pessoas pobres. Este imaginário social foi reforçado por perspectivas neoliberais de políticas de habitação que instalaram as habitações sociais longe das áreas centrais (HIDALGO, 1997). Assim, em um olhar em larga escala, a segregação urbana tem claros padrões de distribuição espacial.

Paradoxalmente, no entanto, a mesma lógica de mercado promoveu a incipiente chegada de grupos sociais de renda média e superior para algumas comunas tradicionalmente pobres que receberam habitação social durante os anos 1980. Esse

processo teve outro direcionamento, atraído pelo reduzido custo da terra, que permitiu a instalação de condomínios horizontais fechados privados, voltados à população de renda mais elevada (PEREZ, 2011).

Em pequena escala, é atualmente possível encontrar uma distribuição espacial maior de bairros socialmente mistos do que antes, em virtude da ocupação agressiva de condomínios fechados em comunas pobres (SABATINI e SALCEDO, 2007). A população de mais alta renda, a elite, está atualmente em movimento para as regiões periféricas nesse tipo específico de urbanização em condomínios fechados.

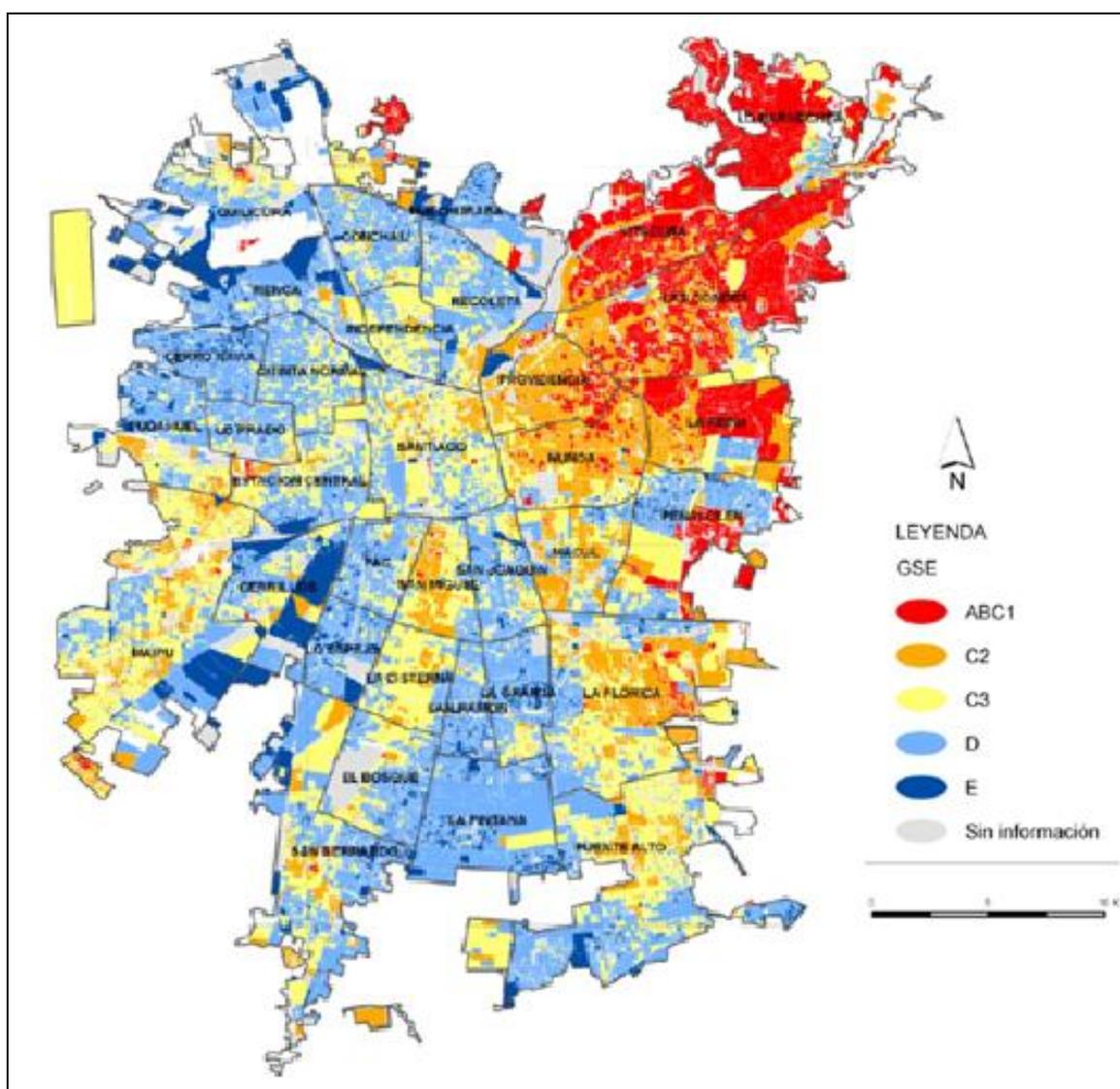


Figura 3.18: Distribuição dos grupos socioeconômicos predominantes na AMS

Fonte: ALDUNCE, 2008

Observa-se também o surgimento de residências de alto nível em comunas de baixa renda, que são, segundo Perez (2011), entendidas como um resultado direto da política de reestruturação econômica, levada a cabo ao longo das últimas três décadas, e políticas urbanas que incluíram a liberalização radical dos mercados de terra.

Em vez de regulação estatal e controle centralizado, o padrão do desenvolvimento urbano seria, então, estruturado pela lógica do mercado. As decisões locacionais são flexíveis, não seguem o planejamento, sendo direcionadas pelo mercado apenas por uma questão de oferta e demanda. O surgimento de condomínio fechado na periferia pobre, portanto, determinou se algumas áreas urbanas (central ou periféricas) eram capazes de gerar lucros econômicos.

Segundo Perez (2011), as três intervenções públicas mais necessárias para integrar os espaços com um alto potencial econômico para o mercado imobiliário foram: a) a erradicação das favelas de áreas de alta renda e sua realocação para os subúrbios semirrurais de Santiago; b) a criação de 34 comunas, derivadas das 17 que já existiam desde a reforma administrativa de 1981, baseado na ideia explícita de gerar comunas socialmente homogêneas, e c) a transformação das políticas de habitação social em que o Estado assumiu um papel puramente subsidiário, passando a gestão e a construção de blocos residenciais para as empresas privadas (PEREZ, 2011).

## Capítulo 4: O Verde urbano em Santiago

Estabelecido o padrão das ocupações urbanas e a distribuição dos grupos socioeconômicos, com a clara segregação socioespacial na província de Santiago, neste capítulo, localizaremos e discutiremos a acessibilidade das áreas verdes urbanas permeando essa nova malha urbana, pensando na escala das comunas. A distribuição dos espaços verdes coincide com a distribuição dos grupos socioeconômicos evidenciando a segregação espacial.

Para quantificar o verde urbano para Santiago, foram utilizados dados secundários, do Plano Regulador Metropolitano de Santiago (PRMS), de 1994 e 1999 (MINVU, 2013), e estudos realizados por Aldunce (2008), Reyes e Figueroa (2008, 2009, 2010), que calcularam a superfície total de áreas verdes por comuna da AMS, dado o número de áreas verdes, índice de fragmentos maiores e índice de coesão, que indica o grau de conectividade estrutural entre as áreas verdes.

### 4.1 Índice de áreas verdes por comuna de Santiago

Para compreendermos a presença de um bem ambiental na cidade, como forma de análise da presença de natureza nas cidades, utilizamos o índice de área verde por habitante (IAV/hab) (HENKE- OLIVEIRA *et al.*, 1999). Aspectos quantitativos da vegetação urbana têm sido abordados por meio de indicadores, dependentes e independentes da demografia, expressos, respectivamente, em termos de superfície de área verde por habitante, conhecido como índice de áreas verdes (IAV) (HENKE- OLIVEIRA *et al.*, 1999).

O cálculo do índice de áreas verdes (IAV) é feito conforme os interesses das pesquisas e dos estudos aos quais estes são elaborados, representando, de certa forma, um problema ligado diretamente à falta de consenso quanto às terminologias e às classificações da vegetação no ambiente urbano. Assim, índices como: Índice de Áreas Verdes (IAV), de Arborização Urbana (IAUrb), de Espaços Livres de Uso Público (IELUP), de Cobertura Vegetal em Área Urbana (ICVAU), de Verde por Habitante (IVH), algumas vezes são tratados como sinônimos (BARGOS, 2010). O Chile não tem uma definição específica para

o verde urbano, e para a identificação dessas áreas usamos o IAV, como explicitado no capítulo anterior.

Há grande dificuldade de se considerar o “verde urbano” no planejamento, pois a conceituação não é bem-definida. Não é consenso, por exemplo, que áreas verdes possam ser consideradas locais onde não existe sequer uma árvore (LIMA *et. al*, 1994).

A formulação desse índice não é muito fundamentada, representa pouco sobre o espaço e as condições da espacialidade das áreas verdes (HENRIQUE, 2006). É necessária uma reflexão profunda sobre este índice, pois o mesmo especializa as áreas estatisticamente, sem entender essas áreas no contexto urbano. Para compreender a espacialização dessas áreas, é importante o cruzamento com dados socioeconômicos refletindo a intensa segregação socioambiental.

O IAV, associado à densidade da vegetação, com base em ALDUNCE (2008) e os grupos socioeconômicos, foi utilizado como ferramenta para espacializar e correlacionar a presença da natureza com os grupos socioeconômicos, avaliando a hipótese de correlação entre a proximidade do verde, a qualidade ambiental e nível de renda. Foram consideradas as áreas verdes públicas localizadas na zona urbana e ligadas ao uso direto da população residente nessa área, considerando-se apenas as áreas verdes de uso coletivo direto, tendo em vista o cumprimento das três principais funções de uma área verde: ecológica, estética e de lazer e recreação (NUCCI e CAVALHEIROS *et al.*, 1996).

Para a estimativa do Índice de Áreas Verdes (IAV) da mancha urbana, apresentado em m<sup>2</sup> de área verde por habitante, se utiliza o valor de densidade de áreas verdes (m<sup>2</sup>/km<sup>2</sup>) dividido pelo valor da densidade populacional (habitantes/km<sup>2</sup>).

A crise da qualidade ambiental se evidencia ao equiparar esse valor médio de apenas 3,2m<sup>2</sup>/hab. à indicação usual do Planejamento urbano ambiental, de que o mínimo necessário à salubridade ambiental seja de 12m<sup>2</sup>/hab. (CONAMA, 1999).

É oportuno destacar que boa parte das reservas de solo para o desenvolvimento de futuras áreas verdes, que somavam 3 mil hectares considerados, desde o PRMS de 1994, que faziam parte da política de desenvolvimento urbano já faziam parte do cinturão verde ou suburbano em 1960, indicando que a implementação de ações para preservação ambiental desse cinturão não foram implementadas, a julgar pelo reduzido aumento do índice de áreas verdes atual (SEREMI, 1994).

Em dados de 2000, estimou-se que a AMS possuía 3.050 hectares de áreas verdes, embora na prática, apenas 1.137 hectares sejam desenvolvidos como áreas verdes efetivamente. Os quase 2.000 hectares restantes são declarados áreas verdes como reservas para o desenvolvimento em planejamento urbano, que, como dito, são áreas já presentes na conta desde a década de 1960. Se excluíssemos esse verde potencial, que ainda não efetivado como área restaurada, vegetada e com possibilidade de uso público, o padrão real seria de 2,5 m<sup>2</sup> por habitante, ainda muito distante da proposta presente no PRMS, de 7,5 m<sup>2</sup>/hab (MINVU, 2000).

Dados de Orellana (2003) indicavam uma situação ainda mais precária, o IAV/hab para as 25 comunas mais pobres variou de um máximo de 2,9 m<sup>2</sup>/hab, a um mínimo de 0,4m<sup>2</sup>/hab. Para as comunas ricas, no setor nordeste, os valores variavam de 6,7 a 18,8 m<sup>2</sup>/hab (ORELLANA, 2003)<sup>28</sup>.

Em 2009, a média para a AMS passou a 3,9 m<sup>2</sup>/hab, significando um aumento de 0,7m<sup>2</sup>/hab. O menor índice foi o da comuna de Quinta Normal, com 1,1 m<sup>2</sup>/hab, bastante superior aos 0,4m<sup>2</sup>/hab anteriores. O maior índice, de 12,6 m<sup>2</sup>/hab está na comuna de Santiago (MINVU, 2009), evidenciando melhora geral dos índices, mas muito reduzida para um período de seis anos.

A maioria das comunas (11) possui menos de 3m<sup>2</sup> de área verde por habitante, havendo uma proporção não tão desigual, com dez comunas, com índice que varia de 6 a 9m<sup>2</sup>/hab. A maioria das comunas tem menores IAV/hab e um número reduzido de sete comunas possuem IAV mais elevado. O verde urbano em Santiago é bastante fragmentado e desigualmente distribuído, como indica o gráfico 4.1. Esses dados indicam fragmentação das áreas e mais que isso, a inacessibilidade, por sua distância e dificuldade de acesso para grande parte da população.

DUCCI (2002) analisou as superfícies identificadas pelo uso da terra e sua área de crescimento, entre os anos de 1991-2000, e identificou que houve um aumento de 4.918,6 hectares de superfície ocupada por residenciais, correspondendo a 40,8% do total e 26,2%

---

<sup>28</sup> Em estudo sobre a contaminação ambiental, Orellana (2003) levantou que as comunidades que têm as mais altas taxas de contaminação, Pudahuel, Lo Espejo e El Bosque são as que paradoxalmente, têm uma menor percentagem de áreas verdes da região.

de áreas verdes correspondendo a 0,2% do total, indicando a falta de preocupação com a existência de áreas verdes urbanas públicas nos entremeios das áreas residenciais.

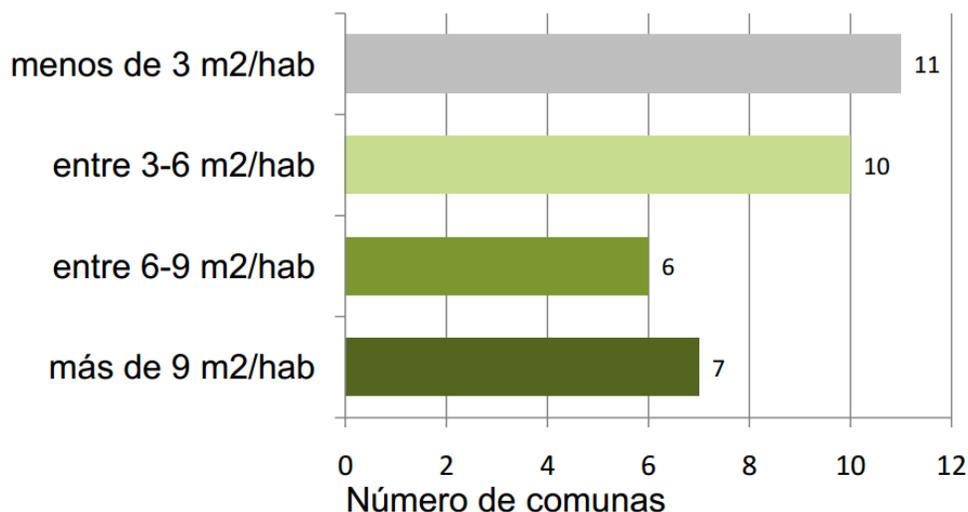
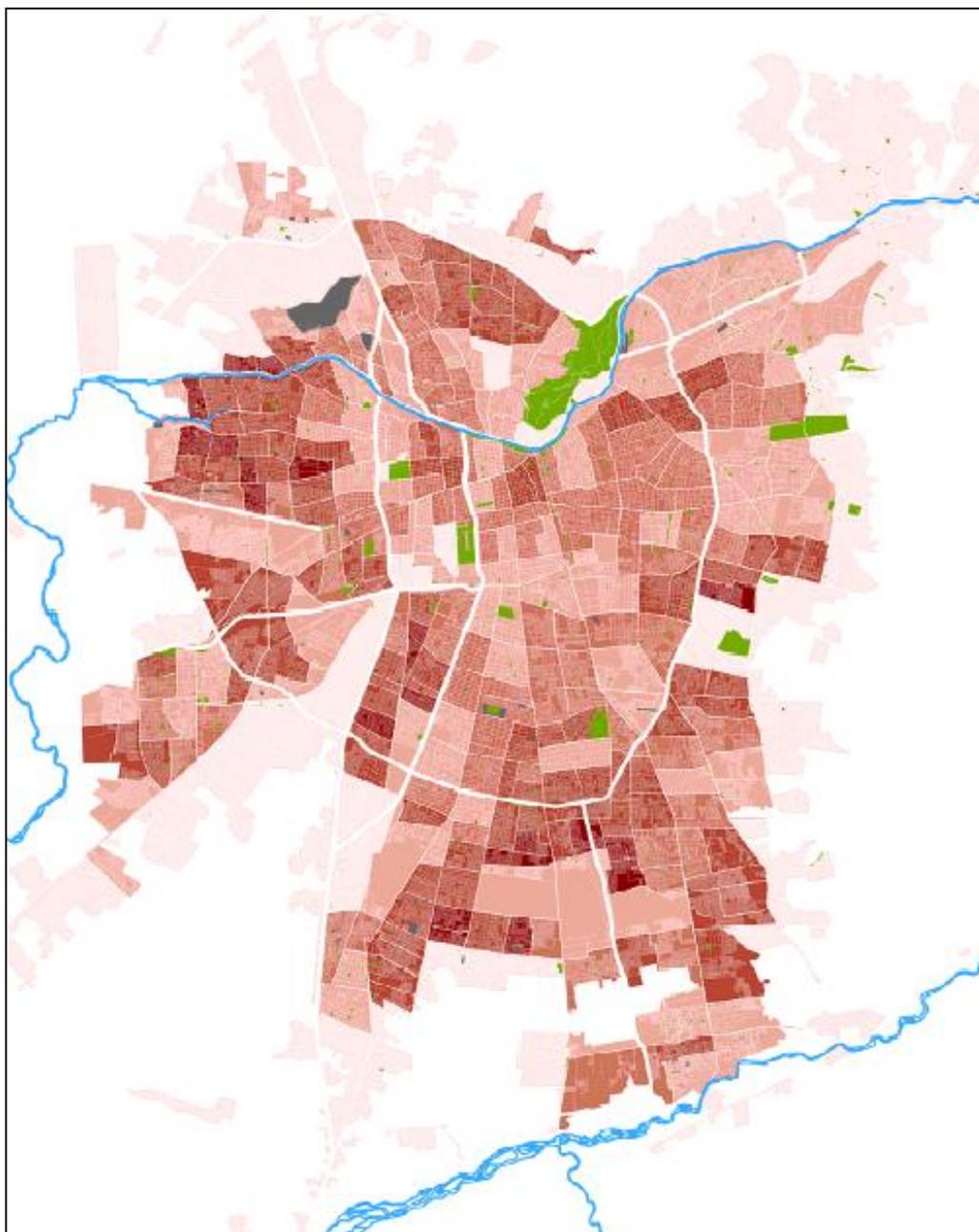


Gráfico 4.1: Densidade de áreas verdes por comuna.

Fonte: ALDUNCE, 2008.

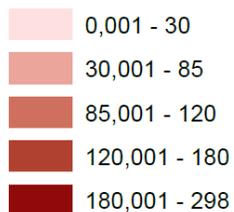
A figura 4.1 cruza dados de densidade populacional por comuna e a disposição de áreas verdes urbanas. As áreas de maior densidade populacional no tom mais escuro de vermelho não possuem área verde em seu entorno imediato. As áreas mais representativas, como verde urbano, são os grandes parques públicos.

Evidencia-se também a concentração de áreas verdes em algumas comunas, tendo por responsável o Parque Metropolitano de Santiago, a maior área verde expressa na figura 4.2, a norte da imagem. O Parque Metropolitano possui seu entorno classificado como área de densidade populacional baixa. A área a nordeste, com pequenos pontos verdes é a região de Lo Barnechea, onde a densidade populacional é reduzida, pois habita essa região a população de mais alta renda, em residências bastante amplas, configurando uma comuna com elevado IAV. Ao cruzar informações das figuras 4.1 e 4.2 sobre a densidade de áreas verdes urbanas, fica evidente que o verde urbano, como área verde consolidada em Santiago, são os parques públicos.



### DENSIDAD DE POBLACIÓN Y ÁREAS VERDES

#### Densidad bruta por distrito censal (hab./ha)



#### Áreas verdes



Figura 4.1: Densidade populacional e áreas verdes em Santiago

Fonte: Observatório das Cidades, 2013.

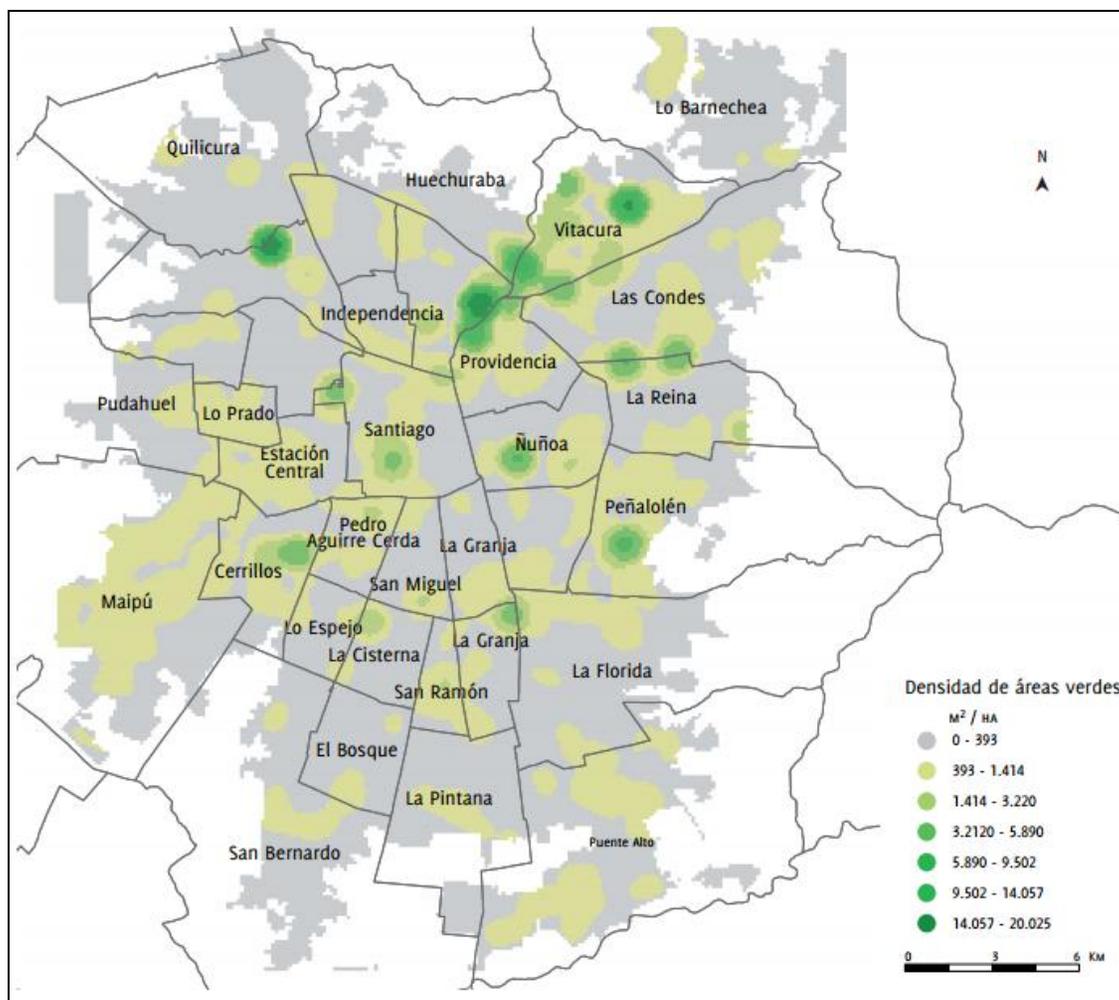


Figura 4.2: Densidade de Áreas Verdes em Santiago

Fonte: ALDUNCE, 2008

Ao cruzar a distribuição de áreas verdes, com a distribuição dos grupos socioeconômicos, como explicitado no capítulo 3, temos o setor nordeste de Santiago, nas comunas, de Vitacura e Lo Barnechea, como se observa na figura 3.19, com uma extensão que vai até a região central incluindo as comunas de Recoleta, Providência e Santiago, concentram as maiores superfícies de áreas verdes da AMS. Essa concentração se explica pela presença de importantes parques como o Parque Metropolitano, o Parque Florestal e o Parque O'Higgins (ALDUNCE, 2008).

Na zona oeste, parte da zona norte e no centro sul da AMS são áreas que possuem valores mais reduzidos em termos de superfície de áreas verdes. Há uma espécie de cone onde a população de mais alta renda se concentra do centro ao setor oeste. O que indica, em

acordo com Sabatini e Arenas (2011) e Aldunce (2008), a espacialização das áreas verdes é determinada pelos extratos sociais. A discrepância nos valores por m<sup>2</sup>/ habitante (tabela 4.1) indica a concentração de áreas verdes por comunas. As áreas de menor densidade habitacional e melhor nível de renda, como indicada no capítulo anterior, possuem elevados valores de m<sup>2</sup> de área verde por habitante.

Comuna	Áreas verdes (m <sup>2</sup> )	m <sup>2</sup> /habitante	Comuna	Áreas verdes (m <sup>2</sup> )	m <sup>2</sup> /habitante
Vitacura	1.481.900	18,3	La Florida	1.184.419	3,0
Providencia	1.740.800	13,8	Cerro Navia	394.873	2,8
Santiago	2.053.496	11,7	Recoleta	363.454	2,8
La Reina	1.116.600	11,5	San Joaquín	225.309	2,7
Lo Barnechea	964.684	9,6	San Miguel	197.637	2,7
Las Condes	2.586.500	9,2	Renca	303.990	2,3
Cerrillos	529.119	7,7	La Granja	271.217	2,1
Ñuñoa	891.166	5,9	Lo Prado	200.985	2,1
Est. Central	539.564	4,6	San Bernardo	557.115	1,9
Macul	446.917	4,4	Puente Alto	1.210.549	1,8
Huechuraba	357.659	4,3	El Bosque	287.946	1,7
Peñalolén	861.457	3,6	Lo Espejo	156.729	1,5
Quilicura	626.520	3,3	La Cisterna	113.492	1,5
La Pintana	656.776	3,3	Independencia	73.481	1,3
Maipú	2.343.036	3,2	Pudahuel	322.901	1,3
San Ramón	279.751	3,2	Quinta Normal	116.153	1,3
Conchalí	343.841	3,0	P. Aguirre Cerda	120.941	1,2

Tabela 4.1: Distribuição das áreas verdes por IAV nas comunas da AMS, 2012.

Fonte: EMOL, 2012.

A figura 4.3 espacializa essa informação, com a concentração de áreas verdes na AMS, e nota-se que essa espacialização coincide com a os grupos socioeconômicos (figura 3.19).

## 4.2 Acessibilidade às áreas verdes

A partir de foto, interpretação e estudos estatísticos no software *Fragstats 3.3*, Aldunce (2008) atualizou o cadastro de áreas verdes de Santiago que datava de 2006 e definiu, entre outros indicadores de ecologia da paisagem, a área de cada polígono em hectare (CA), indicando a área ocupada pela áreas verdes; a porcentagem em cada classe de área verde (índice de PLAND) qualificando o tipo de área verde e o número total de

polígonos de áreas verdes, de qualquer categoria (NP), indicando a quantidade de parques e praças por exemplo.

ALDUNCE (2008) levantou 11.851 polígonos de áreas verdes para a AMS resultando em uma área de aproximadamente 3.841ha, as comunas que têm os maiores números de polígonos (maiores valores de NP) são as da periferia da AMS, tanto no setor leste (Peñalolén, La Florida e Las Condes), sul (Puente Alto) e oeste (Maipú), enquanto as comunas que concentram os menores valores de NP pertencem à zona de urbanização consolidada da AMS (La Cisterna, Quinta Normal, San Miguel e Independencia). A exceção é Renca, que se localiza na zona de expansão norte da AMS. Esta situação se explica pelo processo de urbanização pelo qual passou a cidade de Santiago, que propiciou o crescimento desde o centro para a periferia (ALDUNCE, 2008 e DUCCI, 1998).

De forma geral, o levantamento indica que as áreas verdes se concentram majoritariamente nas comunas de Vitacura (11,93%), Recoleta (7,63%), Maipú (6,21%) e em Las Condes (5,77%). As comunas de Renca, Recoleta e Maipú são atípicas, não coincidindo o elevado valor de superfície de áreas verdes com um grupo de mais alta renda.

La Renca se encontra bem-situada, apresentando elevada superfície da área verde devido à presença do cerro Renca, com 202 ha., porém como explicitado anteriormente, essa é uma área que se encontra bastante degradada e é passível de revitalização. A comuna de Recoleta também possui valores altos, pois incorpora o Parque Metropolitano, fragmento de 227 ha, e em Maipú, com 239 ha. No total, com valores comparáveis aos das comunas mais ricas, como Vitacura (ALDUNCE, 2008).

Comunas como La Pintana, Puente Alto e Maipú mostram claramente que as áreas mais densas correspondem aos locais onde os conjuntos habitacionais estão localizados, os setores industriais e rurais destas comunidades não têm provisão de áreas verdes. Esta situação pode ser vista em outras áreas periféricas, tais como Quilicura e San Bernardo. Outro caso que se destaca nesta é La Reina, que possui dois parques importantes (Parque Padre Alberto Hurtado, compartilhada com as comunas de Las Condes e Parque Mahuida), com a existência de grandes áreas verdes privadas.

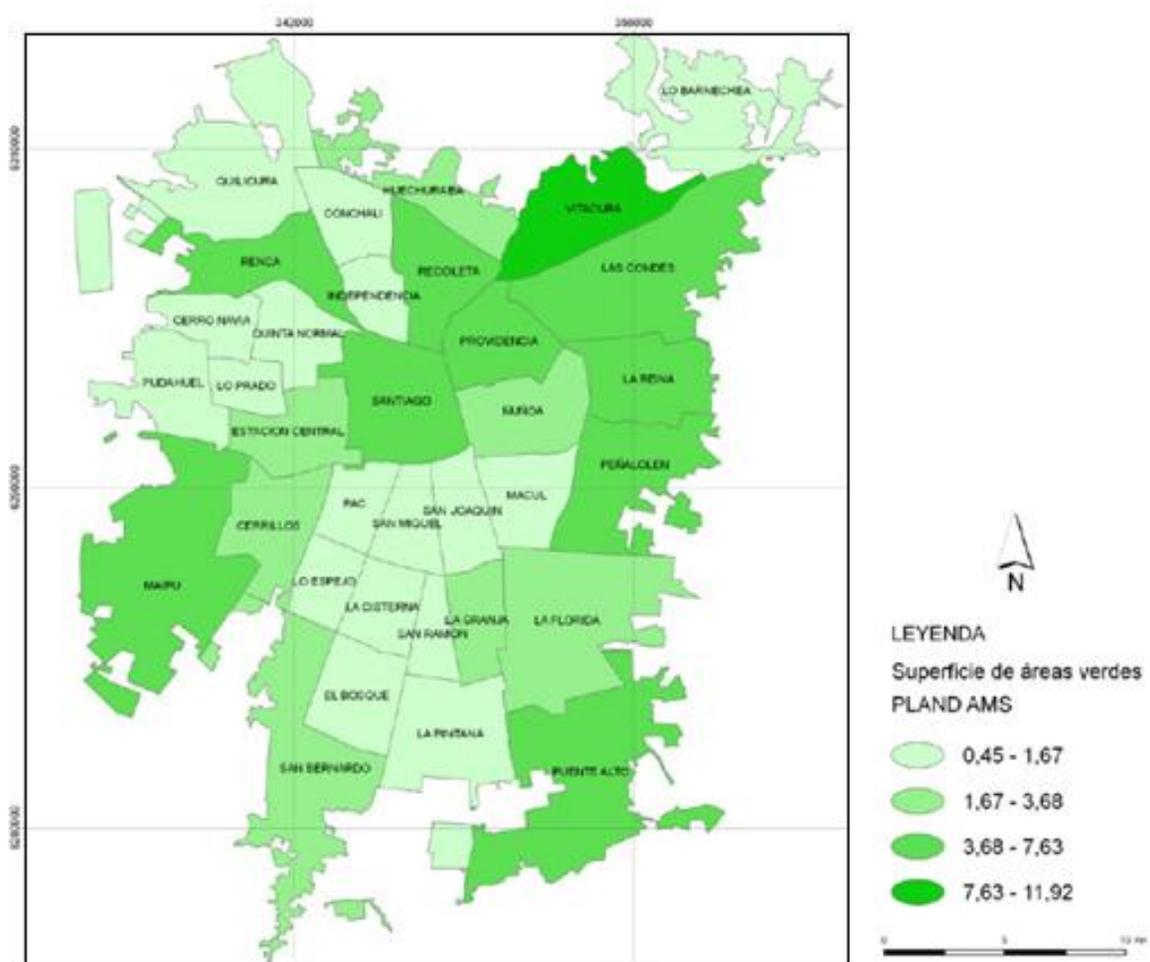


Figura 4.3: Distribuição do Índice de PLAND na AMS

Fonte: ALDUNCE, 2008

A comuna de San Miguel se caracteriza por uma composição social onde predominam os extratos de renda médio e nela, de acordo com Aldunce (2008), é possível ver a relação entre a quantidade de áreas verdes e o nível socioeconômico. Explicações para essa forte relação podem decorrer, por exemplo, da divisão administrativa e da autonomia no direcionamento de verbas para manutenção dessas áreas verdes. As municipalidades das comunas onde predominam grupos socioeconômicos de renda mais baixa têm maiores dificuldades econômicas, por isso a preocupação com a biodiversidade e espaços de lazer fica em segundo plano. O prefeito da comuna prioriza a questão de saúde, moradia e educação em detrimento da qualidade ambiental (SUAZO, 2011).

A alta concentração de áreas verdes na comuna de Vitacura se associa à maior concentração de população de mais alta renda (extrato ABC1). Sendo umas das municipalidades mais ricas, já superou a demanda por necessidades básicas, como escolas, hospitais, vias e passam a incrementar as benesses ambientais das comunas, com parques muito ordenados e arborizados, como veremos na caracterização no item 4.3, a seguir. A comuna de Lo Barnechea concentra também o extrato ABC1, mas ainda não apresenta muitas áreas verdes consolidadas pois é um atual vetor de expansão, onde o verde está apropriado na malha urbana não em grandes parques públicos, mas em bolsões de exclusividade, como veremos no capítulo 6.

A concentração de áreas verdes nas comunas de Recoleta (extrato de renda D) e Maipú (extrato de renda C3) se devem à presença dos cerros mencionados anteriormente.

O gráfico 4.2 apresenta a distribuição das superfícies de áreas verdes por comunas. As comunas com maiores valores do número de parques, de polígonos classificados como áreas verdes estão no setor leste, nas comunas de Peñalolén, La Florida e Las Condes, também ao sul na comuna de Puente Alto e no setor oeste na comuna de Maipú. Enquanto as comunas que possuem menores quantidades de áreas, em números de polígonos, pertencem à zona de urbanização consolidada, nas comunas de Quinta Normal, San Miguel, Independência e La Cisterna, sendo a comuna de Renca a exceção, que se localiza na zona de expansão norte (DUCCI, 1998).

A figura 4.2 evidencia a grande desigualdade na distribuição de áreas verdes na escala comunal. As zonas que apresentam as maiores densidades de áreas verdes (superfície de área verde por comuna) concentram os principais parques, que indicam que o acesso a esses espaços não é tão massificado quanto aparenta o mapeamento. De forma geral, a densidade de áreas verdes se associa aos grandes parques: Parque Metropolitano, Parque Mahuida, Parque Padre Alberto Hurtado e Parque Cousiño Macul, entre outros.

Apesar de haver muitas praças em Santiago, também há grandes faixas de arborização urbana que acompanham as grandes vias. O verde permeia Santiago, mas as áreas mais representativas e significativas do ponto de vista de densidade de árvores são os parques, portanto, apesar de diversas pequenas praças, o perfil não é de áreas como pequenos parques, onde se pode ir caminhando e fazem parte da rotina de um cidadão, cumprindo a função social, ecológica, estética.

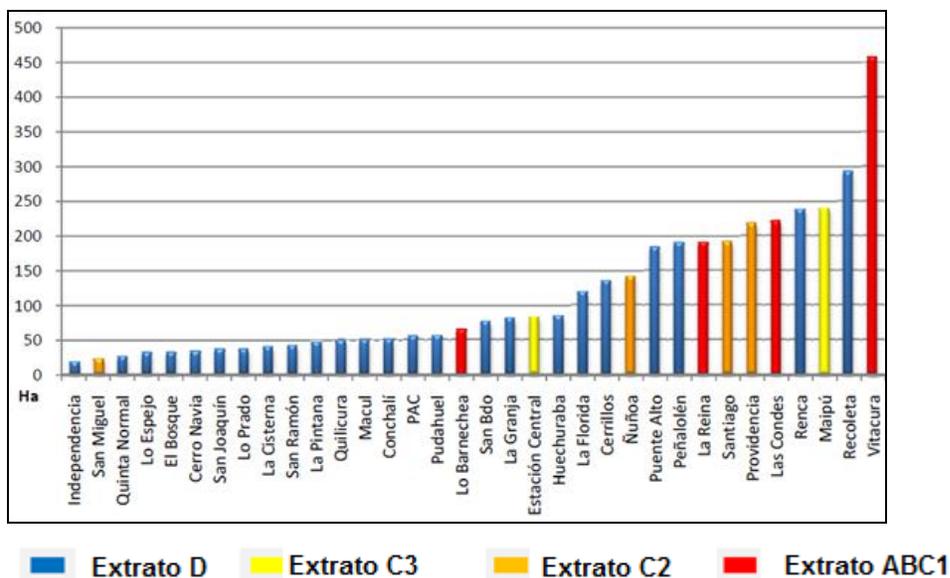


Gráfico 4.2: Distribuição das superfícies de áreas verdes por comunas.

Fonte: REYES e FIGUEROA, 2010.

Os espaços de natureza se configuram majoritariamente como grandes parques públicos, evidenciados como áreas verdes consolidadas acessíveis a uma parcela mais reduzida da população.

Em Huechuraba, por exemplo, 56,9% de área verde por habitante em sua comuna, corresponde ao Parque Metropolitano; 57,2% das áreas verdes da comuna de La Granja corresponde ao Parque Brasil; 59,8% das áreas verdes comuna de La Cisterna corresponde ao Estádio Municipal; 66,7% das áreas verdes de Providência correspondem ao Parque Metropolitano; 84,9% das áreas da comuna de Recoleta referem-se à área do Parque Metropolitano e na comuna de La Renca, 84,9% de suas áreas verdes correspondem ao Cerro Renca (ALDUNCE, 2008). Nesse cone, no sentido centro-nordeste se manifesta claramente a presença do Parque metropolitano que coincide com as melhores classes de grupos socioeconômicos. No setor mais noroeste, ressalta-se o Cerro Renca, bastante relevante por sua extensão (referente à área do Cerro Renca), essa região se encontra em boas condições, possui infraestrutura para jogos e brinquedos infantis.

Nas comunas de La Pintana, Puente Alto e Maipú, as áreas mais adensadas populacionalmente são onde há a concentração de conjuntos habitacionais, onde existem pequenos parques, que faziam parte dos projetos de habitação popular, como áreas públicas

de lazer, são pequenas praças com brinquedos infantis e bancos, no entorno dos conjuntos habitacionais. No setor sul, inexistem áreas verdes, como espaços públicos ou de bolsões de loteamentos, pois essa região concentra áreas rurais e industriais na Província de Santiago.

Os pontos de maior concentração em verde, na figura 4.2, entre as comunas de Las Condes e La Reina, correspondem aos parques Padre Alberto Hurtado e Parque Mahuida. Nessas comunas há uma diferença na composição das áreas verdes, pois suas áreas se caracterizam por grandes parques urbanos e pequenas praças, como faixa de arborização urbana. Enquanto que nas comunas de Vitacura e Providencia situa-se o Parque Metropolitano, a essas comunas mais centrais se associa uma rede de praças em bom estado, criadas ainda no plano urbanístico de Karl Brunner.

Dentre os diversos setores geográficos da província, as áreas suburbanas possuem o menor IAV/hab. A densidade de áreas verdes por habitante é baixa, particularmente na periferia sul e sudeste, a maior concentração ocorre nos setores leste e central (figura 4.5).

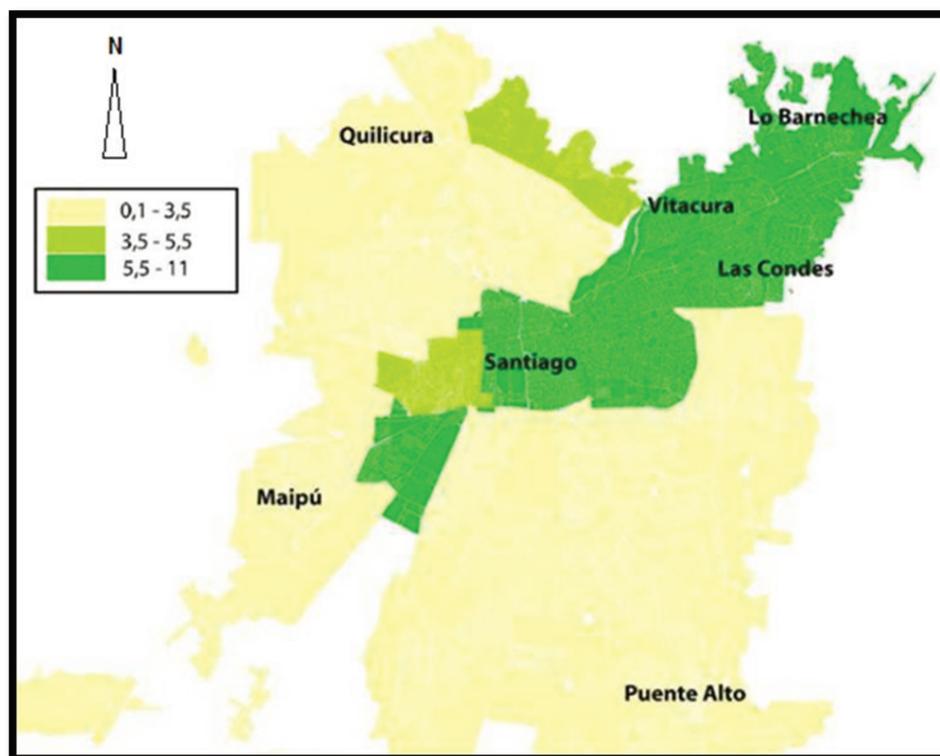


Figura 4.4: Espacialização do Índice Áreas Verdes por habitante nas comunas da Província de Santiago

Fonte: Sectra, 2011

Apesar da diferença de número e de superfície, cada comuna tem pelo menos um parque. E para avaliar as comunas que teriam maior ou menor conectividade com áreas verdes, utilizamos dados do índice de coesão, com o qual se identifica um padrão de concentração das áreas verdes.

Na figura 4.6, as comunas com menor grau de conectividade pertencem à faixa de valores entre 97,69 a 98,29, (ALDUNCE, 2008), na cor laranja claro, representadas pelas comunas de Independência, Conchali, Quilicura, que possuem baixa superfície de áreas verdes. As comunas de Puente Alto, Maipu e La Florida se caracterizam por ter um elevado número de áreas verdes e, portanto, são as que apresentam melhor conectividade, pois possuem pequenos fragmentos de áreas verdes desconexos que permitem maior acessibilidade.

As comunas que apresentam maiores índices de coesão são La Reina, Vitacura e Providência. As comunas de Renca e Recoleta apresentam os maiores valores, o que significa que a distribuição de áreas verdes nessas comunas tem níveis de continuidade maiores (ALDUNCE, 2008), o que é muito positivo para projetar ações para conservação, como corredores ecológicos nas áreas urbanas.

A acessibilidade das áreas verdes se dá pelo cruzamento da porcentagem de áreas verdes, com a proporção de habitantes por comunas. Na figura 4.6, as comunas com menor grau de conectividade pertencem à faixa representada pela na cor laranja claro, representadas pelas comunas de Independência, Conchali, Quilicura, no setor noroeste e também as comunas de Puente Alto, Maipu e La Florida no setor sudeste. Na periferia urbana, onde habita a população de mais baixa renda média baixa, nas classe C3 e D. A distribuição da figura 4.5 coincide com a figura 4.2, que evidencia a densidade de Áreas Verdes em Santiago.

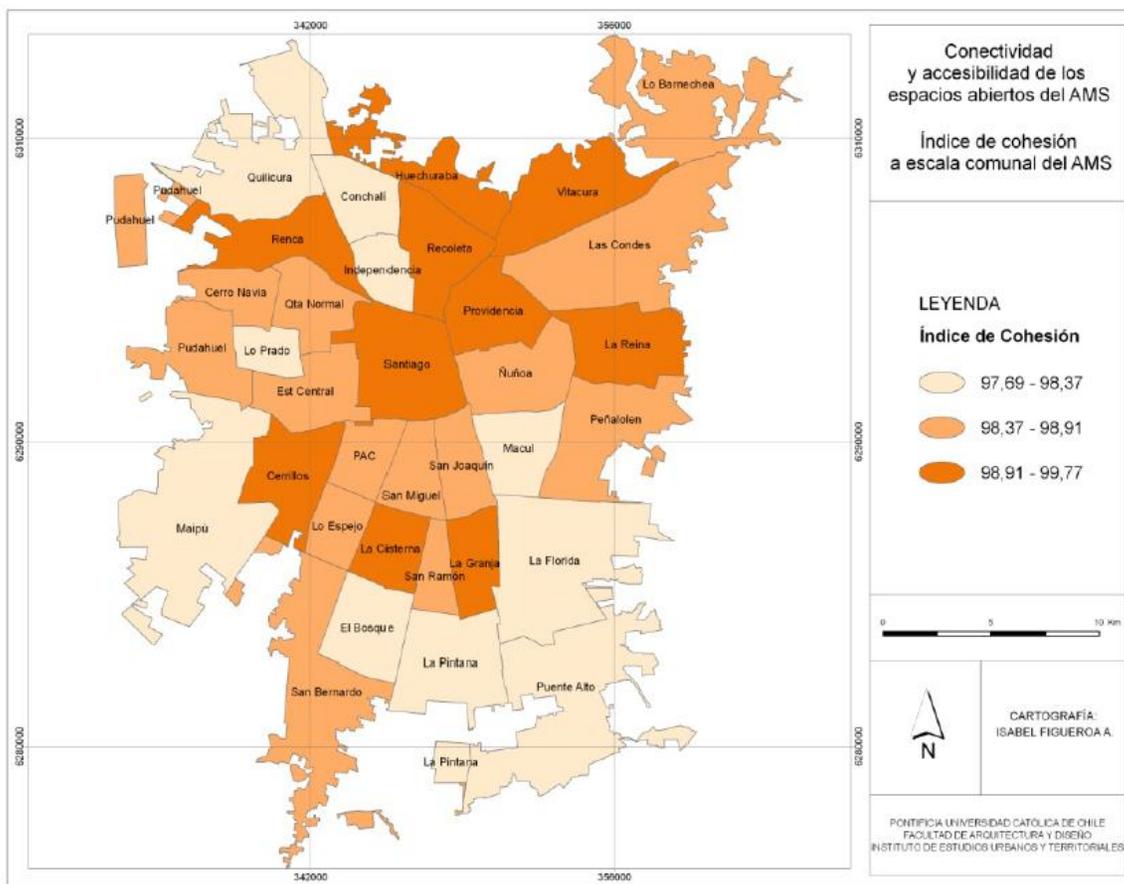


Figura 4.5: Conectividade e Acessibilidade de espaços abertos na AMS

Fonte:ALDUNCE, 2008

Na tabela 4.2, os valores são dados em  $m^2$ , para as comunas com menor e com maior concentração de áreas verdes. O valor de PLAND quantifica a cada classe dentro da área total, os valores mais altos indicam haver um tipo restrito de área verde, e os valores mais reduzidos indicam que há maior dispersão. Ressaltando novamente que comunas com PLAND mais reduzido indicam que pode haver maior acessibilidade por parte dos cidadãos e maior conectividade para transição de fauna e flora, sendo uma qualidade positiva à preservação ambiental, especialmente em meio urbano.

As comunas que superam  $9m^2/hab$  são Santiago (9,5), Huechuraba (11,4), Renca (17,8), Providencia (18,1), Cerrillos (18,8), La Reina (19,7), Recoleta (19,8) e Vitacura (56,2), enquanto as comunas menos favorecidas são El Bosque (1,8), Cerro Navia (2,2), La Pintana e Quinta Normal (2,4), Independencia e Lo Espejo (2,7). (ALDUNCE, 2008).

Os 11.851 polígonos de áreas verdes foram classificados por estado: bom, ruim, perdido (que foi substituído por área construída desde o cadastro de 2006) e recuperados (que não existiam em 2006 e hoje se consolidam com uma densidade de vegetação que a configura como área verde). A classificação pela qualidade das áreas verdes por comuna, expressa nas tabelas 4.2 e 4.3 acima, tem relação com a superfície de áreas verdes em cada comuna, e o fato é que o setor oriente da AMS concentra as maiores porcentagens de área verde, enquanto as comunas com menor superfície de área verde se localizam no centro, no norte e no sul (ALDUNCE, 2008).

As áreas verdes em pior estado não cumprem sua função como aporte à população desde o ponto de vista por seu uso recreacional. Em algumas comunas, apesar de haver significativas áreas verdes, essas não causam valoração ambiental, exatamente por sua má qualidade, e ainda geram uma sensação de insegurança e de descuido.

Menores concentraciones				Mayores concentraciones			
Comuna	CA		PLAND AMS	Comuna	CA		PLAND AMS
	m <sup>2</sup>	Ha			m <sup>2</sup>	Ha	
Renca	90.395,0	9,0	0,3	Santiago	1.871.437,0	187,1	6,8
La Cisterna	105.122,4	10,5	0,4	Las Condes	2.127.969,6	212,7	7,7
Independencia	119.768,4	11,9	0,4	Providencia	2.173.388,2	217,3	7,8
Lo Espejo	127.910,9	12,7	0,5	Recoleta	2.297.489,7	229,7	8,3
San Miguel	152.280,0	15,2	0,5	Vitacura	4.327.505,7	432,5	15,6

Tabela 4.2: Classificação das áreas verdes de Boa qualidade

Fonte: ALDUNCE, 2008

Menores concentrações de polígonos de áreas verdes em boa qualidade situam-se nas comunas de Renca, Cisterna, Independência, Lo espejo, que são as comunas que concentram a população de baixa renda, já as maiores concentrações de comuna em boa qualidade são as comunas onde se concentra a população de mais alta renda.

Isso está associado à autonomia financeira de cada comuna sobre a decisão de revitalizar parques ou construir novas creches, portanto, as comunas mais ricas, com demanda de recursos básico já suprida, pode investir em qualidade ambiental, considerada secundária.

Menores concentraciones				Mayores concentraciones			
Comuna	CA		PLAND AMS	Comuna	CA		PLAND AMS
	m <sup>2</sup>	Ha			m <sup>2</sup>	Ha	
Providencia	9.986,5	0,99	0,1	La Granja	635.884,5	63,5	5,9
Santiago	40.159,4	4,01	0,4	Cerrillos	643.595,6	64,3	6,0
Independencia	54.047,7	54,04	0,5	Maipú	681.823,0	68,1	6,4
Lo Barnechea	57.711,6	57,71	0,5	Puente Alto	848.832,0	84,8	7,9
San Miguel	61.810,3	61,8	0,6	Renca	2.292.347,0	229,2	21,4

Tabela 4.3: Classificação das áreas verdes de má qualidade

Fonte: ALDUNCE, 2008

Para avaliar as comunas que teriam maior ou menor conectividade com áreas verdes, Aldunce (2008) utilizou do índice de coesão, com o qual se identifica um padrão de concentração das áreas verdes. O índice de coesão (IC) permite estabelecer o grau de conectividade existente entre as áreas verdes, quantificando a conectividade das manchas de vegetação urbana expressa em termos da continuidade dos parques de uma mesma classe, útil para avaliação se há ou não um padrão de distribuição.

Esse índice faz referência a distribuição das manchas, quanto mais agrupada estiver a mancha de vegetação, maior será, portanto, em comunas com índice de coesão mais elevado, as manchas estão perto uma das outras, o que implica em dizer que os parques tem maior conectividade. Esse índice alude as condições da paisagem e se refere somente à conectividade física e não tem relação com conectividade funcional, para o qual se requer informações mais detalhadas, por exemplo, para definição de corredores biológicos, condições de isolamentos de avifauna dada a proximidade de grandes vias de circulação, ou entorno verticalizado. O índice de coesão varia de 0 a 1, quanto mais alto o valor, maior a proporção de áreas verdes (ALDUNCE, 2008).

Apesar da diferença de número e de superfície, cada comuna tem pelo menos uma área verde, porém, muitas vezes reduzida e que não atuam como um grande atrativo. Noventa e um por cento das áreas verdes urbanas de Santiago são menores que 5.000 m<sup>2</sup> (PACKE e ALDUNCE, 2010), configurando pequenas praças nos entremeios do urbano, consolidadas dessa forma pela política urbana, que favorece a proliferação desse tipo de área, pois estas atuam como áreas de controle, como espaços de fuga em caso de sismos. Essa distribuição, em pequenas praças, parece indicar grande acessibilidade e equidade de acessos à natureza, porém, não é exatamente assim.

Segundo informações do Observatório Urbano (com informações do MINVU), predomina IAV/hab menores que 9m<sup>2</sup>/hab, apenas Lo Barnechea (9,0 m<sup>2</sup>/hab) e a Santiago (9,78m<sup>2</sup>/hab.) superam o valor idealizado. As comunas menos favorecidas se localizam em diferentes pontos da AMS. A comuna de Macul possui o menor valor de IAV/ hab (0,68 m<sup>2</sup>/hab), seguida por Quinta Normal com 0,96 m<sup>2</sup>/hab; Independencia com 1,14 m<sup>2</sup>/hab; Lo Espejo com 1,66 m<sup>2</sup>/hab e La Granja com 1,8 m<sup>2</sup>/hab. Os cinco valores mais altos situam-se nas comunas no setor leste, com a presença das áreas verdes (MINVU, 2012).

Desconsiderando a qualidade das áreas verdes e sua classificação com praças ou parques, que contivessem infraestrutura para recreação, a Secretaría de Planificación de transportes (Sectra) produziu um mapa de acessibilidade cruzando a presença dessas áreas com a infraestrutura de transportes. A acessibilidade das áreas verdes foi definida com base no padrão proposto pela *English Nature* e a Agência do Ambiente da União Europeia, que afirma que "as pessoas não devem viver a uma distância superior a 300 metros de um espaço verde natural de pelo menos 2 hectares" (Handley *et al*, 2003, p. 15 apud REYES e FIGUEROA, 2010).



I. Áreas Verdes  
 Parques metropolitano e intercomunal  
 Implementada  
 No Implementada

II. Influencia Áreas Verdes  
 5 min caminando (330 m)  
 10 min caminando (660 m)  
 15 min caminando (990 m)

Figura 4.6: Áreas verdes da AMS com superfície maior a 2 ha e área de influência de 5, 10 e 15 minutos caminhando

Fonte: FLORES, 2011

As áreas em cinza, na figura 4.6, consideram todas as classes de área verde, com área inferior aos 2ha., na elaboração da cartografia das Áreas Verdes da AMS com superfície maior a 2 ha e área de influência de 5, 10 e 15 minutos caminhando e representa os locais onde a população está mais distante das áreas verdes ou parques públicos. O problema está no setor sul, de classe de renda mais baixa e com menor quantidade de parques públicos urbanos. A população deste setor enfrenta problemas para ter acesso à infraestrutura de qualidade, por viver em região com menor número de parques. Esse dado difere de Aldunce (2008), pois foi dada maior relevância aos parques públicos.

Segundo Flores (2011), arquiteto do governo metropolitano de Santiago, as famílias massivamente erradicadas para a periferia das cidades e que vivem em conjuntos habitacionais subsidiados sofrem um detrimento de sua qualidade de vida pela desigual distribuição das áreas verdes (FLORES, 2011). E é para melhorar essas condições de vida que vem sendo elaborado o Plano Metropolitano de Áreas Verdes de Santiago 2012–2021 (FLORES, 2011) que prevê intervenções de principalmente no setor ao sul, como indicado na figura acima, das comunas citadas anteriormente, sendo as comunas de San Ramon, Pintana e La Granja as áreas mais propensas às intervenções para implementação de áreas verdes.

Como dito anteriormente, os parques urbanos são importantes elementos da estrutura urbana, pois, de acordo com sua distribuição, tamanho e acessibilidade possuem funções sociais, ecológicas, educativas, estéticas e psicológicas. Para que atuem cumprindo essas funções, como espaço público com função social, é essencial a acessibilidade a essas áreas. No caso de Santiago do Chile, revela-se uma má distribuição desses espaços de natureza na malha urbana, sendo seu acesso bastante restrito, especialmente pela distribuição desigual de áreas verdes entre as comunas.

A maior densidade de áreas livres para serem transformadas em parques está nas bordas, na periferia urbana, nas áreas pré-cordilheiras, pois, no urbano adensado, os últimos remanescentes de áreas verdes estão na periferia urbana, em locais que não sucumbiram a urbanização. A acessibilidade ao verde, para a população que habita as áreas centrais se dá em parques, com infra-estrutura urbana adequadas, manejos de espécies, áreas muito preservadas, porém com acessibilidade restrita.

A distinção dá-se porque as comunas que possuem índice de conectividade mais elevado se caracterizam por ter um elevado número pequenas áreas verdes e, portanto, são as que apresentam melhor conectividade, pois possuem pequenos fragmentos de áreas verdes desconexas que permitem maior acessibilidade que um grande parque público urbano.

Aldunce (2008) analisou mais detalhadamente as comunas de La Pintana, que possui predomínio dos extratos E e D e baixa renda, localizada na zona sul de Santiago. San Miguel, que representa os extratos socioeconômico médio C2 e C3 e a comuna de Vitacura, que concentra o grupo socioeconômico de mais alta renda percentagem.

### **4.3 Espaços de natureza nas cidades**

No imaginário dos cidadãos da província de Santiago, os espaços de natureza nas cidades são considerados os parques públicos urbanos, pois, em Santiago a vegetação, ainda que predominantemente exótica, que se destaca na paisagem urbana está cercada em parques públicos, não havendo grande densidade arbórea em praças, ou fragmentos florestais remanescentes, dada a própria condição na natureza original chilena (FUENTES, *et al.* 1984).

É essencial ressaltar que não há fragmentos de vegetação nativa na província de Santiago, o que se considera como espaço verde, com uma vegetação consolidada, é uma segunda natureza, pensada paisagisticamente e caracterizada predominantemente com uma vegetação exótica<sup>29</sup>. São usadas principalmente espécies de árvores e arbustos exóticos, selecionados os indivíduos que têm uma alta resistência ao estresse hídrico, tanto em seu estado juvenil quanto um adulto (Chilebosque, 2013). E, por conter vegetação, atuam, portanto, como representativos de natureza na cidade para apreciação estética, valorização de qualidade ambiental e também aos seus usos públicos, cumprindo as funções sociais, ecológicas, educativas, entre outras.

Os espaços de natureza com essas funções em Santiago são os parques públicos urbanos com funções estética, educativa, de lazer, social, psicológica e ecológica (NUCCI e CAVALHEIROS, 1996) e atuam como rupturas na paisagem, como bolsões de verde em

---

<sup>29</sup> Como exemplo, algumas das espécies mais utilizadas são *Ceratonia silicua*, *Melia azederach*, *Parkinsonia aculeata* e *Tamarix gallica*, entre outras (Plataforma Urbana, 2012).

meio ao urbano. Sendo áreas estruturadas, geralmente como espaços públicos por sua função social, que se relaciona ao uso pela população, à apropriação, exercendo as funções de contemplação, circulação, para estar, recrear ou praticar esportes. São espaços onde se pode “ver e ser visto por todos”, mesmo que utilizados prioritariamente para o divertimento (pela esfera social) (MACEDO e CUSTÓDIO, 2009).

As propostas e as iniciativas de criação de parques urbanos em Santiago do Chile são antigas. Desde 1992, há o “Programa de parques urbanos”, criado pelo Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano (MINVU), que criou espaços públicos aos níveis nacional e regional. O Programa de parques urbanos também permitiu, ao longo desses 21 anos, resgatar espaços que foram aterros sanitários e foram transformados em áreas verdes emblemáticas de algumas comunas, como é o caso do Parque La Castrina, em San Joaquin e o Parque André Jarlan na comuna de Pedro Aguirre Cerda.

O programa previa que a manutenção desses parques deveria ser realizada pelas próprias comunas e pelo MINVU, no entanto, foi então decidido entregar os parques à administração do Parque Metropolitano de Santiago, com algumas empresas privadas como mantenedoras, com o recurso para manutenção das áreas oriundas de pagamento de passivo ambiental. Os principais serviços são de manutenção de banheiros, irrigação, reposição e conservação de equipamentos, manejo de espécies de plantas, controle de plantas daninhas, adubação e segurança (PMS, 2012).

De forma geral, os parques contam com equipamentos de lazer, como brinquedos para crianças, alguns equipamentos para adultos, banheiros públicos, quadras poliesportivas e algum projeto paisagístico, com árvores exóticas adaptadas ao estresse hídrico, como dito anteriormente.

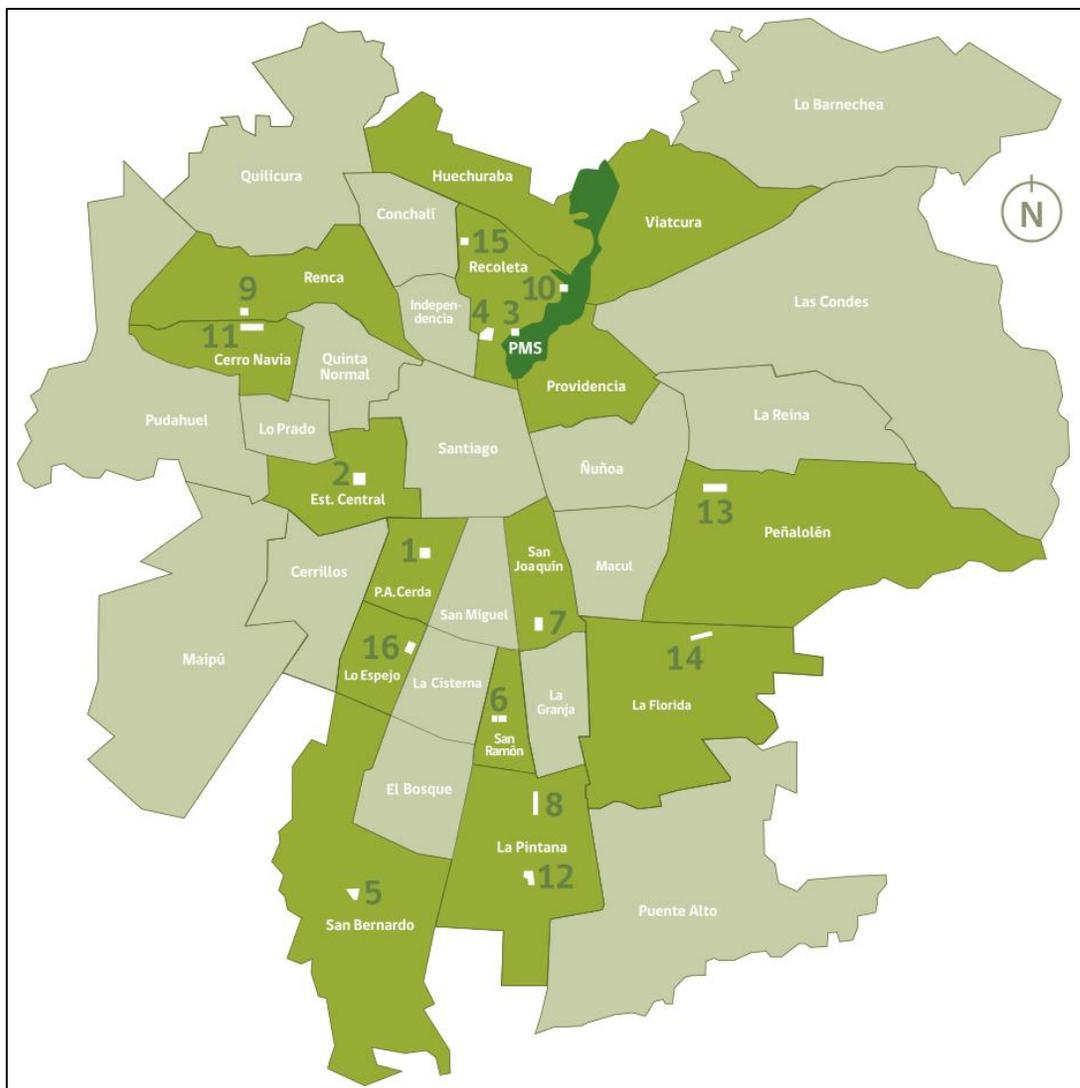
Para ilustrar o que se entende como natureza em Santiago, caracterizamos alguns de seus parques público urbanos.

**O Parque Metropolitano de Santiago** é o maior e mais visitado parque de Santiago, conta com uma área de 722 hectares, e ocupa quatro comunas, Huechuraba, Providência, Recoleta e Vitacura. O parque abriga os montes San Cristobal, (onde situa-se o monumento da Virgem de Conceição, importante marco turístico de Santiago), e também os cerros Chacarillas e o Bosque Santiago (Parque Metropolitano, 2011).

Em 1907, a família de Aguirre Luco, doou 180 hectares de terras para o governo de Pedro Montt. Somente em 1994, por meio do artigo 522 do Plano Diretor Metropolitano de Santiago, o Bosque de Santiago aparece na categoria de Parque Metropolitano definido como área verde pública, acomodando atividades de recreação, esportes, turismo cultural, científico, de lazer e ao ar livre (MIDEPLAN, 2013).

Em 1999, o Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano assinou um acordo com a Unidade de Ecologia de Londres (LEU), da Inglaterra, para desenvolver conjuntamente um centro de conhecimento da biodiversidade (Biodiversidade Centro Darwin) no Bosque Santiago. Em 2003 o Bosque Santiago torna-se o primeiro Centro de Educação Ambiental urbana no país. Com uma série de programas, como trilhas educacionais de diferentes níveis de educação formal, oficinas e palestras de educação ambiental direcionado principalmente para os professores da AMS.

Esse centro de educação ambiental também é responsável pela gestão, manutenção e conservação da rede de 16 parques urbanos, localizados na imagem 4.7 abaixo, localizados em 12 comunas da Área Metropolitana, o que representa uma área aproximada de 150,1 hectares. Esses parques, geridos pelo Parque Metropolitano de Santiago, estão pontuados na figura 4.7.



- |   |                             |
|---|-----------------------------|
| <b>1</b> André Jarlán                       | <b>9</b> Mahuidahue         |
| <b>2</b> Bernardo Leighton                  | <b>10</b> Mapocho Poniente  |
| <b>3</b> Parque Bicentenario de la Infancia | <b>11</b> Mapuhue           |
| <b>4</b> Cerro Blanco                       | <b>12</b> La Platina        |
| <b>5</b> Cerros de Chena                    | <b>13</b> Peñalolén         |
| <b>6</b> La Bandera                         | <b>14</b> Quebrada de Macul |
| <b>7</b> La Castrina                        | <b>15</b> Santa Mónica      |
| <b>8</b> Lo Varas                           | <b>16</b> Violeta Parra     |

Figura 4.7: Distribuição dos Parques Públicos Urbanos sob gestão do Parque Metropolitano de Santiago

Fonte: Parque Metropolitano, acesso em 2011. Organizado por Cisotto, 2013

Os parques sob gestão do Parque Metropolitano são encontrados em toda província de Santiago em áreas com elevado déficit de áreas verdes e áreas de lazer, bem como de elevados valores de densidade populacional e risco social. O papel desses parques é essencial para melhorar a qualidade de vida dos moradores dessas comunidades.

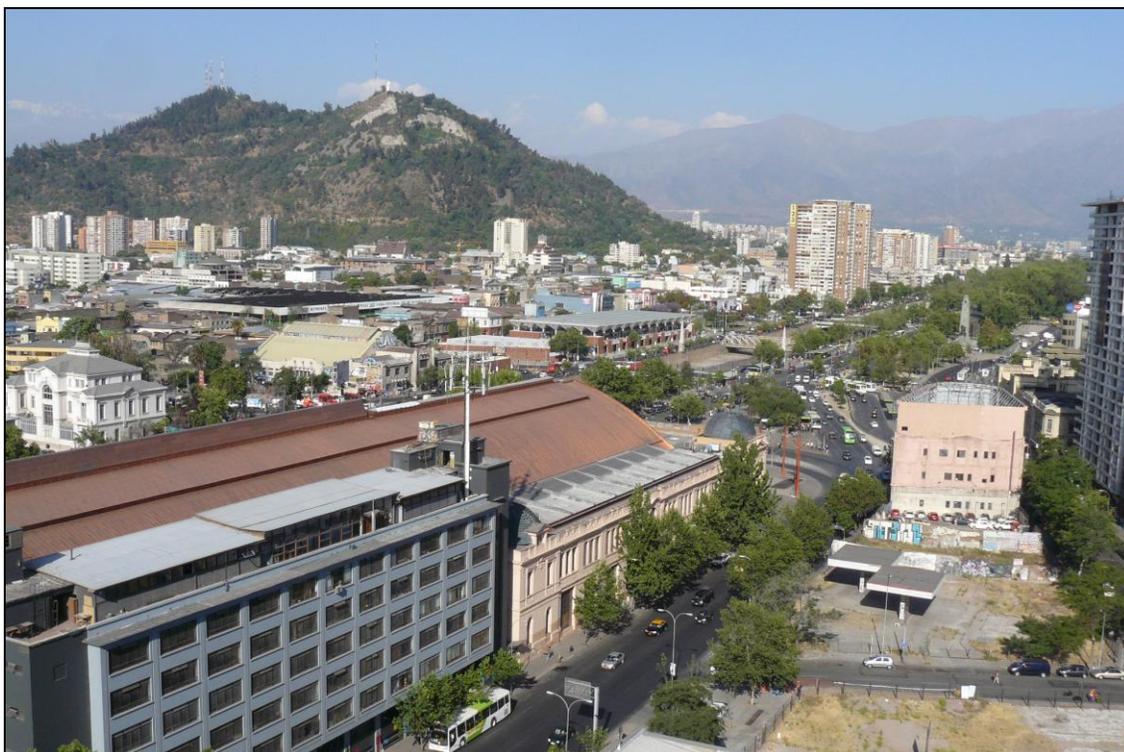


Figura 4.8: Parque Metropolitano de Santiago

Fonte: CISOTTO, 2011

O morro a noroeste da figura 4.9 é o Cerro San Cristobal, observe a dimensão da área e seu entorno bastante adensado e a linha de arborização urbana ligada à via Libertador Bernardo O'Higgins, é o Parque Florestal. Merece destaque o fato de que a área mais significativa do Parque Metropolitano, contabilizando mais de 500 hectares, é o Bosque de Santiago (Bosquesantiago, 2013).

Dentre os parques administrados pelo Parque Metropolitano está o **Parque La Castrina**, na comuna de San Joaquin foi instituído pelo Programa de Parque urbano e construído sobre um aterro sanitário O parque é composto por dois amplos arvoredos separados por uma rua com bonita infraestrutura com parque infantil, quadras de jogos,

bancos, iluminação, lixo, bebedouros, trilhas, irrigação por aspersão com água de poço, tanque de armazenamento e equipamentos de bomba. Estrutura de arquibancadas para um pequeno palco, passeios de areia, brinquedos infantis, vendedores ambulantes, entre outros.



Figura 4.9: Parque La Castrina, comuna de San Joaquin

Fonte: Parque metropolitano de Santiago, 2013

O **Parque André Jarlan**, na comuna de Pedro Aguirre Cerda também foi é construído sobre um aterro de material orgânico e tem uma grande área de grama, banheiros, bancos, praça, iluminação, lixeiras, bebedouros, e caminhos de cascalho e gramados, playgrounds, mini pista de patinação, pérgola e lareiras para liberação de gás. Essa reconstrução, de novas áreas verdes sob aterro sanitários, indicam como é elaborada e construída a natureza de Santiago,

O **Parque de Peñalolén**, na comuna de mesmo nome, conta com uma área de 23,45 hectares que inclui um grande lago artificial, brinquedos infantis, gramíneas, trilhas pavimentadas, campos de futebol, aparelhos de ginástica.

O **Parque Bernardo Leighton** na comuna da Estação Central, ocupa 7,2 hectares de ampla área verde com infraestrutura, como banheiros públicos e vestiários, playground, bancos, bebedouros, trilhas, jogos de água, campo de futebol, áreas de vegetação natural, vigia e cachoeira.



Figura 4.10: Parque Peñalolen, comuna de Peñalolen

Fonte: Observatório Peñalolén, 2012

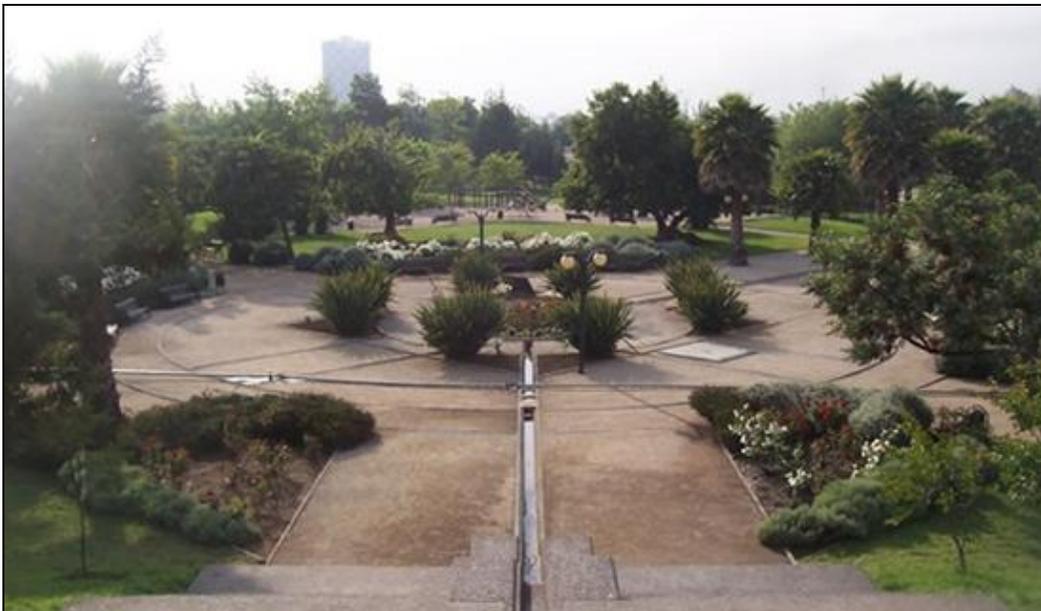


Figura 4.11: Parque Bernardo Leighton, comuna Estación Central

Fonte: Pehuen Áreas Verdes, 2012

O **Cerro Blanco** em Recoleta ocupa 17,3 ha, com vegetação do tipo florestal, gramíneas e caminhos pavimentados, parques infantis, jogos de água, ringue de patinação, campos de esporte, banheiros públicos, anfiteatro e guaritas de seguranças.

O **Cerro Santa Lucía** é um dos principais pontos turísticos de Santiago, localizado na comuna de Santiago, conta com uma área de 0,65 ha, é o ponto onde foi fundada a cidade, situado em área urbana adensada, verticalizada, com alto fluxo de veículos, no ponto central de Santiago.

A história dessa área é relevante para compreender a construção da natureza. Antigamente era um morro sem vegetação chamado pelos indígenas Mapuches de *Huelén*, que significa dor. Ao chegar a Santiago, o conquistador Pedro de Valdivia achou que o morro era um ponto estratégico principalmente na luta contra os Mapuches, e batizou o morro de Cerro Santa Lucia e fundou a cidade de “Santiago de la Nueva Extremadura” em 12 de fevereiro de 1541. O morro foi utilizado como fortaleza durante um longo período de guerras entre as forças leais ao rei da Espanha e os patriotas que procuravam a independência da coroa. O cerro foi reformado no governo de Benjamin Vicuña Mackena, para celebrar o centenário da república, na ocasião foi florestado e adornado com esculturas especialmente trazidas da Europa.

A imagem de ambiente preservado do cerro Santa Lucía impera no imaginário de seus usuários. A população frequentadora do local muitas vezes desconhece a história de que esse era um ambiente sem vegetação.



Figura 4.12: Fotos do Cerro Santa Lucía, comuna de Santiago

Fonte: CISOTTO, 2011

O **Parque Bicentenário** é o mais recente de Santiago, inaugurado em 2011, ano do bicentenário da independência, é um dos grandes projetos feitos pela Câmara Municipal de Vitacura, com área total de 30 hectares em torno do Rio Mapocho. Possui cerca de 4.000 árvores, das quais mais de 1.300 são espécies nativas e diversos arbustos, essa vegetação ainda está emergente. O parque possui dois lagos artificiais, com alguns animais como cisnes de pescoço negro, flamingos e peixes.

O parque tem como núcleo central o edifício da municipalidade da comuna de Vitacura e abriga também uma série de novos usos como um restaurante de altíssimo luxo

em sua borda oriental, e um futuro parque para cegos na sua borda ocidental. Há ainda jogos para crianças e uma grande extensão de grama.

A intensa verticalização do entorno desse parque, como se observa na foto abaixo, com novos empreendimentos de condomínios verticais onde o *marketing* se apropria das benesses da proximidade do parque conferindo a esses novos edifícios, nas bordas do parque, o status de qualidade ambiental. A comuna de Vitacura é uma das mais ricas da província e, de acordo com o site da municipalidade, em <vitacura.cl>, a preocupação com a qualidade ambiental é uma prioridade.

Nas proximidades do Parque Bicentenário e da sede da municipalidade, há um “relógio” que indica os níveis de contaminação por poluentes atmosféricos, outra prática é que a frota de veículos da municipalidade fazem compensação de carbono.



Figura 4.13: Parque Bicentenário, comuna de Vitacura

Fonte: Plataforma Urbana, 2013

O **Parque La Bandera** situa-se na menor comuna de todo o Chile, a comuna de San Ramón. O parque conta com uma grande área de gramínea, fechada por cercas, com seguranças e possui algumas intervenções paisagísticas, com pérgolas, com bastante vegetação. Há um monumento, uma cruz em tela branca, que pode ser observada na figura 4.14, que foi instalada em homenagem à visita do Papa João Paulo II em 1987. O parque conta com equipamentos de esporte para terceira idade e também infantis, bebedouros,

banheiros públicos, vendedores ambulantes. O Parque é muito frequentado, principalmente pela população que habita o entorno do parque.

A ocupação do entorno é majoritariamente para uma população de baixa renda, que habita construções de três níveis, em ruas estreitas e sem pavimentação.



Figura 4.14: Fotos do Parque da Bandeira, comuna de San Ramón

Fonte: CISOTTO, 2011

O **Parque O'Higgins**, localizado na comuna de mesmo nome, foi criado em 1873, é o segundo maior parque de Santiago com área de 7,70m<sup>2</sup>. É uma das zonas mais movimentadas da cidade, há adequada infraestrutura e ainda uma estação de metro que serve o parque. O local é sede das principais atrações da capital metropolitana, dentro do parque há o maior parque de diversões da América do Sul, o Fantasilândia, um teatro a arena La cúpula, observados na figura 4.15



Figura 4.15: Imagem aérea em 360° do Parque O'Higgins

Fonte SKYSCRAPERCITY, 2013

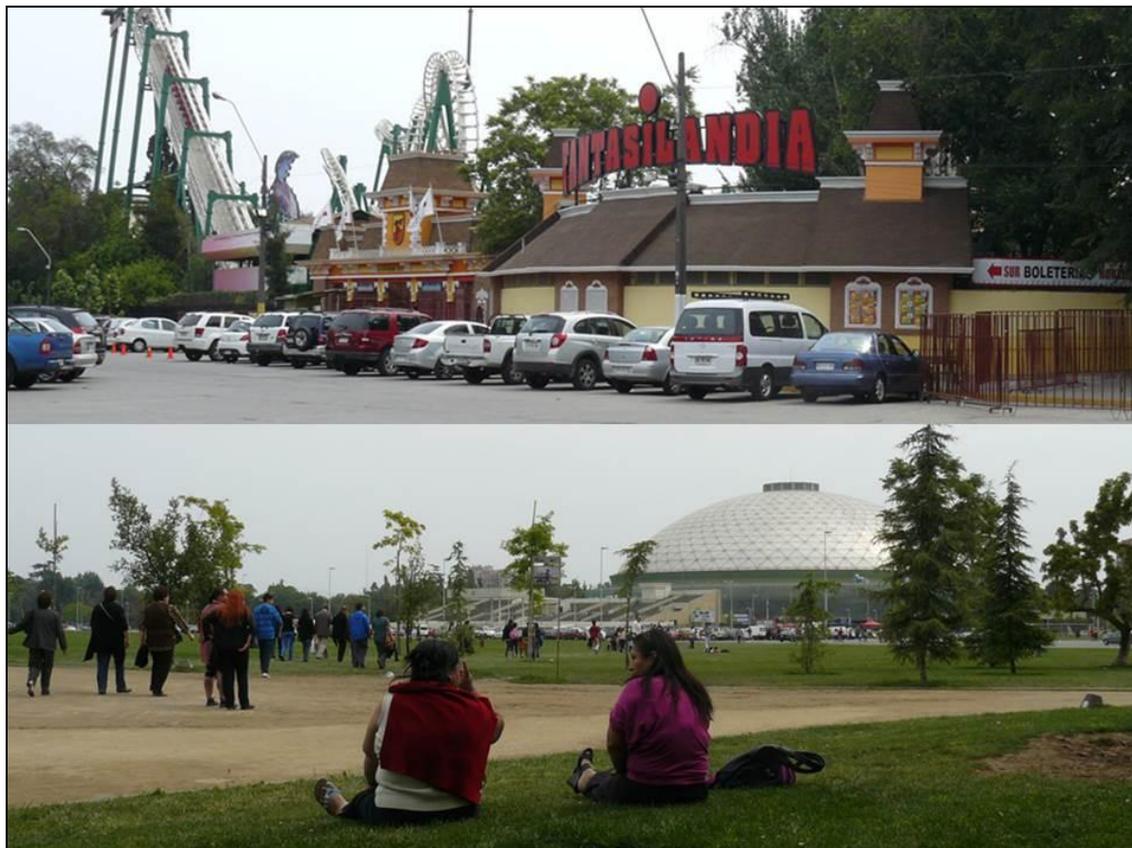


Figura 4.16: Fotos do Parque O'Higgins

Fonte: CISOTTO, 2011

Esses parques urbanos atuam como espaços de vegetação verdes e se tornaram uma referência em defesa do meio ambiente. Esse valor simbólico como referência sobre a natureza advém da degradação e escassez.

Os parques públicos surgem como espaços de natureza, em geral, criados, protegidos, conservados e administrados pelo poder público municipal. Em áreas onde há remanescentes de vegetação nativa, o discurso é o de preservar e de conservar para garantia de uso presente e futuro. Naquelas onde se forja uma natureza, onde se criam elementos naturais capazes de conceber um cenário tido como “natural”, produz-se o discurso do lazer, da qualidade de vida, da qualidade ambiental, utilizando-se de índices como o de área verde por habitante, espaço livre público por habitante, etc, mas que nada expressam além de números generalizados para o conjunto da população.

Na paisagem da província de Santiago, é notável a presença de grandes áreas verdes em espaços públicos, representados pelos bosques, parques e praças. Os parques da Santiago, por estarem sob gestão de cada comuna, são muito limpos e ordenados. Observam-se pessoas trabalhando na manutenção dos jardins, mudas recém-plantadas, constante irrigação, manejo com podas de árvores, funcionários varrendo e recolhendo folhas secas.

A paisagem dos parques é usada como uma forma de publicidade para as administrações locais. De acordo com entrevista com alguns seguranças dos parques, há certa competição entre os prefeitos de cada comuna. A beleza, a limpeza e o uso dos parques são como uma confirmação de uma boa gestão. Essa competição é bastante benéfica, pois sendo o parque preservado, notamos em campo um uso intenso desse espaço pela população. Mesmo no caso do Parque Bandeira em San Ramón, que é uma comuna pobre, o parque está muito bem preservado.

Os discursos do Poder Público e da mídia têm papel-chave na produção de significados e na construção simbólica dos parques. Esses equipamentos urbanos são representados pela mídia como lugares ideais que proporcionam qualidade estética, preservação da natureza, bem-estar, saúde, conservação de patrimônio histórico e ambiental.

Os parques públicos estão na moda nas grandes cidades e, mais do que nunca, a implantação desses espaços é uma unanimidade entre os usuários, ninguém contesta sua importância (SERPA, 2007). Esses espaços atuam como encontro de amigos, descanso, áreas para fazer um lanche, para caminhar com cachorro, fazer exercícios físicos, respirar um ar, relaxar a mente. Esses diversos usos públicos dos parques, têm contribuído para dar prestígio a determinadas áreas da cidade, revalorizando sua imagem (SERPA, 2007). Por isso, os investimentos na implantação de áreas verdes, o Chile tem o programa “*elije vivir sano*”, onde inclui o programa “*elije vivir tu parque*”, onde enaltece a importância e os benefícios de frequentar o parque público, como garantia de bem estar, reforçam a ideia de qualidade de vida urbana e atribui a Santiago uma imagem de cidade equilibrada ambientalmente, preocupada com as condições de vida de seus habitantes<sup>30</sup> (Gobiernodechile, 2013).

Mas como espaços públicos são apropriados e consumidos pela população local? A população da cidade vive e compartilha a qualidade de vida que esse tipo de espaço público proporciona?

Para exemplificar o uso das áreas públicas, apresentamos a Praça Brasil, localizada entre a Avenida Brasil, Rua Huérfanos, Rua Compañía de Jesús e Rua Maturana, que foi inaugurada em 20 de janeiro de 1902. Com o passar dos anos, a praça foi sendo abandonada por um lento despovoamento dessa região central, devido principalmente à expansão da cidade de Santiago. Após o terremoto, em 1985, começou uma reconstrução do setor com a chegada de novos moradores que deram novo impulso a toda a área, que hoje conta com muitos restaurantes e vida noturna. A praça é muito movimentada, possui mesas para tênis de mesa, mesas para jogos de tabuleiros; o parque infantil da praça conta com 22 esculturas inauguradas em 1993, criadas pela artista Fédérica Matta (Figura 4.18).

Muito próximo à praça, existe a Associação de moradores, pode-se observar na figura 4.17 (abaixo), a placa da instituição, onde na porta constam os horários das reuniões.

---

<sup>30</sup> A sequência de anúncios do programa está disponível para visualização em: [http://www.youtube.com/watch?v=NfJDMmDPucE&feature=player\\_embedded&list=PLBesY3uak5TTxR-365zt-\\_K9HpXzt-u3E](http://www.youtube.com/watch?v=NfJDMmDPucE&feature=player_embedded&list=PLBesY3uak5TTxR-365zt-_K9HpXzt-u3E).



Figura 4.17: Fotos do Parque Brasil, na comuna de Santiago

Fonte: CISOTTO, 2011

Em Santiago, como se observa na figura acima e nas figuras de caracterização dos parques de Santiago, constatamos que essas áreas, estão sempre com grande trânsito de pedestres, muitas pessoas que ficam nas praças, e o movimento é o dia todo, até por volta das 23 horas e todos os dias da semana.

O uso por famílias é mais intenso aos domingos, mas durante os dias da semana funciona como espaço de encontro de grupos de estudantes, que ficam lendo, conversando, ouvindo música.

Do ponto de vista social, as maiores áreas verdes permitem diversas atividades, atuando como espaços públicos em geral, facilitando assim a presença simultânea de diferentes grupos etários. A forma, as necessidades de uso de cada grupo, crianças, jovens ou adultos, são diferentes. As áreas verdes mais amplas favorecem a interação entre eles e o bairro, na escala de integração social na comunidade.

A função social desses espaços públicos está diretamente relacionada com a oferta de espaços que possibilitam o lazer, atuando como espaço de convívio para a população, sendo um espaço aberto e para convívio, geralmente com a presença de trilhas para caminhadas, bancos para descanso, *playgrounds*, espaços para manifestações artísticas (TROPPEMAIR *et al.* 2003). A função social está diretamente relacionada ao uso feito pela população (LOBODA E DE ANGELIS, 2005). Essa função social é evidente em grandes parques urbanos, com brinquedos para crianças, onde há espaço para prática de exercícios físicos, onde as famílias frequentam aos finais de semana.

Como observado em campo, em muitos parques havia o uso do espaço como esfera do agir público, como espaço de reuniões das associações de moradores, por exemplo, foi possível também observar em campo os conteúdos sociais desses parques urbanos onde nota-se heterogeneidade de classe social e de idade.

Os parques públicos são espaços de natureza e espaços de convívio, que possibilitam os vínculos e relações sociais, são lugares de sociabilidade e urbanidade, podendo ser vistos ainda “como um espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e na reprodução dos espaços banais e cotidianos” (SERPA, 2007, p. 41).

Para que seja auferida sua função como espaço público, o planejamento das áreas verdes visa “atender a demanda da comunidade urbana por espaços abertos que possibilitem a recreação, o lazer e a conservação da natureza” (MAZZEI *et al.* (2007; p.35), devendo ser dotadas de infraestrutura e equipamentos para oferecer opções de lazer e recreação às diferentes faixas etárias, e localizadas a pequenas distâncias da moradia (que possam ser percorridas a pé)” (MAZZEI *et al.*, 2007). Essa acessibilidade, além de física está estreitamente vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física dos espaços públicos urbanos, pois a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, referindo-se à apropriação social dos espaços públicos urbanos (SERPA, 2007, p.16).

#### 4.4 Necessidade de natureza

Os parques urbanos, em muitos casos, constituem uma natureza desvincilhada do natural, uma natureza socializada. Nem sempre significam uma representatividade relevante de natureza, ou melhor, de vegetação. Mas o ícone, imagem da mata, da praça, do parque, a imagem da cidade são transformados em mercadoria pelo modo de produção. Constituem alegorias, simulacros no espaço e no tempo. Representam um tipo de equipamento urbano, pensado, projetado e executado no plano político e econômico, voltado ao discurso da estética urbana e da conservação/preservação da natureza.

Um equipamento urbano que altera a dinâmica de produção, reprodução do espaço e de valorização do lugar, e por isso não pode ser compreendido apenas como simples elemento na paisagem.

A atual e crescente preocupação com a qualidade de vida, a preocupação com a saúde e com o meio ambiente, incorpora o interesse no contato com as áreas de vegetação. Esse interesse pode ser compreendido como uma nova forma de preocupação sanitária, com enfoque na qualidade de vida e do bem-estar. Há interesse crescente por viver nas proximidades de uma área verde e por isso são também crescentes os investimentos para implantação de áreas verdes nas cidades ao redor do mundo.

Em Santiago, a necessidade de “natureza” é evidenciada pela requisição de criação de parques públicos, em movimentos organizados por associação de moradores das comunas, também evidenciado em algumas intervenções artísticas nos parques, como pinturas de árvores em postes de concreto, algumas ações públicas como o *Parking day* e os diversos sites e *blogs* de projetos desvinculados ao poder público como o (“Cerros islas”, “Por um Chile verde” e “Peñalolén cresce verde” citados no capítulo 3).

Os parques funcionam como um “espaço de natureza” na ruptura da “selva de pedras” funcionando como ambientes para fuga do ritmo urbano, onde é possível o resgate do contato com a natureza dentro das cidades. De forma geral, temos que apesar das inúmeras funções das áreas verdes, a sua oferta é muito pouca em relação à procura. Apesar de os parques públicos urbanos serem bastante utilizados, ainda há uma demanda não suprida. A principal questão é que a população cresceu e as áreas destinadas ao lazer não.

Em pesquisas realizadas pelo MINVU, mais de 70% dos habitantes da comuna de Santiago foram consultados sobre as particularidades de viver em sua comuna, ressaltando principalmente as deficiências que afetavam sua qualidade de vida. Ao serem questionados sobre quais eram os problemas mais importantes de sua comuna, a falta de áreas verdes foi de longe identificada como o problema mais comum. A demanda social por áreas verdes está explícita, tendo sido relatado por sete em cada dez moradores da área metropolitana. Os outros problemas relatados são: ruas e veredas sem pavimentação, muros com pichações, inundações, destruição do patrimônio, contaminação do ar, ruído, presença de pragas, lixo e coletores de água (bocas de lobo) irregulares, mau odor, congestionamento veicular e esgoto (MINVU, 2013), conforme gráfico 4.3 (abaixo).

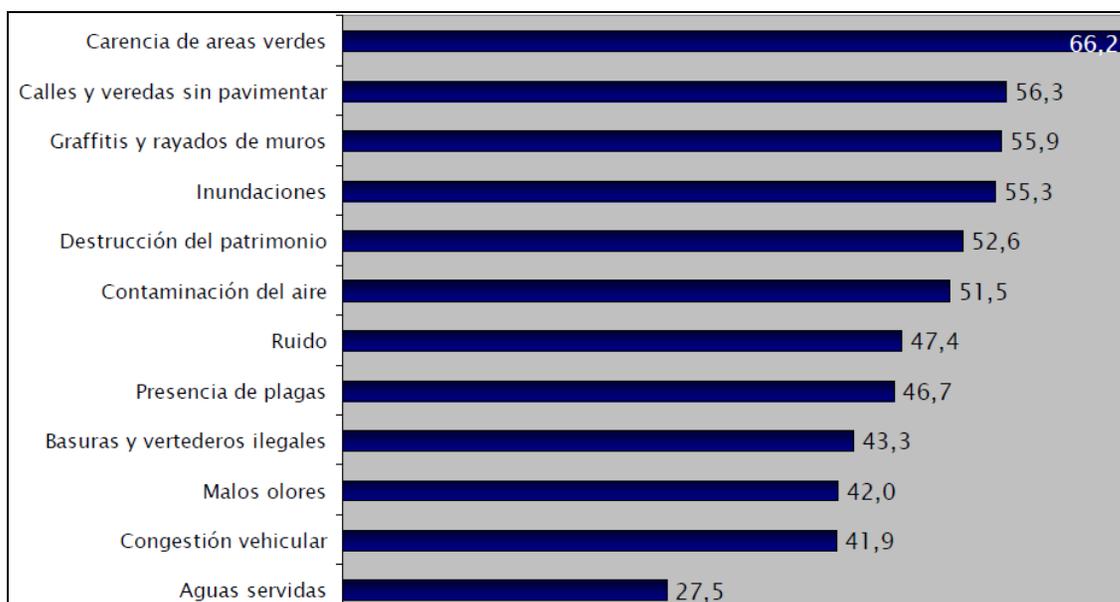


Gráfico 4.3: Quais os problemas mais importantes de sua comuna

Fonte: MINVU, 2013

E ao relacionarmos a expansão urbana e o consumo de verde urbano, podemos entender a natureza como mercadoria, por sua raridade. A natureza na cidade se torna atrativo por sua raridade, aparecendo como produto de uma formação de consciência ecológica. O consumo da natureza só emerge quando há valorização da paisagem natural. A associação dessas paisagens com qualidade do ar, de água e de vida permite o aproveitamento dessa consciência ecológica pelo mercado imobiliário. O consumo da

natureza, rara, é explorado pelo mercado imobiliário, e o interesse na natureza passa a ser biocêntrico<sup>31</sup>, para uso e contemplação.

A população aprova a implantação dos parques, mas enfrenta problemas para ter acesso à infraestrutura de qualidade, por viverem em região com menos parques. A implantação dos parques valoriza os imóveis localizados no entorno, promovendo a expulsão da população pobre para novas periferias. A massa de população se localiza em áreas distantes do centro e vão paulatinamente deslocando-se quando estas áreas têm melhoria em sua infraestrutura. Os primeiros ocupantes são desalojados quando o terreno adquire um preço comercial interessante. É comum que pessoas sem acesso às condições adequadas e expostas a condições de risco no processo da produção do espaço ocupem essas regiões de preservação ambiental; além de fixarem sua habitação, estabelecem relações sociais cotidianas, que incluem a nova adaptação da cultura e do lazer.

Nesse contexto, a natureza se torna iconográfica no cotidiano urbano. O meio ambiente como natureza-espetáculo substitui a natureza-histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a Natureza cibernética ou sintética substitui a natureza analítica do passado (SANTOS, 1992). A natureza urbana passa a ter novos sentidos para um homem sociologicamente urbano.

No urbano disperso, a maioria dos grandes parques públicos está nas áreas mais centrais e não supre a demanda da população. Essa demanda se evidencia em mobilizações públicas como o *Park(ing) Day Movement*, movimento internacional que busca evidenciar a demanda por mais espaços de lazer vegetados para a população.

Trata-se de uma intervenção artística temporária, de ocupação de vagas de estacionamento para automóveis. Moradores se organizam por redes sociais e optam por um local e data exata, para fazerem duas intervenções. As vagas são ocupadas com usos de parques públicos, espaços que remetem sempre a um espaço para estar, com bancos, guarda-sóis, vasos de plantas, evidenciando a necessidade de uma praça pública. Em 100% dessas intervenções existem elementos vegetais, usualmente colocam gramado sintético (ParkingDay, 2012). (Figura 4.18)

---

<sup>31</sup> O biocentrismo é uma concepção de vida, não sendo a oposta ao antropocentrismo que tem a humanidade como o centro da existência. O biocentrismo defende que há deveres diante da manutenção das formas de vida, da natureza, além da humanidade.



Figura 4.18: Parking Day em Santiago do Chile

Fonte: Parkingday, 2012

Historicamente as áreas verdes são o centro dos acontecimentos políticos e das festividades religiosas, de atos cívicos e sociais. Nos finais de semana, moradores da zona urbana dirigiam-se às praças, pois ali havia diversão, o lazer de outras épocas e encontros. De maneira geral, com o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado (CHAUÍ, 1992).

Os parques públicos urbanos de Santiago são bastante preservados, com intensidade de usos, porém concentrados nas áreas mais centrais e de acessibilidade restrita, com a expansão urbana espalhada que caracteriza a cidade moderna, com a intensificação nos números de vias, a natureza nas bordas da cidade é apropriada de forma diferente. Os históricos parques públicos se mantêm preservados, mas nos novos bolsões de habitação em comunas periféricas a natureza é absorvida à malha urbana de forma bastante particular, configurando áreas de exclusividade como veremos no capítulo 5, a seguir.



## Capítulo 5: Dinâmica imobiliária e incorporação do verde nas cidades

O presente capítulo apresentaremos a dinâmica imobiliária recente na Província de Santiago, que se caracteriza pela concentração dos imóveis de maior preço nas regiões central caracterizada por intenso adensamento urbano, com verticalização onde a natureza representada por poucos, porém, grandes e adequados parques públicos urbanos. E no eixo do setor nordeste, como visto na distribuição dos grupos socioeconômicos, que será priorizado nessa análise, para a compreensão da apropriação da natureza de forma individualizada, se opondo aos históricos parques públicos de Santiago.

Em Santiago, a população convive com todos os problemas enfrentados pelas demais metrópoles da América Latina que vão de segregação espacial, de poluição, de escassez de natureza, consequência de um histórico de crescimento urbano intenso e com forte predominância do mercado imobiliário como o principal modelador do espaço urbano.

As características da urbanização seguiram as determinações históricas, afinal, como um país colonizado, exportador de matéria prima para a metrópole espanhola, segundo aquilo que MORAES (2000) descreve como modelo ibérico de desenvolvimento geográfico. Mais recentemente, principalmente a partir dos anos 2000, com o processo de globalização, flexibilização dos mercados e a financerização da economia a dinâmica do espaço urbano vem atendendo a novas determinações (cidade difusa e dispersa). Neste processo recente, o verde urbano vem sendo também incorporado na produção e na reprodução do capital, no caso, com agregação de valor na natureza, produzida por incorporadoras imobiliárias, aumentando a segregação socioespacial.

A expansão urbana direcionada pelas vias de acesso, caracterizada pela difusão e dispersão polinuclear, caracterizada anteriormente se associa o apelo pela busca de melhores condições de infraestrutura, de acessibilidade, segurança, privacidade e a qualidade de vida, associada a presença da natureza, e/ou a distância do *smog* de poluição, que no caso de Santiago é um elemento que facilita a incorporação do verde, e do benefício da qualidade ambiental no preço dos lotes. Existem eixos a que são atribuídos os elementos que revalorizam e reestruturam as cidades citados acima, sendo ainda a natureza uma particularidade exatamente por sua raridade no espaço urbano adensado.

A figura 5.1 apresenta dados sobre os preços de novos imóveis, para os anos de 2007, 2008, 2009 e 2010. Com a progressão temporal da localização dos imóveis de maior preço de mercado, há a manutenção desse eixo centro-nordeste para a população de mais alta renda, das classes ABC1, como expresso na figura 3.19. A concentração da população de alta renda no setor nordeste segue se intensificando<sup>32</sup>.

As informações imobiliárias mais recentes disponíveis são dos preços das habitações de janeiro a março de 2012. Seguindo o padrão da figura 5.1, a figura 5.2 espacializa a densidade de habitações de preço mais elevados e indica bolsões na cor vermelho mais escura entre as comunas de Vitacura e Lo Barnechea no final da via Costanera Norte. O preço mais elevado nessa região deve-se à proximidade do Cerro Alvarado<sup>33</sup> e também à concentração de pequenos serviços já consolidados, como escolas, hospital e centros comerciais.

O preço médio dos imóveis mais caros (em vermelho), em fevereiro de 2012, custavam por volta de R\$ 6 milhões, e os imóveis mais baratos (em amarelo) custavam por volta de 90 mil reais<sup>34</sup>.

A área indicada em tons mais fortes de vermelho são as áreas de expansão urbana recente da população de mais alta renda. Para interpretação de como se dá a apropriação da natureza nessa região, estabelecemos uma caracterização das ocupações urbanas.

---

<sup>32</sup> Em julho de 2010, 1 UF = 21.207,81 pesos chilenos. Os imóveis de menor preço valiam de 0 a 968 UF, equivalendo a 20.768.972,4 pesos chilenos. 1USD= 545 pesos, portanto os imóveis mais caros valiam 39.409,75 dólares. O imóvel de maior preço (68.000 UF) valiam 1.442.131.080 pesos, equivalentes a 2.646.112,07 de dólares.

<sup>33</sup> Ressalta-se a importância dos cerros, e os projetos de revitalização como pontuado anteriormente, onde é possível se manter além dos níveis de poluição.

<sup>34</sup> Em 2012, 1 UF valia 22.840,75 pesos, portanto os imóveis de maior preço (71.145 UF) equivaliam a 1.625.005.158,75 pesos. Sendo, 1dólar = 545 pesos, preço dos imóveis mais caros valiam 2.981.660,84 de dólares. Sendo, 1USD= 1,9887 reais, valiam 5.929.628,91 reais. Os imóveis de preço mais baixo (990 UF) equivaliam 22.612.342,5 pesos, ou 41.490,54 dólares, equivalentes a 82.512,23 reais.

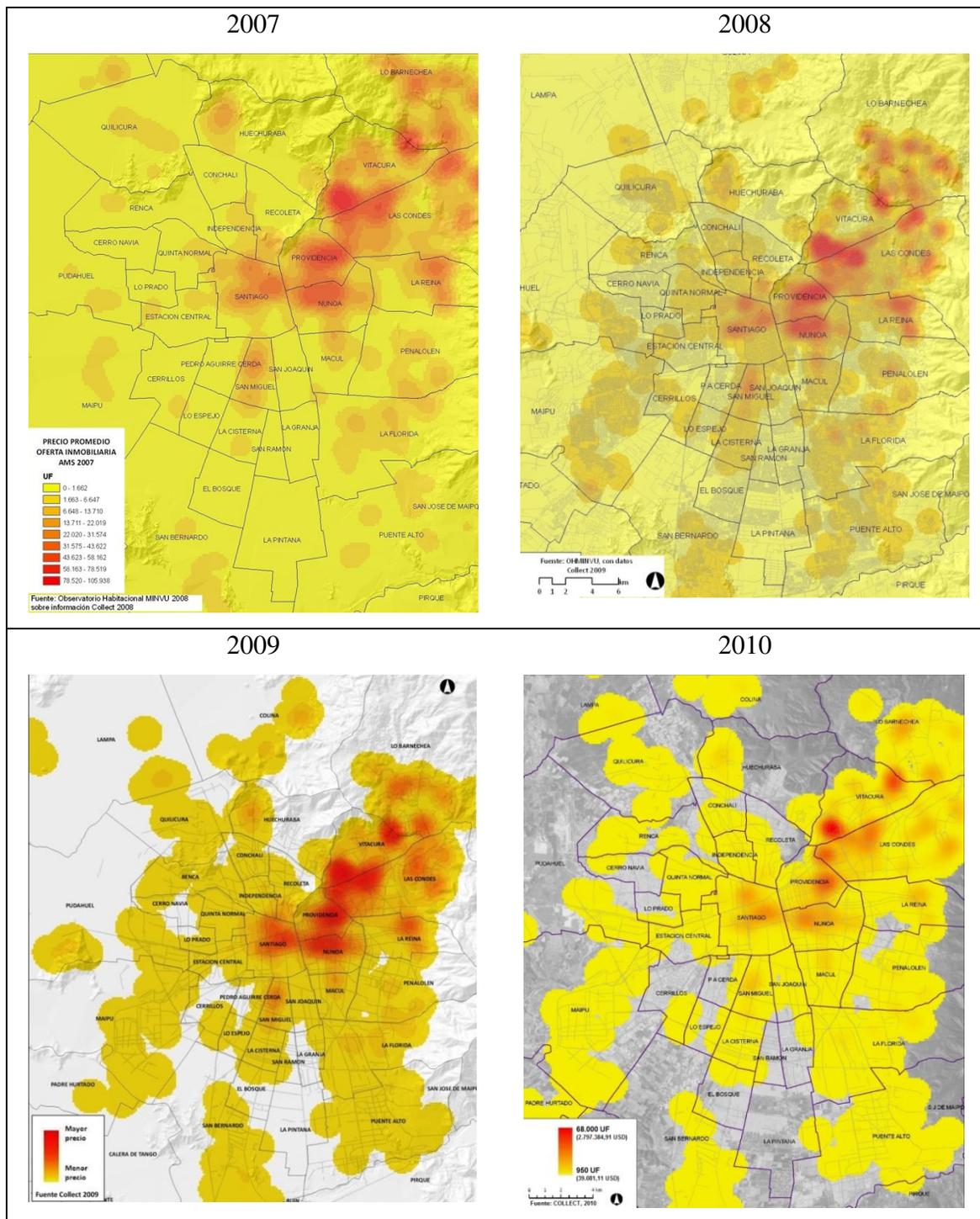


Figura 5.1: Concentração de preços e oferta imobiliária na Grande Santiago (2007/2008/2009/2010)

Fonte: Observatório urbano, MINVU, 2013

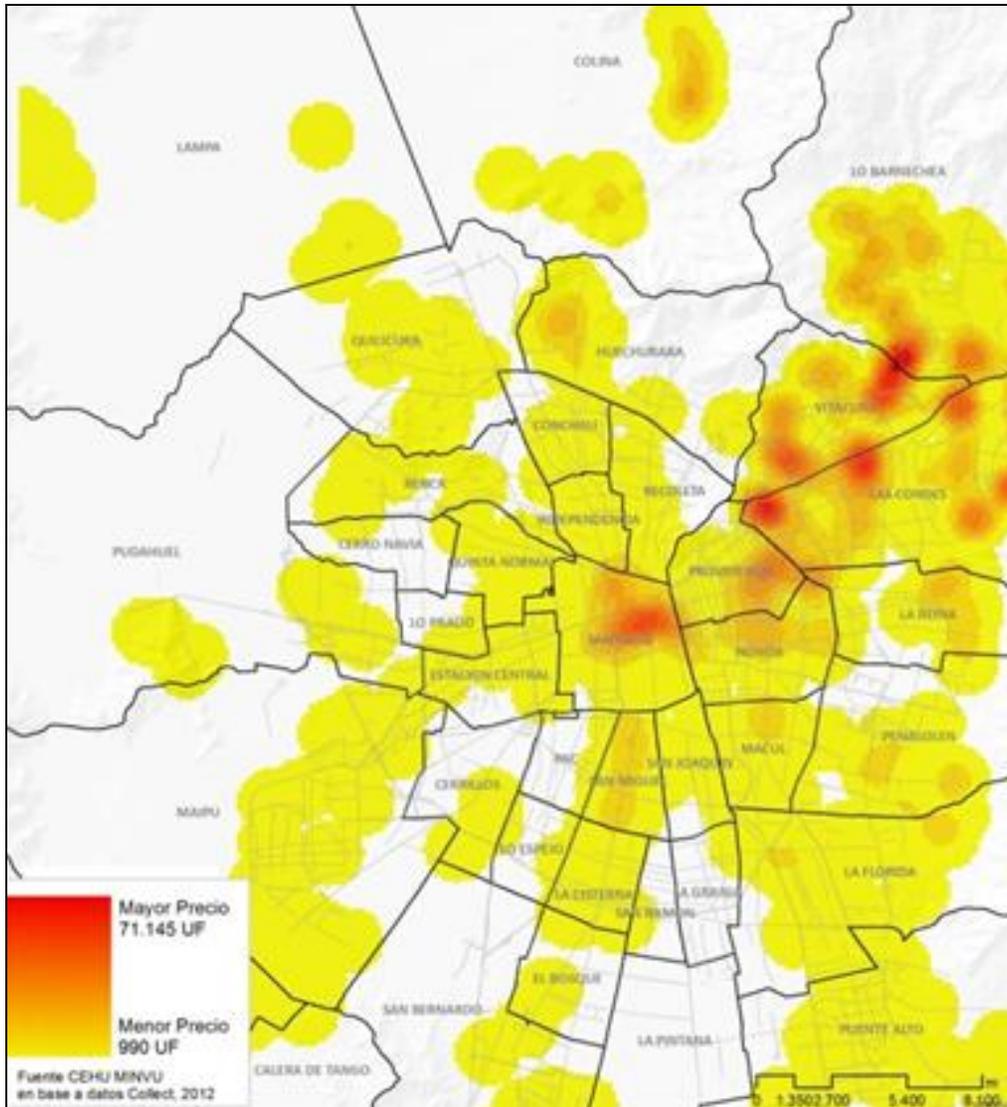


Figura 5.2: Densidade de preços máximos na AMS, janeiro à março de 2012

Fonte: Observatório urbano, MINVU, 2013

A figura 5.3 evidencia a distribuição dos empreendimentos imobiliários de 2007 à 2011. Desde 2007, comprova-se o padrão de ocupações urbanas pontuais, em loteamentos desconexos, característicos da urbanização dispersa em pontos estratégicos da província. Em direção ao setor leste, na pré-cordilheira andina, onde é possível a certa distância do *smog* de poluição, onde a paisagem com neve torna a paisagem mais bucólica, o caminho para as estações de esqui. A cordilheira da costa é preterida em relação à andina, pois suas cotas altimétricas são reduzidas e não há a presença de neve. A paisagem nevada garante

valorização e com isso, o movimento vai se intensificando, com clara expansão no setor leste.

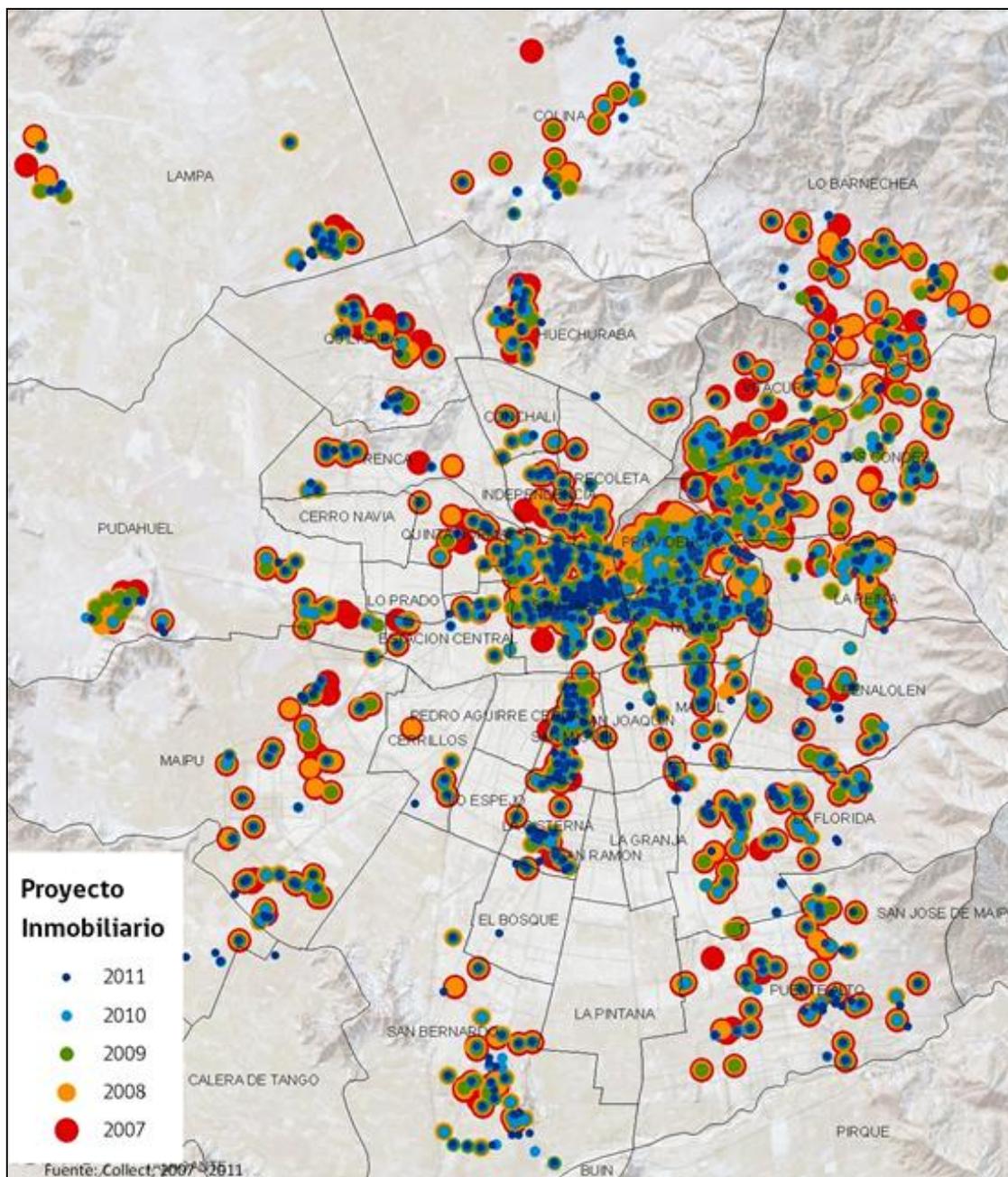


Figura 5.3: Projetos imobiliários na AMS (2007-2011)

Fonte: MINVU, 2013

Ao analisarmos a figura 5.3 sobre a distribuição dos projetos imobiliários instalados de 2007 a 2011, nota-se a concentração em área central, como observado, há nessa região um processo em curso de intensa verticalização, onde as habitações coloniais, que datam do século XIX, vêm sendo substituídas por edifícios de apartamentos em sua maioria residenciais, alguns institucionais e comerciais. Muitos dos imóveis mais recentes, em azul escuro, estão em pontos díspares, longe dos pequenos aglomerados, longe da malha urbana consolidada, característica desse padrão de expansão urbana de policentralidades.

Nota-se certo alinhamento de projetos imobiliários no setor central da província, intensa de ocupação para todos os anos, que segue a Avenida Vicuña Mackenna. E a expansão coincide com o zoneamento definido como área de reestruturação do centro (o limite leste da zona da região delimitada na figura 5.4, abaixo, corresponde à avenida Vicuña Mackenna). Nesse setor, observamos concentração em linha de novos apartamentos, equivalente a essa substituição dos antigos casarões, como explicitado anteriormente, ainda no capítulo 3, na figura 3.14.

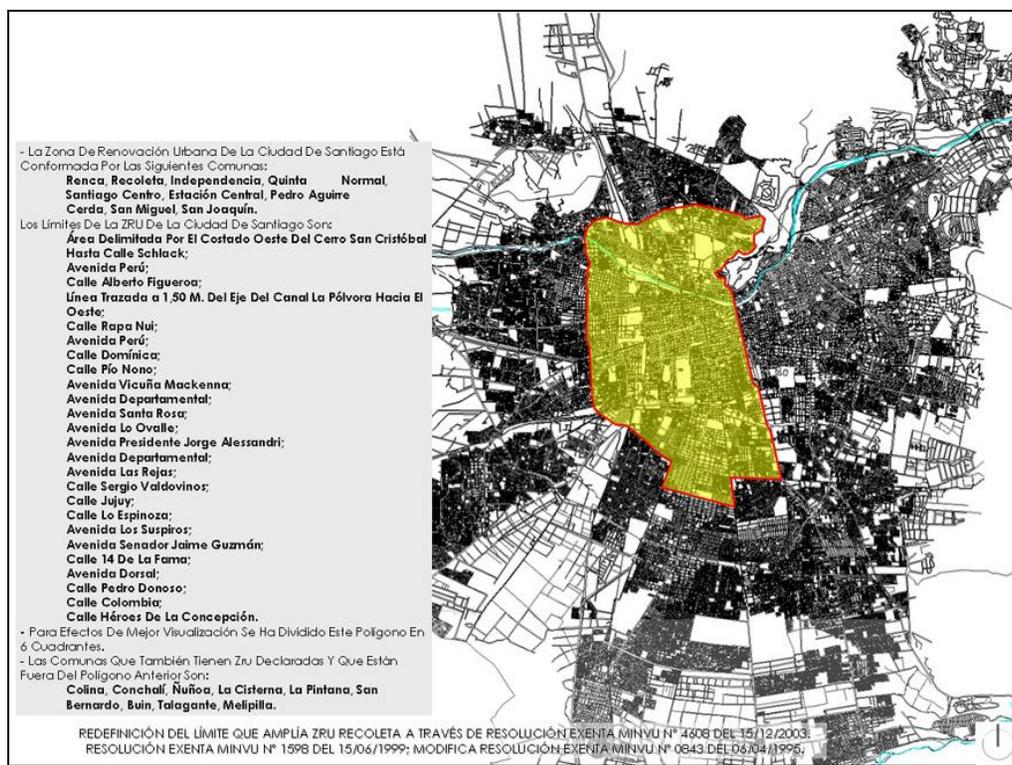


Figura 5.4: Projetos de reestruturação urbana nas comunas centrais de Santiago.

Fonte: MINVU, 2013.

A renovação urbana empreendida, entretanto, não faz parte de um projeto global, são ações pontuais traçadas para a área, que prezam pelo padrão arquitetônico original dessa porção central, e embora esteja conseguindo (re)densificar tal parcela do espaço, há muitas críticas por parte dos moradores, sobre essa reocupação, que afirmam que continuarão a depender do centro para o trabalho, o consumo e o lazer e preveem que haverá desvalorização e possibilidade de nova deterioração da área central.

Observando os dados de 2008 (Figuran 5.5 e 5.6), nota-se uma gradação do preço dos imóveis mais elevados, do verde ao azul, que segue um padrão para a faixa leste, em direção a Cordilheira dos Andes.

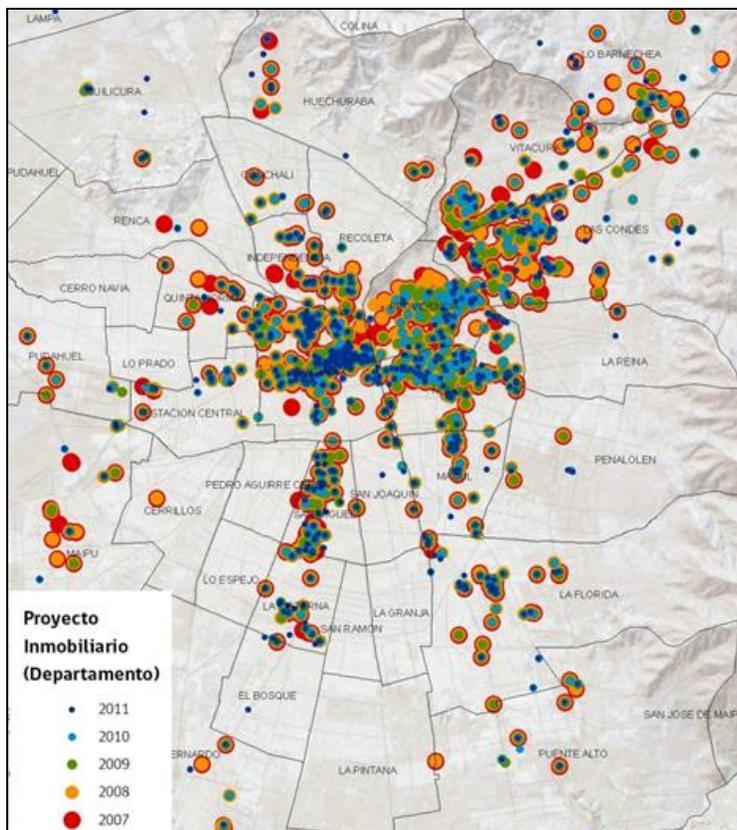


Figura 5.5: Distribuição da oferta imobiliária de apartamentos.

Fonte: MINVU, 2012, com base em Collect, 2011.

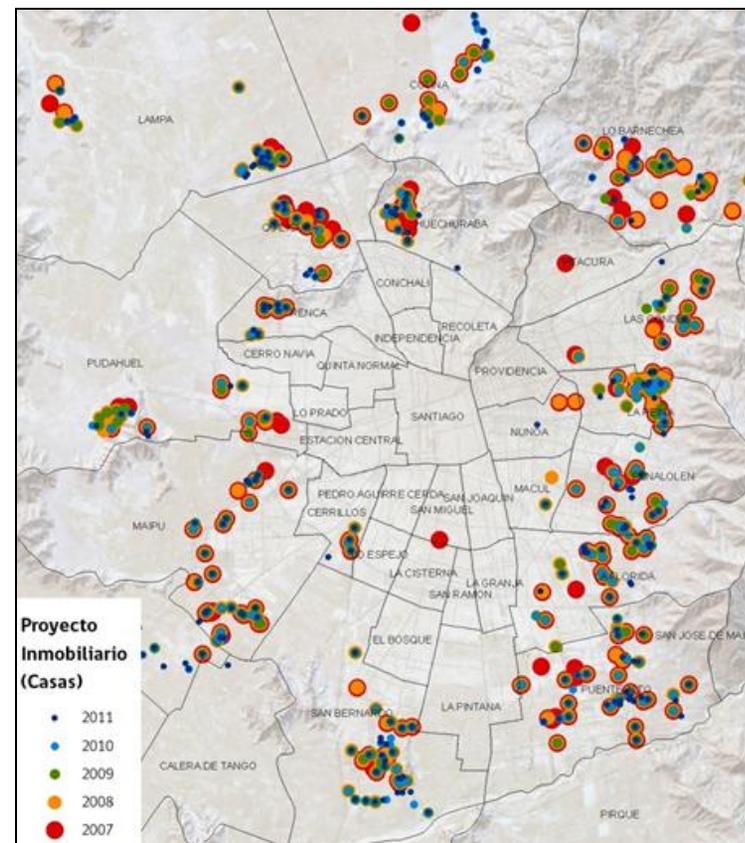


Figura 5.6: Distribuição da oferta imobiliária de casas.

Fonte: MINVU, 2012, com base em Collect, 2011.

Há uma concentração de imóveis de preço mais elevado na comuna de Vitacura nas proximidades do Parque Bicentenario, em um local próximo a Rua Goyenechea de comércio de alto luxo, porém, a maior concentração dos imóveis de mais caros estão na cota pré-cordilheira em Lo Barnechea e Las Condes, na linha de avanço das expansões urbanas sobre a piemonte andino (Figura 5.7). Os loteamentos para as habitações se dão em terrenos planos, mas em algumas regiões nas cotas da cordilheira, estão sendo construídas habitações de dois ou três níveis, com varandas, de custo mais elevado pelo custo de uma engenharia antissismos e em terrenos de grande declividade.

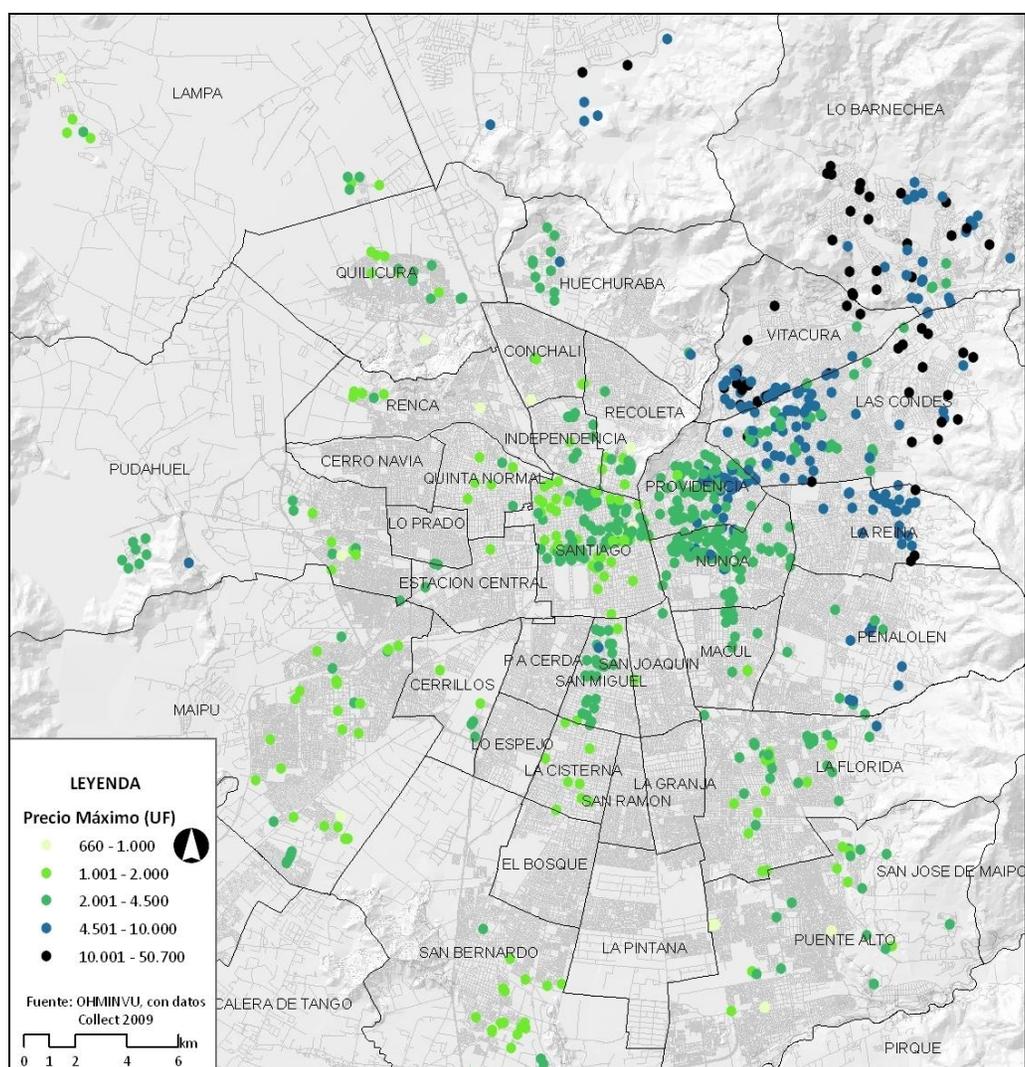


Figura 5.7: Mercado imobiliário privado na Grande Santiago: Preço máximo por projeto (2008)

Fonte: Observatório Habitacional. MINVU, 2013

## 5.1 A natureza na comuna de Lo Barnechea

Para compreensão de como a natureza é construída, apropriada e mercantilizada, assumimos como exemplo uma das comunas da província de Santiago, a comuna de Lo Barnechea. A comuna passa por intensa urbanização, com substituição de áreas livres para residências horizontais de alto padrão, como veremos na caracterização das particularidades desse sítio.

O centro urbano de Lo Barnechea se encontra nas zonas abaixo da cota 1000 m., na bacia do Rio Mapocho e do Vale La Dehesa. Alguns de seus bairros são Los Trapenses (onde se localiza o caminho Queltehue), La Dehesa (do caminho Berna), El Huinganal e os setores de classe média como o tradicional Pueblo de Lo Barnechea, Cerro 18 (predominantemente de habitação popular), San Enrique e El Arrayán.

O padrão de ocupação urbana dessa região é completamente diferente de qualquer outra área de Santiago. Na comuna, há centros de esqui, clube de golf e áreas com passeios para a montanha, em trilhas próximas aos riachos de degelo.

As cotas pré-andinas, em áreas não ocupadas em Lo Barnechea, se caracterizam por uma vegetação (que a primeira vista, parece inexistente) muito rarefeita devido à presença de neve no inverno. Endemicamente existem espécies especialmente adaptadas ao rigoroso excesso de frio e escassez hídrica, o que redundava em características altamente xerófilas, com arbustos baixos, cactáceas bem fixadas ao solo, geralmente de maior perímetro (cactus bola).

É característico desse ambiente as plantas com sistemas radiculares profundos e folhas ausentes ou muito reduzidas. As gramíneas tem um aspecto seco, com folhas duras e finas, para que não segure o gelo. A herbácea predominante é o “ichu” (*Jarava ichu*), um capim que se encontra em quase toda a cordilheira andina, sendo típico da vegetação andina. O “ichu” conta com fortes raízes que permitem a absorção de pouca quantidade de água do solo, além de possuir a característica de se fixar fortemente a este para resistir à força dos ventos (conforme explanado por jardineiro da comuna de Lo Barnechea). Na figura 5.8 abaixo, à esquerda, temos a visão do alto da cordilheira para a comuna, e à direita, o capim ichu.



Figura 5.8: Vegetação em Lo Barnechea

Fonte: Weblogtheworld, 2013

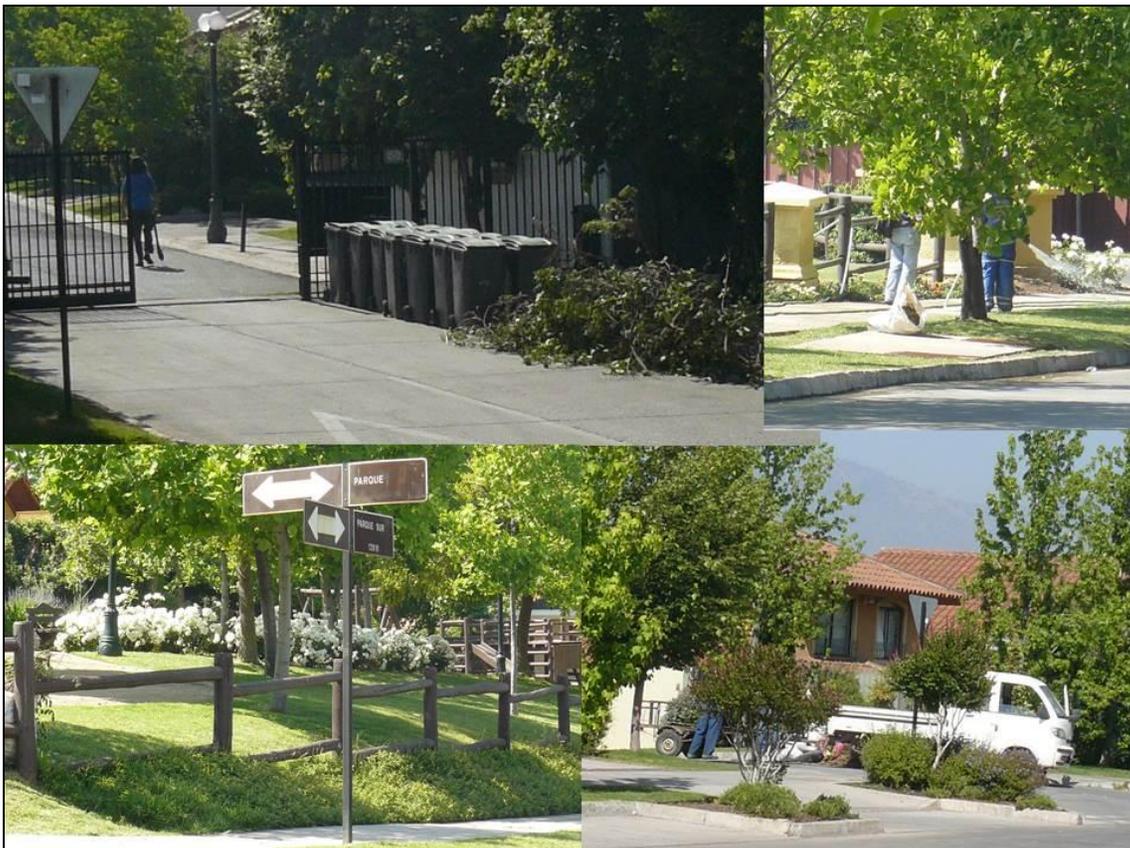


Figura 5.9: Manutenção dos jardins em Lo Barnechea.

Fonte: CISOTTO, 2011.

As fotos da figura 5.9 exemplificam a constante manutenção dos jardins e a arborização urbana e a irrigação, da mesma forma como nos parques públicos. O esforço para manter a vegetação com esse intenso verde é grande. Existem muitas áreas com as podas de árvores, praças das esquinas dos loteamentos sendo irrigadas, diversas caminhonetes de jardineiros trabalhando nas casas, e sacos com podas em todas as vias visitadas. Trata-se de uma natureza recriada. Desde a colonização espanhola, há a intenção de alterar e recriar a natureza original, com intensa transformação da paisagem mediterrânea da área central do Chile.

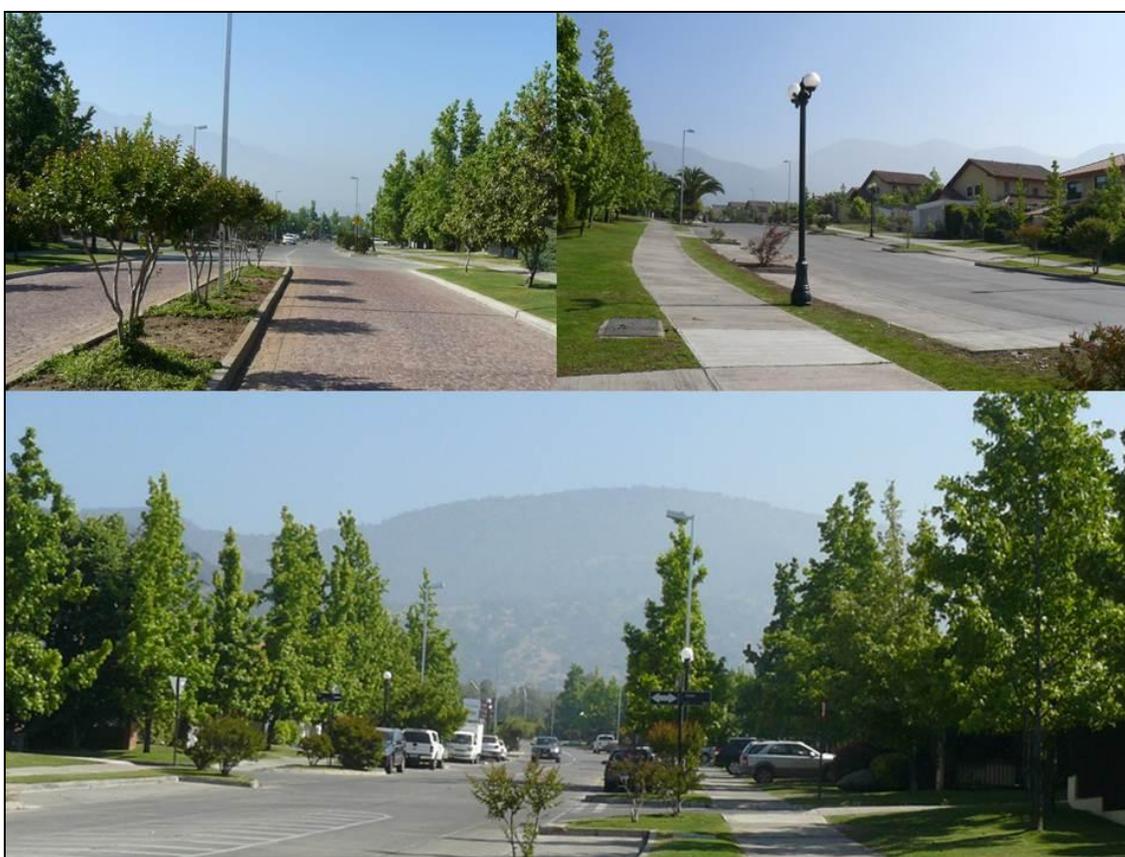


Figura 5.10: Via La Dehesa, na Comuna de Lo Barnechea.

Fonte: CISOTTO, 2011.

As vias de circulação são muito amplas e arborizadas, predominantemente com a mesma espécie arbórea (figura 5.10). Ressalta-se mais uma vez que, assim como nos parques públicos da área central da província, o tipo de arborização é exótico, bastante

padronizado, as árvores têm a mesma idade, tendo sido plantadas para implementação do loteamento, e se destaca a grande quantidade de carros por habitação.

De acordo com Gonzalo Arias Suazo, geógrafo na Secretaria de Planejamento de transportes (Sectra-Chile), um automóvel não é o sonho de consumo do santiaguino médio, pelo excelente sistema de transportes públicos e a preocupação permanente com os níveis de contaminantes atmosféricos, muitos santiaguinos optam por não possuir automóvel (SUAZO, 2011)<sup>35</sup>. Porém, em Lo Barnechea, dada a distância da rede pública de transportes e o nível elevado de renda, havia uma média de três a quatro carros por casa.

Por estar em uma área ainda sem a presença de serviços, além dos grandes *malls* nas grandes avenidas, observamos que é bastante comum o serviço de *delivery*, com *personal trainner* (figura 5.11), cabelereiro, e entregadores de frutas e verduras em domicílio. Esse modo de vida, essa necessidade de veículos e serviços de *delivery* indicam esse novo modo de vida, distante do centro urbano adensado.

A montagem 5.11 apresenta a presença das lixeiras na frente das casas, o logotipo impresso nas lixeiras, indicando que são da municipalidade, a flor do plátano, a principal espécie arbórea para a arborização urbana, o anúncio dos serviços *delivery* (de ginástica e verduras, como mostra a figura 5.11). A preocupação com a segurança estampada nas placas das entradas dos pequenos condomínios. E os jardins de esquina dos loteamentos, muito bem planejados, com brinquedos infantis, bancos de madeira e jardins cobertos de hortênsias brancas, arborização de pinus e plátano.

Na comuna de Lo Barnechea é bastante comum a presença de bolsões de moradias independentes, formando pequenos condomínios, com guaritas, parque infantil dentro do bolsão das moradias. Há um padrão particular no desenho urbano que permite a constituição e a apropriação de áreas verdes em espaços reduzidos, de bastante privacidade, como se pode observar na Rua Berna (figura 5.12). As habitações são construídas no entorno de uma praça, e o padrão próximo é de áreas verdes bastante individualizadas.

---

<sup>35</sup> Comunicação pessoal com SUAZO, Gonzalo Aria Suazo, Geógrafo da *Secretaria de Planificación de Transportes* (MTT-SECTRA), Santiago-CH, novembro de 2011.



Figura 5.11: Comuna de Lo Barnechea, evidenciando modo de vida

Fonte: CISOTTO, 2011

Ao observamos a forma no Plano Regulador da Região de La Dehesa na comuna de Lo Barnechea e também em imagem do google maps (figura 5.12, identificamos esses bolsões, onde as residências estão dispostas ao redor de uma pequena praça.

O Plano regulador comunal de Lo Barnechea evidencia o padrão de pequenos bolsões residenciais com praças em seu interior. Para exemplo, tomamos duas diferentes formas urbanas. Nas montagens abaixo, mostramos o Caminho Berna (figura 5.12 e 5.13) e Caminho Queltehue (Figura 5.14 e 5.15). O ponto vermelho em cada imagem corresponde à mesma localização. A figura 5.13 evidencia uma área arborizada exclusivamente por plátanos e gramíneas adaptadas a estresse hídrico, com passarela para caminhada, bancos e lixeiras.



Camino  
Berna

Área de  
expansão

Figura 5.12: Montagem Caminho Berna

Fonte: Google Maps, 2014



Figura 5.13: Praça enlaçada pela Rua Berna

Fonte: Google Maps, 2014

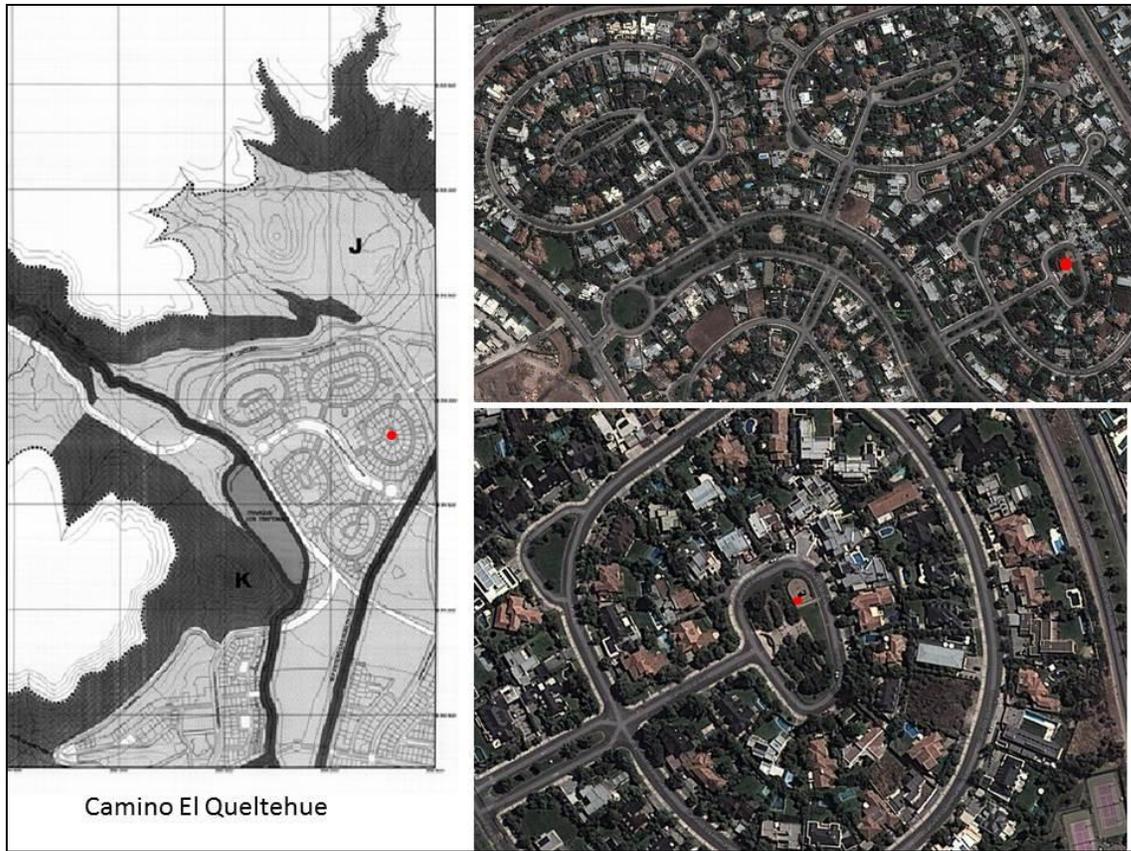


Figura 5.14: Praça enlaçada pelo Camino El Queltehue

Fonte: Plano Regulador Comunal de Lo Barnechea, 2013 e Google Maps, 2014



Figura 5.15: Praça enlaçada pela rua El Queltehue

Fonte: Google Maps, 2014

Nas proximidades da Rua Bernal, as áreas terminam em um pequeno bolsão, como uma pequena vila, com uma praça no centro. Nas proximidades da Rua El Quelteheu, as vias são circulares, garantindo um caminho de acesso exclusivo aos seus moradores, porém muito mais amplo, a praça enlaçada pelo caminho El Quelteheu é ampla e serve a uma população de entorno mais expressiva que na Bernal.

No site do empreendimento se lê: “*La tranquilidad que tu familia merece, ninguno de nuestros proyectos sufrió daños producto del último sismo*” (Sinergia, 2013). O *marketing* dos loteamentos nessa região, com habitações de preço mais elevado carrega e divulga esse novo modo de vida, onde se associa o acesso as benesses, com termos referentes à ascensão social, como: “qualidade de vida, chegar alto, mudar de vida” (figura 5.16).

Tomando como exemplo as propagandas dos novos loteamentos, a grande maioria dos novos loteamentos residenciais utiliza o discurso verde e parece trazer a solução para o problema ambiental, cabendo ao consumidor pagar por essa solução. Os exemplos das propagandas de novos loteamentos indicam a possibilidade de viver distante dos grandes centros, com concentração urbana, poluição do ar, sonora e visual e se refugiar em áreas no piemonte andino, com áreas de exclusividade e espaços ao ar livre que garantem a qualidade de vida, e com acessibilidade à estrutura urbana, garantido pela nova forma de urbanização dispersa (figura 5.17).

A toponímia de loteamentos já nas cotas da cordilheira também é bastante interessante, como exemplo temos o Los portones (para a cordilheira), El santuário, Alta vista, Jardines de Santa Maria. No material de divulgação dos loteamentos na figura 5.17, anuncia-se: “áreas verdes”, “casas amplas”, “conectado ao que você gosta”, “onde a cidade é um parque”, como o acesso fácil aos *shoppings* de luxo, no caso, o *shopping* Las Condes.



Figura 5.16: Anúncios imobiliários em site

Fonte: Zona Inmobiliária, 2013

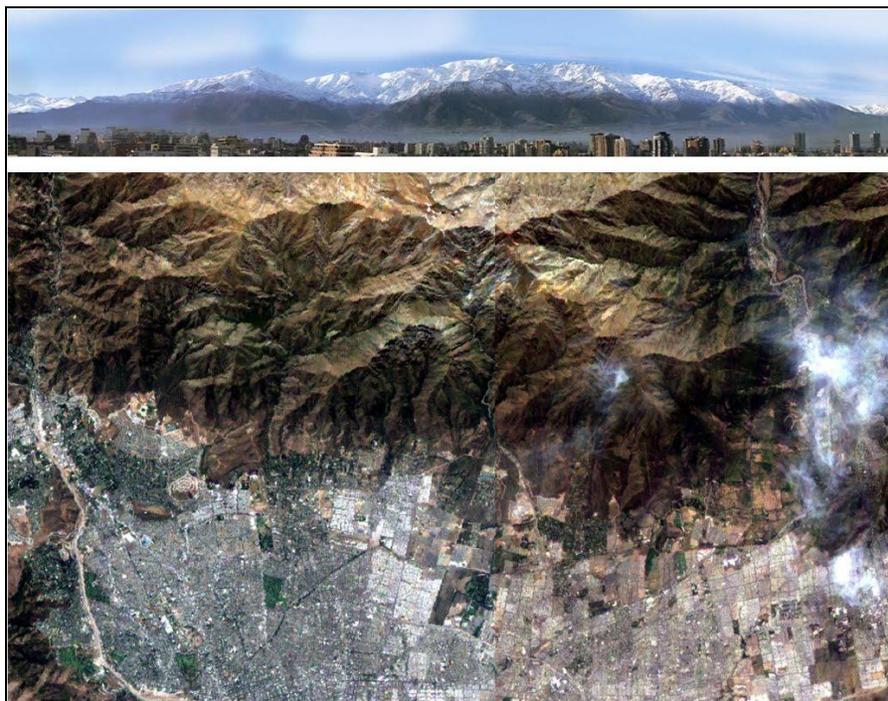


Figura 5.17: Urbanização do piemonte andino

Fonte: Santiagopiedemonte, 2014

**Jardines Santa María**

LA OPORTUNIDAD ES AQUÍ Y AHORA

**ÚLTIMA ETAPA EN VENTA**

- 2 modelos de casas: 100 a 107 m<sup>2</sup>.
- Rodeado de extensas áreas verdes y el mejor entorno.
- Colegio, centro comercial, supermercado y más servicios.

3 PONIENTE 2930, MAIPÚ  
TEL: 47 3700

Rodeado de extensas áreas verdes

**BROTEC-ICAFAL**

---

**Santa María del Peñón**

AV. EL PERAL HACIA EL ORIENTE

**CONECTADO CON LO QUE TE GUSTA**

Casas hasta 138 m<sup>2</sup>

VISITA PILOTOS

**BROTEC-ICAFAL**

brotec-icafal.cl

---

**Chicauma Ciudad Parque**

Aquí tu ciudad es un parque.

**ÉXITO DE VENTAS LANZAMIENTO 4ª ETAPA**

**EL RODEO DE CHICAUMA**

Ventas Tel: 2952 79 36 / 38

**Chicauma Ciudad Parque**  
Donde quieres llegar

Figura 5.18: Anuncios inmobiliarios

Fonte: Inmobiliária Sinergia, 2013

As propagandas possuem um importante papel na produção dos espaços residenciais urbanos e que estes apresentam um forte peso na cidade como um todo, pois a estruturação destes espaços reflete não apenas as diferentes oportunidades de apropriação dos bens e de serviços pelos diversos atores sociais, mas também implica benefícios de natureza distinta. Tais benefícios podem estar relacionados a ganhos simbólicos de distinção, à possibilidade de se criar espaços que mantenham a distância ou excluam a intrusão indesejável e, especialmente, à renda auferida pela propriedade privada da terra.

A publicidade não trabalha apenas com necessidades e demandas, mas incorpora em seu discurso os valores de troca e de uso do imóvel urbano, além dos valores tradicionalmente adotados pelo *marketing* imobiliário (localização, infraestrutura, topografia, segurança do investimento, valorização futura), percebe-se um movimento de incorporação do discurso ambiental como gerador de renda da terra.

O *marketing* imobiliário instrumentaliza a natureza e, ao reforçar a noção de esta ser um atributo escasso, incorpora no cidadão uma noção de raridade a ser preservada por alguns privilegiados utilizando-se dos mesmos mecanismos que possibilitam a geração de renda de monopólio (SMITH, 1988).

A preocupação do capital com a preservação da natureza está apenas no discurso, pois a natureza ainda é tratada como recurso, como algo que agrega valor aos grandes empreendimentos, porém, a visão do capital sobre a natureza também tem sofrido modificações, pelo menos no tocante ao ritmo de exploração, e o capitalismo já não mais defende que a natureza precisa ser usufruída, sugada, explorada, por ser esta uma fonte inesgotável de recursos.

“[O mercado imobiliário] adota uma visão de natureza poética e lúdica, do romantismo e da visão estética que pretende preservar os exemplares remanescentes da natureza quase como um ato de vaidade ou desculpas para um sentimento de culpa diante do que se chama destruição da natureza pela ação transformadora da luta do homem contra a natureza. É dentro desta perspectiva que a intenção de preservar se presta à venda da mercadoria verde; a natureza” (SANTANA, 1999, p.179).

Em um discurso mais contemporâneo ditado pela publicidade imobiliária, apelam para o “oferecimento de um diferencial”, a fim de atrair com maior facilidade a população na faixa de renda mais alta. Pode-se entender melhor esta ocorrência (às vezes respaldada até pelo planejamento urbano) que vem contribuindo com a segregação urbana, citando

Harvey que diz “o urbanismo é uma forma social, um modo de vida, ligado entre outras coisas, a certa divisão do trabalho e a certa ordem hierárquica de atividades que é amplamente consistente com o modo de produção dominante” (HARVEY, 1980: p. 174).

“É frequente a ideia de que é o setor imobiliário que decide, através de seus empreendimentos, a localização e a forma – horizontais ou verticais – dos bairros das camadas de alta renda. [...] Certamente, numa economia de mercado, o mercado imobiliário determina imediatamente não só a segregação, mas toda a estruturação do espaço intra-urbano. [...] Cabe indagar: quem comanda o mercado imobiliário e o setor imobiliário no tocante à localização de seus empreendimentos?” (VILLAÇA, 2001: p. 352).

Por meio dos novos discursos (e o que esses suscitam em termos de imaginário e ideologia), promovidos pela mídia e exemplificados nos anúncios dos imóveis para a população de mais alta renda, o capitalismo transforma aspectos da natureza e da sociedade, ainda não capitalizados, em elementos inerentes ao capital, convertem-se em “estoques de capital” (ESCOBAR, 2007, p. 334). Influenciado pela ideologia ambientalista, tão em voga, como expresso no capítulo 1, o mercado apropria-se desse ideal, de busca pela natureza e a transforma em mercadoria, já que esta passa a ser vendida e consumida como um bem raro e, portanto, muito valorizado na sociedade de consumo. A natureza, que era encarada como “submissa” e “rústica”, passa a receber outros tipos de tratamento (FERNANDES, 2009).

Porém, mesmo com a valorização do meio ambiente, ainda permaneceu no pensamento da sociedade moderna a dicotomia “homem-natureza”, pois “hostil ou amiga, a natureza era exterior; ela era um mundo a ser conquistado ou um lugar para o qual retornar” (SMITH, 1988, p.37). As relações entre homem e natureza foram modificadas à medida que a sociedade foi se modificando culturalmente, foi sendo cada vez mais enraizada na sociedade de consumo, a concepção de natureza como objeto.

Da mesma forma como as propagandas dos EUA, no final do século XIX, vendiam as residências no subúrbio como ideal norte-americano de habitação, as casas em bolsões arborizados vendidos Chile, assim como em muitas cidades brasileiras, estão sendo vendidos com a promessa de clima de casa de campo, de vida salubre, plena, onde se vende um estilo de vida (FUENTE DE VAL, 2004).

Outra preocupação além do interesse mais puro de integração com a natureza e a sapiência de que os recursos não são inesgotáveis como se acreditava, a preocupação está na manutenção de recursos como garantia de manutenção de fonte de riquezas. O que existe é a busca de uma preservação dos recursos naturais metamorfoseados em preservação ambiental, reduzidas ao mero campo do econômico.

Nesta perspectiva, os problemas ambientais, a destruição da natureza e o esgotamento dos recursos ambientais, a poluição do ar e da água aparecem como uma das contradições do espaço, mas como elementos fragmentados que disfarçam o problema global do espaço, da gestão e da produção. Então, nessa lógica imobiliária de produção e reprodução do espaço, a natureza faz parte da renda de monopólio no espaço urbano.

## **5.2 Urbanização e apropriação da natureza na província de Santiago do Chile**

As particularidades da natureza na região central de Santiago, sua escassez e elaboração como segunda natureza em grandes parques públicos urbanos, e a apropriação de outra forma de natureza, também construída de plátanos contra o “ichu” original, nas comunas das habitações mais caras, com a população de mais alta renda. Em uma forma de apropriação da terra perversa, desigual, onde o ambiente que afere qualidade de vida é a distância do urbano adensado e a linha do *smog* de poluição.

O intenso desenvolvimento urbano, possibilitado pelo novo padrão disperso possibilitado pelos novos eixos viários, assim, em Santiago do Chile como em muitas outras metrópoles latino-americanas. No específico padrão de dispersão, segregacionista, em relação à presença das áreas verdes urbanas, nas comunas da província de Santiago, que expressam a natureza como um diferencial na valorização do espaço.

No contexto de preocupação com o ambiente, desde a formulação da noção de crises ambientais intensamente repercutidas desde os movimentos sociais da década de 1960, até a proposição nas legislações urbanas, que definirem o ambientalismo urbano e a nova forma de viver, além dos subúrbios como *gated communities*, preocupados com a segurança, a qualidade de vida entra na pauta, como um item de série dos novos loteamentos para a população de mais alta renda.

O padrão de ocupação urbanas em Santiago recente é da difusão generalizada do padrão de condomínios e loteamentos fechados, distantes da malha urbana consolidada justificada pela busca por maior qualidade de vida; traduzida pela maior proximidade a áreas verdes, pouco urbanizadas e pouco densa, presença de infraestrutura urbana e vias de acesso e também relativa condição mais positiva de poluição do ar. “Paradoxalmente, a vegetação agrícola e natural é destruída e depois buscam restaurar a urbanização de alto custo, como parte dos espaços públicos e privados da cidade” (Platt, 2006 *apud* ROMERO *et al*, 2005).

Entretanto, essa fuga para áreas distantes da cidade pode gerar em pequena escala uma nova área de expansão dos agentes poluentes, seja pela criação de estradas, pela ocupação dos cinturões verdes e áreas de proteção ou através da ocupação fragmentada, dispersa e estendida nas cidades (NASCIMENTO, 2012).

A existência das áreas verdes urbanas permeando essa nova malha é fundamental para melhorar o bem-estar da população urbana, especialmente nas grandes cidades. Especialmente, nesse contexto de urbanização precária e explosiva da segunda metade do século XX experimentado pelas principais cidades da América Latina. Destaca-se a proporção muito baixa de terrenos destinados espaços verdes em novas áreas urbanas, o que é particularmente relevante quando se considera o déficit deste tipo de espaço (REYES e FIGUEROA, 2010).

O estudo das dinâmicas recentes e das lógicas verificadas na produção do espaço urbano pelas práticas do setor imobiliário requer um aprofundamento nas ações e nas estruturas que embasam esse tipo de produção capitalista.

Podemos compreender os espaços de natureza, como mercadoria, pela construção social de que este, por conter vegetação, é um espaço equilibrado ecologicamente, portanto de grande interesse. Pressupondo, a atual valorização do “verde”, da “vista”, dos aspectos naturais, como algo rentável ao diferenciar-se dos demais espaços. Assim, os espaços de natureza podem ser compreendidos enquanto mercadoria por transformar-se em significados na medida em que faz parte da dinâmica da reprodução social. Com as relações de produção capitalistas dominando e se apropriando do espaço, passando a produzi-lo e a transformá-lo através do sentido do urbano (SANTANA, 1999).

De outro ponto de vista analítico, o espaço não se referencia mais apenas aos atributos que lhe são auferidos como contendo o “verde”, detentor de serviços e infraestrutura, mas sendo ele próprio uma mercadoria, sobrepondo a dominação sobre a apropriação, o valor de troca sobre o valor de uso. Assim, o valor de troca prevalece sobre o valor de uso na produção do espaço urbano, pois a lógica relevante para os indivíduos é a de valor de uso, essencial na vida cotidiana, no tempo-espaço vivido e percebido pelos habitantes da cidade (VITTE, 2010).

Como visto, para o caso da província de Santiago, os parques públicos urbanos como espaços de natureza nas cidades fazem parte do conjunto de equipamentos públicos necessários à produção e reprodução do espaço urbano, ao ser inseridos no contexto da produção e consumo do espaço, são resultados de políticas públicas, em âmbito municipal, que alteram a dinâmica da produção do espaço urbano. Os parques deveriam compreender um lugar a ser utilizado por todos, mas, como no caso de Santiago, a sua localização é restrita, concentrada em setores, dificultando o acesso da maioria da população. O uso dos parques opostamente ao seu sentido como espaço público é utilizado como um fator de valorização imobiliária e segregação socioespacial.

Os espaços de natureza individualizadas incorporados nos bolsões urbanos, como o exemplo da comuna de Lo Barnechea, são itens do loteamento que auferem um valor diferencial, garantindo a posse de um espaço de lazer, com a porcentagem de verde que cabe ao indivíduo para garantir sua salubridade.

Por seu valor ambiental, pelo desejo de qualidade de vida e também valor monetário, pela restrição de acessos, esse espaços de natureza passam a se submeter à lógica do lucro, a cidade é rebaixada de obra (valor de uso e fruição), transformada em produto para o consumo (instrumento do valor de troca), e o espaço/tempo passam a ser considerado como item de produção – mercadorias (SANTOS, 1999).

Tanto as áreas verdes particulares, nos bolsões de exclusividade e os parques públicos urbanos dão realidade material e simbólica à cidade atuando como um território específico dotado de suas próprias marcas e signos de delimitação (BAUDRILLARD, 1996).

Baudrillard (1996), substituindo a explicação pela obsessão da produção materialista (de materialismo histórico marxista) pela obsessão pela semiótica do signo<sup>36</sup>, explica que os objetos não possuem apenas um valor de uso e um valor de troca, mas também um valor de signo, determinante nas práticas de consumo. Sendo possível associar a teoria da produção capitalista da natureza ao seu valor simbólico, que carrega uma natureza não material, baseada na imagem.

A cidade é produto da sociedade, onde se entrecrocavam ideias e interesses, incorporam-se ideologias e valores tanto materialistas quanto simbólicos. Esses valores relacionados ao meio ambiente são condicionados por uma nova lógica de produção do espaço urbano, decorrentes da incorporação de imagens e de valores simbólicos estabelecidos na vida cotidiana (BOURDIEU, 2003 e HAUG, 1997).

Os objetos são produzidos, mas adquirem um significado ao transformarem-se em imagem e representação, incorporando toda a carga simbólica que uma sociedade é capaz de gerar. Construída uma imagem de natureza como objeto, repleta de signos e significados, ela se torna objeto a ser consumido (BAUDRILLARD, 1996). Há uma elaboração simbólica em torno do “verde” relacionado à moradia, cujas características conduzem a um sistema simbólico, que é sustentado por toda uma estrutura social, logo, pelas estruturas mentais e disposições produzidas por essa estrutura social (BOURDIEU, 2003).

Na interpretação pela produção capitalista da natureza, temos o espaço com uma função decisiva na estruturação de uma totalidade. Esse espaço fragmentado, delimitado é muito funcional para a venda e a troca (tratado pela capacidade técnica e científica da produção do espaço social, que ocorre em escala planetária), tratado como materialidade valorada monetariamente é o lócus da reprodução das relações sociais de produção (LEFÉBVRE, 1976, p. 25).

Os espaços de natureza nas cidades, tratados como raridade, são produzidos pela lógica da produção capitalista da natureza. A forma capitalista de produzir a cidade e a natureza altera a concepção de natureza e, nessa nova concepção, o capital divulga ideias ambientalistas, próximas ao conceito de natureza das comunidades primitivas, como o lugar

---

<sup>36</sup> De acordo com o dicionário Houaiss, “Signo” refere-se a sinal indicativo: indício, marca, símbolo, é a designação comum a qualquer objeto, forma ou fenômeno que remete para algo diferente de si mesmo (HOUAISS, 2001, p.2569).

da vivência, portanto de se respeitar e zelar. O urbano, conectado a determinados sentimentos, valores, emoções e imaterializações, forneceria um significado, uma representação do que pode ser vivido (SANTANA, 1999).

Maricato (1997) descreve para o Brasil a mesma situação identificada em Santiago do Chile, onde há a construção da segregação urbana através da “modernização excludente, ou seja, o investimento nas áreas que constituem o cenário da cidade oficial, com a consequente segregação e diferenciação acentuada na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos” (MARICATO, 1997: p. 30). E, deste modo, mesmo com todos os problemas urbanos agravados nas últimas décadas, permanecem a servir aos interesses das camadas de renda alta, desprezando-se o conceito de função social da propriedade privada.

No contexto de urbanização crítica, há uma mudança no olhar sobre a natureza nas cidades. As grandes cidades, que antes cresciam lentamente, e nas quais a estrutura espacial das classes estava determinada de antemão, agora crescem exponencialmente, e a estrutura espacial do assentamento das classes regula-se pelo preço. A pressão sobre a terra mercantiliza-se e, com ele, a renda capitalista da terra regula a forma como se organiza e se usa o espaço urbano na conhecida forma de produção capitalista do espaço.

A falta de planejamento na orientação do desenvolvimento das cidades gera ambientes altamente degradados, não somente porque o planejamento urbano não consegue alcançar o rápido processo de urbanização, mas também porque se observa um desinteresse político para a criação e a implementação de mecanismos de combate ao declínio da qualidade de vida no ambiente urbano (MENDONÇA, 2004).

A natureza passa a ser um elemento diferencial, como nova forma urbana rara, escassa na paisagem urbana, agora apropriada por uma nova visão economicista sobre a natureza que a transforma em um elemento para promoção de valorização do espaço e segregação espacial.

Esse viés possibilita pensar a questão de apropriação da natureza como problemática. Essa abordagem marxista vê a dominação da natureza associada a sua apropriação, porém, esse processo é incompatível com a propriedade privada da natureza, do solo, da terra. Nesse processo, a apropriação da natureza significa a transformação material para a

(re)produção humana, ou seja, na satisfação das necessidades do indivíduo (HARVEY, 2005).

Na escala da coletividade, a necessidade de natureza se constrói, na atual concepção de natureza, a qual, no contexto da globalização contemporânea (o processo de expansão e difusão da economia), é vista como um produto associado à expansão mais ampliada do capitalismo, do consumismo da sociedade, que acarreta uma crescente mercantilização da vida em todas suas formas incluindo a mercantilização da natureza e a natureza passa a ser precificada.

O aumento no número de novos loteamentos que têm como apelo a proximidade do verde sugere haver uma busca da população por novas áreas para viver próximo à natureza, esse processo incorpora áreas verdes ao sistema urbano através da lógica do mercado imobiliário, seguindo os vetores de expansão e a urbanização dispersa. As áreas verdes dos novos loteamentos, que ainda existem em meio à cidade, estão sendo (re)incorporados como demonstrativo de qualidade de vida que pode ser comprada.

A relação cidade e natureza, com o crescimento da urbanização, vai se tornando menor, e a degradação se torna comum nas grandes cidades, pois é comum que não haja um planejamento que ressalte a importância do meio ambiente. Porém, após a criação da preocupação com a salubridade ambiental, a preocupação com o ambiente passa a fazer parte das políticas urbanas e no caso de Santiago, essa preocupação se dá por alguns motivos especiais. A preocupação com a qualidade do ar, por suas condições morfológicas e também há a manutenção de espaços livres entre as áreas mais adensadas, principalmente as mais verticalizadas como o centro histórico, em manter amplas praças como espaço de fuga em caso de sismos.

No contexto do urbano denso, como é o caso de Santiago do Chile, em uma cidade capitalista, a venda da terra é o resultado do caráter produtivo, ou seja, a riqueza passa, porém gradativamente, a ser produzida dentro da cidade. A cidade converte-se prioritariamente em um centro produtivo (FOLADORI, 2001) e a raridade da natureza pode ser explicada pela teoria do valor, por sua dimensão como materialidade, regida por interesses econômicos, no modo de produção capitalista.

Nesse novo padrão de cidade, a produção do espaço se relaciona a novas necessidades estabelecidas pela sociedade capitalizada, na medida em que são reproduzidos

desejos, novos estilos de morada para uma população que não habita mais a região central (MANCINI, 2008). Nessa criação de necessidades da sociedade capitalista, a natureza adquire valores totalmente diferentes daqueles estabelecidos em outros tempos, e o capitalismo, à medida que busca novas formas de reprodução do capital, através de novos modelos, imprime novas ideias na concepção de natureza (HAUG, 1997).

Não é necessariamente a demanda que cria o novo artefato a ser consumido. As estratégias do capital, definem o novo modo de vida e criam, padronizam a necessidade, se apropriando do discurso em voga de preservação ambiental, desde os movimentos ambientalistas da década de 1960, até as enquetes e movimentos como intervenções urbanas que suscitam esse tipo de discussão.

O capital imobiliário decide onde haverá a expansão urbana, e agrega elementos como a garantia de salubridade do ar, simulacros de natureza para produção capitalista do espaço. A evolução e o crescimento das cidades capitalistas, assim como seus desequilíbrios, constituem objetos de análise pertinentes à história, como produtos da expansão econômica e social do capitalismo. As cidades capitalistas não representam somente os espaços físicos onde se instalam os “mercados”, são, elas mesmas, uma das faces mais visíveis e contundentes do modelo de sociedade produzido pelo capitalismo

A configuração urbana das cidades modernas é produto, principalmente, dos interesses e da lógica de reprodução do capital, que distanciam das necessidades sociais. A preocupação com parques públicos coletivos existe por parte do Poder Público, mas a população, como mercado de consumo, individualiza esse interesse, pagando por seus bolsões de exclusividade. Para além do bem-estar dos cidadãos e melhorias na qualidade de vida, a mercantilização da natureza cria condições para acumulação de um grupo de capitais.

A apropriação da natureza para acumulação do capital primeiro organiza sua expressão concreta enquanto mercadoria, depois procura (no caso de Lo Barnechea e entorno do Parque bicentenário na comuna de Vitacura, com bastante sucesso) produzir o consumo para sua própria realização. A natureza é apropriada no nosso tempo sob o significado da mercadoria pra acumular capital, a percepção da sua “necessidade”, individual ou coletiva, é produzida a posteriori.

Reconhecemos a natureza nas cidades, tratadas pelo viés economicista como nova raridade, em uma interpretação sobre valorização da natureza, como elemento para valorização do espaço, concretamente representada pelos parques públicos e bolsões de natureza de loteamentos, como espaços de natureza nas cidades.

A natureza na cidade como elementos raros e em um momento de valorização do contato com a natureza, pela busca de melhor qualidade de vida, passa a receber valor de troca, atuando na valorização fundiária. A compreensão dessas relações de produção urbana e produção da natureza são de extrema relevância, pois nos incitam à análise de um processo em curso de valorização diferencial da terra e de mudança no discurso do planejamento urbano-ambiental.

No ordenamento dos fatores causais, vemos que primeiramente o material se expande, o consumo se expande com o nível de acumulação e os projetos de incremento imobiliário se desenvolvem. Para direcionar o mercado consumidor, se cria a necessidade, se cria a ideologia, o simbolismo da necessidade da natureza.

As relações concretas que constroem os valores ambientais, não são os valores ambientais que criam a demanda, que posteriormente cria produtos.

Sendo assim, o produto da construção civil se apresenta não apenas como um bem comercializável, mas também como um elemento que participa dos processos de formação dos espaços da cidade, atuando tanto em seus aspectos físicos quanto nos aspectos simbólicos. O mercado imobiliário, apesar de seguir uma lógica econômica mais ampla, se adapta às condições conjunturais, com uma produção que corresponde a diferentes momentos característicos do comportamento dos agentes e do próprio mercado (RIBEIRO E EPAMINONDAS, 2008).

A disseminação da questão ambiental, a divulgação de estandartes a valorização e o encontro com a natureza fizeram com que as questões ambientais se tornassem um assunto em voga, e assim o movimento verde influencia na forma de urbanização. O meio ambiente é uma ferramenta do *marketing* imobiliário.

A fetichização da “natureza” começa a tomar espaço na mídia desde os primeiros movimentos ambientalistas e há crescente legitimação do discurso ambientalista. “O sonho das comunidades alternativas dissemina-se enquanto utopia, e começa a se materializar, em condomínios horizontais para alto padrão.

O consumo dos anúncios é muito maior que o consumo efetivo dos produtos. Por meio do consumo simbólico dos produtos, o espectador também incorpora ideias, valores, sensações e emoções que vão construir todo um sistema de identificação social e de pertencimento a uma determinada sociedade.

Percebe-se que a propaganda possui um importante papel na produção dos espaços residenciais urbanos e que estes apresentam um forte peso na cidade como um todo, pois a estruturação destes espaços reflete não apenas as diferentes oportunidades de apropriação dos bens e de serviços pelos diversos atores sociais, mas também implica benefícios relacionados a ganhos simbólicos de distinção, à possibilidade de viver em espaços distantes do *smog* e do caos urbanos, que a coíbem invasão de ladrões, são seguros também pela tecnologia antissismos e que auferem renda pela propriedade privada da terra.

O mercado imobiliário trabalha justamente com os elementos que podem propiciar o maior lucro possível a partir das rendas diferenciais e de monopólio.

Segundo ESCOBAR (1996), esta forma de tratar a natureza é apenas uma das tendências do capitalismo contemporâneo, tendência que trata a natureza como capital. Este não visa à acumulação por exploração (com o conseqüente enfraquecimento das condições de produção), mas ao contrário, visa o gerenciamento sustentável do sistema da natureza capitalizada.

Como desdobramento destes papéis, o *marketing* imobiliário instrumentaliza a natureza e, ao reforçar a noção de esta ser um atributo escasso, incorpora no cidadão uma noção de raridade a ser preservada por alguns privilegiados, utilizando-se dos mesmos mecanismos que possibilitam a geração de renda de monopólio.

A natureza, na realidade econômica dominante de nosso tempo (progresso, crescimento econômico, desenvolvimento tecnológico, liberalismo de mercado, sustentabilidade, etc.), se tornou um objeto necessário para a reprodução da vida material (OCHOA, 2013). O crescimento econômico, sob a forma de acumulação do capital alicerçado pelo ideário do progresso, tornou-se uma necessidade social absoluta e, nesse âmbito, a ampliação de dominação da natureza tornou-se igualmente necessária (SMITH, 1988, p. 19). Assim, a conjunção entre o meio natural, a técnica e a política determinam as pautas para que se dê o processo de produção destrutiva e da passagem das riquezas naturais a recursos, e a forma de dominação dos territórios. O discurso verde é só uma justificativa para a ação do capital, onde a natureza nas cidades passa pelo processo de fetichização e mistificação do espaço.

## Considerações Finais

Ampliando a compreensão sobre a natureza nas cidades a partir das reflexões desse trabalho, tecemos algumas considerações finais:

A forma de apropriação da terra no Chile, com divisões em *mercedes de tierras*, e as expropriações e “reduções” indígenas foram responsáveis pela definição de latifúndios, garantindo o direito às propriedades de terra para a coroa espanhola.

A definição no regime constitucional de propriedade da terra definiu sua individualização, permitindo a cobrança de impostos e promovendo intensa segregação pela restrição de acesso a terra definindo latifúndios vitalícios. A monopolização do acesso à terra foi condição indispensável para que houvesse a valorização do capital e para que atualmente seja possível essa nova forma urbana de construção de grandes loteamentos de forma bem particular como visto no exemplo da comuna de Lo Barnechea, a província de Santiago.

A urbanização e a metropolização da América Latina, bem como do Chile, vinculase às transformações econômicas direcionadas pelo neoliberalismo, que promoveram grandes transformações no crescimento urbano e na concentração populacional, especialmente na província de Santiago. A sua primeira fase de urbanização era caracterizada como mononuclear, com grandes parques públicos pensados por Karl Brunner para promover a sociabilidade e manter a cidade concentrada. No início na década de 1980, atrelado aos movimentos de globalização e um novo patamar de acumulação capitalista, Santiago passa por um acelerado desenvolvimento territorial e populacional, com as novas vias de circulação, conformando um novo padrão que cresce como mancha de óleo no modelo de urbanização dispersa e espraçada.

Com a difusão das preocupações com salubridade ambiental no contexto das ações estatais para proteção ambiental do século XXI e com as conferências internacionais sobre meio ambiente, são criadas idealizações que pautam os projetos políticos para meio ambiente, desde a escala mundial até a escala local.

As conferências e os acordos internacionais definiram o tom da pauta ambiental em múltiplas escalas. Essa nova temática ambiental é tratada mais na teoria que na prática, criando um discurso pautado nas intencionalidades, não em proposições e ações. Esse tom

discursivo define idealizações que são apropriadas na escala individual e cria valores ambientais associados à qualidade de vida.

O discurso de interesse por salubridade ambiental e individual é massificado promovendo alterações nos discursos dos planos ambientais, com a demanda da população por um ambiente equilibrado.

O sítio natural onde se estabeleceu Santiago do Chile era constituído por uma vegetação bastante rarefeita, constituída predominantemente por herbáceas, que vem sendo substituída desde a chegada dos colonizadores espanhóis. O verde urbano em Santiago hoje é representado pelos grandes parques públicos nas áreas mais centrais, com a paisagem natural recriada com árvores frondosas adaptadas às condições climáticas (principalmente o stress hídrico), criando uma nova paisagem de natureza recriada.

Analisando a distribuição do índice de área verde por habitante entre as comunas da província de Santiago e sua conectividade, compreendemos que os espaços de natureza são isolados e muito raros em alguns setores geográficos.

A partir dos mapeamentos sobre a situação econômica da província de Santiago, identificamos o intenso padrão de segregação espacial em Santiago, bem evidente na interpretação de padrões de ocupações urbanas nas comunas. Os setores norte, sul e oeste da província de Santiago mostram uma concentração no grupo socioeconômico E e D. Os grupos da classe C3 e C2 estão concentrados no sudeste e o grupo ABC1 de melhores condições sociais está claramente concentrado na parte nordeste da cidade. A segregação por nível de renda fez áreas residenciais muito diferentes uma das outras, evidenciando um alto grau de dispersão da desigualdade na AMS em nível comunal.

Os agrupamentos por classe de renda definidos por Monge e Paredes (2011) (figura 3.19) explicitam essa segregação, que tem relação direta com a distribuição das superfícies das áreas verdes. Há grande desigualdade na distribuição de áreas verdes em escala comunal. As zonas que apresentam as maiores densidades de áreas verdes por habitante concentram os principais parques públicos. O padrão da distribuição de IAV não é de pequenos parques que permeiam toda a malha urbana, mas sim grandes parques na área central, distante das comunas com baixo índice de área verde, fazendo com muitas das comunas, geralmente as mais periféricas, sejam carentes de espaços de natureza.

Essa desigual distribuição de acesso à natureza na metrópole faz com que a proximidade de áreas verdes seja um elemento para valoração de terrenos, sendo a natureza um elemento que pode ser comprado. Essa visão constrói uma nova forma de consumir, com severas implicações na produção capitalista do espaço.

A intensa concentração populacional na região central, a posição geomorfológica e o isolamento do *smog* de poluição, particular da província de Santiago, se constituem em um agravante às condições ambientais, como visto nas figuras 3.2 e 3.3. Com isso, o interesse por qualidade de vida em Santiago requer, além da proximidade da natureza, uma distância da camada de poluentes atmosféricos que permita o acesso a um ar mais puro.

As áreas verdes urbanas de Santiago, na área central, como o Parque O'Higgins e Parque florestal, por exemplo, são áreas urbanizadas ainda no planejamento higienista em um padrão de ocupação urbana concêntrico e mononuclear, que hoje são revitalizadas, com casarões coloniais sendo substituídos por condomínios verticais seu entorno.

Em alguns setores da cidade, como no sul, nas comunas mais pobres como San Ramón, El Bosque, San Bernardo, áreas de ocupação antigas, notamos que a urbanização dispersa e difusa impõe-se à malha urbana antiga e precária, sem a presença de espaços de natureza.

A nova fase de urbanização dispersa permite o acesso a novas áreas, principalmente no piemonte andino onde a distância da poluição possibilitada pelas altitudes pré-andinas criam um novo modo de viver.

O setor nordeste da província exemplifica a nova forma de ocupação urbana e apropriação da natureza. A particularidade da apropriação da natureza nesse novo padrão de ocupação urbana está representada pela natureza isolada em bolsões de exclusivismo na comuna de Lo Barnechea. Essa comuna se caracteriza por uma ocupação recente, no padrão de urbanização dispersa ou difusa, grandes áreas já muito próximas ao no piemonte andino. Inserido no contexto de valorização do viver próximo à natureza, na busca pela melhor qualidade de vida, os terrenos são muito valorizados.

Na comuna de Lo Barnechea, onde os antigos lotes de terra, são transformados em condomínios com infra-estrutura moderna, adequada aos novos padrões de consumo e que atendem a essa nova lógica, a qual seja, o alto valor fundiário dos lotes advindos da ideologia da segurança e do contato com a natureza e a distância da poluição.

Uma grande marca dessa nova fase é a intensificação dos condomínios e a venda da estética da paisagem natural como mais um elemento importante na produção do espaço, que vai se tornando cada vez mais segregado. A natureza na cidade é efetivamente apropriada de forma singular nesse novo processo de produção urbana, com a fetichização e reificação da natureza.

O marketing imobiliário cria um novo produto, associado ao exclusivismo, tendo como discurso a preocupação com a segurança das *gated communities*, mas que historicamente está ligado ao novo momento de superexploração do capitalismo (HARVEY, 2004), os elementos e a dinâmica da natureza também foram incorporados nesses novos enclaves fortificados (MARICATO, 1997). Assim, a posição geomorfológica do pré-andes, incorporado na lógica imobiliária e da construção civil, utiliza a fuga da poluição atmosférica, o verde, não somente a qualidade ambiental mas também a busca romântica de harmonia homem-natureza e até mesmo a liberdade em relação a tragédia, no caso dos sismo.

Ressalta-se a demanda por natureza expressa pelos santiaguinos e o potencial para ampliação dessas áreas. A preocupação deve ser incorporar os topos de morros, por exemplo, como novos parques públicos urbanos, para suprir um mínimo de área verde por habitante nas áreas suburbanas, ao invés de serem incorporados como bolsões exclusivos para loteamentos residenciais.

## Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs.). Justiça ambiental e cidadania. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004. p. 23-39.
- AFONSO, C. M. Sustentabilidade: caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.
- ALDUNCE, Isabel Margarita Figueroa. Conectividade e acessibilidade urbana de espaços abertos em Santiago. Dissertação na Pontifícia Universidade Católica do Chile, Santiago-CH, 2008.
- ALMANDOZ, Arturo. Urban planning and historiography in LatinAmerica, Progress in Urban Planning, nº 65, 2006, p. 81–123
- AYLWIN, José. Los conflictos en el territorio mapuche: antecedentes y perspectivas. Revista Perspectivas (Departamento de Ingeniería Industrial, Universidad de Chile), vol. 3, Nº 2, 2000 (pp. 277-300). Disponível em <diu.uchile.cl>, acesso em julho de 2012.
- AMENDOLA, G. La Ciudad Postmoderna. Magia y Miedo de la Metrópolis Contemporánea. Madrid: Celeste, 2000.
- ARIAS, Beatriz Aguirre. Espacio Público y Arte Cívico en Santiago, 1930-1950. Una lectura a través de proyectos singulares, Santiago 2005. Disponível em: <universidadcentral.cl/>, acesso em maio de 2013.
- ARRAIS, T. P. A. A Imagem da Cidade e a Produção do Urbano. In: Lana de Souza Cavalcanti. (Org.). A Geografia da Cidade. 1ª ed. Goiânia-GO: Editora Alternativa, 2001.
- ASTABURUAGA, María Alejandra Elgueta. Gran santiago: transformación del patrón espacial de localización del sector residencial de la elite; Universidad de Chile; facultad de arquitectura y urbanismo. Memoria para optar al título profesional de geógrafo. Universidad de Chile. Santiago, nov. 2006.
- AUDIBERT, Eduardo Antonio. Problemática ambiental e áreas protegidas: A Construção da Problemática Ambiental no Contexto da Implantação de Áreas Protegidas no Rio Grande do Sul: Porto Alegre. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 2004.
- BAGGIO, K. G. As interpretações brasileiras sobre a América Latina: Breves reflexões. In: II Seminario bienal enseñanza del a historia y geografía em el contexto del Mercosur. Oficina Regional de Educación de la UNESCO para América Latina y el Caribe, 30 de noviembre y 1 y 2 diciembre de 1999. Montevideo-Uruguay, UNESCO. Santiago de Chile, febrero de 2001.

BARGOS, D.C. Mapeamento e análise das áreas verdes urbanas como indicador da qualidade ambiental urbana: estudo de caso de Paulínia-SP. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências/UNICAMP, Campinas-SP, 2010.

BARSKY, A. El periurbano productivo, un espacio en constante transformación. Introducción al estado del debate, con referencias al caso de Buenos Aires. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (36). <ub.es/geocrit> , acesso em março de 2010.

BAUDRILLARD, J. A troca simbólica e a morte. São Paulo: Loyola, 1996.

BCCH (Banco Central do Chile), Disponível em <bcentral.cl/>, acesso em junho de 2012.

BENGOA, José. El campesinado chileno después de la Reforma Agraria, Santiago, Chile: Ediciones Sur. Colección Estudios Sociales, 1983. Disponível em: <sitiosur.cl>, acesso em novembro de 2013.

Biografia de Chile (Autor desconhecido). Disponível em <biografiadechile.cl>,\_acesso em novembro de 2013.

BORGES, Daniel de Souza Sales. A Unidad Popular e seu programa de reforma agrária: continuidades, rupturas e limites do socialismo no campo chileno (1970-1973). XV Encontro Regional de História - ANPUH-Rio, 2012. Disponível em: <encontro2012.rj.anpuh.org>, acesso em novembro de 2013.

Bosquesantiago. Disponível em <.bosquesantiago.cl>, acesso em julho de 2013.

Bosquenativo, Disponível em <bosquenativo.cl>, acesso em novembro de 2012).

BOURDIEU, P. Essboço de uma teoria da prática. In. ORTIZ, Renato. A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Ed. Olho d'água, 2003.

CAPEL, Horacio. La Geografía y las periferias urbanas. Reflexiones para arquitectos. Suplementos. Materiales de Trabajo Intelectual, Editorial Anthropos, Barcelona, nº 43(nº especial sobre "La Geografía Hoy. Textos, Historia y Documentación", p. 136-143), 1994.

CARVALHO, Patrícia Nasser e SENHORAS, Elói Martins. Evolução da formação territorial da América do sul: Da Fragmentação Colonial ao Espaço Regional Transnacional da União Sulamericana. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2008.

CASTRO, Milka y BAHAMONDES, Miguel. Surgimiento y transformación del sistema comunitario: Las comunidades agrícolas, IV Región, Chile. Ambiente e Desarrollo, vol. II, nº 1, Págs. 111-126, mayo 1986 Disponível em <cipma.cl>, acesso em fevereiro de 2012.

CEPAL. Observatório Demográfico da América Latina e Caribe. Urbanización em perspectiva, nº 08, outubro de 2009. Disponível em <eclac.org>, acesso em agosto de 2012.

CEPAL. Panorama social de América Latina. Santiago do Chile, 2011 Disponível em <eclac.org>, acesso em fevereiro de 2011.

CHAUÍ, Marilena Público, Privado, Despotismo. In: NOVAES, Adauto (org). Ética. SP: Companhia das Letras, 1992.

Chilebosque. Disponível em <chilebosque.cl>, acesso em junho de 2013.

Ciclovivo (Autor desconhecido). Disponível em <ciclovivo.com.br>, acesso em julho de 2013.

CISOTTO, M. F. Natureza e Cidades: relações entre os fragmentos florestais e a urbanização de Campinas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências: Campinas, 2009.

CONAMA (Comision Nacional Del Medio Ambiente do Chile), Una Política Ambiental para el Desarrollo Sustentable, Santiago, Chile. 1998. Disponível em <sinia.cl>, acesso em abril de 2012

\_\_\_\_\_ Disponibilidad de Áreas Verdes. In: Chile y su médio ambiente: la mirada de los jóvenes, Santiago, 2009. Disponível em <mma.gob.cl>, acesso em julho de 2012.

CONAF (Corporación Nacional Forestal) Catastro y Evaluación de Recursos Vegetacionales Nativos de Chile, 1994-1997. Informe Nacional con variables ambientales. Santiago, Chile, 1999 89 pp.

CONAF (Corporación Nacional Forestal) Disponível em <conaf.cl>, acesso em abril de 2011.

CONTRERAS, Victor Raul Ortiz. Etnopolítica, Territorialização e História entre os mapuche no Chile e os kaiowá-guarani no Brasil: um estudo comparativo. Mestrado em Etnologia Indígena. IFCH, UNICAMP, Campinas-São Paulo, 2008.

Crece Verde (Autor desconhecido). Disponível em <creceverde.cl/>, acesso em novembro de 2013.

CUADRA, Fernando Marcelo De La, “Conflicto Mapuche: génesis, actores y perspectivas” en el Observatorio Social de América Latina (OSAL), CLACSO, Argentina, 2001. Disponível em <bibliotecavirtual.clacso.org.ar>, acesso em março de 2012.

DE MATTOS, Carlos. Mercado de trabalho metropolitano e desigualdades sociais na Grande Santiago: A dupla da cidade.? Eure, Santiago, v 28, n. 85 de Dezembro. 2002.

\_\_\_\_\_ Expansión Metropolitana en America Latina?: revolucion urbana bajo la globalizacion. In: Seminario nacional “Metrópoles: entre a coeso e a fragmentação, a

cooperação e o conflito”, 2002, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ – FASE, 2002.

\_\_\_\_\_. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino americana. In: RIBEIRO, Luiz César Q. (Org.) Metrópoles. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE/Observatório das Metrôpoles, 2004.

\_\_\_\_\_. Modernización capitalista y transformación metropolitana en América Latina: cinco tendencias constitutivas” en: América Latina: cidade, campo e turismo, Consejo Latinoamericano de ciencias sociales (CLACSO), San Pablo, diciembre de 2006, pp. 41-73.

DUCCI, Maria Elena. Área urbana de Santiago 1991-2000: Expansão da indústria e habitação. Eure, Santiago, v 28, n. 85 de Dezembro. 2002.

\_\_\_\_\_. DE MATTOS, C.A. e GONZALEZ, M. Area urbana y expansión de Santiago en la última década. Santiago: Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, 2004.

DUHAU, Emilio. As novas formas da divisão social do espaço nas metrópoles latino-americanas: uma visão comparativa a partir da cidade do México. Caderno CRH, Brasília, DF, 2006.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ECHVERRÍA, C.; COOMES, D.; SALAS, J.; REYBENAYAS, J. M.; LARA, A. & NEWTON, A. Rapid deforestation and fragmentation of Chilean temperate forest. Biological Conservation, 2006, N° 130, p. 181-191.

Educar Chile <educarchile.cl>, acesso em julho de 2013.

ESCOBEDO, F.J., NOWAK, D.J., WAGNER, J., de la Maza, C.L., RODRÍGUEZ, M., Crane, D, HERNÁNDEZ, J., The socioeconomics and management of Santiago de Chile’s public urban forests. Urban Forestry and Urban Greening, 4: 2006. 105-114.

EMOL (El Mercurio on line). Inequidad aumenta en casi todos los países de la OCDE y Chile es el país más desigual. <emol.com>, acesso em dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Distribución de Áreas Verdes en Santiago de Chile. Edição de 29 de abril de 2012. <emol.com>, acesso em abril de 2012.

FERNANDES, Maíra, Desenvolvimento das condições gerais de produção e valorização imobiliária em São Paulo. Boletim Campineiro de Geografia. v. 2, n. 1, 2012.

FERNANDES, A. M. V. A mercantilização da natureza e as novas territorialidades nos distritos de Sousas e Joaquim Egídio. Mestrado em Geografia. Dissertação (mestrado) em Geografia, UNICAMP, Campinas-SP, 2009.

FILP, J, FUENTES, E, DONOSO, E e MARTINIC. S. Environmental perception of mountain ecosystems in Central Chile: an exploratory study. Human Ecology 11: 345-351, 1983.

DE LA FUENTE-DE VAL G.J., ATAURI MEZQUIDA J.V., FERNÁNDEZ L., El aprecio por el paisaje y su utilidad en la conservación de los paisajes de Chile Central. Ecosistemas, vol. 13 n°2, mayo-ag. 2004.

FIGUEROA SALAS, Jonás. Transformaciones del modelo territorial de Santiago de Chile Revista de Urbanismo, América do Norte, junho de 2010. <http://revistaurbanismo.uchile.cl/index.php/>. Acesso em maio de 2013.

FOLADORI, G. Los problemas ambientales urbanos y sus causas. In: Economía, estado e sociedade. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, n° 100, jan/jun. 2001.

FUENTES, E.R., R.D. OTAIZA, M.C. ALLIENDE, A.J. HOFFMANN & A. POIANI. Shrub clumps of the Chilean matorral vegetation: structure and possible maintenance mechanisms. Oecologia 62, 1984. P. 405-411.

FUENTES, Luis y SIERRALTA, Carlos. Santiago de Chile, ¿ejemplo de una reestructuración capitalista global? Eure; Santiago, vol.30, n° 91, 2004

GAYAN, P. C. Los bosques y la minería del norte chico, s. XIX: un mito en la representación del paisaje chileno. Pontificia Universidad Católica de Chile. Historia vol. II, n°37 julio-diciembre, 2004.

Gobierno de Chile (Autor desconhecido). Disponível em <gob.cl>, acesso em julho de 2012.

GODOY, P. R. T. de A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva Lefebvriana. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 23, pp. 125 - 132, 2008.

GOMES, A. S.e SOARES, B. R. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. Estudos Geográficos, Rio Claro, 1(1): 19-29, Junho, 2003.

GOMES, Marco Aurélio A. de F. (Org.) Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2009.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2000.

GUTIÉRREZ, Ramón. O princípio do urbanismo na Argentina. Parte 1 – O aporte francês. Arquitextos, São Paulo, n° 87, ago. 2007.

HALL, Stuart. Identidades Culturais na Pós-modernidade. Trad.: SILVA, Tomaz Tadeu; LOURO, Guacira Lopes. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARVEY, David. A justiça e a cidade. São Paulo: HUCITEC, 1980.  
\_\_\_\_\_. Produção capitalista do espaço, São Paulo, Annablume, 2005.

HAUG, W. F. Crítica da estética da mercadoria, São Paulo: Editora UNESP, 1997.

HEINRICHS, D.; NUISSL, H.; SEEGER C. R. Dispersión urbana y nuevos desafíos para la gobernanza (metropolitana) en América Latina: el caso de Santiago de Chile. Eure, Santiago, vol. XXXV, nº 104, pp. 29-46, abril 2009;

HENKE-OLIVEIRA, C. Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas. 1996. 181p. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

HENRIQUE, W. A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. Geosp, Espaço & Tempo, São Paulo, nº20 v. 1, p. 65-77, 2006.

HIDALGO, Rodrigo; BORSDORF, Alex. La ciudad fragmentada em América Latina y La Globalización: resultados de Santiago. In: LENCIONI, S. *et al*, (orgs.) Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2011.

HIDALGO, R; BORSDORF, A e SÁNCHEZ, R. Os megaprojetos de bairros fechados e as novas periferias nas metrópoles latino-americanas- o caso de Santiago de Chile. In: LIMA DA SILVEIRA, R.; XAVIER PEREIRA, P. e UEDA, V. Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

\_\_\_\_\_ La expansión residencial amurallada en la reconfiguración metropolitana en Santiago de Chile. Taller Nacional sobre “Migración interna y desarrollo en Chile: diagnóstico, perspectivas y políticas”, Santiago, Chile, 10 de Abril 2007. Disponível em <cepal.cl>, acesso em junho de 2012.

HIDALGO, Rodrigo; ZUNINO, Hugo; ALVAREZ, Lily. El emplazamiento periférico de la vivienda social en el área metropolitana de Santiago de Chile: consecuencias socio espaciales y sugerencias para modificar los criterios actuales de localización. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, nº 245 (27). agosto de 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 4ª edição, revista pelo autor. São Paulo: Companhia das Letras, 1963.

HOUAISS, A. Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro; Objetiva, 2001.

IGM (Instituto Geográfico Militar), WEBmaps. Disponível em <igm.cl>, acesso em março de 2011.

INE (Instituto Nacional de Estadística) Chile: Division politico-administrativa y censal, 2001. Disponível em <ine.cl>, acesso em janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_ CHILE: División politico-administrativa y censal, 2007. Disponível em: Disponível em <ine.cl>, acesso em janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_ XVI Censo Nacional de Población y V de Vivienda, 1992.

\_\_\_\_\_ XVII Censo Nacional de Población y VI de Vivienda, 2000.

Intendencia metropolitana (Autor desconhecido). Disponível em <intendenciametropolitana.gov.cl>, acesso em julho de 2013.

Imobiliária Sinergia. Disponível em <isinergia.cl>, acesso em junho de 2012.

JANOSCHKA, Michael. El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. Eure, Santiago, v. 28, n. 85, diciembre, 2002.

JASANOFF, S. Heaven and Earth: The politics of environmental images. In: JASANOFF, S., MARTELLO, M. L. (orgs.) Earthly Politics: Local and global in environmental governance. Massachusetts Institute of Technology, 2004.

LARA, A.; CORTÉS, M. y ECHEVERRÍA, C. Bosques. En: SUNKEL, O. (ed.). Informe país: estado actual del medio ambiente en Chile. Santiago: Centro de Estudios de Políticas Públicas, Universidad de Chile, 2000, p. 131-173.

LEIS, Hector. R. A modernidade insustentável: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideo, 2004.

LENCIONI, Sandra. Uma Nova Determinação do Urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: Lemos, Amália Inês Geraiges; Carlos, Ana Fani Alessandri. (Org.). Dilemas Urbanos. Novas abordagens sobre a cidade. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 35-44.

LIMA, A.M.L.P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUZA, M.A. del B.; FIALHO, N. de O. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, Congresso brasileiro de arborização urbana, São Luís, de 18 a 24 de setembro de 1994, p. 539-549.

LIMONAD, E. Yes, nós temos bananas! praias, condomínios fechados, resorts e problemas sócioambientais. Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, XI, maio 2007a, Belém / BA. Anais... Belém: UFPA/ANPUR, 2007a. CD-ROM. Disponível em <.ufpa.br/xiienanpur>, acesso em novembro de 2013.

LINK, Felipe. De la policentralidad a la fragmentación en Santiago de Chile. Centro-h, Revista de la Organización Latinoamericana y del Caribe de Centros Históricos, nº. 2, OLACCHI, diciembre 2008, pp. 13-24

LOBODA, C. R. e DE ANGELIS, B. L. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. Revista Ambiente, Guarapuava - PR, v. 1, p. 125-139, 2005.

MACEDO, S. S. e CUSTÓDIO, V. Os Sistemas de Espaços Livres da cidade contemporânea brasileira a esfera de vida pública – Considerações Preliminares. In: Anais do 12º Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL, Montevideo: Imprensa Gega, v. único. p. 1-12, 2009.

MACHADO, Maico Diego. O consumo do “verde” urbano: um estudo para Santiago do Chile. Monografia de Graduação Instituto de Geociências. UNICAMP Campinas, 2012.

MACHADO, M. H. F. Urbanização e Sustentabilidade Ambiental: Questões do Território. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, ano 2, nº3, 2000.

MAIA, Doralice Sátyro. Da Igreja ao Estado: a institucionalização da propriedade privada e o tratamento do solo urbano nas cidades espanholas e brasileiras. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XVI, nº 418 (50). 1 de noviembre de 2012.

MANCINI, G. A. Avaliação dos custos da urbanização dispersa no Distrito Federal. Mestrado em planejamento urbano. UNB, 2008.

MARICATO, E. Habitação e cidade. Série Espaço & Debate. 3. ed., São Paulo: Atual Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.17, n.48, maio/ago. 2003.

MAZZEI, K; COLSESANTI, M.T.M.; SANTOS, D.G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. Sociedade & Natureza, Uberlândia - MG, 19 (1), p 33-43, jun.. 2007.

MEDONÇA, F. (Org.) Impactos sociais ambientais. Curitiba: Editora UFPR, 2004; *Memória Chilena* (Autor desconhecido), disponível em <memoriachilena.cl>, acesso em novembro de 2013.

MIDEPLAN (Ministerio de planificación y cooperación). Informe Ejecutivo N° 5: Situación Habitacional 2000. Santiago, 2001. Disponível em <mideplan.cl>, acesso em janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. Indicadores de Desarrollo Humano Comunal. Santiago: PNUD-MIDEPLAN, 2000.

\_\_\_\_\_. Sistema de informação regional. Infopais. Santiago, s.d. Disponível em <infopais.mideplan.cl/>. Acesso em julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Sistema medición satisfacción beneficiarios vivienda básica: síntesis del informe de consultoría. Santiago, 2002 Disponível em <minvu.cl/>, acesso em agosto de 2011.

MINVU (Ministerio de Vivienda y Urbanismo - Secretaría Regional Ministerial Región Metropolitana). Ordenanza Plan Regulador Metropolitano de Santiago. Santiago-CH, 2007.

\_\_\_\_\_. Ordenanza general de urbanismo y construcciones. Santiago-CH, 2007.

\_\_\_\_\_. Plan Regulador Metropolitano de Santiago (PRMS), Santiago-CH, octubre de 1994. Disponível em <http://www.seremi13minvu.cl>, acesso em janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Plan Regulador Metropolitano de Santiago (PRMS) Santiago-CH, octubre, 2008.

\_\_\_\_\_. Ley N°19537, sobre Copropiedad Inmobiliaria. Santiago: Ministerio de Vivienda y Urbanismo, 1997.

MINVU (SEREMI-Unidad de Desarrollo Urbano e Infraestructura) Memoria explicativa de la modificación al Plan Regulador Metropolitano de Santiago. Santiago, 1997.

\_\_\_\_\_. Plan regulador metropolitano de 1994. Disponível em <seremi13minvu.cl/>, acesso em março de 2011.

\_\_\_\_\_. Plan Regulador Metropolitano de Santiago. Ordenanza actualizada diciembre. Santiago: SEREMI-Unidad de Desarrollo Urbano e Infraestructura, 2003.

MONGES E PAREDE, Ghetto sociales en Santiago" Disponível em <http://diario.elmercurio.com/>, acesso em dezembro de 2013

MONTERO, Mercedes G. e LÓPEZ, Francisco S. Las comisiones legislativas en América Latina: una clasificación institucional y empírica. Working Papers ICPS n. 212. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, 2002. Disponível em: <americo.usal.es/oir/legislatina/papers>, acesso em janeiro de 2012.

MORAES, Antônio C. R. Bases da formação territorial colonial brasileiro no "longo" Século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MUÑOZ, Bernardo. Derecho de Propiedad y Pueblos Indígenas en Chile. CEPAL, Santiago de Chile, Septiembre de 1999.

NASCIMENTO, Thais Tartalha do. Dispersão urbana e doenças respiratórias: uma avaliação preliminar dos impactos do espraiamento urbano. Anais do VI Encontro nacional da ANPPAS. Belém, 2012. Disponível em <www.anppas.org.br>.

NEIRA, E, VERSCHEURE, H e REVENGA, C. Chile's Frontier Forests: Conserving a Global Treasure. Global Resources institute, CODEF, Universidad Austral de Chile, Valdivia, 2002 – Disponível em <wri.org>, acesso em abril de 2011.

NUCCI, J. C. e CAVALHEIRO, F. Espaços livres e qualidade de vida urbana. In: III Congresso Brasileiro de Arborização Urbana. Salvador, v. 1. p. 172-176, 1996.

Observatório das metrópoles (Autor desconhecido). Disponível em <observatoriodasmetrololes.net>, acesso em julho de 2013.

Observatório Peñalolén (Autor desconhecido). Disponível em <observatorio.penalolen.cl>, acesso em julho de 2012.

OCHOA, J. D. Z. Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) - um estudo sobre a produção e reprodução do espaço no norte da Antioquia - Colômbia" (mestrado em Geografia, UNICAMP, Campinas, SP, 2013.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e uma proposta metodológica para estudos comparativo. Revista brasileira de estudos populacionais, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-300, jul./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Novos contornos do crescimento urbano brasileiro? O conceito de *urban sprawl* e os desafios para o planejamento regional e ambiental. GEOgraphia (UFF), v. 10, p. 46-59, 2008.

ORELLANA, C. N. Plan Verde: Um instrumento para la gestión y fomento de áreas verdes em el Gran Santiago. Urbano, septiembre, año 6, nº 8. Universidad de Bío-Bío. Concepción, Chile, 2003.

ORTIZ, Jorge e ESCOLANO, Severino Crecimiento periférico del Gran Santiago. ¿Hacia la desconcentración funcional de la ciudad? em Scripta Nova, Vol. IX, Nº 194, agosto, 2005.

PACKE, S. R; ALDUNCE, I. M. F. Distribución, superficie y accesibilidad de las áreas verdes em Santiago de Chile. Eure, Santiago, 2010.

Parque Metropolitano de Santiago (Autor desconhecido). Disponível em <parquemet.cl>, acesso em julho de 2013.

Park(ing) day (Autor desconhecido). Disponível em <parkingday.org>, acesso em janeiro de 2012.

Park(ing) day Chile (Autor desconhecido). Disponível em <parkingday.cl/>, acesso em janeiro de 2012.

Pehuen áreas verdes (Autor desconhecido). Disponível em <pehuenareasverdes.cl>, acesso em maio de 2012.

PEREZ, Miguel A. The Emergence of Gated Communities in the Poor Periphery: Reflections on the New Urban Segregation and Social Integration in Santiago, Chile. Berkeley Planning Journal, 24(1), 2011

PINTO DA CUNHA, José Marcos. Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina, Serie Población y desarrollo. CEPAL. Uruguai, 2002.

PIZARRO, R. La Reforma Ambiental en Chile. Journal of Technology Management & Innovation: Volume 2, Issue 2 ISSN: 0718-2724, 2007;

Plano regulador comunal de Lo Barnechea, (Autor desconhecido). Disponível em <lobarnechea.cl>, acesso em março de 2013.

Plataforma Urbana (Autor desconhecido). Metro de Santiago: ya es oficial, así serán las nuevas Líneas 3 y 6, 13 de julho de 2011. Disponível em <plataformaurbana.cl>, acesso em maio de 2013.

Plataforma Urbana. Disponível em <plataformaurbana.cl>, acesso em junho de 2012.

PMS (Parque metropolitano de Santiago). Disponível em <pms.cl>, acesso em junho de 2012.

Porunchileverde (Autor desconhecido). Disponível em <porunchileverde.cl>, acesso em dezembro de 2013.

Profesorenlinea (Autor desconhecido). Disponível em <profesorenlinea.cl>, acesso em julho de 2011.

REIS FILHO, N. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RIBEIRO, W. C. Patrimônio ambiental brasileiro. São Paulo: EUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

RIBEIRO, L. C. de Q.; CARDOSO, A. L. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. Espaço & Debates: Cidade Brasileira, Século XX. Revista de estudos regionais e urbanos. Ano XIV, nº 37 p.77-89, 1994.

ROCHA, Ednaldo Cândido; CANTO, Juliana Lorensi do y PEREIRA, Pollyanna Cardoso. Avaliação de impactos ambientais nos países do Mercosul. Ambiente e sociedade. [online], vol.8, n.2, 2005. pp. 147-160.

RODRIGUES, A. M. Produção e Consumo do e no Espaço: a problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. Abordagem Ambiental: Questões para Reflexão. Geotextos (Salvador), v. 5, p. 1-20, 2009.

RODRIGUEZ, Jorge e ARRIAGADA Camilo. Segregação residencial nas cidades da América Latina. Eure (Santiago) [online]., vol.30, n.89, , 2004. pp 05-24.

ROMERO, H. Crecimiento Espacial de Santiago entre 1989 y 2003 y la Pérdida de Servicios Ambientales. In: TUPPER, P. (Ed.) Hacer Ciudad. Santiago: Centro Chileno de Urbanismo, 2004, p.179-201

ROMERO, H.; ORDENES, F y VÁSQUEZ, A. Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sustentable a Escala Regional, ciudad de Santiago y Ciudades Intermedias en Chile. In FIGUEROA, E. y SIMONETTI, J. Desafíos de la Biodiversidad en Chile. Santiago: Universitaria, 2003, p. 167-207.

ROMERO, H. Crecimiento Espacial de Santiago entre 1989 y 2003 y la Pérdida de Servicios Ambientales. En TUPPER, P. (Ed.) Hacer Ciudad. Santiago: Centro Chileno de Urbanismo, 2004, p.179-201

ROMERO, H. e ORDENES, F. Emerging urbanization in the Southern Andes: Environmental Impacts of Urban Sprawl in Santiago de Chile on the Andean Piedmont. Mountain. Research and Development, vol.24, nº3, 2004, p. 95-199

ROMERO, H. e VÁSQUEZ, A. El crecimiento de las ciudades intermédias chilenas de Chillán y Los Ángeles y sus impactos sobre La ecología de paisajes urbanos. In: LEMOS, A. I. ROSS, J. L. S. e LUCHIARI, A. (orgs.) América Latina: sociedade e meio ambiente, CLASCO, 1ªed., São Paulo, 2008.

ROMERO H., VÁSQUEZ A. Evaluación Ambiental del proceso de urbanización de las cuencas del piedemonte andino de Santiago de Chile. Eure (Santiago), vol.31, nº94. dic. 2005.

ROMERO, Jorge Luiz, América Latina: as cidades e as idéias. Trad. Bella Josef. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. 424p.

SABATINI, Francisco y ARENAS, Federico. Entre el Estado y el mercado: resonancias geográficas y sustentabilidad social en Santiago de Chile. EURE (Santiago), vol.26, nº79, dic. 2000, p.95-113.

SACKS, Ignacy, Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SADER, E. Chile (1818-1990) Da independência à redemocratização. Brasiliense, São Paulo, 1991.

SALLENT, M. P. R. e VEJA, A. M. T. Transformação de áreas metropolitanas a partir de uma perspectiva comparada: Gran Sevilha e Santiago de Chile. Implicações e respostas de planejamento de políticas na última década. *Dez anos de mudança no Mundo, Geografia e Ciências Sociais, 1999-2008. Anais do Simpósio Internacional Geocrítica X, Universidade de Barcelona, 26-30 maio de 2008. Disponível em <ub.es/geocrit>*, acesso em fevereiro de 2013.

SANTANA, P. V. A Mercadoria Verde: A Natureza. In: DAMIANI, Amélia; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odette. (Org.). O Espaço no fim do Século: A nova raridade. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1999. p. 177-189.

Santiago Cerro Isla (Autor desconhecido). Disponível em <santiagocerrosisla.cl>, acesso em dezembro de 2013.

Santiago Piedemonte (Autor desconhecido). Disponível em <santiagopiedemonte.blogspot.com.br>, acesso em janeiro de 2014.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da Natureza. Estudos avançados. São Paulo, v. 6, n. 14, 1992.

\_\_\_\_\_. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCALISE, W. Parques Urbanos - evolução, projeto, funções e uso. Revista Assentamentos Humanos, Marília-PR, v. 4, n. 1, p.17-24, 2002.

SCIFONE, S. A construção do patrimônio natural, Dissertação (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHMIDT, J. A.; ZANOTELLI, C. T. MERCOSUL e a política de proteção ambiental. 2004. Disponível em: < antigo.univille.br/ >, acesso em maio de 2012.

SPOSITO, M. E. B., (org.) Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas. Presidente Prudente. Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, 2001.

SEABRA, O. de C.L. Urbanização e Fragmentação: A natureza natural do mundo. Geografares, Vitória, v. 1, no 1, jun. 2000.

SECTRA (Secretaria de planificación de transportes) < sectra.gob.cl>, acesso em maio de 2012.

SENHORAS, E. M.; CARVALHO, P. N. Evolução da Formação Territorial da América do Sul: Da fragmentação colonial ao espaço regional transnacional da União Sul-Americana. In: V Jornadas Latinoamericanas de História das Relações Internacionais, 2007, Porto Alegre. Anais da V Jornadas Latinoamericanas de História das Relações Internacionais. Porto Alegre : UFRGS, 2007.

SERPA, A. S. P. O Espaço Público na Cidade Contemporânea. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SERRÃO, S.M. Para além dos domínios da mata: uma discussão sobre o processo de preservação da Reserva da Mata Santa Genebra, Campinas SP. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SILVA, S. C. da. As formações sócio-espaciais latino-americanas e os fluxos migratórios regionais. Anais do XIII Encontro Internacional Humboldt: Dourados, 2010.

SINCA (Sistema de información nacional de calidad del aire). Disponível em <sinca.mma.gob.cl>, acesso em janeiro de 2012.

SISMOS, Disponível em <sismos.cl/>, acesso novembro de 2013.

Skyscrapercity (Autor desconhecido). Disponível em <skyscrapercity.com>, acesso em agosto de 2013.

(SMITH, 1988). SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SPIRN, A. W. O Jardim de Granito: a natureza no desenho da cidade. São Paulo, Edusp, 1995.

SUGIMOTO, Luis. Adensar para manter o verde. Jornal da Unicamp. Universidade Estadual de Campinas – 14 de julho a 2 de agosto de 2008, p.8

TAVARES, M. Economia verde na América latina: as origens do debate nos trabalhos da CEPAL. In: Política Ambiental, nº 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011.

TOPALOV, C. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitat? Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro, ano XI, nºs 1 e 2, p. 19-42, 1997.

TORRES, H. D. G. População e meio ambiente urbano: breve discussão conceitual. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambú, MG. Disponível em <abep.nepo.unicamp.br>, p. 1645-1669, 1998.

TROPPEMAIR, H., VERONA, J.A; GALINA, M. H. Geografia e questões ambientais, Mercator - *Revista de Geografia da UFC*, ano 02, número 04, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SPp. 88-97, 2003

We Blog the world (Autor desconhecido). Disponível em <weblogtheworld.com>, acesso em dezembro de 2013.

WRI (World Resources Institute) (Autor desconhecido). Disponível em Chile's Frontier Forests: Conserving a Global Treasure <wri.org>, acesso em julho de 2012.

WRM (World Rainforest movement) (Autor desconhecido). Disponível em <wrm.org.uy>, acesso em julho de 2012.

VÁSQUEZ, Alexis y ROMERO, Hugo. El libre mercado de las áreas urbanas y la falta de justicia ambiental en la disponibilidad de las áreas verdes en Santiago de Chile. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

VIOLA, E. O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): da Denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG (org.) Ecologia, ciência e política. Rio, Editora Revan, 1992.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

VITALE, Luis C. Interpretación Marxista de la historia de Chile!, tomo II: La Colonia y la revolución de 1810, Prensa latino-americana, Santiago, 1969.

VITALE. Luis C. Historia Social comparada de los pueblos de América Latina. Independencia y formación social republicana. Ediciones ATELI, Punta Arenas, 1998.

VITTE, C.C. S. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. *In: BAENINGER, R. População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais.* Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNFPA, 2010.

VITTE, Claudete de Castro Silva. “Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida: considerações sobre o significado de cidade e de cidadania no início do século XXI”. *In: VITE, C., KEINERT, Tânia e KARRUZ, Ana. Paula.* (orgs.). *Qualidade de Vida*., Fapesp ANNABLUME, 2002.

Zona Imobiliária (Autor desconhecido). Disponível em <[zonainmobiliaria.com](http://zonainmobiliaria.com)>, acesso em agosto 2013.

ZÚÑIGA, Víctor. Nuevo sistema de anillos y radiales para mejorar conectividad de Santiago, El Mercurio, de 15/09/2008.